

 Universidade Federal da Grande Dourados	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO	 PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação
--	---	---

VANESSA ZANQUINI JANCZESKI

**ESCOLA “FRANCISCO DE ASSIS” (1955-1983): NEXOS ENTRE
OCUPAÇÃO POPULACIONAL, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO EM ITAPORÃ-
MT/MS**

DOURADOS-MS
2023

VANESSA ZANQUINI JANCZESKI

**ESCOLA “FRANCISCO DE ASSIS” (1955-1983): NEXOS ENTRE
OCUPAÇÃO POPULACIONAL, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO EM ITAPORÃ-
MT/MS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Giovani Ferreira Bezerra.

**DOURADOS-MS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

J33e Janczeski, Vanessa Zanquini

Escola "Francisco de Assis" (1955-1983) : nexos entre ocupação populacional, religião e educação em Itaporã- MT/MS [recurso eletrônico] / Vanessa Zanquini Janczeski. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Giovani Ferreira Bezerra.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação Católica. 2. Franciscanos. 3. História e Historiografia da Educação. 4. Instituição Escolar. 5. Sul de Mato Grosso. I. Bezerra, Giovani Ferreira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**ESCOLA “FRANCISCO DE ASSIS” (1955-1983): NEXOS ENTRE A OCUPAÇÃO
POPULACIONAL, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO EM ITAPORÃ-MT/MS**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/UFGD

Banca Examinadora:

Professor Dr. Giovani Ferreira Bezerra (Universidade Federal da Grande Dourados)
(Presidente e orientador)

Professora Dra. Doris Bittencourt Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
(Examinadora titular)

Professora Dra. Alessandra Cristina Furtado (Universidade Federal da Grande Dourados)
(Examinadora titular)

Professora Dra. Kenia Hilda Moreira (Universidade Federal da Grande Dourados)
(Examinadora suplente)

Professora Dra. Miria Izabel Campos (Universidade Federal da Grande Dourados)
(Examinadora suplente)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Espírito Santo de poder e luz que se faz presente e conduz minha vida.

Aos meus pais, em especial a minha mãe, que foi a minha primeira professora. Também as minhas irmãs e familiares: vocês me ensinaram os valores para uma vida.

Aos que me apoiaram e torceram por mim, minha gratidão.

Ao meu marido, Valdeci Cezar, que esteve comigo a cada minuto, me incentivando em todos os momentos. Quando eu achava que eu não ia conseguir, você persistia comigo. Obrigada pela paciência, obrigada por tanto amor.

Aos meus filhos Isabelly e Viniciu's, obrigada pelo apoio, por acolherem minhas inseguranças, pela colaboração e carinho, v. Vocês me ajudaram acreditar em mim; amo vocês.

A minha querida amiga, Pâmilla Nataly Miguelão Hellmann, colocada por Deus em minha vida; pessoa maravilhosa, de coração bondoso, que me ensinou que é possível, sim, e me ajudou a realizar esse sonho. A você, minha eterna gratidão.

A minha professora da graduação e amiga, Laura Anunciação Salomão, que segurou em minha mão sempre que a procurei. Gratidão a você.

Ao meu professor e orientador, Giovani Ferreira Bezerra, por tanto empenho, atenção e cuidado, obrigada por acreditar em mim, obrigada pelas orientações, apontamentos e paciência, pela forma como conduziu este estudo, com tanta sabedoria. Não conseguirei expressar aqui tamanha gratidão e honra por ser sua orientanda.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD), em especial à professora Rosemeire Ziliani, cujas palavras deixaram essa caminhada um pouco mais leve.

Aos meus colegas de turma de mestrado.

À Professora Alessandra Cristina Furtado, à professora Dóris Bittencourt Almeida, à professora Kênia Hilda Moreira e à professora Miria Izabel Campos, por fazerem parte da banca examinadora, pela dedicação, pelas palavras de carinho, sugestões e indicações para o aprimoramento da pesquisa.

À equipe da escola Professora Iria Lúcia Wilhelm Konzen, pelo apoio e incentivo, em especial à diretora Marcia Helena Sinotti Volpato, à diretora adjunta Bruna Monteiro e à coordenadora Marcia Prenda Teixeira, que sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada. A vocês, todo o meu carinho.

Aos meus colegas Antonino Rebeque, Clarice Remedés Rodrigues, Claudiani Rodelini, Conceição Dias Guimarães Silva, Feliciano Rebeque, Jandira Rebecchi Munhoz, Jonson

Carvalho Miranda, Luzia Felipe Sampaio, Marlei dos Santos, Milton Rebeque e a minha prima Marlene Guerino, pela colaboração com os documentos para essa pesquisa. Vocês foram muito importantes. Obrigada.

As minhas colegas Isabela Mayer, Geiza Cruz e Viviane, obrigada pelas indicações, palavras de incentivo e ânimo. Obrigada a Valdineia, amiga de longa data, que sempre me apoiou nos estudos, e a minha psicóloga, Vanessa Doffinger, por tanta atenção e cuidado, por ouvir minhas angústias. Minha gratidão a vocês.

Aos participantes que concederam gentilmente entrevistas e documentos de seus arquivos particulares: o senhor Ismar Moreira e Iraildes Moreira, Margarida Cornélio Angélico, Marlene Barbosa Sampaio, Reinaldo Doreto, Rosa Andrade, Sebastião Rebeque e às Irmãs Catequistas Franciscanas: Irmã Anita David, Irmã Cristina, Irmã Marcia e Irmã Feliciano Bento, e a todos que contribuíram para essa conquista de maneira direta ou indireta. A vocês, os meus agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação vincula-se ao campo da História das Instituições Educacionais (HIE), na perspectiva da História Cultural, e apresenta como objetivo analisar parte da trajetória histórica da Escola Francisco de Assis, que se situou no município de Itaporã-MT/MS, mais especificamente na localidade do Bairro São Francisco. Assim, buscou-se compreender o processo de criação e funcionamento dessa instituição relacionando-a à educação formal no sul de Mato Grosso/MT e no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o processo de ocupação populacional e demandas de escolarização da região, com a presença de religiosos católicos. A Escola Francisco de Assis foi criada pelos freis franciscanos em 1955 e, mais tarde, em 1964, chegaram as Irmãs Catequistas Franciscanas para ministrar aulas e administrar a instituição escolar. O recorte temporal contemplou o período de 1955, quando Itaporã era município do Estado de Mato Grosso, a 1983, quando o município de Itaporã já estava situado no Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977. A justificativa é que o ano de 1955 marca a data de criação da Escola pelos franciscanos e o ano de 1983 refere-se à data em que as Irmãs Catequistas Franciscanas deixaram a localidade do Bairro São Francisco. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa adotou-se um conjunto de técnicas da pesquisa histórica que envolveram análises documentais, visitas a acervos e arquivos históricos e trabalho de campo por meio de depoimentos orais. Recorreu-se também à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de materiais impressos e eletrônicos que subsidiaram a escrita do trabalho. Para a produção de fontes escritas, oficiais e de rotina administrativa da instituição escolar recorreu-se ao arquivo da Escola Estadual Olívia Paula, localizada no distrito de Piraporã, município de Itaporã, pois essa instituição escolar foi o destino dos documentos da Escola Francisco de Assis. A investigação contou com entrevistas com roteiros de perguntas semiestruturadas dirigidas a pessoas que testemunharam a criação e as transformações da referida escola no período estabelecido para o estudo. Assim, já com os materiais propostos e anotações acerca dos mesmos, realizou-se a sistematização dos dados, transcrições de entrevistas e análises dos documentos para o registro e escrita sobre a criação, transformações e os nexos da Escola Francisco de Assis estabelecidos com a escolarização. A análise explicitou as motivações para a criação e o desenvolvimento da Escola Francisco de Assis, sendo essa gerida inicialmente por freis franciscanos (1955 a 1964), e indicou que a educação no local foi por eles impulsionada, além da disseminação do catolicismo. Mais tarde, com a chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, deu-se continuidade à administração e andamento das aulas na escola (1964 a 1983), também da evangelização por meio de catequese que desempenhavam. Essas religiosas, com seu jeito franciscano, entre o disciplinar, o educar e o amar, se tornaram colaboradoras para o avanço da escolarização na região e desenvolvimento da Escola Francisco de Assis, ainda presentes nas memórias das pessoas da comunidade.

Palavras-chave: educação católica; franciscanos; história e historiografia da educação; instituição escolar; sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the field of the History of Educational Institutions (HIE), from the perspective of Cultural History, and aims to analyze part of the historical trajectory of the Francisco de Assis School, which was located in the municipality of Itaporã-MT/MS, more specifically in the neighborhood of São Francisco. Thus, we sought to understand the process of creation and operation of this institution, relating it to formal education in the south of Mato Grosso/MT and in the State of Mato Grosso do Sul, in view of the process of population occupation and demands for schooling in the region, with the presence of Catholic religious. The Francisco de Assis School was created by the Franciscan friars in 1955 and, later, in 1964, the Franciscan Catechist Sisters arrived to teach classes and manage the school institution. The time frame covered the period from 1955, when Itaporã was a municipality in the State of Mato Grosso, to 1983, when the municipality of Itaporã was already located in the State of Mato Grosso do Sul, created in 1977. The justification is that the year 1955 marks the date of creation of the School by the Franciscans and the year 1983 refers to the date on which the Franciscan Catechist Sisters left the town of Bairro São Francisco. For the methodological development of the research, a set of historical research techniques was adopted, which involved document analysis, visits to collections and historical archives, and fieldwork through oral testimonies. Bibliographical research was also used in books, scientific articles, theses and dissertations, as well as printed and electronic materials that supported the writing of the work. For the production of written, official and routine administrative sources of the school institution, the archive of the State School Olívia Paula, located in the district of Piraporã, municipality of Itaporã, was used, since this school institution was the destination of the documents of the School Francisco de Assis. The investigation included interviews with scripts of semi-structured questions addressed to people who witnessed the creation and transformations of the referred school in the period established for the study. Thus, already with the proposed materials and notes about them, the systematization of data, transcripts of interviews and analysis of documents for the record and writing about the creation, transformations and links of the Francisco de Assis School established with schooling were carried out. The analysis explained the motivations for the creation and development of the Francisco de Assis School, which was initially managed by Franciscan friars (1955 to 1964), and indicated that education in the place was driven by them, in addition to the spread of Catholicism. Later, with the arrival of the Franciscan Catechist Sisters, continuity was given to the administration and progress of classes at the school (1964 to 1983), as well as evangelization through the catechesis they carried out. These religious, with their Franciscan way, between disciplining, educating and loving, became fundamental collaborators for the advancement of schooling in the region and the development of the Francisco de Assis School, still present in the memories of the people of the community.

Keywords: catholic education; franciscans; history and historiography of education; school institution; south of Mato Grosso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERGRAND	Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados
CDR	Centro de Documentação Regional
CMD	Colônia Municipal de Dourados
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBTC	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
OFM	Ordem dos Frades Menores
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e seleção do trabalho na plataforma CAPES	17
Figura 2 – Localização e seleção do trabalho na plataforma BDTD-IBTC	18
Figura 3 – Teóricos mais citados nas dissertações mapeadas	19

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Representação da área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)	48
Imagem 2 – Representação dos distritos do município de Itaporã	52
Imagem 3 – Representação do município de Itaporã-MS	54
Imagem 4 – Criação da Escola Rural Mista, no Diário Oficial, em 25 de abril de 1955	64
Imagem 5 – Concessão de auxílio à Escola de São Francisco publicada no Diário Oficial de 30 de outubro de 1956	65
Imagem 6 – Capela onde ocorreram as primeiras aulas da Escola de São Francisco, no ano de 1955	65
Imagem 7 – Contrato de locação de serviço de ensino no curso primário (1958)	72
Imagem 8 – Irmã Feliciano Bento situada à esquerda (1956)	77
Imagem 9 – Requerimento de adicional (1969)	84
Imagem 10 – Decreto nº 63/74, de 14 de outubro de 1974, que incorporou a Escola Francisco de Assis à Rede Municipal de Ensino de Itaporã	87
Imagem 11 – Autorização nº 239/74, de 26 de dezembro de 1974, que autorizou a Escola Francisco de Assis até a 4ª série do 1º grau	88
Imagem 12 – Alunos da Escola de 1º Grau Francisco de Assis nas décadas de 1960 e 1970	91
Imagem 13 – Requerimento de transferência da Escola de 1º Grau Francisco de Assis	92
Imagem 14 – Justificativa do requerimento da Escola de 1º Grau Francisco de Assis	93
Imagem 15 – Escritura pública de doação de terras (1978)	96
Imagem 16 – Planta baixa da Escola Francisco de Assis (1980)	100
Imagem 17 – Reconhecimento de ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série	102
Imagem 18 – Decreto de doação de terras (1981)	105
Imagem 19 – Escritura pública de doação de terras (1981)	106
Imagem 20 – Boletim escolar da Escola Estadual de 1º Grau Francisco de Assis (1979)	108
Imagem 21 – Pirâmide Humana (1977)	111
Imagem 22 – Apresentação do dia 7 de setembro na sede do município (1978)	111
Imagem 23 – À direita, o professor de Educação Física Adilvo Mazzini e suas alunas (1978)	112
Imagem 24 – Alunas da Escola Francisco de Assis e Irmã Clélia, à direita (1972)	113
Imagem 25 – Desfile de 7 de setembro (197-)	113
Imagem 26 – Irmã Iaci Silva Ramos e alunas (1976)	114
Imagem 27 – Certificado de Habilitação (1972)	117
Imagem 28 – Boletim do aluno no ano de 1972	118
Imagem 29 – Boletim do aluno (1972)	118
Imagem 30 – Boletim de notas bimestrais (1977)	119
Imagem 31 – Boletim de notas bimestrais no ano de 1977	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes relacionadas à Escola Francisco de Assis	30
Quadro 2 – Participantes da pesquisa	37
Quadro 3 – Escolas Estaduais em Mato Grosso em 1950	42
Quadro 4 – Primeiros professores a ministrarem aulas do ano de 1955 a 1963.....	71
Quadro 5 – Professores que ministraram aulas durante as décadas de 1960 a 1980	120
Quadro 6 – Quantidade de alunos dos anos de 1974 a 1983	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ENTRE O INSTITUÍDO E AS CONDIÇÕES INSTITUINTES: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS EM ITAPORÃ-MT/MS.....	39
2.1 O ensino primário no Brasil e na zona rural do sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul	40
2.2 A população brasileira em movimento: A “Marcha para o Oeste”	45
2.3 A criação e emancipação do município de Itaporã-MS-	51
2.4 Franciscanos em terras de refúgio ou terras de missões?	54
2.5 Os Padres Franciscanos no Bairro São Francisco e a criação da Escola Francisco de Assis.....	60
3 A ESCOLA INSTITUCIONALIZADA E OS FRANCISCANOS: EDUCAÇÃO E MISSÃO	67
3.1 A escola de São Francisco em desenvolvimento	68
3.2 Os professores leigos	71
3.2 A chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas no Bairro São Francisco	76
3.4 A Escola Rural Mista do Bairro São Francisco: os primeiros anos sob a direção das Irmãs Catequistas Franciscanas	80
4 A ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES	90
4.1 A Escola Francisco de Assis: de instituição pública da Rede Municipal à instituição pública da Rede Estadual	91
4.2 A Escola Francisco de Assis e os nexos estabelecidos com a comunidade	107
4.3 As Irmãs Catequistas Franciscanas deixam o Bairro São Francisco	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
6 REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES	139
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	139
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	142
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS	143
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DA IRMÃ FELICIANA BENTO	231
APÊNDICE E – MENSAGEM ENVIADA POR VIA WHATSAPP POR SR. ISMAR MOREIRA E SRA. IRAILDES MOURA MOREIRA	234
ANEXOS.....	235
ANEXO A – DECRETO DE INCORPORAÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS À REDE ESTADUAL DE ENSINO.....	235
ANEXO B – RECONHECIMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU DE 5ª A 8ª SÉRIE	236
ANEXO C – PARECER FINAL CONSUBSTANCIADO DO CEP	236
ANEXO D – MEMORIAL DA IRMÃ FELICIANA BENTO ENVIADO PELA IRMÃ CRISTINA.....	240
ANEXO E – ESCRITOS DA IRMÃ FELICIANA BENTO.....	242
ANEXO F – MEMORIAL DA IRMÃ CLÉLIA MARIA CATTONI	244
ANEXO G – DOCUMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DA CASA “MADRE AVOSANI”	248
ANEXO H – CARTAS DA IRMÃ FELICIANA BENTO	249

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetivou contribuir para a escrita da História da Educação do antigo Sul de Mato Grosso (SMT), atual Estado de Mato Grosso do Sul¹(MS), área geográfica doravante designada pela sigla SMT/MS, a fim ampliar o conhecimento historiográfico sobre a temática nesse espaço-tempo. Dessa forma, apresentou-se uma abordagem acerca da história da criação e funcionamento da instituição escolar Francisco de Assis entre os anos de 1955 e 1983, situada, mais precisamente, na atual microrregião de Dourados², localidade do SMT/MS.

A ideia do desenvolvimento da pesquisa iniciou-se pelo interesse pessoal da pesquisadora no decorrer de sua trajetória estudantil. A história das instituições escolares sempre despertou sua atenção. Ao ouvir histórias e observar fotos das escolas frequentadas por seus familiares, estes sempre contavam sobre as dificuldades enfrentadas para prosseguir com os estudos devido ao difícil acesso a essas instituições. Também, por diversas vezes, recordavam sobre os professores da época, seus métodos, a forma como a educação era vista pelos pais e familiares, além da impossibilidade de alguns deles frequentarem a escola. Tais lembranças despertavam sua curiosidade acerca das Instituições Escolares.

No ano de 1986, a pesquisadora se mudou de São Caetano do Sul, São Paulo (SP), para Piraporã, distrito do município de Itaporã-MS, e deu continuidade aos seus estudos na escola Olívia Paula, naquela localidade. Essa instituição escolar, na época, atendia alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental, porém, as duas últimas séries eram oferecidas somente no período noturno. No ano de 1988, a pesquisadora, que residia com seus tios, precisava cursar a 7ª série do ensino fundamental, mas seus parentes não permitiam que meninas estudassem à noite. Assim, para não interromper os estudos, a solução foi se deslocar para uma outra escola, localizada, em média, a três quilômetros do distrito de Piraporã.

A escola do Bairro São Francisco oferecia aulas no período matutino, então a estudante passou a frequentá-la. Para isso, se deslocava de bicicleta, e, quando chovia, devido às estradas

¹ Utiliza-se, nesta dissertação, a denominação Sul de Mato Grosso como referência ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, devido ao fato de o recorte temporal da pesquisa (1955-1983) abranger parte do período anterior à divisão territorial do antigo Estado de Mato Grosso, que aconteceu em 11 de outubro de 1977, oficializada pela Lei Complementar nº 31 e sancionada pelo então presidente da República Ernesto Geisel (BRASIL, 1977). A partir do ano de 1977, surgiu a unidade federativa de Mato Grosso do Sul. De todo modo, qualquer que seja a nomenclatura, tem-se como foco histórico-geográfico a porção mais meridional das terras (sul) mato-grossenses, onde está localizada a microrregião de Dourados-MS.

² A microrregião de Dourados-MS está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, abrangendo uma extensão territorial de 21.245,93 Km² e com uma população total de 352.039 habitantes. É composta por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina (BRASIL, 2015).

de terra, era necessário fazer o seu deslocamento a pé. Assim, cursou a 7ª e 8ª séries do ensino fundamental dos anos finais nessa instituição escolar.

Esse período ficou marcado em sua memória. Muitas são as lembranças da escola: poucos alunos, regras rígidas e muito bem vista pela sociedade que a bendizia. Esses dois anos de estudo oportunizaram muita aprendizagem que contribuiu com seus estudos futuros, além de laços de amizades desenvolvidos que permanecem presentes em sua vida.

O tempo se passou. Já formada em Pedagogia, atuando como professora dos anos iniciais do ensino fundamental, o interesse pelos estudos não cessou e o tema sobre a História das Instituições Escolares ainda acompanhava seus planos. Exercendo seu trabalho em uma escola municipal, a pesquisadora percebeu o quanto o ambiente escolar é repleto de histórias, culturas, costumes, o que reforça a importância de não se deixar que a história de uma escola se perca no silêncio do passado.

Assim, diante do tema Instituições Escolares, este estudo investigou a Escola Francisco de Assis, localizada no município de Itaporã-MS, no Bairro São Francisco, local mais conhecido como Lote dos Padres. A ideia foi compreender o processo de criação e funcionamento dessa escola, relacionando-a à educação formal no SMT/MS, tendo em vista o processo de ocupação populacional e as demandas de escolarização dessa região. A pesquisa também pretendeu analisar o desenvolvimento histórico e identitário, assim como as transformações ocorridas durante o período pesquisado sobre a instituição escolar em foco.

O recorte temporal abrangeu o período do ano de 1955 até o ano de 1983, datas justificadas, respectivamente, pela criação da escola e pela saída das Irmãs Catequistas Franciscanas da localidade, encerrando seu trabalho com a Escola Francisco de Assis e todo o ciclo de administração religiosa nela posto em funcionamento.

Dessa forma, para analisar a instituição escolar, buscaram-se respostas para o problema central da pesquisa, a saber: como se deu o processo de criação e instalação da Escola Francisco de Assis e quais foram as transformações ocorridas, tendo em vista os nexos estabelecidos com a comunidade local no período de 1955 a 1983? Para melhor abordá-lo, foram necessários estudos em busca de respostas para questões secundárias e derivadas da problemática principal, quais sejam: como essa Escola foi inserida no processo de escolarização do SMT/MS? Quais influências ou forças políticas, sociais e/ou religiosas contribuíram para a criação e o funcionamento da Escola? Como esta se relacionou com os poderes municipais, estaduais e com a sociedade circundante, constituindo determinada identidade a partir de suas práticas e representações institucionais? Essas perguntas provocam e estimulam desafios inerentes a uma pesquisa histórica.

E, para responder tal problemática, definiu-se, como objetivo geral, compreender a trajetória histórica da Escola Francisco de Assis no período de 1955 a 1983, no contexto da educação escolar do SMT/MS, delimitando-se, como objetivos específicos: i) caracterizar o processo de criação e funcionamento da Escola Francisco de Assis; ii) relacionar a Escola à educação formal no Sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo em vista o processo de ocupação populacional e demandas de escolarização dessa região; iii) analisar o desenvolvimento histórico e identitário, assim como as transformações ocorridas, face às práticas e representações mobilizadas pela instituição escolar.

A partir de estudos bibliográficos, constatou-se que a pesquisa sobre instituições escolares, no campo da História da Educação, teve maior relevância, no Brasil, a partir dos anos de 1990, tornando-se, a partir daí, um tema recorrente nos estudos histórico-educacionais (BELUSSO; SOUZA, 2019). Entende-se que, pela historiografia das instituições escolares, é possível refletir sobre as visões de mundo de cada época, mediante a compreensão e a interpretação do processo educacional de uma determinada sociedade, em suas transformações, representações, progressos e, também, em seus dissabores. Segundo Magalhães (2004):

Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e social de contexto. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Destarte, as instituições escolares se constroem e se transformam de acordo com suas relações com a sociedade, seu território, região, seu público e zonas de influência, se articulando historicamente a partir do modelo educacional vigente e de suas próprias demandas e condicionamentos instituintes.

Para adentrar ainda mais no tema das instituições escolares e definir o objeto ora apresentado, recorreu-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica, pela qual foram realizadas buscas temáticas sobre Historiografia das Instituições Escolares no SMT/MS. Foram consultadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nessas consultas, utilizaram-se os descritores “História da Educação” AND “escola”, “Escola educação” AND “Mato Grosso”, “Instituição escolar” OR “Escolas” AND “Mato Grosso”, porém, não foram encontrados resultados satisfatórios que abrangessem o recorte temporal e geográfico da pesquisa.

Como algumas buscas exploratórias sinalizavam a existência de pesquisas com “grupo escolar”, esse termo foi mobilizado como descritor. Assim, foram realizadas buscas com as seguintes expressões para recuperar resultados de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema nessa localidade: “história da educação” OR “grupo escolar” AND “Mato Grosso” e “grupo escolar” OR “história instituição” AND “Mato Grosso”.

Para definir a seleção dos trabalhos, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos os trabalhos que contemplavam temas sobre instituições escolares e centralizavam seus estudos no SMT/MS, precisamente aqueles realizados sobre a atual microrregião de Dourados, bem como tivessem o recorte temporal da instituição escolar focalizada (1955-1983). Assim, foram selecionados apenas trabalhos que tivessem pesquisado instituições escolares a partir de 1950, para contemplar a década da criação da Escola.

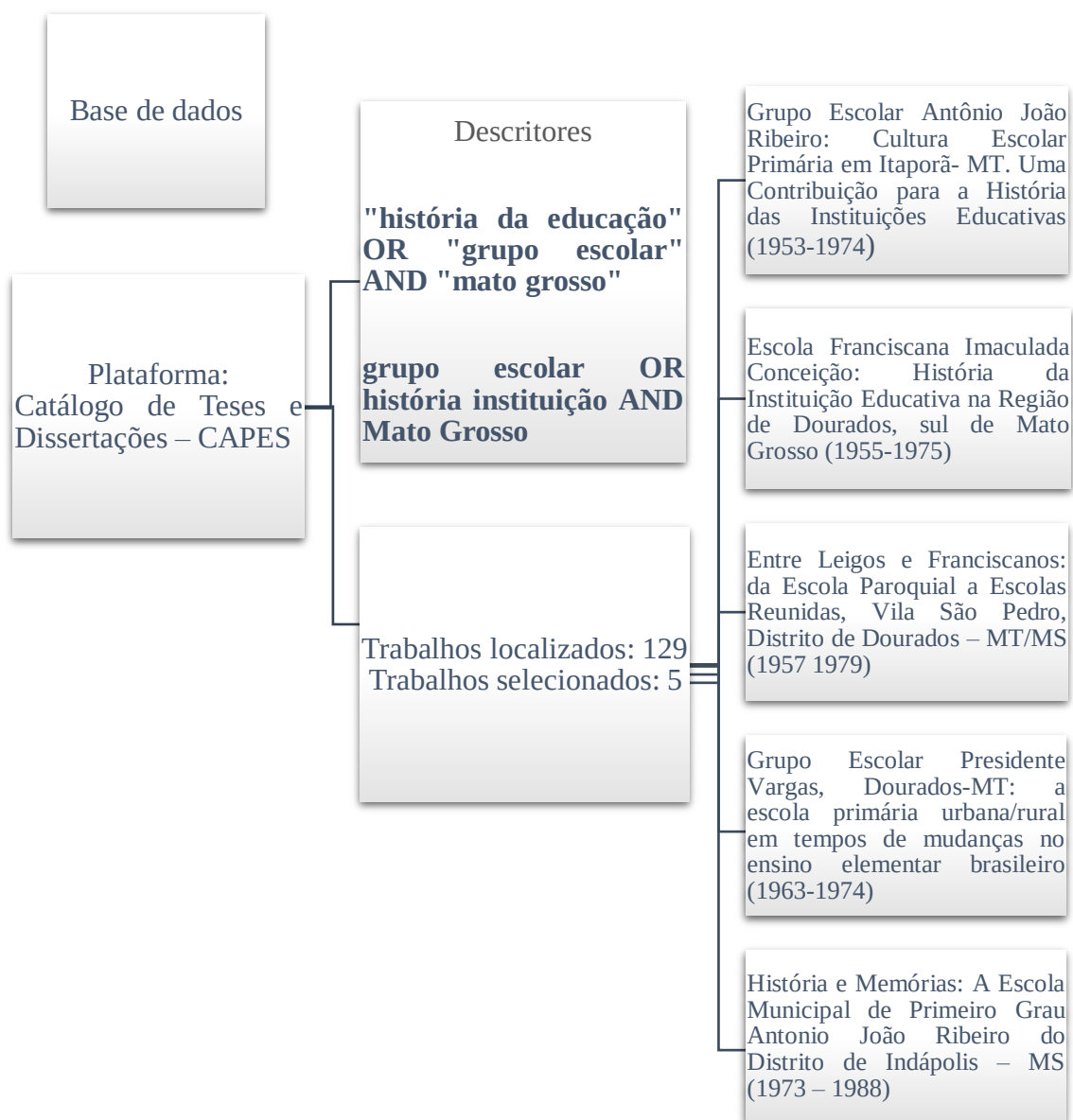
Os critérios de exclusão foram aplicados a todos os estudos que não se enquadraram nos critérios citados, como, por exemplo, um trabalho que apresentava no título o nome do Estado de Mato Grosso, mas que, após uma leitura mais atenta, foi verificada a abrangência de cidades do atual Mato Grosso, sem relação com a microrregião de Dourados. Também isto foi feito em trabalhos que, mesmo abordando o SMT/MS, não atingiam a localidade foco da pesquisa, bem como os que não atendiam ao recorte temporal delimitado. A busca na base de dados BDTD resultou em dezoito trabalhos; entre estes, dois foram selecionados para o estudo de revisão bibliográfica, e, após uma leitura mais aprofundada de ambos, restou apenas um em conformidade aos critérios de inclusão (MONTEIRO, 2011).

Na busca na Base de dados da CAPES, com a aplicação dos filtros tipo de trabalho, área do conhecimento, trabalhos realizados nos últimos dez anos, aplicou-se a busca refinada, sendo localizados 129 trabalhos. Após a leitura e análise dos títulos e dos resumos foram selecionados cinco trabalhos (AMARO, 2018; BORBA, 2019; SILVA, M, 2018; SILVA, W, 2016; RODELINI, 2015). Alguns trabalhos encontrados no CTD/CAPES se repetiram na busca realizada na BDTD. Nesses casos de duplicatas, o trabalho foi computado apenas uma vez.

Ressalta-se a dificuldade de encontrar teses na busca por trabalhos direcionados à historiografia das instituições escolares no SMT/MS no contexto do recorte temporal e geográfico estabelecidos. Os trabalhos selecionados foram todos realizados em nível de mestrado. Após todo o levantamento e buscas de teses e dissertações, foram contempladas apenas seis dissertações. Todos os trabalhos selecionados foram produzidos por pesquisadores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) entre os anos de 2011 e 2019.

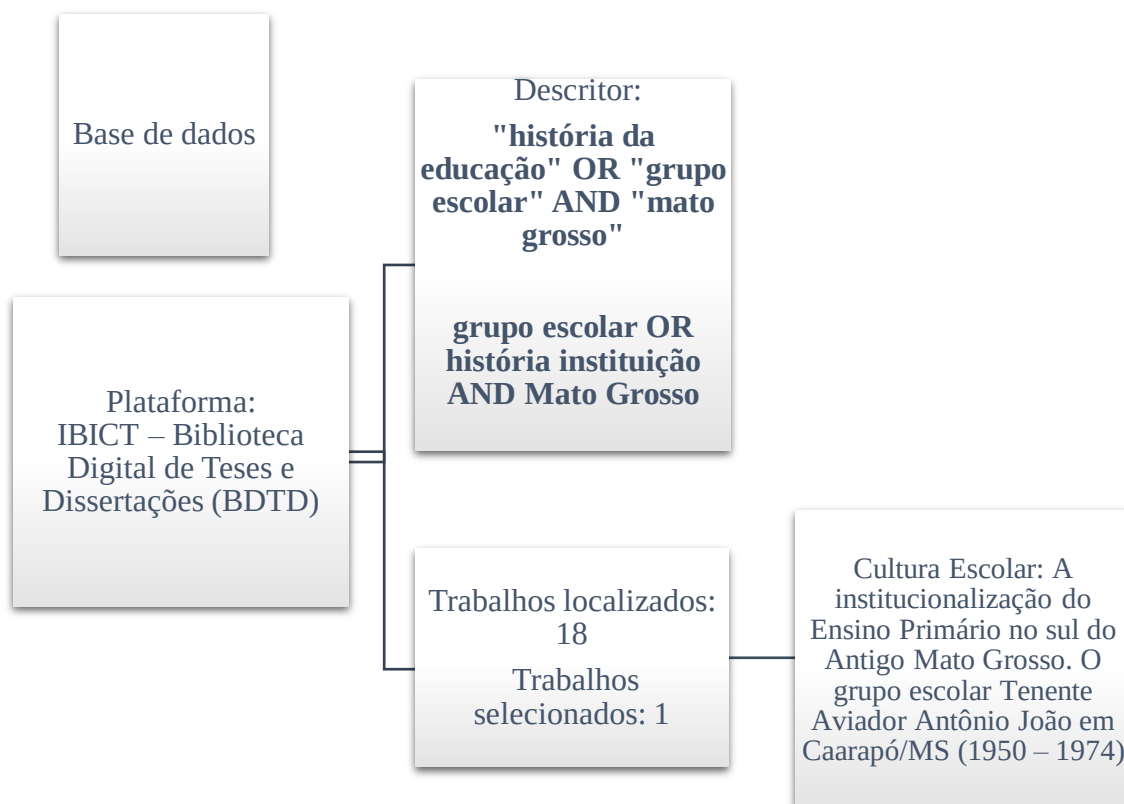
A seguir, nas Figuras 1 e 2, explicita-se a apresentação da localização e seleção dos trabalhos nas plataformas CAPES e BDTD-IBICT.

Figura 1 – Localização e seleção do trabalho na plataforma CAPES



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da pesquisa

Figura 2 – Localização e seleção do trabalho na plataforma BDTD-IBTC



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da pesquisa

Destaca-se que todos os trabalhos selecionados e analisados se basearam na perspectiva teórica da História Cultural a partir da perspectiva francesa. Tais pesquisas possuem uma confluência teórica porque os autores das dissertações estão vinculados a uma linha de pesquisa específica do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação da UFGD, denominada História da Educação, Memória e Sociedade, a qual tem trabalhado, predominantemente, com a História Cultural e/ou com autores de matriz historiográfica francesa, bem como com seus adeptos e intérpretes no Brasil. A figura seguinte corrobora o exposto.

Figura 3 – Teóricos mais citados nas dissertações mapeadas

Autores - Recorrências	
• Diana Vidal	6
• Justino Magalhães	6
• Rosa Fátima de Souza	6
• Dominique Julia	5
• Luciano Faria Filho	5
• Michel de Certeau	5
• Roger Chartier	5
• Antonio Viñao Frago	4
• Jacques Le Goff	4
• Peter Burke	3
• Augustin Escolano	2

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da pesquisa

Nota-se, com base nos trabalhos mapeados, ausência e/ou inexpressividade de citações de outros pesquisadores também dedicados ao universo da história das instituições escolares, como, por exemplo, Paolo Nosella e Ester Buffa, dentre outros, os quais estão vinculados ao paradigma histórico materialista, o que explica sua ausência nos estudos encontrados.

As pesquisas históricas selecionadas foram desenvolvidas com suportes em análise documental, como: documentos escritos oficiais e não oficiais, fontes impressas, fontes orais e iconográficas, visitas a acervos públicos e privados e pesquisa bibliográfica. Essas foram as fontes mais frequentes que apareceram nas dissertações localizadas.

O estudo de revisão bibliográfica oportunizou a compreensão de que a criação e a instalação de instituições escolares no SMT/MS ocorreram de forma lenta e passaram por muitos percalços, como, por exemplo, a falta de lugares para instituir escolas, precariedade de prédios escolares e materiais didáticos insuficientes. Também foi possível constatar envolvimento e contribuições dos agentes sociais, forças políticas e religiosas que fizeram parte desse processo de evolução educacional.

É importante destacar que, no período estudado, a quantidade de escolas rurais era significativa. O ensino rural era predominante, sendo a via principal para a escolarização dos filhos das pessoas do campo que não tinham acesso às escolas urbanas (IRALA, 2014).

No que diz respeito ao envolvimento político, percebeu-se, diante dos estudos, que havia preocupação, por parte dos governantes, em incentivar o povoamento da região. Por meio de estratégias políticas adotadas no Brasil, houve a atração de migrantes brasileiros e de imigrantes estrangeiros em busca de terras para a agricultura. Os migrantes e imigrantes vieram para a região do SMT/MS e foram morar na zona rural em busca de terras, confiantes na promessa do solo fértil, inicialmente com o objetivo de plantar café (RODELINI, 2015).

Segundo Rodelini (2015), devido à qualidade do solo da região, sua fertilidade e produção, essa (i)migração ocasionou um crescimento populacional e levou os colonos a reivindicarem educação escolar para seus filhos, aumentando, assim, a procura pela escola básica. As escolas rurais, porém, eram desprovidas de atenção e investimentos do Governo e passavam por diversas dificuldades, como falta de espaços para a realização das aulas, falta de professores, materiais didáticos insuficientes, entre tantas outras.

Constatou-se, nas dissertações, três modalidades de organização escolar implementadas: escolas isoladas, escolas reunidas e os grupos escolares. As escolas isoladas e reunidas eram escolas localizadas em áreas rurais com menor fluxo de pessoas. Assim, uma localidade onde havia três ou quatro escolas isoladas constituía uma escola reunida. Já os grupos escolares foram criados pelo Governo no SMT/MS, almejando o progresso e a expansão urbana no processo de institucionalização do ensino primário, com vistas à superação do atraso econômico e uma reforma social da cultura popular, com novos valores morais, comportamentos e mentalidades. Para os governantes, a escola era o principal meio para a concretização dos interesses econômicos e políticos, sendo os grupos escolares o meio difusor dos ideais que levariam à busca pela modernidade e pelo progresso da educação local (RODELINI, 2015).

Outro ponto a ressaltar é a influência da Igreja Católica na criação e instalação de algumas instituições escolares. Os franciscanos visavam à disseminação da religiosidade e, para isso, se envolveram no campo educativo, pois vistos como pessoas preparadas intelectualmente. Assim, em muitas escolas da referida região, os franciscanos tiveram participação ativa, criando instituições escolares, dirigindo algumas delas e lecionando (BORBA, 2019).

Além disso, encontrar professores ministrando aulas na condição de não habilitados era um fato comum, predominando a atuação na categoria de professor leigo. Aqueles que pretendiam continuar seus estudos precisavam se deslocar para outras cidades, pela ausência de instituições de formação. Os professores habilitados encontravam muitas barreiras para trabalhar no meio rural. Esses profissionais não eram bem remunerados, havia atrasos no salário, faltava transporte – o que dificultava o acesso até a escola –, carência de materiais didáticos, entre tantas outras situações (MONTEIRO, 2011).

Destarte, apesar dos estudos sobre instituições escolares terem se ampliado de maneira geral, ainda se percebe a incipiência dessas produções historiográficas voltadas para o SMT/MS, especificamente no que tange à microrregião de Dourados. Nas dissertações mapeadas foi possível perceber a necessidade de aprofundar análises referentes às instituições escolares e à expansão da escolarização no SMT/MS, como também melhor compreender a influência e contribuição da missão franciscana na educação.

São questionamentos que persistem com o tempo, como as discrepâncias regionais, a carência e lentidão na construção de escolas nas localidades interioranas e no processo de escolarização, o encontro entre missões e educação escolar, as instalações de escolas em terras de colonização, as influências e interesses sociais, políticos e religiosos na educação, e também as mudanças, transformações e permanências da educação escolar nesse espaço-tempo.

A partir da importância do tema, do interesse pessoal da pesquisadora e pelo estudo de revisão bibliográfica, foi possível delimitar o objeto desta pesquisa, a instituição escolar Francisco de Assis, cuja gênese e funcionamento podem elucidar aspectos fundamentais acerca da presença religiosa na educação escolar do SMT/MS, bem como sobre as condições instituintes, projetivas, normativas e constitutivas da escolarização nessa localidade, em suas singularidades e compromissos histórico-educacionais.

A Escola Francisco de Assis se localizava no município de Itaporã-MT/MS e foi uma das primeiras escolas a oportunizar a escolarização na região rural, como uma instituição que ficou, inicialmente, sob a administração dos padres franciscanos. Segundo Freire *et al.* (2006),

[...] em 20 de janeiro de 1923, quando o então governador do estado de Mato Grosso, Pedro Celestino, reservou, dentro do município de Dourados, uma área de 50.000 ha, para uma futura colonização. Tornou-se a Colônia Municipal de Dourados que, porém, começou de fato a ser explorada por volta de 1946. Em 10 de setembro daquele ano, o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé, instalou, o patrimônio São José da Boa Esperança. (FREIRE *et al.*, 2006, p. 9).

O patrimônio São José da Boa Esperança foi oriundo de um projeto de colonização, cujos colonos chegaram ao povoado advindos de vários estados do país – Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia –, sendo alguns até descendentes de estrangeiros, ademais o lugar já contava com a presença dos índios e de paraguaios. Diante dessa diversidade cultural, ocorreu o processo de colonização do lugar (CARLI, 2008).

Os migrantes chegavam com a família com a expectativa de serem donos de um pedaço de terra. A população da Colônia Municipal de Dourados (CMD) aumentava cada vez mais, e por meio de movimentos políticos e sociais, se deu a criação do município de Itaporã. Em 1953, pela Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei nº 370, de 31 de junho de 1954, a Colônia foi elevada a município (CARLI, 2008).

A população da região foi sendo formada a partir da ideia de solo fértil, de forma que o processo de “migração rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias regiões de Mato Grosso” (RODELINI, 2021, p. 3). A vinda dos migrantes para a região, que

acarretou o crescimento populacional do município de Itaporã, incitou também a necessidade de escolas para as crianças que ali residiam.

Rodelini (2015) explica que padres franciscanos vindos da Província de Santa Isabel, da Turíngia (Alemanha), por causas políticas e/ou religiosas, chegaram à região de Dourados com a missão de colaborar com a criação de escolas, catequeses e com a organização dos internatos femininos. No ano de 1950, alguns desses padres franciscanos de Dourados receberam, na Colônia Municipal, que mais tarde se tornaria o Município de Itaporã, um lote de 40 hectares, o qual foi denominado de Chácara São Francisco. Posteriormente, no dia 17 de setembro de 1954, os padres franciscanos fundaram, na chácara São Francisco, a Capela São Francisco das Chagas, onde foram dadas as primeiras aulas para os alunos da região.

A Escola Francisco de Assis, inicialmente, foi conduzida pelos padres franciscanos. Depois, tornou-se instituição escolar municipal e, por fim, instituição escolar estadual. Por isso, é imprescindível elucidar como se iniciou e se desenrolou a construção da educação escolar nessa região, haja vista as transformações ocorridas e os diferentes nexos estabelecidos com os sistemas educacionais formais e públicos no SMT/MS ao longo de sua existência.

A pesquisa apresenta, portanto, relevância social e científica, pois, segundo Magalhães (2004), a história de uma instituição educacional pode revelar muitos saberes, pois ela passa por desafios que deixam marcas na vida das pessoas, comunidades e espaços. Ainda segundo o autor, os passos investigativos sobre o passado são de fundamental importância para a compreensão de que as concepções de mundo, de sociedade, de sujeito e de educação não são homogêneas e tampouco ingênuas, mas marcadas por constantes transformações. A história não é uma somatória de fatos, não se dá por uma sucessão linear de acontecimentos, mas é um processo contínuo marcado por rupturas e ou retomadas (MAGALHÃES, 2004).

Como no caso da Escola Francisco de Assis, a vida funcional e administrativa de uma instituição pode até se findar, porém, ela não deve ser esquecida, e seus efeitos se prolongam no tempo. É importante historiar o legado que esta deixou para a sociedade, sua contribuição para a formação dos indivíduos em uma determinada época, assim, sua história contribuirá para o entendimento da educação junto ao sistema político-educacional e cultural em um determinado espaço e período. As pesquisas no campo das instituições escolares possibilitam não apenas reconstruir³ a história de uma determinada instituição escolar, mas também entender os interesses que a circundam, sejam políticos, religiosos, ideológicos, econômicos ou outros.

³ O verbo reconstruir está sendo utilizado no texto de acordo com a concepção de Barros (2012) que, apoiado nos *Annales*, considera a historiografia uma reconstrução, no sentido de organizar a narrativa por meio da discussão da história e não reconstituir exatamente como ela aconteceu. “‘Reconstituir’, é este o ponto, pressupõe uma atitude

Partiu-se do pressuposto de que a Escola Francisco de Assis colaborou com a educação formal, fazendo diferença na vida da população local, oportunizando acesso à educação para os moradores daquela área rural, dadas as dificuldades que os pais de alunos encontravam para se deslocar até a zona urbana, além de sua indisponibilidade de tempo para tais deslocamentos diários. Considerar a importância das instituições escolares é refletir sobre a criação de escolas no Brasil em diferentes contextos sócio-histórico-culturais e políticos, sem cair na armadilha dos “grandes nomes”, “grandes instituições” e “grandes feitos”, os quais omitem os agentes históricos na sua ação cotidiana criativa. A história se deslocou dos grandes modelos e foi para a margem analisar as diferenças e não apenas fatos padronizados (CERTEAU, 1982).

Para tanto, do ponto de vista teórico-metodológico, para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se respaldo na História Cultural de aceção francesa. Como Barros (2011, p. 60) aponta, “[...] a História Cultural tem se oferecido cada vez mais como campo historiográfico aberto a novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual”.

Desde as últimas décadas do século XX, as diferentes possibilidades de analisar a história, com a chamada (Nova) História Cultural, oportunizam ao pesquisador novas perspectivas no modo de abordar a história, direcionando o seu olhar por vários ângulos, dentre os quais Barros (2005) ressalta:

[...] a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura”. (BARROS, 2005, p. 126).

A História Cultural na aceção francesa permite que os olhares se voltem para as especificidades humanas e que o pesquisador busque novas abordagens, aproximando-se dos indivíduos de uma sociedade, no desenvolvimento de suas múltiplas práticas cotidianas e na forma como leem seu mundo e a ele dão sentido. “Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1988, p. 41).

De acordo com Chartier (1988), a História Cultural oportuniza ao historiador escrever sobre a cultura de uma época por meio das práticas, apropriações e representações que foram significativas aos indivíduos de uma sociedade, através de seus modos de viver e pensar. O

inteiramente distinta da que está implícita no verbo ‘reconstruir’, este que se aplicava à própria postura dos annalistas face à sua reconstrução histórica a partir de uma história-problema” (BARROS, 2012, p. 99).

autor ainda explica que as representações não são neutras; elas são construções e percepções sobre o real que acontecem diariamente por meio das relações de conflitos, disputas, discursos, baseadas nos interesses dos grupos sociais e em suas apreciações identitárias. Essa vertente tem colaborado para que os estudos sobre a História da Educação ampliem seu potencial analítico e abandonem estereótipos, trazendo para a pesquisa sujeitos ordinários de práticas comuns.

A História Cultural de perspectiva francesa abriu, então, espaço para que estudiosos ampliassem os temas de pesquisa e buscassem novas fontes, fizessem novas perguntas, e também expandiu as formas de análise, contribuindo significativamente para os estudos históricos de modo a facilitar a compreensão das práticas culturais e simbólicas que compõem a vida social humana: modos de ser, de fazer, de viver, de educar, dentre tantas outras. “A historia cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos” (CHARTIER, 1988, p. 16-17).

Nessa direção, Chartier (1988) é uma das principais referências desta pesquisa, mediante os conceitos de práticas e representações. Para o autor, são muitos os caminhos para se entender como, em diferentes lugares e momentos, uma sociedade é construída por intermédio de suas relações. Ao existir, o sujeito já está produzindo cultura, suas práticas são inscritas em representações culturais, seu modo de falar, de agir, seu comportamento. O ser humano é gerador de cultura, e, para isso, ele não precisa produzir uma obra de arte ou ser um intelectual, basta nascer e viver em uma sociedade, assim, estará produzindo, desenvolvendo e recebendo cultura. O termo cultura, “[...] antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modo de vida (BURKE, 2005, p. 48).

Barros (2005) explica que a ideia de práticas culturais deve ser pensada como:

[...] não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros. (BARROS, 2005, p. 131).

Segundo Chartier (1988), as práticas e representações influenciam diretamente as ações e percepções dos indivíduos, formam identidades, constroem sociedades, classificam e dividem o real. Essas ações estão constantemente em conflitos, os quais movem a sociedade e dão sentido e significado aos grupos sociais. Elas estão intrinsecamente ligadas à época, tempo e lugar, influenciando a forma como os sujeitos se comportam, dando significações às suas práticas culturais. O poder e a dominação estão regularmente presentes entre os diferentes

grupos sociais que, apoiados em suas ideologias, fazem uso de símbolos, discursos e ações para suas apropriações e representações. Assim, as representações são forças simbólicas construídas, que entram em conflitos, geram categorizações sociais e desencadeiam ações.

Tais conceitos vão ao encontro da perspectiva de Magalhães (2004), de maneira que esta dissertação também se fundamenta teoricamente nas orientações desse autor, cuja proposta incide sobre a construção da identidade histórica de uma dada instituição em suas múltiplas dimensões e nexos, ou seja, discute sua dinâmica socioinstitucional.

Ainda de acordo com Magalhães (2004), uma instituição não é somente um espaço físico ou um sistema, mas, sim, um conjunto de ideias, relações sociais, normas, representações e apropriações, de modo que historiar uma instituição educativa é compreender seus processos de desenvolvimento nas e pelas relações sociais com os sujeitos envolvidos. A educação é construção e reconstrução, permanência, formação e mudanças, e a historiografia das instituições educacionais é a base para o entendimento desse processo histórico.

O autor explica que o historiador, nas pesquisas sobre instituições escolares, deve voltar seu olhar para as relações com a sociedade, os papéis sociais dos atores envolvidos, as influências e determinações mais amplas, sem deixar de lado as singularidades e as relações institucionais internas, definindo, como foco de análise, a mesoabordagem. Dessa forma, o pesquisador não se prende ao interno, mas atenta-se a todo o movimento da história, considerando, além da instituição escolar, o local e a região geográfica onde a mesma se encontra. Contextualizando sempre com o global, “[...] a história dos municípios na educação assinala tensão, intermitências e continuidades (MAGALHÃES, 2019, p. 19). Ainda segundo o autor, tratar sobre a história dos municípios possui relevância histórica e pedagógica, pois os municípios são locais educativos. Assim, entende-se que, para historiar uma instituição escolar, é importante implicá-la no processo de evolução da comunidade/região, nos variados contextos; abranger o todo sem perder suas particularidades (MAGALHÃES, 2004).

Magalhães (2004) ressalta que o processo educacional histórico é composto por uma dimensão micro, macro e meso, onde o micro são as particularidades que envolvem a instituição escolar, a sala de aula por exemplo, as práticas pedagógicas, os sujeitos desse ambiente. A dimensão macro envolve o institucional, o sistema de ensino, as políticas educacionais. Já a mesoabordagem é a análise que se justifica dos nexos estabelecidos entre as abordagens macro e micro, e envolve o interno e o externo, são as relações dentro e fora dos muros da escola, indicando, pois, a necessidade de abranger todo o contexto de uma instituição escolar e sua cultura. Estudar uma instituição é compreendê-la desde sua origem, a organização do seu funcionamento, expandindo o olhar para além da materialidade, o que oportuniza ao historiador

uma reconstrução do processo histórico, mediante a compreensão das práticas que compõem a identidade histórica, as representações simbólicas institucionais em seu contexto e as circunstâncias que permearam seu progresso durante a sua existência (MAGALHÃES, 2004).

O chão da escola é repleto de diversidades culturais, o que torna a escola produtora de cultura. Cada instituição escolar constrói a sua identidade no seu cotidiano. Para Magalhães (2004, p. 124), não existe uma receita pronta, já que as instituições são como “organismos vivos”. Dessa forma, consoante à perspectiva adotada, além de Chartier (1991) e Magalhães (2004), esta pesquisa também se fundamenta em Julia (2001), segundo o qual a cultura escolar está definida em relação às normas e às práticas escolares, e Frago (1998, p. 2), para quem a cultura escolar tem sido entendida como “[...] uma das ‘caixas pretas’ da historiografia educativa é a ‘história da realidade cotidiana da educação’ o ‘conteúdo’ e ‘natureza interna da educação’ [...]”. Esse último autor complementa que é importante estudar a interação entre o institucional-organizativo e o cultural, pois:

A cultura escolar é institucional e institucionalizada. Tem lugar, se produz, no seio de instituições docentes e de um sistema educativo, e se oferece como um conjunto de ideias, pautas e práticas relativamente consolidadas, como modo de hábitos. Os aspectos organizativos e institucionais contribuem, assim, a conformar uns ou outros modos de pensar e atuar e, por sua vez, estes modos conformam as instituições em um outro sentido. (FRAGO, 1998, p. 5).

A perspectiva de Certeau (1982) também foi adotada nessa produção historiográfica. O autor aponta que uma operação historiográfica é um fazer, uma fabricação, de maneira que compara a prática do historiador à de um operário que:

Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece às regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as "curiosidades", os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história). (CERTEAU, 1982, p. 72).

Além disso, o historiador se apoia no amparo teórico-metodológico das operações que regem a escrita da história, evidenciando o fato de uma operação historiográfica se basear em diversos métodos de investigação, questionamentos, interpretação e averiguações nos modos de organização. Conforme Certeau (1982), em uma pesquisa científica, o historiador deve fazer uso de técnicas e abordagens para o tratamento e interpretação das fontes para que essas respondam a novas perguntas. O pesquisador de transpassar os silêncios. Aquele autor ressalta:

Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. (CERTEAU, 1982, p. 75).

Também Le Goff (1990) é suporte teórico que fundamenta a importância do questionamento das fontes para uma pesquisa histórica. Para esse autor, as fontes são o caminho que sustentam uma pesquisa histórica. Os documentos são considerados monumentos, os quais são criados para lembrar fatos do passado com a intenção de preservar memórias, sejam eles escritos, iconográficos, esculturais, dentre outros (LE GOFF, 1990).

Os monumentos/documentos trazem consigo aspectos simbólicos, afetivos, com alguma intencionalidade, ligados principalmente às relações de poder. Por isso, o pesquisador deve se atentar às estratégias simbólicas que determinam e influenciam as posições e relações sociais inscritas nos documentos, entendidos, sob essa ótica, como monumentais. Os documentos permanecem, eles são monumentos resultantes da intenção das sociedades que podem desvendar relações de poder associadas aos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Cabe ao pesquisador interpretá-los, por meio de análises, críticas e reflexões, compreendendo, assim, essas intencionalidades neles imbricadas (LE GOFF, 1990).

Na produção de documento, existe uma sociedade, uma intenção, um objetivo, algo a alcançar, algo que já foi construído. Sendo os documentos frutos de intenções de uma sociedade que os fabricou, eles devem ser vistos numa perspectiva monumental, levando os pesquisadores a alargarem suas investigações e questionamentos acerca das fontes históricas e das relações de forças à luz das quais foram produzidas. Frente às posições de Le Goff (1990), parte-se da ideia de documento/monumento para a operação de crítica documental, de modo a se perceber as questões que circundam um documento, como as subjetividades, relações de interesses sociais e políticos, as práticas culturais, as intenções e representações de quem os elabora.

Também se buscou apoio em Le Goff (1990) quanto ao conceito de memória, a qual é a base de apoio para o compartilhamento de histórias já vividas, já experienciadas. A memória é objeto da história e motor para seu desenvolvimento. A escrita e as narrativas orais são fontes que se complementam mutuamente. A memória é parte do ser humano. Por meio da memória, as pessoas despertam suas lembranças, ligam o passado ao presente mediante as experiências vividas socialmente. Através dos relatos buscados na memória, podem-se conhecer anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época (LE GOFF, 1990).

Todos os dias, o passado está sendo (re)construído; ele é um elemento da nossa memória. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 410).

Pode-se compreender que a memória contribui para a pesquisa identificando os sujeitos e os fatos ocorridos na história. Rememorar é construir representações próprias para si e para a sociedade. Assim, ela emerge como auxílio em estudos e pesquisas, tornando-se fundamental no processo de desenvolvimento de um trabalho historiográfico.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 1990, p. 411).

Quando o pesquisador encontra o ser humano que vivenciou ou testemunhou um fato, esse testemunho apresenta grande significância para uma pesquisa histórica. Até mesmo depois, com o passar do tempo, as entrevistas produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas científicas. Porém, Le Goff (1990) explica que é preciso estar atento, pois a memória coletiva já foi alvo na luta das forças sociais pelo poder. Muitas vezes, alguns grupos sociais preferem os esquecimentos, fazendo com que acontecimentos do passado não sejam relatados e/ou fiquem obscuros. Gatti Júnior e Gatti (2018) complementam ressaltando:

Muitas vezes, as memórias das pessoas ocultam os conflitos e salientam os aspectos mais saudáveis e saudosos de suas experiências escolares, mas, com alguma provocação de um entrevistador, por exemplo, elas não demoram a relatar lembranças de situações conflituosas no ambiente escolar, bem como as sanções aplicadas aos indivíduos no processo de se tornarem cidadãos. (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2018, p. 33).

Tendo em vista o referencial adotado, no que tange ao desenvolvimento metodológico desta pesquisa histórica, e considerando os objetivos propostos, foi fundamental adotar um conjunto de técnicas de análises documentais, visitas a acervos e arquivos históricos e trabalho de campo por meio de depoimentos orais, tomando-se a memória como fonte histórica. Ademais, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, em materiais impressos e eletrônicos para subsidiar a escrita deste trabalho.

Para a produção de fontes escritas oficiais e de rotina administrativa da instituição escolar, recorreu-se ao arquivo da Escola Estadual Olívia Paula, localizada no distrito de Piraporã, município de Itaporã. Essa instituição escolar foi o destino dos documentos da Escola Francisco de Assis. Nessa busca, encontrou-se uma barreira, pois a Escola Olívia Paula passou

por uma reforma e alguns documentos foram extraviados. Então, foi possível o acesso somente às atas de resultados finais a partir do ano de 1964.

Recorreu-se a arquivos pessoais de ex-alunos e ex-diretores, por meio dos quais se obteve acesso a alguns documentos da escola, como com a ex-professora e ex-diretora Marlene Barbosa Sampaio, nascida no ano de 1950, que atuou na escola como diretora a partir do ano de 1983. Ela organizou os documentos em uma pasta catálogo com a finalidade de conservá-los. Também foi possível localizar com o senhor Milton Rebeque, ex-aluno e ex-morador do Bairro São Francisco, alguns livros de registros escolar, os quais estão nomeados em sua capa como: República dos Estados Unidos do Brasil - Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931 e Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar⁴.

Houve, ainda, a colaboração de algumas religiosas, como a Irmã Feliciano Bento, nascida no ano de 1933, que, com muita generosidade e presteza, escreveu cartas com informações valiosas, tendo muito colaborado com a pesquisa histórica. Além dela, a Irmã Anita David, secretária da Província⁵ Santa Tereza do Menino Jesus, em Mato Grosso, onde também reside a Irmã Feliciano, contribuiu com informações dos arquivos da secretaria da localidade. Essas informações foram enviadas, pela religiosa, junto às correspondências escritas, assim como o Documento Histórico-Itaporã, além de escritos enviados por mensagem eletrônica via e-mail. A Irmã Cristina, com muita prontidão e gentileza, enviou alguns documentos por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp, como o Memorial da Irmã Feliciano Bento e o da Irmã Clélia Maria Cattoni, em colaboração com a pesquisa histórica.

Na Paróquia de São José de Itaporã-MS, localizou-se o Livro Tombo, no qual se foram encontradas informações sobre a chegada e a vivência dos religiosos na região do Bairro São Francisco. Também se recorreu ao Centro de Documentações Regionais (CDR) da UFGD, a procura de materiais documentais, pois o laboratório abriga documentos regionais. Sabendo de tal possibilidade, buscou-se documentos referentes à Escola Francisco de Assis, ocasião na qual foi possível o acesso ao Requerimento de Adicional da Irmã Clélia, datado de 1969. No Quadro 1 relacionam-se os documentos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

⁴ Aparelhamento Escolar refere-se a mobiliários, utensílios e material didático de uso permanente.

⁵ Província: reunião dos conventos ou ordens religiosas de um país (PROVÍNCIA, 2023).

Quadro 1 – Fontes relacionadas à Escola Francisco de Assis

Fontes históricas	Data de registro
Livro de Registro Escolar: Matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar	1955 a 1969
Diário Oficial Criação de Escolas Rurais Mistas	20 de abril de 1955
Diário Oficial Auxílio Financeiro do Estado para a Escola Francisco de Assis	10 de novembro de 1956
Atestado de criação da Escola São Francisco.	6 de julho de 1956
Livro Tombo da Paróquia de São José da cidade de Itaporã-MS	10 de maio de 1956
Documento Histórico-Itaporã Obras e Serviços Anexos-Escola Primária e Pastoral Paroquial	1964
Requerimento de Adicional – Irmã Clélia, datado de 1969 (CDR/UFGD)	1969
Decreto nº 63/74 criação da Escola “Francisco de Assis” pelo município	14 de outubro de 1974
Atas dos resultados finais	1964 a 2003
Autorização de funcionamento até a 4ª série	26 de dezembro de 1974
Justificativa de requerimento de transferência da escola do município para o Estado	26 de abril de 1976
Autorização nº 172/76, de funcionamento de 1ª a 8ª série do Ensino de 1º grau	30 de abril de 1976
Cópia do Diário Oficial Termo de Convênio Estado e Prefeitura	08 de novembro de 1976
Cópia do Diário Oficial Decreto nº 849, que versa sobre a autorização de funcionamento da 1ª a 8ª série da Escola Francisco de Assis	30 de dezembro de 1976
Planta da área doada para a Prefeitura Municipal de Itaporã	12 de fevereiro de 1978
Escritura pública de doação outorgante Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas e outorgada donatária a Prefeitura Municipal de Itaporã	01 de julho de 1978
Cópia do Jornal “O Progresso” com a Publicação do decreto de autorização de doação de uma área de terra, onde se encontra construída a escola, da parte da Prefeitura Municipal de Itaporã para o Estado de Mato Grosso do Sul.	27 de março de 1981
Cópia da publicação do Decreto nº 966 de incorporação da Escola Francisco de Assis à Rede Estadual de Ensino	03 de abril de 1981
Planta baixa da Escola Francisco de Assis	19 de fevereiro de 1981
Ofício nº 21/1981, referente à solicitação de energia elétrica para a Escola Francisco de Assis	16 de novembro de 1981
Ofício nº 7510/2127/81, referente à informação sobre energia elétrica	24 de novembro de 1981
Ofício nº 3613/ARE/1962/NSVERF/81, referente à autorização de ligação de energia elétrica	01 de dezembro de 1981
Deliberação CEE nº 431 de Reconhecimento do ensino de 1º grau completo na Escola Francisco de Assis – 1ª a 8ª série e Validação de estudos referente ao período de 1978 a 1981	10 de dezembro de 1982
Relatório/Parecer nº 388/82 de Reconhecimento do Ensino de 1º grau – 1ª a 8ª série e Validação de estudos referente ao período de 1978 a 1981.	10 de dezembro de 1982
Cópia do Diário Oficial nº 1013 – Resolução/SE nº 55, Escola de difícil acesso.	03 de fevereiro de 1983
Registro de Imóveis em nome do Estado de Mato do Sul	16 de dezembro de 1983
Correspondências de relatos escritos da Irmã Feliciano Bento sobre sua vivência no Bairro São Francisco e contribuições da Irmã Anita	20 de junho de 2022
Correspondência via e-mail Relatos da Irmã Feliciano	05 de julho de 2018
Mensagens e documentos enviados pelo aplicativo de mensagem WhatsApp, Memorial sobre a Irmã Clélia e Irmã Feliciano	29 de novembro de 2022

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fontes históricas

Ainda em busca de documentos para a pesquisa histórica, foram exploradas fontes iconográficas de arquivos pessoais de ex-alunos(as), pais de ex-alunos(as), ex-professoras e ex-diretora. Essas pessoas foram fundamentais para o enriquecimento das fontes históricas, o que possibilitou a pesquisa de fotografias relacionadas à Escola Francisco de Assis, em diferentes momentos dessa instituição escolar, desde quando as Irmãs estavam na direção da escola.

A fotografia aproxima o pesquisador dos acontecimentos do passado, pois, assim como todo documento, ela é uma representação. Embora a fotografia seja uma imagem fixa, ela apresenta, na cena retratada, algo que existiu, cabendo ao pesquisador interpretá-la e problematizá-la. Essa fonte se torna mais completa quando aliada a outras fontes, como relatos orais, memórias e fontes escritas, pois, elas se completam mutualmente.

Para Mauad (1996, p. 10), “Do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo [...]”. A autora explicita que a fonte histórica pode ser vista como monumento fabricado pela sociedade, um produto cultural que pode carregar interesses de despertar certos comportamentos e representações de classe nos grupos sociais. Por trás de uma fotografia existe um fotógrafo que escolheu o melhor ângulo e a melhor cena, movido pelo seu interesse ou pelo interesse do contratante, objetivando transmitir ideias, comportamentos, modos de vida, entre outros propósitos (MAUAD, 1996). A fotografia pode apresentar intencionalidades, ser manipulada com intuito de beneficiar uma causa, propagar valores, ideologias, tradições, etc. por isso, a fonte iconográfica deve passar por questionamentos e interpretações para que seja analisada.

A fotografia desperta a curiosidade do pesquisador para buscar o entendimento dos acontecimentos da época retratada. Por intermédio da imagem, o pesquisador é provocado a desvendar informações relevantes. Sendo impossível negar a cena registrada, é importante reconhecer sua possível produção. Mas o papel do historiador não é descobrir como aconteceu tal produção iconográfica e sim o seu porquê, quais interesses a rondaram. Diante disso, ele não deve ser um sujeito passivo; ao contrário, deve questionar e procurar respostas para obter informações sobre o processo histórico (KOSSOY, 2003).

Para complementar a pesquisa, o trabalho se ancorou também na abordagem da História Oral como ferramenta metodológica de investigação, que permite ao historiador ampliar os modos de problematizar e interpretar o objeto pesquisado, além de possibilitar a abordagem de diferentes grupos sociais. A História Oral viabiliza a produção de uma documentação histórica que foge da rigidez dos documentos oficiais, permitindo a investigação e questionamentos para além do já produzido. Esses documentos são singulares, pois são frutos dos diálogos ocorridos

entre o pesquisador e o participante da pesquisa (FERREIRA; AMADO, 2006). Sarat e Santos (2010) complementam que:

Trabalhar com a história oral torna-se possibilidade de ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos. Este é um dos desafios dos historiadores orais. (SARAT; SANTOS, 2010, p. 50-51).

Segundo os autores, a História Oral é a chave de ativação da memória. A partir dela, o pesquisador terá acesso aos detalhes de cada lembrança ativada pela memória das pessoas entrevistadas, que trarão o passado ao presente. Os acontecimentos são reavivados quando o participante da pesquisa começa a narrar os fatos que vivenciou, presenciou e estão registrados em sua memória (SARAT; SANTOS, 2010).

David, P. (2013) complementa que, por meio da História Oral, o entrevistado demonstra o significado de suas experiências, a forma como ele mesmo interpreta os fatos passados relacionados às questões sociais. Conforme alertam Sarat e Santos (2010), a memória pode ter alterações, pois algum tempo já se passou, mas, ainda assim, o narrador, na maioria das vezes, concilia os fatos com lugares, eventos, fotografias, datas comemorativas, para que a memória seja, dentro das possibilidades, próxima às lembranças. Almeida (2009) ainda reitera que:

[...] o processo de composição das memórias é marcado pelas lembranças, pelos esquecimentos, pelas falas e pelos silêncios [...] metaforicamente, a composição da memória se aproxima mais da ideia de um mosaico, do que um quebra-cabeças, em que as peças encaixam-se com exatidão. (ALMEIDA, 2009, p. 238).

Conforme Almeida (2009), em uma entrevista, o participante pode lembrar somente o que lhe trouxe alegrias e anular o que para ele foram momentos de tristeza ou até mesmo fatos ocorridos com os quais ele não esteve de acordo ou lhe foram desagradáveis na época e por isso os silenciou em sua memória. A entrevista nunca é neutra, pois o narrador sempre defenderá a forma como pensa e, durante a fala, explicará a sua representação da realidade vivida.

Portanto, cada voz se faz importante na pesquisa que possui a História Oral como ferramenta, pois ela permite que o pesquisador encontre respostas para as suas perguntas, além fazê-lo problematizar e refletir sobre o objeto de estudo. A história sempre questionará a memória, o que não é uma tarefa fácil, porquanto exige do pesquisador percepção aos sinais que o entrevistado dá em relação à história contada, cabendo-lhe buscar respostas para as

dúvidas que surgirem no momento da análise, pois, nas entrelinhas, pode haver muitas histórias a serem desveladas. Esse é um dos maiores desafios do pesquisador (SARAT; SANTOS, 2010).

Portelli (2016, p. 12) explica que “[...] a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores [...]”. Assim, os documentos resultantes das narrações dos entrevistados precisam passar pelo mesmo rigor analítico que os outros documentos usados como fontes históricas.

Almeida (2021, p. 34) ressalta que “[...] esses documentos orais não são considerados nem melhores ou piores que outros”. Segundo David, P. (2013), a fonte oral deve complementar a pesquisa e não ser considerada como uma única fonte e de verdade incontestável; precisa ser contextualizada. Além disso, as demais narrativas que possam haver durante a pesquisa, permitem ao historiador perceber os vários grupos sociais envolvidos com a problemática investigada, bem como entender que cada entrevistado apresentará sua visão relacionada às suas experiências. Dessa forma, não se pode permitir uma única verdade, porquanto

[...] o trabalho com História oral deve ser compreendido como produção de conhecimento histórico e científico, o qual demanda abordagem crítica e utilização de métodos para evitar a simples narração descritiva de um depoimento. Assim, respeitando a narrativa empregada pelo entrevistado, o historiador deve contextualizá-la e, para isso, deve dominar o tema proposto. (DAVID, P., 2013, p. 166).

Almeida (2009) ainda ressalta que, durante a entrevista, o pesquisador terá uma ligação com o entrevistado que deve ser acompanhada de respeito pela história que está sendo contada. Necessita, ainda, ter muita atenção às narrativas e sensibilidade ao ouvir as memórias do participante, além de cuidado para não interromper no momento em que este está construindo mentalmente sua narrativa. Além disso, o entrevistador, deve evitar o excesso de formalidade para que o entrevistado se sinta confortável. A entrevista precisa fluir na forma de um diálogo e não como se fosse um depoimento para uma reportagem, daí porque é essencial que o entrevistador direcione a conversa de forma natural, mas sem esquecer das questões necessárias para a análise do objeto (DAVID, P., 2013).

Em outras palavras: é a abertura do historiador para a escuta e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o entrevistador entrar. Do outro lado, é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam seu trabalho. (PORTELLI, p. 15, 2016).

Assim, por meio da História Oral é possível trazer memórias sobre trajetórias de vida, identidade, representações que compõem um grupo, uma comunidade e indivíduos, e as relações culturais. Cabe ao pesquisador compreender a visão de mundo do participante por meio dos questionamentos e análises de cada entrevista que compõe o trabalho de pesquisa.

Sarat e Santos (2010) ainda sinalizam que um procedimento considerado de extrema importância é o pesquisador apresentar ao entrevistado o conteúdo a ser publicado. Este estando de acordo, o historiador, por meio da autorização do depoente, poderá publicar seu texto sem afetar negativamente a vida do participante, sem que este se considere prejudicado. Assim, então, o trabalho contemplará seu objetivo e o pesquisador poderá compartilhar o resultado de sua escrita, como ressalta David, P. (2013):

[...] como resultado do trabalho de História oral, o historiador possibilita que o discurso de determinado indivíduo ou grupo chegue a outras comunidades e possa ser conhecido, além de levar os próprios entrevistados a organizarem seu pensamento sobre si e a refletirem sobre os eventos dos quais fizeram parte. (DAVID, P., 2013, p. 167).

Este trabalho de pesquisa histórica se desenvolveu metodologicamente também por meio de entrevistas, com o objetivo de se responder as perguntas do roteiro antes elaborado. Foram entrevistadas algumas pessoas que, de alguma maneira, fizeram parte da história da Escola Francisco de Assis. Além de terem informações privilegiadas, elas também representam diferentes segmentos da instituição escolar pesquisada.

Para tanto, foi preciso localizar e falar com pessoas de várias épocas da escola, o que permitiu selecionar uma pluralidade de vozes, como ex-alunos, ex-professores, ex-diretores, pais de ex-alunos, pessoas da comunidade para contar, por meio de suas memórias, a relação que mantinham com a instituição escolar e com a comunidade circundante.

Foram contatadas pessoas que residem até os dias atuais na região onde se localizava a instituição escolar, e também pessoas que, atualmente, moram em outras cidades. Sujeitos que tiveram participação direta na criação, na evolução e transformações da escola e até mesmo indivíduos envolvidos indiretamente. A intenção foi selecionar participantes que, por meio de suas memórias e experiências, pudessem falar sobre a trajetória da instituição escolar.

Por meio da entrevista, a memória dos sujeitos é ativada, sendo ela o ponto essencial para o acontecimento desse diálogo, pelo qual os indivíduos vão rememorando suas vivências e dando-lhe significados. A entrevista, como uma ferramenta de pesquisa, busca respostas por meio da memória dos participantes, podendo captar informações detalhadas que, dificilmente, apareceriam se não fosse essa metodologia.

Durante a entrevista, o participante expressa suas emoções ao se referir a um fato rememorado, demonstrando o grau de importância desse acontecimento por meio do olhar, da entonação da voz, dos gestos corporais e expressões faciais; além dos sentimentos e emoções. A entrevista também apresenta intencionalidades de ambas as partes, pois é uma interação entre duas pessoas. É mister reconhecer que a memória apresenta limites, podendo ocorrer equívocos. Dessa forma, é essencial que o pesquisador perceba o que o participante da pesquisa quer expressar e, através de seu olhar crítico, busque o equilíbrio e o cotejo com outras documentações (BELEI *et al.*, 2008).

A memória já foi contestada quanto à sua confiabilidade como fonte, visto que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Todavia, como afirma Thompson (1992), nenhuma fonte histórica está livre de subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Portelli (2016) ainda complementa:

Como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte. (PORTELLI, 2016, p. 17-18).

Considerando que a memória também é uma fonte, foi possível selecionar e contatar um membro da comunidade que presenciou o funcionamento inicial da instituição escolar e que ainda reside na região em que a mesma se encontrava, o Sr. Sebastião Rebeque, nascido no ano de 1946, que, após uma conversa/convite, aceitou conceder a entrevista. Também foi enviado um convite para uma antiga moradora na região do Bairro São Francisco, porém, ela se recusou a participar da pesquisa. Outras pessoas foram contatadas e convidadas, as quais concordaram em colaborar com a pesquisa: a ex-diretora Marlene Barbosa Sampaio; o último professor a lecionar antes da chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, o Sr. Reinaldo Doreto, nascido no ano de 1935; também a Sra. Rosa dos Santos Andrade, nascida no ano de 1954, ex-aluna e mãe de alunos da Escola Francisco de Assis. Além disso, a Sra. Rosa foi casada com um ex-funcionário da escola, que trabalhou como inspetor de pátio por volta de três décadas.

Também foi contatada e entrevistada a ex-professora e ex-diretora Margarida Cornélio Angélico, que atuou na escola como professora, na década de 1980, e, posteriormente, como diretora, na década de 1990 até o ano de 2003, sendo ela a última diretora da instituição escolar. Outra participante que muito colaborou com a pesquisa foi a Irmã Feliciano Bento, hoje residente em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso. Devido à sua idade, 88 anos, e por precauções relacionadas à sua saúde, não foi permitido que a pesquisadora fosse até a Província

de Santa Tereza do Menino Jesus, localidade onde a Irmã reside, mas depois de várias tentativas de contato por meio de ligações telefônicas, chamadas de vídeo, mensagens de WhatsApp e correspondência, foi possível estabelecer a comunicação por cartas, via correio, e por e-mail. Assim, as cartas enviadas pela Irmã Feliciano foram uma fonte escrita que também compuseram a pesquisa ora apresentada.

Segundo Almeida (2021), atualmente, o uso da escrita acontece, na maioria das vezes, pelas telas dos celulares ou computadores. Embora a prática da comunicação por meio de correspondências esteja ficando no passado, para a história, as cartas podem revelar informações que contribuem para que o pesquisador tenha possibilidades de interpretação das práticas culturais e linguagens representativas de determinada época e vivências.

A Irmã Feliciano preferiu escrever, em cartas, as lembranças da época em que esteve no Bairro São Francisco. Por meio desses escritos, ela relatou sua vivência e experiências como missionária na localidade. Trabalhar com cartas vislumbra interesses aos estudiosos, “os agentes históricos como portadores de experiências vividas, por meio da memória, são capazes de construir narrativas e atribuir sentidos formulando sua identidade e do seu grupo social” (ANDRADE; PADOIN, 2017, p. 23).

Sabendo que as cartas podem trazer consigo informações sobre as épocas, sobre os avanços de uma sociedade, suas lutas e representações, as maneiras de ver e pensar, os costumes, a história do ponto de vista de quem escreveu, enfim, um reencontro com a própria história, se faz importante o estudo da memória escrita (MIGNOT, 2005).

Então, para o andamento desta pesquisa foram consideradas e analisadas as cartas da Irmã Feliciano que chegaram carregadas de lembranças, trazendo relatos de acontecimentos na localidade do Bairro São Francisco, o que possibilitou o alargamento da investigação durante a pesquisa histórica. As cartas foram recebidas no endereço da pesquisadora, tendo sido redigidas pela própria Irmã Feliciano, que também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁶ consentindo o uso das informações e sua participação na pesquisa. Também foram recebidos, via correio eletrônico, e-mails. Em um deles constava os relatos escritos, no ano de 2018, pela franciscana, sobre suas lembranças do tempo que viveu na localidade da escola pesquisada.

Também a Irmã Cristina colaborou por mensagem via aplicativo WhatsApp, compartilhando documentos em que as Irmãs Feliciano Bento e Clélia Maria Cattoni

⁶ O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFGD), como consta no Parecer consubstanciado de número 5388695.

registraram suas memórias. Outras pessoas que colaboraram com a pesquisa histórica foram o Sr. Ismar Moreira, nascido no ano de 1934, que, além de enviar a foto do seu contrato de trabalho com a escola, também enviou mensagens de voz pelo aplicativo WhatsApp, e sua esposa Iraíldes Moura Moreira, nascida no ano de 1937, que trabalhou como professora na escola do Bairro São Francisco.

Abaixo, no Quadro 2, são listados os nomes dos participantes da pesquisa que colaboraram com depoimentos orais e escritos, resgatando as lembranças por meio da memória.

Quadro 2 – Participantes da pesquisa

Nome	Data das entrevistas	Função/envolvimento	Período (século XX)
Sebastião Rebeque	11/05/2022	Aluno/ pai de alunos	Década de 50/80 e 90
Marlene Barbosa Sampaio	18/05/2022	Professora/Diretora	Década de 70/80/ 90
Rosa dos Santos Andrade	25/05/2022	Aluna e mãe de alunos	Década de 60/80/90
Margarida Angélico Cornélio	01/06/2022	Professora/Diretora	Décadas de 80/90/2000
Reinaldo Doreto	08/06/2022	Professor leigo	Década de 60 a 80
Irmã Feliciano Bento	28/06/2022	Professora	Década de 60 a 80
Iraíldes Moura Moreira	22 e 28/07	Professora leiga	Década de 50 a 60
Ismar Moreira	22 e 28/07	Professor leigo	Década de 50 a 60

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base nos dados coletados

Os participantes foram esclarecidos sobre as condições éticas e propósitos da pesquisa mediante o TCLE, disponibilizado em apêndice, o qual foi assinado por eles, expressando sua concordância e participação voluntária. A partir daí, foram iniciados os diálogos, sendo alguns realizados de forma presencial e outros por meio de mensagens de voz e de texto, além de informações escritas por correspondência. As entrevistas foram gravadas em áudio e armazenadas digitalmente em um banco de dados. Todos os participantes citados no Quadro 2 aceitaram ter seus nomes revelados na pesquisa, portanto, não há nomes fictícios neste estudo.

Salienta-se que as fontes passaram por tratamento e sistematização dos dados. As entrevistas foram transcritas e analisadas, tendo sido alguns trechos textualizados para melhor legibilidade, além de ser “conveniente que as falas transcritas, para serem apresentadas publicamente, recebam pequenos ajustes na grafia” (MANZINI, 2014, p. 13). Os documentos escritos e iconográficos também passaram por análises, categorizações, questionamentos e críticas para viabilizarem a escrita sobre a criação, as transformações e os nexos estabelecidos pela Escola Francisco de Assis na educação no SMT/MS, em narrativa historiográfica.

Além das fontes citadas, recorreu-se a alguns livros escritos por memorialistas, utilizados, aqui, como fonte e cotejados com outras, como é o caso do livro *A missão*

franciscana do Mato Grosso, de Knob (1988), que é da mesma ordem dos franciscanos, Ordem dos Frades Menores O.F.M.⁷; o livro *Paróquia São José de Itaporã-MS*, de Freire *et al.* (2006); e o livro *História, Fatos e Coisas Douradenses*, de Capilé *et al.* (1995).

Para apresentar o resultado das análises, dispôs-se esta dissertação em mais quatro capítulos, além desta *Introdução*, que constitui o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, intitulado *Entre o instituído e as condições instituintes: o processo de criação da Escola Francisco de Assis em Itaporã SMT/MS*, buscou-se compreender o processo de criação da Escola Francisco de Assis. Para isso, pesquisou-se sobre o contexto social, político, econômico e educacional na época da instalação da instituição e seus primeiros anos, momento no qual foi coordenada/dirigida pelos padres franciscanos.

No terceiro capítulo, intitulado *A escola institucionalizada e os Franciscanos: educação e missão*, apresentou-se a continuidade do processo de desenvolvimento da Escola Francisco de Assis, tendo em vista os movimentos de ocupação populacional e as demandas de escolarização da região em que a instituição focalizada se situava. Intencionou-se compreender as necessidades e intenções que motivaram a criação da escola, como influências e forças políticas, sociais e religiosas, além dos conflitos enfrentados.

No quarto capítulo, intitulado *A Escola Francisco de Assis: práticas e representações*, pretendeu-se explicitar a compreensão do desenvolvimento histórico e identitário, assim como evidenciar as permanências e transformações ocorridas durante o período de 1955 a 1983. Tratou-se de uma escrita sobre as práticas e representações mobilizadas pela instituição escolar e que foram sendo desenvolvidas ao longo de seu percurso no decorrer dos anos referidos.

Por fim, nas *Considerações Finais*, apresentou-se uma escrita sobre as contribuições da pesquisa e também as indicações de novos estudos e aprofundamento na temática Instituições Escolares, sabendo que esse é um campo cujos estudos não se esgotam e sempre terá novas problemáticas e possibilidades a serem estudadas.

⁷ “A Ordem dos Frades Menores, fundada por São Francisco de Assis, é uma fraternidade. No cumprimento mais completo de sua consagração batismal e em resposta ao chamado divino, os frades se entregam totalmente a Deus, seu amor supremo; pela profissão de obediência, pobreza e castidade, que devem viver no espírito de São Francisco”. Fonte: disponível em: <https://ofm.org/about/>.

2 ENTRE O INSTITUÍDO E AS CONDIÇÕES INSTITUINTES: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS EM ITAPORÃ-MT/MS

No intuito de compreender a história da Escola Francisco de Assis, discutiu-se aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais, tanto do Brasil quanto do SMT/MS, para, então, chegar à história do município de Itaporã e, posteriormente, da Chácara do Bairro São Francisco, conhecida como Lote dos Padres, local onde a Escola Francisco de Assis foi criada.

Nessa perspectiva, foram seguidas as orientações de Magalhães (2004), quem norteia o pesquisador a integrar a instituição escolar num contexto mais amplo de acontecimentos e desenvolvimentos históricos para, então, abranger o contexto local social, político e econômico. Trata-se de situar a instituição entre o nível macro e o micro, fazendo uma mesoabordagem com as rupturas e permanências da história.

Almejou-se chegar até a cidade de Itaporã, compreendendo o processo de emancipação do município, a criação da Chácara Bairro São Francisco e as motivações para a instalação e funcionamento da Escola Francisco de Assis.

Este capítulo foi dividido em seções. Na primeira delas, apresentaram-se aspectos da implementação do ensino primário no Brasil e em Mato Grosso, dando ênfase para o SMT/MS, mais precisamente na região da Grande Dourados, com o ensino na zona rural.

Depois, abordou-se o contexto político da época, as ocupações do território interiorano brasileiro no SMT/MS e a colonização desse local, inclusive com a criação das Colônias Agrícolas, com maior relevância para a Colônia Agrícola de Dourados (CAND), motivada pelo projeto difundido pelo presidente Getúlio Vargas sob o mote de “Marcha para o Oeste”, que levou a população a se movimentar em busca de terras e farturas no interior do Brasil.

Em seguida, explicitaram-se informações sobre a criação dos municípios de Dourados e Itaporã. Descreveram-se os conhecimentos obtidos sobre a missão franciscana no SMT/MS, também no município de Dourados e em Itaporã, e na Chácara do Bairro São Francisco.

Para Gatti Júnior (2002), o importante é fazer o resgate das informações articulando-as à problemática da localidade onde a instituição está inserida, do contexto político e educacional, para, então, compreender as representações cristalizadas de escola, de professores, da comunidade em geral e entender os processos de escolarização vivenciados no país.

Por fim, problematizou-se a criação da escola, pensada pelos padres franciscanos em consonância com os moradores locais e concretizada por esses religiosos advindos da Alemanha. A ideia foi oportunizar a compreensão do processo de criação da Escola Francisco de Assis.

2.1 O ensino primário no Brasil e na zona rural do Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul

O ensino primário sempre foi considerado, nos discursos políticos do Brasil, um alicerce necessário e principal, contudo, esse ensino não abrangia a todos. A educação popular e a organização da escola primária foram temas de discussões no Brasil, mas as estratégias de mudanças na educação aconteciam atreladas aos interesses políticos e econômicos dos estados, pouco favorecendo a maioria da população. O ensino acontecia, porém, de forma muito lenta.

Segundo Lima, B. *et al.* (2020), no ano de 1940, mais uma vez, a escola foi o suporte para a promessa da ordem e divulgação de ideias políticas, econômicas e sociais. Eram propagadas, por meio da imprensa e rádio, ideias para reduzir o analfabetismo. Frente a isto aconteceram as reformas, dentre elas, a Reforma Capanema, referente a uma série de decretos-leis que almejavam uma nova configuração para o ensino brasileiro.

Com a Reforma Capanema, o ensino primário e normal deveria instruir os trabalhadores para desenvolver suas habilidades técnicas. Também se implementou o ensino profissional voltado para a indústria, comércio e agricultura, e o ensino secundário foi dividido em ginásial e colegial, este último contemplava a classe média. A Reforma Capanema foi responsável por impulsionar a reestruturação educacional brasileira, porém, essa reorganização do ensino deixava perceptível a diferença entre a população. O governo apresentava uma visão capitalista urbano-industrial com a formação da população de baixa renda. Esses interesses eram responsáveis por impedir a expansão da educação (LIMA, B. *et al.*, 2020).

Ainda segundo Montalvão (2021), a Reforma Capanema se desenvolveu em meio a uma crítica centralização política e administrativa, com influências de correntes conservadoras da Igreja Católica e do exército, que predominava o rigor e a disciplina. Para o autor,

A reforma Capanema procurou elevar o ensino secundário a um padrão não só condizente com as expectativas de obtenção de mão de obra qualificada para as funções intermediárias do setor privado e do aparato burocrático-estatal em construção, mas também alinhado ao teor ideológico de um regime que se imaginava capaz de gerar um homem novo para um novo Brasil. (MONTALVÃO, 2021, p. 17).

Dessa forma, a Reforma Capanema consolidou uma política educacional conservadora, favorecendo a sociedade elitizada. O que seria uma nova configuração para o ensino se desenvolveu como um modelo educacional privatista, conservador, excludente, resultando, também em altos índices de reprovação e evasão escolar (MONTALVÃO, 2021).

O Governo se contradizia afirmando que o povo brasileiro seria livre através do ensino e da educação, mas os menos favorecidos buscavam escolas de ensino profissionalizante, tornando-se operários qualificados para suprir os interesses de crescimento econômico e não tinham acesso ao ensino superior. Essa situação demonstra a discrepância entre as escolas, beneficiando, nesse sentido, a classe abastada e as regiões urbanas (ALMEIDA; PINTO, 2018).

Para a área rural, o discurso era em defesa do ruralismo pedagógico, portanto, a intenção era promover a volta do homem ao campo e a colonização dos espaços rurais, o que reforçava o pensamento do governo centrado no crescimento econômico do país, deixando a aprendizagem e a alfabetização em segundo plano. A educação era usada como suporte de ideologias políticas (MAIA, 1982).

Para Silva, M., (2018), o Ruralismo Pedagógico que prometia uma educação primária diferenciada para os moradores da zona rural e moldada à vivência desses sertanejos, logo se deparou com o problema de falta de professores habilitados, pois, segundo a autora, “[...] o elevado percentual de professores leigos, que chegava a quase 70%, os quais eram desprovidos de formação pedagógica, nem para o primário regular quanto mais para um ensino especializado em técnicas agrícolas (SILVA, M., 2018).

Segundo Almeida e Pinto (2018), o Governo do Estado de Mato Grosso defendia, em seus discursos, a importância da educação escolar, porém, na prática, a realidade era diferente. O que se encontrava eram Escolas Isoladas⁸, vistas como ineficientes, enquanto as Escolas Reunidas⁹ e os Grupos Escolares¹⁰ nas áreas urbanas recebiam métodos modernos, professores melhor preparados e qualificados e condições estruturais vantajadas.

Percebe-se que a educação na zona rural ficou adormecida, as escolas isoladas não recebiam investimentos, o ensino era desvalorizado e conhecido como uma educação fraca e de baixa qualidade. Além disso, essas escolas surgiam em qualquer lugar e sempre desprovidas de investimentos financeiros para sua instalação, contando, na maioria das vezes, com ajuda da

⁸ Escolas Isoladas Rurais: unidades escolares que apresentavam uma distância de mais de três quilômetros da sede do município, ofertavam ensino primário de dois anos para crianças de sete a doze anos. As Escolas Isoladas Urbanas: unidades localizadas a uma distância de até três quilômetros da sede do município, e a oferta do ensino primário era de três anos. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1927).

⁹ Escolas Reunidas: quando três ou mais unidades escolares se encontram dentro de um limite geográfico de dois quilômetros, com o número máximo de 80 alunos frequentando a escola e classes divididas, no mínimo três e no máximo oito, assim essas unidades escolares reuniam-se em uma só unidade e denominava-se de “Escolas Reunidas” (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1927).

¹⁰ Os grupos escolares, foram criados no ano de 1893, no Estado de São Paulo. A proposta era agrupar escolas isoladas de acordo com a proximidade entre elas. Era um novo modelo de organização escolar, porém um modelo tipicamente urbano (GRUPO ESCOLAR, 2023).

população. Diversos planos foram articulados para mudar a qualidade da educação¹¹, mas a escola isolada na zona rural continuou por muito tempo silenciada (SILVA, M., 2018).

Os grupos escolares impulsionaram uma educação de qualidade, foram dotados de investimentos públicos, porém, sua expansão foi lenta, ficando sob a responsabilidade das escolas isoladas o atendimento da escolarização primária. Essas últimas em nada modificavam a situação, porém, os governantes precisavam de sua existência, pois, caso contrário, um grande número de crianças ficaria fora das salas de aula, sem estudos, e a quantidade de alunos matriculados lhes interessava, pois pretendiam uma escolarização em grande escala (SILVA, M., 2018).

O grupo escolar tornou-se com o tempo sinônimo de escola primária enquanto a escola isolada permaneceu como resquício indefinidamente provisório, a escola de poucos recursos, precária e decadente, fadada a desaparecer, embora necessária. (SOUZA, 1998, p. 124).

A ideia era renovar o ensino de forma racional e padronizado, objetivando a escolarização das camadas populares, porém, não houve uma total democratização do ensino. Os grupos escolares se constituíam nas cidades, enquanto, no meio rural, as escolas isoladas predominaram por um longo período (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012).

Na década de 1940, em Mato Grosso, houve ampliação do número de escolas rurais, haja vista as motivações do ruralismo pedagógico e da propaganda da “Marcha para o Oeste”. Com a referida campanha ocorreu uma intensa migração para o Estado, porém, na década de 1950, grande parte da população brasileira ainda era analfabeta. A sociedade apresentava fortes desigualdades econômicas, principalmente na zona rural, onde havia crianças em idade apropriada aos estudos que não frequentavam escolas (SILVA, M., 2018).

A migração para o interior do Estado de Mato Grosso colaborou com o crescimento de escolas rurais, como aponta Irala (2014):

Quadro 3 – Escolas Estaduais em Mato Grosso em 1950

MODALIDADES	QUANTIDADE DE ESCOLAS
Escolas Isoladas	705
Grupos Escolares	39
Escolas Reunidas	37

Fonte: Irala (2014, p. 50)

¹¹ A carência de escolas não era uma situação vivida somente no Estado de Mato Grosso, mas também em outros estados do país, como no Paraná. Nesse território geográfico, a educação da criança da zona rural apresentava uma situação crítica, sendo a mais deficiente do sistema do Estado, os números de escolas eram insuficientes para atender as crianças em idade escolar (SCHELBAUER, 2014).

Ainda segundo Irala (2014), seis anos mais tarde, em 1956, “[...] o estado já contava com 1.085 escolas rurais” (IRALA, 2014, p.50). Além da chegada de migrantes, que contribuiu para o aumento da população e da busca pelo ensino primário, o mesmo autor ressalta que:

[...] esse crescimento das escolas rurais em Mato Grosso, nos anos de 1950, tinha relação com as propostas da Campanha Nacional de Educação Rural e de outras iniciativas surgidas nos anos de 1950, no Brasil, por meio de um convênio financeiro entre o Ministério da Agricultura e a Fundação Interamericana de Educação, que permitiu a instalação das Missões Rurais que receberiam recursos financeiros para atender a população rural. (IRALA, 2014, p. 50).

Irala (2014) acrescenta a possibilidade de a “Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural”, no ano de 1956, ter contribuído financeiramente com o crescimento das escolas rurais em Mato Grosso por meio de recursos destinados a movimentos políticos em favor da educação.

Mesmo com as iniciativas do Governo para a melhoria do processo educativo em Mato Grosso, algumas questões perpetuavam em torno do ensino e aprendizagem, o analfabetismo ainda persistia, o aumento desordenado de escolas sem planejamentos e infraestrutura era preocupante. Segundo Silva, M. (2018, p. 58), no ano de 1962, as escolas “[...] rurais somavam 1.885 unidades, contra 85 Escolas Reunidas e 79 Grupos Escolares”, funcionando nos mais diferentes lugares, sem muitos investimentos, até mesmo em uma casa ou na varanda eram ministradas as aulas. Fator que agravava ainda mais a situação era o número de professores leigos sem formação adequada para tanto.

No ano de 1963, segundo Irala (2014), mais de 60% dos professores primários que ministravam aulas não eram formados, e trabalhavam, principalmente, com turmas de 1ª série. Ainda segundo o autor, nos anos de 1970, o ensino rural já estava constituído em diferentes lugares rurais, como colônias, fazendas, distritos, porém, o ensino não era voltado para as necessidades da população rural e o que ainda persistia eram os professores leigos sendo a única alternativa para a educação rural (IRALA, 2014).

No município de Dourados, no ano de 1973, o prefeito, Sr. João da Câmara, recorreu à tentativa de amenizar o alto índice de professores leigos, conforme explica Piacentine (2012):

Pelo o Ofício nº 172/73 datado no dia 01 de agosto de 1973, na qual o então prefeito da cidade de Dourados, o Sr. João da Câmara, solicita ao então Secretário da Educação e Cultura do Mato Grosso o Sr. Joaquim Alfredo Soares Vianna, a criação de curso supletivo de ensino de 2º Grau, de educação geral e formação especial para habilitação de docentes leigos com formação em nível de 1º Grau e de regentes do ensino primário, em exercício. (PIACENTINE, 2012, p. 72).

Piacentine (2012) ressalta que algumas decisões foram tomadas pelo prefeito na tentativa de atrair professores para a zona rural, mas não obtiveram o resultado esperado, pois, mesmo oferecendo maiores salários e contratando as normalistas por dois períodos, esses professores qualificados não trocariam a cidade pelas dificuldades da zona rural. Dessa forma, o número de normalistas lecionando na cidade de Dourados não chegava a 10%.

Assim, de acordo com Piacentine (2012, p. 42), o prefeito, Sr. João da Câmara, apoiado na “[...] Lei 5.692/71, previu em seu artigo 77, que o magistério só fosse exercido na falta real de professores habilitados”. Por meio de “[...] verbas recebidas do poder público estadual e apenas com uma ajuda suplementar do município, por meio de uma contribuição financeira da Prefeitura de Dourados”, foi organizado o Curso de Magistério Rural no município, que acontecia no período de férias escolares dos docentes e preparava o aluno para o exercício do magistério, o que contribuiu com a formação de professores leigos rurais de Dourados e região na década de 1970 (PIACENTINE, 2012, p. 97).

Muitos professores leigos, apesar disso, seguiram atendendo escolas primárias isoladas rurais. É preciso reconhecer que esses professores foram os principais agentes do ensino. Mesmo sem formação para tal função, enfrentaram percalços para que os alunos aprendessem a ler e a escrever; plantaram a semente do saber numa época de poucas oportunidades e muitas dificuldades, fazendo a diferença na vida da população (SILVA, M., 2018).

No município de Itaporã, também não foi diferente, pois apresentou um desenvolvimento lento em relação à expansão da educação e aos poucos foi se desenvolvendo e criando escolas devido as necessidades da região. Com a chegada dos colonos, aumentava a população e a necessidade de escolarização. Segundo Carli (2008):

Retornando à legislação que estava sendo discutida, nota-se um outro aspecto que consta no decreto-lei nº 9, de agosto de 1948, o qual diz respeito à “instrução escolar” dos filhos dos colonos, que seria gratuita, tendo estes a obrigação de encaminharem à escola seus filhos acima de 7 anos, com frequência obrigatória. Segundo informações orais, obtidas informalmente com o Sr. Ávido Carneiro, remanescente da CMD, o processo educacional teve início precariamente, sem um planejamento adequado por falta de estrutura da Colônia. Mas, mesmo assim, sabe-se que a Prefeitura Municipal de Dourados, de acordo com o Decreto nº 15, de 30 de março de 1948, nomeou a cidadã Dinorah de Oliveira para exercer a função de professora municipal no lugar denominado Sardinha, na CMD; pelo Decreto nº 32, de 4 de março de 1949, “contratou a Sr^a. Dn^a. Elvira de Carvalho Viegas, nomeada professora da escola da CMD”, e pelo Decreto nº 37, de 25 de junho de 1949, “contratou a cidadã Carmem de Matos Soares, para exercer a função de professora na CMD, na zona do Panambi” (documentos existentes no arquivo do município de Dourados). (CARLI, 2008, p. 120).

A prefeitura se encarregou de administrar essas medidas, pois os colonos que já estavam residindo na CMD, e reivindicavam por escrito o direito de estudo e anexado na solicitação, traziam a relação de seus filhos como justificativas (CARLI, 2008).

Conforme Rodelini (2015), em 1954, o município contava com sete escolas isoladas, tendo o Estado como mantenedor, e uma escola reunida administrada pelo município. Com o decorrer dos anos, esse número cresceu, e em 1958 o município havia 27 instituições escolares.

A autora conta que os alunos que alcançavam o quarto ano do primário já estavam “preparados” para dar aulas na zona rural, mas, para isso, deveriam morar na localidade onde a escola se encontrava (RODELINE, 2015). Rodelini (2015, p. 60) ainda relata que, “[...] no ano de 1973 havia um total de 25 escolas na zona rural de Itaporã, sendo uma escola particular, 3 municipais e 21 estaduais”. Dentre essas escolas, a instituição escolar denominada particular era a Escola Francisco de Assis, objeto da pesquisa ora apresentada.

2.2 A população brasileira em movimento: A “Marcha para o Oeste”

A Primeira República¹² chegou ao fim com a Revolução de 1930, marco de um acontecimento histórico do período republicano brasileiro, findando algumas articulações políticas. A economia do país se encontrava abalada; o cenário brasileiro socioeconômico era crítico, causado pelo êxodo rural que aumentava a população de forma desordenada nas maiores cidades do país. Essa situação se caracterizava pelo avanço da industrialização ocorrida no Sudeste brasileiro, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro (MENEZES, 2011).

Essas cidades recebiam um grande número de migrantes e imigrantes. Dessa forma, o acelerado crescimento populacional nos centros urbanos acarretou falta de habitação, desemprego, problemas de saneamento, más condições de higiene, dentre outras. O desemprego gerava roubos e violência, o que prejudicava a segurança e as condições de sobrevivência da população (TRUBILIANO, 2014).

Com a intenção política de crescimento econômico do país em busca do progresso e de destacar e promover seu governo, Getúlio Vargas, (nascido em 1882 e falecido em 1954) criou projetos e estratégias, sendo uma delas incentivar o povoamento das regiões interioranas do

¹² A Primeira República também é comumente chamada de República Velha. Esse termo, entretanto, foi criado pelos intelectuais da Era Vargas, na tentativa de atribuir características ultrapassadas a esse período da História do Brasil (CAVALCANTI, 2022).

país. Esse projeto ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”. O governo idealizou a interiorização do país e, com isso, pretendia transformar o Brasil em uma potência econômica, principalmente com a exploração da terra. Vargas prometia tomar medidas que amparassem o trabalhador da área rural e suprir as necessidades que envolviam o trabalho e a vida no campo, incentivando essas pessoas a fixarem moradia na zona rural, com vistas a equilibrar a migração desordenada para os centros urbanos (TRUBILIANO, 2014).

A “Marcha para o Oeste” foi uma política de colonização que o presidente da nação promoveu por meio da divulgação de terras produtivas, com a finalidade de atrair colonos que desejavam adquirir propriedades de terras. Assim essas pessoas migravam e os espaços vazios no campo eram ocupados. “O sentido mais profundo da “Marcha para o Oeste” estava justamente nessa nova valorização do homem e da terra” (GOMES, 1999, p. 70).

Migrações que ocorreram para os grandes centros do país acarretaram uma desestabilização no sistema econômico do Brasil. As regiões interioranas estavam esquecidas tanto pela população, que preferia fixar residência nas grandes cidades e que não se interessava pela ocupação das áreas rurais, como também estavam esquecidas política e economicamente.

Com a região SMT/MS não era diferente. O Estado possuía uma vasta extensão territorial e apresentava uma população considerada escassa e dispersa pelo território. Tinha-se a ideia de que esse espaço interiorano estava desabitado, principalmente porque os moradores residentes no sul de Mato Grosso eram os indígenas e sertanejos, que eram invisibilizados. O “homem branco” ainda não se interessava pelo interior. Além disso, o Estado estava isolado devido à distância até os centros urbanos e também apresentava dificuldades de transporte e comunicação (CAPILÉ *et al.*, 1995).

Politicamente, a região era considerada desprovida de povoamento, o que causava desassossego para Getúlio Vargas, então preocupado com a defesa do território do SMT/MS por ser uma localidade fronteiriça. A região recebia estrangeiros para trabalhar nas empresas instaladas, principalmente na ervateira Cia Mate Laranjeira. Assim, os paraguaios se deslocavam para o Brasil, em busca de empregos, o que poderia acarretar em invasões territoriais (MENEZES, 2011).

Trubiliano (2014) ressalta que o interior do Brasil era considerado detentor de muitos “espaços vazios”, porém, no Sul do Estado de Mato Grosso, já existiam os indígenas originários, fazendeiros, empresas como a Companhia Mate Laranjeira, detentora de grande poder na região, empresas estrangeiras e alguns povoados. O autor ressalta que:

Noutros termos, contrastando com a imagem propagada de vazio populacional, o território mato-grossense, em especial as terras da região sul do estado, estava ocupado por grandes propriedades de companhias agropecuárias estrangeiras, como The Miranda Estância Company Limited, detentora de 219.506 hectares, ou a Brazil Land Cattle & Packing Company, empresa franco-britânica que possuía fazendas de gado no sul do Pantanal. Socialmente, a região comportava várias etnias indígenas, migrantes, camponeses e sertanejos, os quais, em sua maioria, constituíam um grande contingente de trabalhadores “sem-terra”. (TRUBILIANO, 2014, p. 58-59).

Planejando a ocupação do interior do país, em 31 de dezembro de 1937, Vargas anunciou ao povo brasileiro um programa de colonização nomeado de “Marcha para Oeste”. Na mensagem radiofônica transmitida, incentiva a população a ir em busca de um novo Brasil, afirmando haver muito ainda a ser explorado e que a população poderia desfrutar das riquezas das regiões interioranas. Assim, orientou as pessoas a se deslocarem rumo ao oeste do país, região outrora ocupada pelos bandeirantes. O slogan do programa ficou conhecido como: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste” (TRUBILIANO, 2014, 56).

A ocupação populacional, nos territórios do interior do país, no início do século XX, ainda se encontrava fragmentada e separada por imensas distâncias, e a “Marcha para o Oeste” buscava a movimentação dos brasileiros de outras localidades para regiões que apresentavam escassez de povoamento. Nesses termos, “A política de ‘Marcha para o Oeste’ visava à expansão brasileira dentro de suas fronteiras e recolocava o problema da mão-de-obra necessária à coordenada conquista do interior do país” (GOMES, 1999, p. 69). Naglis (2008) contribui com as afirmações sobre a Marcha para o Oeste:

Em meio ao autoritarismo do Estado Novo surge a política desenvolvimentista, denominada “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante ressaltar que a Marcha para o Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras. (NAGLIS, 2008, p. 27).

Dessa forma, as estratégias e propagandas do Governo Federal movimentou as pessoas do país, fazendo com que se iniciasse um processo de migrações em busca de uma vida melhor, farturas e terras para serem exploradas. Com o grande fluxo de migrantes de todo o país, criava-se, então, as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs).

No período do Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas, incentivou a criação de Colônias Agrícolas Nacionais (CANs), desejando a ocupação dos espaços vazios do país e incentivando a produção agrária. Para o governante, o estímulo ao produtor era a solução

do problema que causava o desequilíbrio entre o ruralismo e o urbanismo. Dessa forma, investia em concessão de terras para atrair os colonos (GOMES, 1999).

Dentre as colônias criadas, uma delas foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma área de não menos de 300.000 (trezentos mil) hectares, criada em 28 de outubro de 1943, onde atualmente é o município de Dourados-MS. Sobre a criação da CAND, que aconteceu por meio do Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, o presidente da República determina:

Art.1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares. (BRASIL, 1943).

As despesas com a criação e instalação da CAND viriam da Lei nº 5.562, de 09 de junho de 1943, como explicitado abaixo:

Art. 2º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 - Obras, desapropriação, etc. Consignação I - Obras - Subconsignação 02 - Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D. N. P. V. - 04) D. T. C. - a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais - d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente exercício e observadas as disposições do decreto-lei nº 5.562, de 9-6-1943. (BRASIL, 1943).

Imagem 1 – Representação da área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados (SANTANA JUNIOR, 2008)

Ressalta-se que a criação da CAND foi uma estratégia de colonização, não só do presidente Getúlio Vargas, mas também de outros governos, sendo que a Colônia foi idealizada no Estado Novo, mas concretizada a implantação no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), e posteriormente também foi projeto dos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (NAGLIS, 2014). Nas palavras da autora:

É importante elucidar a história da CAND e o contexto histórico e político no qual estava inserida, pois comumente é entendido que se tratava somente de um projeto do Estado Novo, uma criação de Getúlio Vargas. Na verdade, a CAND foi um projeto de colonização que perpassou governos de diversos presidentes brasileiros. Poucos autores destacam esse contexto administrativo e político. (NAGLIS, 2014, p. 37-38).

Com a propaganda disseminada por Vargas na “Marcha para o Oeste”, grupos de famílias de vários estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, e do Nordeste, vieram em busca de terras e aos poucos formaram o povoado que era habitado por famílias atraídas pelos preços baixos e pela fertilidade das terras (TRUBILIANO, 2014). Anos mais tarde, esse povoado tornou-se o município de Dourados, devido à expansão da população e do comércio. No ano de 1935, o governador Mário Corrêa elevou Dourados à categoria de município, por meio do Decreto Estadual nº 30 de 20 de dezembro (AMARAL, 2005).

É importante salientar que as pessoas que migravam para a região do atual município de Dourados se deparavam com a Companhia Mate Laranjeira já estabelecida na localidade. Assim como explica Silva, W. (2016), desde 1883 estava instalada na região a empresa Cia Mate Laranjeira, uma organização ervateira que explorava os ervais nativos por meio de concessão, de modo que a empresa dominava o controle territorial de Mato Grosso. O Estado Novo, por sua vez, pretendia ocupar e nacionalizar a fronteira com o Paraguai e, para isso, em 1943, o governo Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã. Então, desmembrou as terras do sul do Estado, onde havia exploração dos ervais. Dessa forma não foi renovado o direito de arrendamentos, e aquela empresa não pôde mais explorar as terras antes dominadas.

A criação do Território Federal de Ponta Porã possibilitou não só a perda da concessão de exploração dos ervais por parte da Cia, mas também facilitou o processo de incentivo à migração e à criação da CAND, contribuindo para a desestruturação do poder da Cia Matte Larangeira [sic]. (SILVA, W., 2016, p. 35).

A criação do Território de Ponta Porã, em 1943, foi uma estratégia do Governo Vargas para enfraquecer o domínio da Companhia Erva Mate Laranjeira, oportunizou a colonização no SMT/MS e, conseqüentemente, abalou o poder que a Companhia exercia politicamente e o

domínio sobre as terras na região (NAGLIS, 2014). Segundo Naglis (2014), o processo de colonização no Brasil nunca foi fácil, e o Governo recorreu a diversas estratégias para vencer os obstáculos. A garantia de posse das terras, na década de 1930, era estabelecida pelo:

Departamento Nacional de Povoamento, em 1931, e a Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, em 1938, que atuou durante 16 anos e implantou vários núcleos coloniais, dentre os quais se destacaram as Colônias Agrícolas Nacionais em vários Estados, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG - e a de Dourados, em Mato Grosso (NAGLIS, 2014, p. 33).

O cidadão, para receber lotes na Colônia Agrícola, precisava estar de acordo com algumas exigências que o Governo estabelecia, como ser brasileiro e ter, no mínimo, 18 anos. A família deveria ser numerosa, não podia possuir terras e deveria demonstrar predisposição para o trabalho rural. O imigrante somente poderia receber terras se demonstrasse bom conhecimento agrícola. A intenção era fixar as famílias na região, impulsionando o crescimento econômico para o Estado por meio das atividades de produção agrícola.

Segundo Amaral (2005), a vinda dos migrantes para a região, estimulada pela CAND, ocasionou disputas de compras de terras, atraindo empresas privadas colonizadoras que tinham a anuência por parte do Governo do país “para adquirir terras devolutas da União”, desencadeando as diferenças sociais. Amaral (2005) explica que cada vez mais novas colônias agrícolas eram formadas:

A partir do final da década de 1950, o processo de ocupação e povoamento expandiu-se para todo o sul de Mato Grosso, principalmente através da colonização realizada por companhias privadas, que adquiriam grandes áreas, loteavam-nas e iniciavam novas colônias. Esse afluxo populacional levou à criação de sete novos municípios no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960 e 1970, que são: Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica e Caarapó. No lugar das matas, compostas por diversas espécies de árvores, formaram-se os núcleos populacionais e as propriedades agrícolas. (AMARAL, 2005, p. 41).

Assim, a região passou por transformações territoriais, econômicas e sociais. O crescimento populacional trouxe uma pluralidade de etnias, contribuindo com a diversidade cultural que existe até o presente. A CAND alavancou o desenvolvimento da região, mas também promoveu conflitos. Os colonos, quando chegaram, perceberam que somente a terra não era o suficiente para produzir; precisavam de infraestrutura, mas se sentiam sozinhos, sem apoio para trabalhar, passaram por injustiças e descasos, levando-os a articularem “mecanismos de sobrevivência” por meio da denúncia de descasos da administração (NAGLIS, 2014, p. 138).

2.3 A criação e emancipação do município de Itaporã-MS

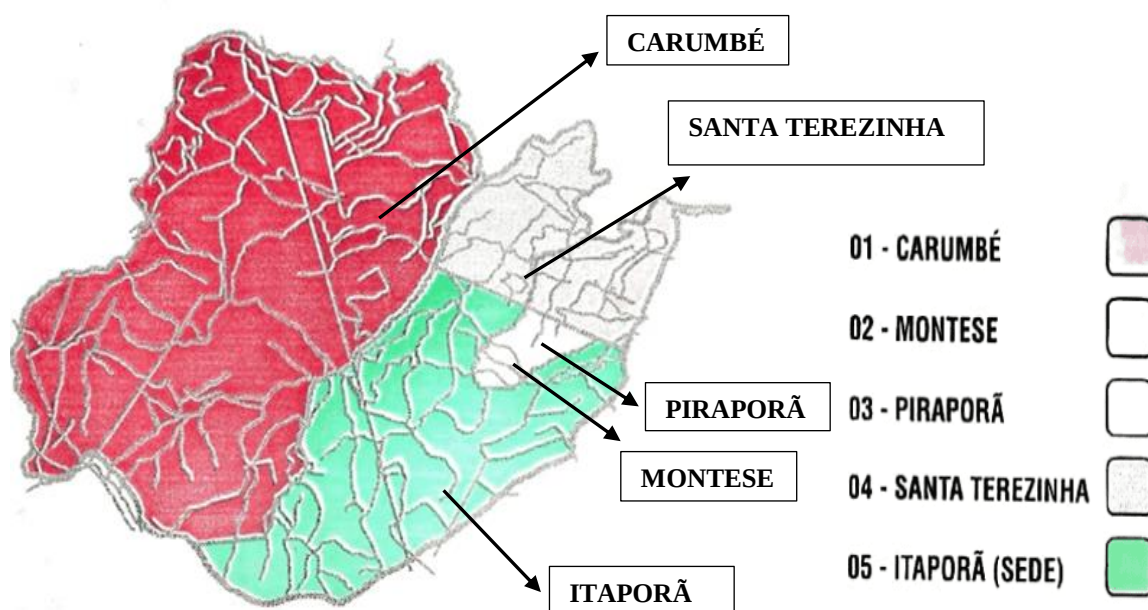
É importante enfatizar que o atual município de Itaporã, lócus da instituição escolar da pesquisa, pertence à microrregião conhecida como Grande Dourados, da qual mais onze municípios atualmente fazem parte: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Vicentina (IBGE, 2021).

O município de Itaporã apresenta uma extensão geográfica de 1.321,8 km² e a estimativa de 2021 era que ele possuísse uma população de 25.478 habitantes (IBGE, 2021). A densidade demográfica é de 18,8 habitantes por km² no território do município. Itaporã está situada a 16 km ao Norte-Leste de Dourados, que é a maior cidade dos arredores, a 228 km da capital do Estado, Campo Grande, e a 1244 km da capital do Brasil, Brasília (IBGE, 2021).

Itaporã é um município sul-mato-grossense, cujo nome é de origem tupi, e o seu significado é “pedra bonita”: itá significa “pedra” e porang significa “bonito”. Atualmente, o município é conhecido como “cidade do peixe”, porque a localidade possui a maior lâmina d’água de todo o Estado em questão de criação e produção de peixes. Suas principais fontes econômicas são a agricultura, a pecuária e a piscicultura.

Os moradores dessa cidade são chamados de itaporanenses. A cidade de Itaporã é a sede do município e, atualmente, suas subdivisões são Carumbé, Montese, Piraporã e Santa Terezinha, e aos seus arredores estão os municípios Dourados, Douradina, Maracaju e Rio Brilhante e as aldeias Jaguapirú e Bororó (ITAPORÃ, 2020).

Imagem 2 – Representação dos distritos do município de Itaporã
OS DISTRITOS



Fonte: Perfil Histórico de Itaporã – Acervo pessoal de Antonino Rebeque

A partir da ideia de colonização da região nasceu Itaporã e nesse município a Escola Francisco de Assis foi criada. Essa localidade recebeu migrantes de várias regiões do país, os quais, estimulados pelas propagandas de solos férteis, vieram em busca de um pedaço de terra para o cultivo do café. Com a chegada desses colonos, formaram-se povoados e criou-se a Escola Francisco de Assis. Para uma melhor compreensão dos acontecimentos, explicitam-se algumas informações sobre a criação da cidade de Itaporã.

O município de Itaporã começou a ser formado na terceira década do século XX, quando o então presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino da Costa, destinou, para fins de colonização, uma área de 50.000 hectares. Essa área estava compreendida entre os rios Brilhante e Panambi (OLIVEIRA, D., 2017). A área de colonização da Colônia Municipal de Dourados (CMD) correspondia apenas a 1/6 da área total de Itaporã (CARLI, 2008).

Com essa área, o então prefeito do município de Dourados, João Augusto Capilé, deu início a um projeto de colonização da região. O governante distribuiu os primeiros lotes no novo povoado e deu início, assim, à formação da CMD, criada no dia 10 de setembro do ano de 1946, numa área de 50.000 hectares. No povoado denominado inicialmente São José da Boa Esperança, habitavam aproximadamente 300 pessoas, já instaladas em seus lotes, que foram pertencentes ao município de Dourados até o ano de 1953 (CAPILÉ *et al.*, 1995).

Ainda segundo Capilé *et al.* (1995), anos mais tarde, os colonos daquela localidade estavam se sentindo insatisfeitos com o nome de “São José da Boa Esperança” dado àquele lugar. Então, decidiram reivindicar ao então ex-prefeito, João Augusto Capilé Júnior, e ao Dr. Camilo Hermelindo da Silva, deputado estadual na época, a mudança de nome da colônia. Os colonos solicitaram às autoridades que aquela comunidade deixasse de se chamar São José da Boa Esperança e passasse a ter o nome de Itaporã, argumentando que o nome anterior era muito grande para o pequeno vilarejo. Além dessa reivindicação, solicitaram que o povoado passasse a ser um distrito, na esperança de futuramente desenvolver e progredir para emancipação político-administrativa, sendo elevado a município (CAPILÉ *et al.*, 1995).

O deputado Camilo Hermelindo da Silva ouviu os apelos da população do lugar e, por meio de um projeto, buscou, ao invés de distrito, a já elevação e criação do município de Itaporã. A resposta que os colonos esperavam foi melhor do que a solicitação, pois, ao contrário de a colônia passar a ser distrito, foi diretamente criado o município de Itaporã (CAPILÉ *et al.*, 1995). Conforme Oliveira (2012 apud Oliveira, D., 2017) explica:

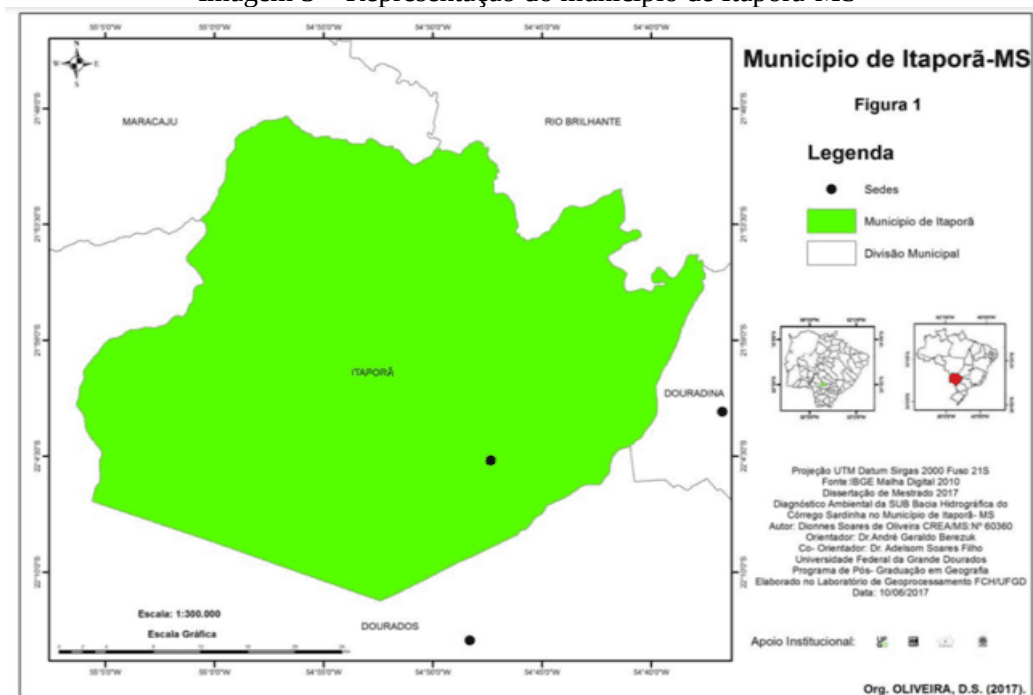
No início do ano de 1953, houve uma grande movimentação por parte dos moradores mais antigos da colônia, que tomaram a decisão em formar uma comissão para coletar assinaturas, com a finalidade de pedir a criação do Município de Itaporã. Foi montada uma comissão, composta pelos seguintes moradores: Durval Gomes da Silva, Pedro Rodrigues, Luiz Alves Filho, Atilano Apolinário de Alencar, Waldomiro Ferreira dos Reis, Joaquim Custódio de Lima e Aurenô Arnaldo Cordeiro, que contaram com o apoio dos deputados Camilo Hermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz que por sua vez ficaram com a incumbência de encaminhar demanda, e tiveram participação importante, por serem os relatores do projeto de Lei, em sua tramitação na Assembleia Legislativa do Mato Grosso. (OLIVEIRA, 2012, p. 16 apud OLIVEIRA, D., 2017, p. 1-2).

Assim, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com a aprovação da maioria dos deputados e por meio das avaliações necessárias, concedeu aos colonos a municipalização de Itaporã (OLIVEIRA, D., 2017). Porém, essa municipalização demonstrou que o poder da elite e a interferência política permeava os acontecimentos na região (CARLI, 2008).

Conforme Carli (2008) explica, por meio de relato de um morador da CMD, as lideranças da época se surpreenderam com a quantidade elevada de eleitores da localidade, motivando, assim, a municipalização de Itaporã, e desagradando uma outra parte da elite política que contestava afirmando que, além de ser contra a lei de Organização Municipal, a colônia não teria recursos para o desenvolvimento da localidade se viesse a se tornar diretamente município. Esse protesto acarretou em um processo contra tal medida, mas não obtiveram sucesso, pois a ação judicial foi arquivada pela Justiça Estadual (CARLI, 2008).

A colônia municipal, nesses termos, antes mesmo de se tornar distrito, foi elevada à categoria de município de Itaporã em 10 de dezembro de 1953, através do Decreto-Lei nº 659, retificado pelo Decreto nº 370, de 31 de julho de 1954. Itaporã foi emancipado e integrado à comarca de Dourados. Durval Gomes da Silva foi nomeado para administrar o município, sendo este o primeiro prefeito municipal da cidade, até que ocorresse a primeira eleição (OLIVEIRA, D., 2017). Os primeiros candidatos, eleitos pelo povo, foram José Teixeira da Silva, como prefeito, e Augusto Libert, vice-prefeito, os quais tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1955.

Imagem 3 – Representação do município de Itaporã-MS



Fonte: Oliveira, D. (2017, p. 3)

A imagem acima é a representação do município de Itaporã-MS (em verde), por meio da qual também é possível perceber os limites do município que faz divisa com outros municípios (em branco), sendo eles: Maracaju, Rio Brilhante, Douradina e Dourados.

2.4 Franciscanos em terras de refúgio ou terras de missões?

Devido às perseguições do nazismo¹³, os superiores franciscanos da Província de Santa Isabel, da Turíngia, no intuito de evitar que a Província fosse extinta, pois não tinham

¹³ O Nazismo foi um movimento político dominante na Alemanha, liderado por Adolf Hitler, que criou força durante a Segunda Guerra Mundial. [...] O Nazismo instigou o antissemitismo, a superioridade ariana, o pangermanismo, o anticomunismo, entre outros aspectos que fizeram surgir, na sociedade alemã, uma atmosfera de luta pela raça e pelo país ariano (KERN, 2012).

perspectiva de futuro em seu território, decidiram dispersar seus membros por diversos países. Pereira (2006) explica que a Província Franciscana passava por dificuldades financeiras, e os missionários eram muitos, sendo isto um problema, pois o governo nazista não autorizava novas construções religiosas na nação e as perseguições eram constantes. Assim, os missionários se viram obrigados a procurar um novo campo de trabalho, a fim de continuarem representando a Ordem Franciscana. Esses religiosos se deslocaram de sua nação, a Província de Santa Isabel, para o Brasil, tendo como justificava a perseguição nazista.

A partir de então eles passaram a ser vistos como indivíduos de diásporas por causa do exílio que foram forçados a buscar e também por terem se dispersado pelo mundo. Como se pode depreender pelas palavras de Marin (2011):

As perseguições, em virtude da ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha, trouxeram inúmeros desafios aos Franciscanos. Para evitar a extinção da Província e preservar a integridade física dos freis, os Superiores optaram, embora não o desejassem, pela dispersão, em diferentes países, da maioria dos seus membros. O Mato Grosso, onde se estabeleceram a partir de 1938, tornou-se um desses “lugares de refúgio”. (MARIN, 2011, p. 335).

O episcopado mato-grossense almejava criar uma Igreja homogênea, centralizada, e via nos franciscanos o meio de tornar a instituição católica presente na vida das famílias. Considerava a Ordem Franciscana capaz de lidar com o cenário religioso, onde “[...] os indígenas e negros, em conformidade à norma majoritária dominante, deveria renunciar às suas pertencas étnico-raciais” (MARIN, p. 216, 2012). Além disso, viam nos frades a confiança de seguir o celibato sacerdotal sem desviar da doutrina católica e pretendiam usufruir de recursos vindos do exterior. Os franciscanos representavam segurança religiosa, econômica e social, além de uma avançada preparação intelectual, o que colaboraria com a disseminação do catolicismo e o avanço da civilização.

Nessa época, o território mato-grossense era pouco povoado e não muito conhecido, e para os religiosos franciscanos, era denominado como “terra de missão”. Ao mesmo tempo, o Estado de Mato Grosso também significou, para os religiosos, lugares de refúgio, pois se viram destinados a viver na região como missionários e assumirem o compromisso de divulgar uma religiosidade centralizada na Igreja Católica (MARIN, 2012).

Vindos da Turíngia, os religiosos, de início, foram abrigados pelos franciscanos da Província Imaculada Conceição de São Paulo e da Província São Francisco de Assis, do Rio Grande do Sul (RS). Conforme Oliveira, V. (2007), em terras brasileiras, os franciscanos estabeleceram-se em São Paulo e mais tarde foram para conventos com o intuito de aprender a língua portuguesa e se prepararem para iniciar suas missões em terras mato-grossenses.

Frei Eucário Schmitt foi nomeado primeiro comissário. Ele mantinha contato com os superiores da Alemanha, mas, devido à Segunda Guerra Mundial, esses contatos ficaram impossibilitados. Assim, Schmitt ficou responsável pelas decisões sobre os assuntos da missão franciscana. Esse acontecimento ocorreu no ano de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Brasil ofereceu o Estado de Mato Grosso para que eles pudessem se refugiar e também exercer sua missão institucional: evangelizar por meio de catequeses.

Valdez (2017) ressalta que em 25 de janeiro de 1938, os freis Franciscanos Wolfram Passmann, Francisco Brugger e Antonino Schwenger, saíram de São Paulo com destino ao Mato Grosso. A viagem foi de trem movido a lenha e somente após dois dias chegaram a Campo Grande, atualmente capital de Mato Grosso do Sul. Os freis foram recebidos por Dom Vicente B. M. Priante e se hospedaram no Colégio Dom Bosco, dos Padres salesianos.

Ainda no ano de 1938, no dia 04 de fevereiro, os freis se deslocaram para Entre Rios, atualmente município de Rio Brillhante, onde após dois dias foi realizada a solenidade de empossamento, ministrada pelo Bispo de Corumbá, D. Vicente. Essa solenidade designou frei Antonino Schwenger a ser o primeiro pároco residente em Entre Rios e responsável pela direção da paróquia Divino Espírito Santo (VALDEZ, 2017).

Frei Eucário Schmitt, o superior da missão, em uma carta enviada aos seus confrades em 1939, explica que a missão no Estado de Mato Grosso era um plano enviado pela Providência Divina e que deveriam atender a confiança que Deus e o padre providencial imputou a eles. A missão deveria catequizar os índios e as pessoas residentes em todos os lugarejos. Logo, os missionários acreditavam ser aquele um bom campo para realizar seus trabalhos e, em busca de seus objetivos, procuraram civilizar, disciplinar e cristianizar a população local, percorrendo lugares mesmo com muita dificuldade de acesso (KNOB, 1988).

Os franciscanos Eucário Schmitt, Antonino Schwenger, José Passmam e Francisco Brugger, vieram para o Estado do Mato Grosso sem conhecer a região, tendo sido em Entre Rios a primeira paróquia e também a primeira residência que esses franciscanos da Turíngia assumiram no território mato-grossense. Isso aconteceu no dia 06 de fevereiro de 1938, sob a liderança do frei Antonino Schwenger (KNOB, 1988).

Foram os bispos da cidade de Corumbá e o arcebispo da capital Cuiabá que realizaram a divisão para os missionários atuarem em Mato Grosso. Os problemas existentes não eram poucos: as paróquias abandonadas pelas ordens e congregações religiosas; as grandes distâncias que dispersavam os congregados no território mato-grossense e impossibilitavam a comunicação entre eles; a baixa remuneração financeira, dificultando os trabalhos a serem realizados; a escassez de casas paroquiais e, quando estas existiam, eram precárias, sem nenhum

suporte para realização das cerimônias religiosas, pois não possuíam renda suficiente. Assim, as celebrações ocorriam até debaixo de árvores, os missionários realizavam longas viagens a cavalo, andando por lugares desconhecidos e inóspitos (MARIN, 2011).

Os religiosos refugiados em Mato Grosso, mesmo impressionados com a beleza da natureza brasileira e da multiplicidade étnica, também se assustavam com a pobreza, com os perigos e com a improdutividade. Os imigrantes religiosos tinham Mato Grosso como “terra de ninguém” pelo fato de o povoamento ser escasso no Estado (MARIN, 2011).

Marin (2011) explica que Mato Grosso não estava incorporado às instâncias dos poderes do Estado e a Igreja Católica ainda não havia conquistado o território, dessa forma, era visto como um lugar desorganizado, desprovido de uma liderança religiosa, considerado um território vazio, território do desconhecido. Porém, não se tratava de um território vazio, pois, muito antes da chegada dos primeiros colonizadores, era habitado por diversos povos indígenas, conforme explica Moreira (2012, p. 3): “[...] os “espaços vazios” que não eram vazios na realidade, foram sendo tomados e invadidos, por colonizadores não índios”.

Os freis missionários assumiram o compromisso de evangelizar o povo e a missão cresceu com o aumento da quantidade de confrades, tendo sido criado, em 15 de outubro de 1938, o Comissariado de Mato Grosso, para aumentar a autonomia dos franciscanos. No ano de 1940, os religiosos já estavam à frente da arquidiocese de Cuiabá. Marin (2011) relata bem esse avanço estratégico dos franciscanos:

[...] cuidavam de sete das quinze paróquias criadas. A partir de 1941, os Franciscanos assumiram com exclusividade a prelazia da Chapada dos Guimarães, onde não havia em todo o território, que era de 142.000Km², um único edifício religioso. Na década de 1950 o número de missionários era de 28 freis e 10 irmãos, todos de nacionalidade alemã. Posteriormente, outros Franciscanos e Irmãos freis imigraram. (MARIN, 2011, p. 335).

Borba (2019) explica que, com a criação da Colônia Agrícola Federal e Municipal de Dourados, o trabalho paroquial cresceu. Na década de 1940, as pastorais em Dourados se desenvolveram, pois os freis, além de disseminar a religiosidade, propagavam a importância da educação e faziam trabalhos sociais, empenhando-se em uma concepção de fraternidade, com interesse de construir igrejas e escolas e trabalhar oferecendo assistência às famílias.

Ao comissariado franciscano eram enviados pedidos para que as Irmãs da Caridade pudessem vir para Dourados exercer o trabalho de catequizar as crianças e até mesmo as famílias nas escolas, além de auxiliar no cuidado com os doentes e para também ajudar a lidar com protestantes, espíritas e estimular vocações. A ideia em Dourados era trazer para a

cristianização, índios, sertanejos e estrangeiros residentes no município. Dessa forma, os franciscanos viam na escola primária um viés que levaria a tais ações (BORBA, 2019).

Ainda segundo Borba (2019), com o desenvolvimento da CAND, no ano de 1943, os franciscanos se deslocavam para exercer seus trabalhos de pastorais também nas novas paróquias, como no município de Itaporã, Vila São Pedro, Douradina e Fátima do Sul. Esses padres faziam visitas a tais colônias e desenvolviam o catecismo nas escolas.

Com a expansão da região Sul de Mato Grosso, a Igreja Católica buscava obter o domínio do território, com isso afluía a necessidade de aumentar a quantidade de religiosos para que disseminasse o catolicismo. No sentido de semear a religiosidade, os missionários também se depararam com a dificuldade de comunicação em relação à língua falada, ao clima e às diferenças culturais dos alemães.

Segundo Amaral (2005), a população concentrada no Sul de Mato Grosso possuía uma cultura plural com seus costumes e crenças, devido à grande quantidade de migrantes que transitava pela região, além das pessoas advindas do Paraguai, pois era uma região fronteiriça, conforme afirma a autora:

Os valores socioculturais heterogêneos formaram uma identidade local que desafiava as tentativas do clero em discipliná-las. As diversas manifestações e os múltiplos significados da religião tornaram-se um empecilho às tentativas padronizadoras do clero católico. (AMARAL, 2005, p. 22).

No intuito de disseminar a fé católica e desenvolver, na população mato-grossense, práticas religiosas, ali supostamente desconhecidas, os franciscanos precisavam se esforçar, pois, como explica Marin (2012, p. 113), “Em Dourados, por várias décadas, a maior autoridade religiosa era constituída pelos pajés, aos quais muitos católicos recorriam, gerando um trânsito entre o cristianismo e as culturas indígenas”.

O autor ainda complementa afirmando que a grande maioria da população desconhecia os fundamentos da Igreja Católica e as orações ordinárias. Localmente, o poder da natureza tinha o mesmo efeito do poder dos santos católicos. Na visão dos missionários franciscanos, o Estado do Mato Grosso apresentava, portanto, uma religiosidade atrasada e decadente.

Ademais, Paes, F. (2015) salienta que, além da Igreja Católica, na região de Dourados, havia também os religiosos evangélicos cuja finalidade inicial era evangelizar os índios:

O estabelecimento do protestantismo missionário em Dourados, MT, teve a pretensão inicial de visar unicamente à catequese indígena, entretanto, as necessidades dos não indígenas proporcionaram as visitas e os cultos esporádicos na cidade e na região. (PAES, F., 2015, p. 24).

Dessa forma, o autor contribui explicando como esses religiosos se relacionavam com as pessoas no intuito de disseminar o protestantismo na região:

O domingo era valorizado, principalmente por ser um dia especial aos metodistas, no qual executavam estudos bíblicos para os índios adultos, escolas dominicais para as crianças indígenas e cultos para todos os índios e não índios. A escola da Missão estabelecia a todos uma unidade entre as celebrações cívicas nacionais, educação escolar, assistência médica e ensinamentos bíblicos. (PAES, F., 2015, p. 120).

O autor complementa que os religiosos criaram a fundação do templo evangélico no ano de 1936, também a Escola Evangélica denominada Erasmo Braga, primeira escola confessional, de natureza particular, com ligação à Igreja Presbiteriana do Brasil e que até os dias de hoje se encontra em atividade na cidade de Dourados. Inaugurada no ano de 1939, a Escola Erasmo Braga representa a consolidação do protestantismo na região. Também foi criado o Hospital Evangélico da Missão no ano de 1946 (PAES, F., 2015).

Os evangélicos que desejavam atender, catequizar e escolarizar unicamente os índios, acabaram atendendo também ao público não índio. A chegada dos migrantes colaborou com o aumento da abrangência do protestantismo e a expansão dos templos, assim tais religiosos buscaram alcançar cada vez mais a população para evangelizá-la (PAES, F., 2015).

Mesmo diante de tantas adversidades, os franciscanos assumiram o compromisso de propagar os ideais do catolicismo, com a missão de difundir a fé e buscar meios para que a Igreja Católica conquistasse espaço de liderança e exclusividade em todos os lugares do Estado, apesar de sua distância, mesmo sendo povoados por poucas pessoas (MARIN, 2011).

Segundo Amaro (2018), o Bispo de Corumbá, Dom Orlando Chaves, no ano de 1954, solicitou que viessem para a Paróquia de Dourados Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, de Santa Maria-RS, para colaborar com a catequese e com a educação escolar e administrar a escola já existente; a intenção era combater o protestantismo cada vez mais crescente na região. Destarte, o cenário religioso na região era de disputa, e a Igreja Católica agia para impedir o crescimento de protestantes na localidade.

No ano de 1955, oito Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegaram em Dourados no avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Já no ano de 1958, na cidade de Itaporã, foi construído um novo convento, dando-se início ao atendimento educacional. As Irmãs administraram a educação por quatorze anos no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro-MT, localizado na sede do município (AMARO, 2018).

2.5 Os Padres Franciscanos no Bairro São Francisco e a criação da Escola Francisco de Assis

Desde quando a Colônia São José da Boa Esperança teve início, em 1946, os padres franciscanos da paróquia de Dourados se fizeram presentes prestando assistência religiosa ao povoado que futuramente se tornaria o município de Itaporã.

Segundo Freire *et al.* (2006), no ano de 1950, os padres franciscanos receberam na Colônia Municipal um lote de 40 hectares de terra. O local também ficou conhecido pelo nome de Lote dos Padres. Essa doação tinha como propósito contribuir com toda a missão franciscana de Mato Grosso, através do plantio de café.

Os autores ainda complementam que, de início, foram plantados 32.000 (trinta e dois mil) pés de café, tendo como administrador da Chácara São Francisco o Sr. Olegário Martins. Assim, os padres ficaram com a missão de evangelizar os moradores da região e vizinhança. No ano de 1954, os padres construíram uma capela de madeira, que passou a se chamar Capela São Francisco das Chagas, fundada pelo Frei Antonino Schwenger, no Bairro São Francisco, Lote dos Padres, no dia 17 de setembro de 1954. A Igreja era de madeira e foi construída [...] “pelo senhor Paulo Nishimura, auxiliado pela comunidade local” (FREIRE *et al.*, 2006, p. 133).

Freire *et al.* (2006) contam que as geadas na região eram intensas, o que acarretava a perda de plantações, mas, no ano de 1955, a geada foi ainda mais forte, tendo gerado perdas significativas, destruindo os pés de café já formados. Com isso, o administrador das terras, o Sr. Olegário, não teve mais ânimo para o plantio e cuidado com a lavoura, então abandonou totalmente o cafezal. Devido a essa atitude de abandono e descuido, quando o contrato do lote venceu, não foi mais renovado. O seu sucessor, que tentou continuar com as plantações, também não obteve êxito. No ano de 1958, o local recebeu a visita do padre provincial Frei Deochar Gredig, e o lote foi denominado como Chácara São Francisco. Os padres passaram a administrá-la diretamente, como explicam os autores:

Assumiu então a sua administração o Padre Frei Liberato Ketterer, auxiliado pelos irmãos Frei Inácio Niehbur e Frei Nicolau Hakala, este último, recém chegado da Alemanha. Construiu-se uma residência de madeira para os freis. Em 8 de março de 1959, Frei Antonino Schwenger, delegado para o caso, procedeu a bênção solene da nova casa religiosa da Ordem Franciscana, filial do Convento de Campo Grande. Frei Liberato resolveu plantar arroz, feijão, milho, etc., para garantir o fornecimento para o Seminário em Rio Brilhante que então começou a funcionar. Aliás, foi essa a finalidade que se deu para a conservação e mesmo o aumento da Chácara de São Francisco. (FREIRE *et al.*, 2006, p. 133).

Os padres franciscanos, além do compromisso com o trabalho de evangelização, também começaram a plantar e a cuidar das terras doadas. O frei Liberato era especialista em assuntos sobre agricultura e foi o pioneiro na região de Dourados no plantio de trigo e de soja, auxiliando também as pessoas da Colônia Municipal nos plantios das lavouras, além de realizar a cura das almas (FREIRE *et al.*, 2006). O Frei Eucário Schmitt, na época diretor do Seminário de Rio Brilhante, estava muito satisfeito com as produções da Chácara São Francisco e o fornecimento pontual e abundante dos mantimentos para o seminário.

Na década de 1950, o plantio de café predominava na região de Itaporã, porém, devido às fortes geadas nos anos posteriores, muitos agricultores perderam seus investimentos e alguns deles resolveram lotear suas terras. Essa decisão atraiu ainda mais colonos de outros estados e até mesmo estrangeiros para a localidade. Portanto, começou a aumentar o número de pessoas que chegavam para morar no campo em busca de lotes baratos (RODELINI, 2015).

Knob (1988) ressalta que a Chácara de São Francisco, assim chamada pelos franciscanos, se tornou uma casa filial da residência fixada pertencente ao Comissariado¹⁴, primeiro de Campo Grande, e, a partir do ano de 1970, de Dourados. O autor relata sobre o propósito da Chácara São Francisco e as principais construções feitas pelos franciscanos na localidade até 1970:

[...] foi organizada [a chácara] para garantir o sustento do Seminário Franciscano em Rio Brilhante. Constava de uma área de 120 ha de terra boa. Aí foram construídos: a capela de S. Francisco das Chagas, residência dos Franciscanos, escola rural, olaria e diversas casas para os agregados. (KNOB, 1988, p. 103).

Como a administração religiosa da Chácara de São Francisco estava sob a responsabilidade dos padres franciscanos, que já tinham como missão evangelizar a população com o catolicismo, a educação poderia ser um complemento contributivo par a disseminação da fé católica. Em mensagem escrita aos confrades, Frei Eucário Shmitt, superior responsável pela missão em Mato Grosso, demonstrava a intenção de criar escolas para conversão com base na religiosidade. Na mensagem, ele explica que era mais fácil influenciar pela escola, pois segundo sugere, saber ler e escrever facilitaria no catecismo. Knob (1988) assim descreve a mensagem do Frei franciscano:

Não há que se duvidar: precisamos de escolas que estejam sob nossa influência. Elas são uma condição prévia para uma atividade frutuosa. Por isso

¹⁴ Comissariado composto por membros que formam uma comissão, o comissário gerencia, supervisiona, representa uma instituição.

vamos fundar em todos os lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 anos, para meninos e meninas, com internato para meninas. Essa escola será inteiramente confiada às irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela [...] não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário. (KNOB, 1988, p. 73).

Na localidade do Bairro São Francisco, Lote dos Padres, não havia escola e os moradores não tinham como levar e buscar os filhos e agregados para estudarem, visto a dificuldade de locomoção e o tempo que os pais não disponibilizavam, pois estavam se dedicando ao trabalho na terra. Dessa forma, os moradores cujos filhos estavam em idade escolar sentiam a necessidade de um ensino primário para as crianças, e o anseio pela escola aumentava de acordo com o número de famílias de colonos que chegavam à região. Como relata o Sr. Sebastião Rebeque, hoje com 76 anos de idade, ainda morador na localidade do Bairro São Francisco, que chegou na região, no dia 05 de agosto de 1951, com sua família, migrantes do Estado de São Paulo, “naquele tempo as crianças não estudavam” (REBEQUE, 2022).

Segundo Monteiro (2011), nessa época, meados de 1950, os debates políticos sobre a educação popular se tornaram um tema bastante interessante para os governantes. O ensino se tornou um projeto para a modernização da cidade e do homem. A escola primária era enaltecida sendo-lhe atribuída a prosperidade da sociedade brasileira em geral, porém, apesar desse discurso a favor da educação, os problemas com falta de escolas primárias nas zonas rurais permanecia, não atendendo às demandas nos locais de colonização. Fato que também era presente no Bairro São Francisco, Lote dos Padres.

Os franciscanos presenciavam a necessidade e a carência da educação na região; então, se empenharam para atender as necessidades de ensino, para que as crianças da comunidade tivessem a oportunidade de estudar. Para a consolidação do projeto de ensino primário almejado pelos missionários, o Frei Antonino decidiu ceder, ali mesmo na capela, um espaço para que acontecessem as primeiras aulas, conforme relata Rebeque (2022): “O Frei Antonino cedeu lá [...] uma casinha velha de tábua e pagava uma professora que era de Piraporã, Iracema do..., professora Iracema do Joel Saburá. Ela começou a lecionar lá. Só que era pago pelo padre”.

Os freis também se responsabilizaram pela contratação dos professores, o que não era uma missão fácil, conforme relata Rodelini (2015), pois, na época, praticamente não se encontravam professores com formação apta para a docência. O comum era presenciar professores leigos ministrando aulas, de maneira que a maioria desses professores possuía apenas o ensino primário.

Assim, ali mesmo, na Igreja, ocorreram as primeiras aulas para os filhos dos colonos sob a administração dos padres. Não demorou muito para que nos arredores da região se

espalhasse a notícia de haver aulas no Lote dos Padres, Bairro São Francisco, o que colaborou para o crescimento do quantitativo de alunos.

Grande parte dos indivíduos ainda tinha pensamentos voltados aos discursos políticos da época do Estado Novo (1937-1945). Os governantes anunciavam que a educação seria a transformação do país, nesta depositando a solução para os diversos problemas nacionais. Isso forjava nas pessoas um sentimento de nacionalismo. Assim, além de desejar a aprendizagem de leitura e escrita, os colonos viam na escola um lugar de disciplina, com um ensino civilizatório, para a formação de cidadãos, um espaço de progresso (HENN; NUNES, 2013).

À vista disso, a Escola Francisco de Assis, sendo criada e se apresentando sob a administração dos padres, contribuiu para a procura de matrícula para as crianças, já que os missionários franciscanos eram pessoas de representatividade, tidos como indivíduos preparados intelectualmente, e os colonos, pais das crianças, demonstravam respeito e confiança nos religiosos. Esses fatores impulsionaram os moradores a levarem seus filhos para aprender a ler e escrever. “A presença dos missionários é um fato de autoridade, portanto de poder” (MARIN, 2011, p. 339).

Logo na sua criação, os padres franciscanos nomearam a escola de “Escola de São Francisco”. Um pouco mais tarde, esse nome foi alterado, como consta nas documentações e na fala dos entrevistados, como será demonstrado adiante.

Portanto, pode-se entender que os padres franciscanos tiveram uma relação direta com o início do ensino primário naquela região e que também interviram na ação pedagógica buscando fundamentar de acordo com os princípios e doutrinas da Igreja Católica. A escola, conforme alguns dos entrevistados, possuía um modelo de educação tradicional, que exigia um rigor nos comportamentos, onde a disciplina era inflexível e fundamental.

Essas afirmações se baseiam também na entrevista com o Sr. Sebastião Rebeque realizada no decorrer da pesquisa. Quando o participante foi questionado sobre o método de educação e ensino na escola, se a forma de ensino era diferente de hoje, ele rememora: “Era, era que eles eram brutos, né? Eles não davam moleza igual agora [...], eles eram rígidos e pegavam doído. E eu, com idade de dezessete anos, eu estudava. O professor quebrou uma régua na minha cabeça. E, tem que ficar atento” (REBEQUE, 2022).

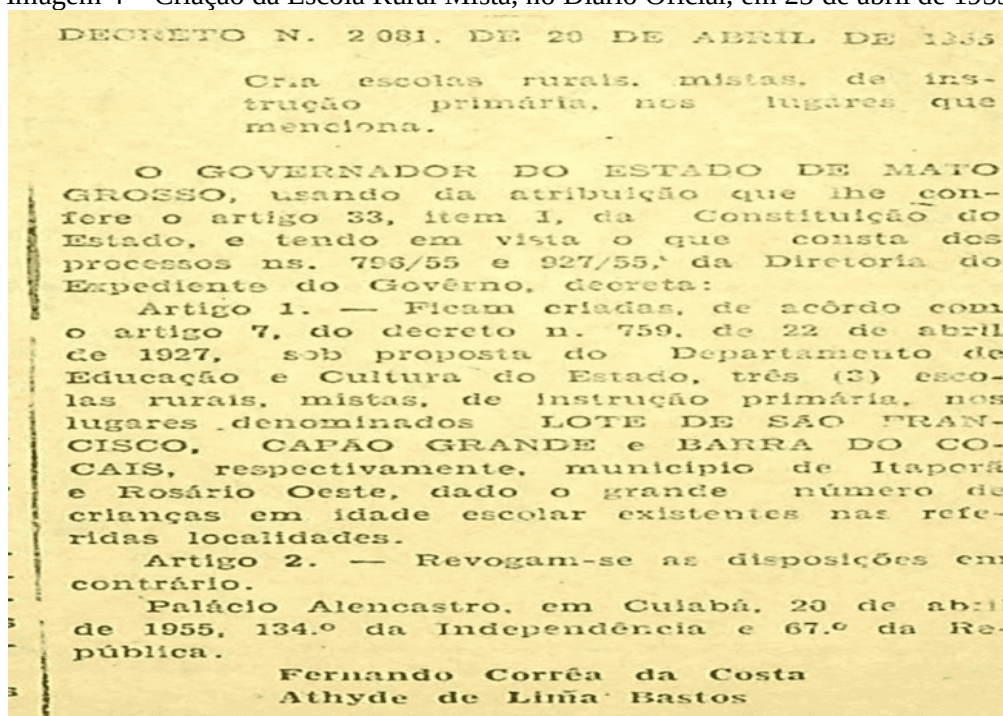
Buscar os testemunhos de sujeitos idosos que participaram do percurso da Escola Francisco de Assis, é pesquisar por lembranças eloquentes que possam colaborar para a escrita da história da instituição escolar, segundo Bosi (1979):

Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele

está-se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida. "O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, compulsa seus velhos papéis, suas antigas cartas e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito. (BOSI, 1979, p. 23).

O Sr. Sebastião Rebeque se lembra que os freis franciscanos se responsabilizavam por contratar os professores e administravam a escola, porém, apesar de toda essa organização por parte dos religiosos, eles também contavam com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso para o funcionamento da escola, visto que, no dia 25 de abril do ano de 1955, foi publicado em Diário Oficial, e assinado pelo governador, Fernando Corrêa da Costa, o Decreto nº 2.081, referente à criação da escola rural mista¹⁵, de instrução primária, no Lote de São Francisco.

Imagem 4 – Criação da Escola Rural Mista, no Diário Oficial, em 25 de abril de 1955

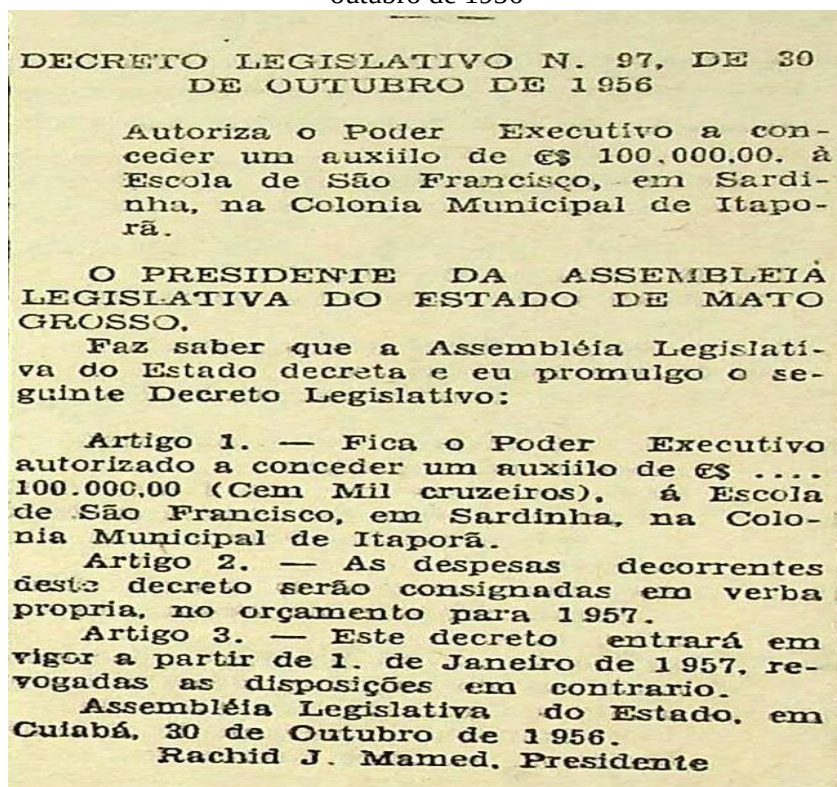


Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso (2022)

Já no ano de 1956, foi publicado em Diário Oficial o Decreto Legislativo nº 97, de 30 de outubro de 1956, autorizando o Poder Executivo a conceber um auxílio à Escola de São Francisco no valor de 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros). O decreto entrou em vigor no ano de 1957.

¹⁵ Escola Mista era um modelo organizacional de educação, onde alunos de ambos os sexos ocupavam os mesmos espaços, o que não significa que não havia diferença entre os gêneros no percurso escolar (CARRA, 2019).

Imagem 5 – Concessão de auxílio à Escola de São Francisco publicada no Diário Oficial de 30 de outubro de 1956



Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso - iomat.mt.gov.br.

Abaixo, a Imagem 6 explicita a capela onde ocorreram as primeiras aulas na Escola de São Francisco, no Bairro São Francisco (Lote dos Padres), dando-se início ao ciclo de vida da instituição escolar estudada.

Imagem 6 – Capela onde ocorreram as primeiras aulas da Escola de São Francisco, no ano de 1955



Fonte: Freire *et al.* (2006)

Na Imagem 6, é possível ver que a Igreja era pequena e, por esse motivo, chamada de capela. A construção é feita toda em madeira, material que, na época, era fácil de ser explorado, porquanto se encontrava em abundância na localidade, por ser uma região de matas. A capela possuía até uma torre, além de cruzeiros simbolizando o cristianismo. Essa construção, na época, foi responsável por dois fatos marcantes da história da comunidade: a presença institucionalizada do catolicismo e a criação da Escola Francisco de Assis.

Sendo a capela um espaço cedido para acontecerem as primeiras aulas, fica patente que o ensino, na década de 1950, pelo menos na localidade focalizada, acontecia, geralmente, em lugares cedidos ou até mesmo improvisados, mas isso não foi um empecilho para que as crianças da comunidade iniciassem seus estudos. A capela e a contribuição dos franciscanos foi o ponto de partida para o desenvolvimento da educação na localidade.

3 A ESCOLA INSTITUCIONALIZADA E OS FRANCISCANOS: EDUCAÇÃO E MISSÃO

Para tratar sobre a criação da Escola Francisco de Assis, foi necessário descrever o cenário nacional e local a fim de facilitar a compreensão sobre as motivações de sua existência. Neste capítulo, deu-se continuidade à análise do processo de desenvolvimento inicial dessa instituição escolar, tendo em vista os movimentos de ocupação populacional e as demandas de escolarização da região, além de se ter abordado o percurso histórico do seu funcionamento e expansão, com foco nos primeiros anos da escola, sob a direção dos religiosos franciscanos.

O intuito foi compreender o funcionamento da instituição escolar denominada inicialmente de Escola de São Francisco, seus momentos iniciais como escola rural particular, a contratação dos professores leigos e a chegada das Irmãs Catequistas ao Bairro São Francisco com a missão de lecionar e dirigir essa instituição educacional.

Ainda em diálogo com o pensamento de Magalhães (2004), se seguiu pesquisando o percurso da Escola Francisco de Assis. Como apresentado no capítulo anterior, os padres franciscanos cederam um espaço na capela para serem ministradas as primeiras aulas no Bairro São Francisco. Os missionários assumiram a administração daquela escola em lugar improvisado e contrataram professores para o ensino.

No dia 7 de junho de 1956, foram emitidos os documentos atestando o funcionamento da Escola de São Francisco. A emissão foi realizada pela Coletoria Estadual de Itaporã e no dia 06 de julho do mesmo ano, pela Prefeitura Municipal de Itaporã, ocorreu a oficialização da existência da escola do Bairro São Francisco, de seu funcionamento, além de validação das aulas nela realizadas. Constam nos documentos que a instituição escolar se situava na zona do Sardinha, no município de Itaporã, e que esteve em funcionamento desde o ano letivo de 1955, na Capela de São Francisco, cedida pelos padres franciscanos de Itaporã. Descreve-se a escola como sociedade civil, sob direção do Frei Antonino Schwenger da Ordem dos Frades Menores O. F. M., vigário de Itaporã e superior dos padres franciscanos desse município. No documento, destaca-se que a escola tinha como finalidade o ensino às crianças daquela zona rural.

Verifica-se, nos escritos, que a escola contava com 32 (trinta e duas) crianças em frequência contínua e que a professora era paga pelo Governo do Estado de Mato Grosso. É válido ressaltar o que Almeida e Pinto (2018, p. 426) explicam: “[...] devido à descentralização do ensino, desde 1934, tanto o ensino primário como o secundário, eram de responsabilidade dos Estados da Federação”.

Em relação à conservação dos móveis e manutenção do prédio e utensílios escolares, a escola contava com arrecadações de prendas, que eram doadas por pessoas da região e, posteriormente, eram realizados leilões nas quermesses da Igreja. O diretor, frei Antonino, não recebia salário para administrar a escola; possuía função gratuita (COLETORIA ESTADUAL DE ITAPORÃ; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ, 1956).

Com a notícia do início das aulas se espalhando, os colonos buscaram matricular seus filhos. O número de estudantes crescia cada vez mais. Por isso, percebeu-se a necessidade de construir uma escola para atender todos os interessados no ensino primário, visto que a capela estava pequena para a quantidade de alunos. Os franciscanos reivindicaram ao Governo do Estado que colaborasse para o progresso da escola na região. Desse modo, com a ajuda dos padres e da comunidade, além do auxílio do Governo Estadual, foi construída uma pequena escola rural de madeira (REBEQUE, 2022). A escola era composta por apenas duas salas e localizava-se ao lado da casa dos padres franciscanos, conforme Rebeque (2022) apontou:

[...] Ele [se referindo aos padres] conseguiu um pedaço de verba da Alemanha e uma, eu não me lembro, do deputado aquela vez quem era. O meu irmão era pedreiro, carpinteiro; eu era criança e ajudava de servente. Com aquela verba que ele construiu aquele colégio que era o tipo de um L. Aí, aumentou [o número de] professores. (REBEQUE, 2022).

Um novo prédio da instituição foi construído para atender os alunos da comunidade e até aqueles da redondeza buscavam vagas para estudar na escola do Bairro São Francisco. Como explicitado, a região apresentava necessidade de escolarização para os moradores, posto que muitos pais eram analfabetos e não tinham condições de ensinar seus filhos em casa.

3.1 A escola de São Francisco em desenvolvimento

O sonho de aprender a ler e a escrever aos poucos estava sendo realizado por alguns. A comunidade vinha sendo atendida com o ensino primário; a escola era bem aceita pela população local, pois, para os colonos, ter uma escola próxima de sua residência era uma oportunidade muito apreciada, além de ser sinônimo de ascensão da região. Além disso, seria uma dificuldade a menos que esses migrantes enfrentariam para permanecer na localidade.

A participante Rosa dos Santos Andrade, ex-moradora e também ex-aluna da escola, relembra do passado de seu pai, Manoel, que se deslocou da Bahia para o Bairro São Francisco, na década de 1950. Segundo Rosa, ele chegou à região e trabalhou por dois anos desmatando as terras para conseguir um sítio, enfrentando dificuldades tanto de moradia como de finanças:

Não tinha salário, aí o pai ficou com a mãe, trabalhou esses dois anos. Aí, pra vir aqui em Itaporã era a pé. No domingo, ele vinha pra comprar, assim, eles não tinham colheita né? Tinham que comprar arroz, comprar feijão, comprar açúcar, sal, café, eles não tinham nada, era mata que o pai derrubou um pedacinho bem pequenininho, fez um ranchinho de dois cômodos. [...] Sei que a mãe conseguiu um colchão de palha de milho. Pegou palha de milho dos outros, que eles não tinham ainda colhido, fez e amarrou o dinheiro num, num pano e botou dentro das palhas do colchão. Medo de entrar? Por quê? Lote aberto, né? E todo mundo chegando de fora, ninguém conhecia ninguém, era... e aí eles ficaram lá. (ANDRADE, 2022).

Rebeque (2022), participante da pesquisa ainda residente na localidade onde existiu a escola, relembra o sonho de seu pai de possuir um pedaço de terra, e por isso viu na região do Bairro São Francisco a chance de conquistar seu objetivo. Então, de São Paulo veio para o Sul de Mato Grosso em busca de um pedaço de solo fértil. À época, ele já plantava café no interior paulista, e se mudou com a família para a região, como conta o participante:

Ele falava: “Eu quero um pedaço de terra pra mim”. Aí ele *zarpou* de São Paulo pra cá em quarenta, em quarenta e nove. [...] Ele comprou uma posse em Fátima do Sul, aí, [anos mais tarde], surgiu essa daqui. Ele soube que a terra era cultura, ele abandonou a de Fátima do Sul e veio aqui e comprou a posse. Nós temos o título definitivo de posse. Até hoje, hoje eu sou dono do sítio, eu comprei as partes. Então é título definitivo, doação de Getúlio Vargas. (REBEQUE, 2022).

Assim, com o passar dos anos, alguns colonos já estavam instalados, outros chegando, fazendo aumentar a população do Bairro São Francisco. A escola iniciava seus trabalhos de alfabetização, os missionários católicos cumpriam seus papéis de apoio e evangelização para a comunidade e, dessa forma, iam se criando relações socioculturais.

Durante as análises realizadas nos livros de Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar, nota-se, ainda na capa, escrita à mão, que os registros são dos anos de 1955 a 1962. Esse material apresenta, em sua primeira página, o registro do nome da instituição educativa como “Escola Rural Mista¹⁶ Lote São Francisco”, sendo datado de primeiro de junho de 1955 e assinado pelo Inspetor Escolar Oscar Mangini Fernandes.

Nas duas páginas seguintes pode-se ler instruções para a escrituração do livro de registro escolar, orientando o(a) professor(a) regente da escola a forma de manuseá-lo. Além disso, nas

¹⁶ As escolas isoladas e escolas rurais também eram chamadas de escola mista, um modelo de ensino primário popular que esteve presente nas áreas rurais no início do século XX e que representou um modelo de educação primária. Estas escolas estavam instaladas em lugares provisórios e precários, com um ou dois professores ministrando as aulas e a turma era composta de meninos e meninas e as classes multisseriadas, sua estrutura pedagógica visava apenas a escrita, a leitura e aprendizagem de contas para os filhos dos trabalhadores rurais (SILVA, E., 2017).

orientações, indica-se que todos os cursos de ensino primário geral do país deverão obedecer a um sistema de escrituração uniforme.

A Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso, Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, determinava que a instituição escolar, sendo considerada de direito privado, mas desempenhando função pública, estava subordinada ao controle do Estado:

Artigo 22º – O ensino primário será ministrado pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.

Artigo 23º - As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino primário serão consideradas no desempenho da função pública. Cabem-lhes em matéria educativa, os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público. (MATO GROSSO, 1951).

Ainda no Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar, lê-se os registros dos alunos matriculados na instituição, com a data de 06 de junho de 1955. Nas folhas de matrículas constavam o nome dos pais dos alunos, mas não havia o nome de nenhuma mãe. Outra informação constante é, que dentre os alunos matriculados, oito já sabiam ler.

As anotações de registro de presença iniciam a partir do dia 06 de junho de 1955. Há 37 nomes variando entre a primeira, segunda e terceira série de ensino, sugerindo que a escola iniciou com 32 alunos e, no mês de junho, contava com 37 estudantes. Desses, 22 eram do sexo masculino e 15, do sexo feminino, cujas idades variavam entre 7 e 14 anos. Em relação à profissão dos pais, a maioria deles declarava ser agricultor e lavrador, com exceção de um pedreiro, um escrivão e um comerciante. Sobre a nacionalidade, a maioria se declarava brasileira e uma família declarava ser de nacionalidade japonesa. A maioria dos pais afirmava pertencer à religião católica e três à religião batista. Ainda no Registro, na página 31, observa-se o nome Maria Iracema Pinheiro Gonçalves, confirmando a fala de Rebeque (2022), segundo o qual esta foi a primeira professora da Escola Rural do Bairro São Francisco.

A seguir, no Quadro 4, verifica-se os nomes dos primeiros professores que passaram pela instituição escolar, lecionando e contribuindo com o ensino primário na localidade do Bairro São Francisco, desde sua criação, em 1955, até o ano de 1963. É possível que falte algum nome, devido à possibilidade de alguns documentos terem sido extraviados no decorrer do tempo, considerando que já são sessenta e sete anos desde a criação da escola.

O quadro dos primeiros professores da Escola de São Francisco foi construído baseado nos documentos pesquisados e analisados, além da coleta de informações com os participantes da pesquisa que colaboraram por meio de suas memórias.

Quadro 4 – Primeiros professores a ministrarem aulas do ano de 1955 a 1963

Iracema Pinheiro Gonçalves	Rita Flora de Souza	Vitório Rebeque	Artemiro Rebeque
Ismar Moreira	Iraildes Moreira	Maria dos Reis Doreto	Reinaldo Doreto

Fonte: Livros de Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar de 1955 a 1962

Conforme assegura Certeau (1982), uma pesquisa histórica é validada quando o pesquisador desenvolve estratégias e metodologias para garimpar as fontes para sua investigação, pesquisando em arquivos, indagando, contestando, fotografando, realizando as análises para que as informações selecionadas se convertam em documentos que transmitam sentidos. Segundo o autor, é trabalhando sobre fontes que o pesquisador escreve a história. Seguindo esses ensinamentos é que se buscou investigar todo e qualquer vestígio possível que oportunizasse uma construção historiográfica, um discurso sobre uma realidade já vivida, como é o caso da instituição escolar pesquisada.

Assim, o ciclo de vida da Escola de São Francisco estava sendo desenvolvido, sua história sendo construída e sua identidade se formando através dos nexos que iam se formando por meio de questões sociais, econômicas, religiosas e políticas.

3.2 Os professores leigos

Em Mato Grosso, na década de 1950, o sistema educacional se desenvolvia lentamente. A situação era delicada quanto à formação de professores e a extensão territorial acentuava o problema. O ensino primário contava com quase 80% de professores leigos. Frente à alta demanda em busca do ensino primário, o Estado não poderia se abster dos professores leigos, que era uma opção para amenizar a falta de docentes diplomados. Um agravante é que muitos dos professores leigos não possuíam nem o curso primário completo, acentuando, assim, a deficiência do ensino (ALMEIDA; PINTO, 2018).

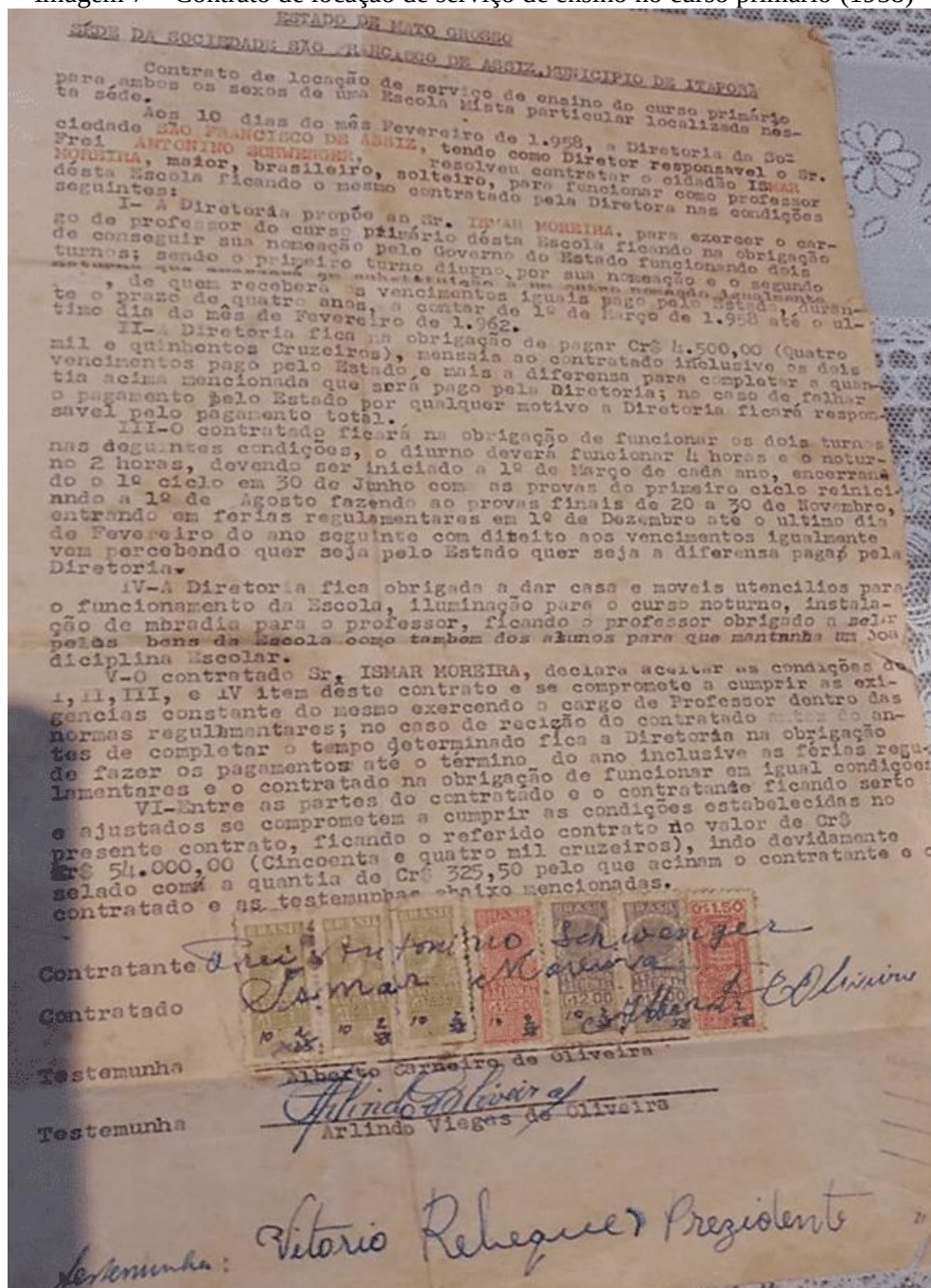
A situação em Itaporã era a mesma, e, no Bairro São Francisco, a contratação de professores era um desafio. Além de todos esses fatores, o lugar era distante da sede do município e apresentava estradas pouco acessíveis para a locomoção, principalmente quando chovia, devido às estradas de terra que formavam muito barro e podiam ficar intransitáveis.

Esses empecilhos contribuía para que os padres encontrassem dificuldades para contratar professores, mesmo leigos, interessados em ministrar aulas na localidade ou nela

permanecer. O professor que ficou mais tempo na escola, nesse período, foi o Sr. Ismar, migrante de São Paulo. Segundo elem sua formação foi somente o primeiro ano da Escola Técnica de Comércio em São Paulo (MOREIRA; MOREIRA, I. 2022).

O Sr. Ismar ainda é muito lembrado pelas pessoas da região por ter trabalhado por alguns anos na escola, conforme consta em seu contrato, que gentilmente ele apresentou de seu arquivo pessoal. Verifica-se, no documento, o acordo para que o Sr. Ismar Moreira ministrasse aulas desde 1º de março do ano de 1958 até o último dia do mês de fevereiro do ano de 1962.

Imagem 7 – Contrato de locação de serviço de ensino no curso primário (1958)



Fonte: Arquivo particular do Sr. Ismar Moreira

O contrato se apresenta como locação de serviço de ensino no curso primário para ambos os sexos de uma Escola Mista particular onde a Diretoria da Sociedade São Francisco de Assis, tendo como diretor o Frei Antonino Schwenger, contrata Ismar Moreira¹⁷ para atuar como professor. Segundo o documento, as aulas aconteceriam em dois turnos: diurno e noturno. O professor Ismar possuía poder de nomear uma outra pessoa para trabalhar na escola em um dos períodos, sendo isso de sua responsabilidade.

O professor Ismar trabalhou com alunos em sala multisseriada em um período. Sua esposa, em outro período, com o primeiro ano de alfabetização, e, no noturno, o professor trabalhava com o curso adulto, pois Frei Antonino queria muito que os adultos aprendessem a ler e a escrever (MOREIRA; MOREIRA, I. 2022).

De acordo com a Lei Orgânica (do ensino primário de Mato Grosso) nº 452/1951:

Artigo 2º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Artigo 3º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Artigo 4º - O ensino primário supletivo terá um só curso o supletivo. (MATO GROSSO, 1951).

Nos escritos do livro de Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar, consta o nome da Sra. Iraildes Moreira, que assina como professora. Essa informação vem ao encontro da fala de Ismar e é confirmada pela Sra. Iraildes, cuja formação era somente no ensino primário, sendo, portanto, professora leiga (MOREIRA; MOREIRA, I., 2022).

Sobre o pagamento ao professor, de acordo com o contrato, interpreta-se que a Diretoria da Sociedade São Francisco de Assis¹⁸ receberia ajuda de custo do Governo, porém, ela era a responsável por cumprir o valor combinado e, caso houvesse falha no pagamento por parte do Estado, a Diretoria ficava na obrigação de realizar o pagamento total. Ainda no contrato, o Frei Antonino, como diretor, constava como responsável por ceder o local, móveis, utensílios e iluminação para o funcionamento da escola, bem como moradia para o professor, que, por sua vez, deveria zelar pelos bens da escola e manter boa disciplina escolar.

¹⁷ No dia que o Sr. Ismar assinou o contrato seu estado civil era solteiro, mas no dia 8 de maio se casou com a Sra. Iraildes Moura.

¹⁸ No documento original está grafado o nome Assis com a letra z, por ocorrência de um erro de grafia.

Assim, o Sr. Ismar lecionou por anos na Escola de São Francisco, onde ficou muito conhecido e, atualmente, é lembrado pela rigidez na disciplina e cuidado com a instituição, como lembra a Sra. Marlene, ex-professora e ex-diretora da escola nas décadas de 1980 e 1990:

[...] tinha, na época, na escola, que o povo falava muito, era o professor e o responsável pela escola, o Sr. Ismar. O povo falava que ele era bravo, bravo, bravo, mais bravo do que eu. O seu Ismar era muito famoso ali [...]. Bravo, ele cobrava essa tarefa. (SAMPAIO, 2022).

Após o professor Ismar se mudar da localidade, quem assumiu as aulas no Bairro São Francisco foi o Sr. Reinaldo Doreto, então contratado pelo frei Liberato, como ele próprio relata, afirmando que foi professor na localidade do Bairro São Francisco. O entrevistado lembra que o frei o procurou com a intenção de contratá-lo para ministrar aulas no Bairro São Francisco, mas ele já estava lecionando na sede do município de Itaporã. Ademais, para aceitar o trabalho, o professor precisava morar no Lote dos Padres, devido à dificuldade de locomoção, e, nessa época, já havia 120 crianças estudando. Doreto considerava, portanto, uma responsabilidade muito grande lecionar para tantos alunos, por mais que sua esposa o ajudasse, pois ela também ministrava aulas. A princípio, o professor negou o trabalho.

Segundo Doreto (2022) rememora, o problema era que o professor Ismar e sua esposa, ambos ministrantes de aulas na localidade, estavam decididos a se mudar, e, por isso, o Frei precisava muito de um professor para atender a clientela de 120 alunos. O franciscano, em decorrência disto, lhes propôs dois salários, um para ele e um para sua esposa, mais um salário de bonificação para que o professor se mudasse para a localidade e ministrasse as aulas. Só então Reinaldo aceitou a proposta e deslocou-se para o Bairro São Francisco.

É, precisava morar lá, porque de Itaporã [até] lá é muito longe¹⁹, é quase dezessete ou dezoito quilômetros, não sei [...]. Então, pra ir dois professores todo dia lá, era muito difícil, ou três professores. Então, como eu era casado, aproveitou o meu serviço. [...] Era só eu e minha esposa. Ela assumiu uma classe do segundo ano. Ah, primeiro, eu fiz uma classe do segundo ano, no primeiro horário; no segundo horário já peguei uma classe só de primeiro ano e, na outra classe, eu peguei terceiro e quarto ano. (DORETO, 2022).

¹⁹ A afirmação do entrevistado, ao dizer que, era muito longe, está relacionada as dificuldades de locomoção da época, visto que a região é formada por terra vermelha e que quando chovia apresentava um lamaçal, um barro pegajoso, o que tornava penoso para a população se deslocar, considerando que as estradas não eram pavimentadas.

O entrevistado também se lembra que, na época, ele e sua esposa foram morar na escola, pois não havia casa na localidade capaz de abrigá-los: “É, fui pra lá. Ah, a nossa casa era... A metade era a escola e a metade era residência, só tinha um espaço no meio” (DORETO, 2022).

Assim, a escola foi se desenvolvendo e ficando cada vez mais popular; a quantidade de alunos crescia a cada ano. Se em 1955 havia 37 alunos, em 1962, conforme conta o Sr. Reinaldo, esse número era 120. Embora enfrentassem dificuldades para chegar até a escola, os pais de alunos não mediam esforços para que seus filhos estudassem no Bairro São Francisco.

O diálogo com os participantes da pesquisa complementa a historiografia sobre a instituição escolar investigada, mediante lembranças de vivências com significados para as suas vidas. Eles relatam que a escola ficou na história, pois era muito boa e que na região não houve uma escola tão significativa quanto a do Bairro São Francisco. “A escola é parte da vida e foi experienciada ou mesmo experimentada pelos sujeitos, individuais ou coletivos. Daqui decorrem marcas que constituem memória – a experiência” (MAGALHÃES, 2018).

Rebeque (2022) fala orgulhoso da escola em que estudou: “É, ela ajudou muita gente e todo mundo admirava. Os alunos lá da escola, lá do Bairro, eram os alunos mais educados e mais inteligentes” (REBEQUE, 2022). Percebe-se que a lembrança da escola ficou registrada na memória do entrevistado como um legado, uma recordação positiva, que se pretende perpetuar. “A narrativa de determinados acontecimentos e situações cristaliza realidades que são condensadas e carregadas de sentido” (ALBERTI, 2008, p. 186).

Lembranças estimuladas pela memória são constituídas pelo sentimento de pertencimento à escola e à sociedade em que se vive. Quando o Sr. Sebastião relembra da escola, nota-se que suas recordações são carregadas de significados, de vivências pessoais e de memórias formadas coletivamente ao longo do tempo (LUCHESE; GRAZZIOTIN, 2015).

Conforme conta o professor Reinaldo (2022), na época inicial, a escola era composta apenas pelos professores e alunos. Quando questionado sobre funcionários, como, por exemplo, merendeira e outros, o entrevistado afirma:

Não, não, era só nós mesmo. Quando tinha que fazer algum serviço na escola, a gente convocava a meninada e eles faziam. Colocava os alunos pra fazer, pra carpir [sic], pra limpar tudo; a gente colocava os alunos. [...] Não, não tinha merendeira, não tinha nada. Só tinha um livro pra chamada dos alunos. (DORETO, 2022).

Ainda em relação às aulas, o entrevistado explica seu trabalho com três turnos de aula: “Ah, eu pegava uma turma das seis às dez com quinze minutos de recreio, das dez às duas com quinze minutos de recreio, das duas às dezoito com quinze minutos de recreio” (DORETO,

2022). O Sr. Doreto foi o último professor a trabalhar na escola antes da chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Antes da chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã já residiam no município de Itaporã, tendo sido elas a primeira ala feminina de religiosas católicas a chegar na cidade, ainda no ano de 1958. Na época, o número de alunos [...] “era baixo e essa situação fez com que as irmãs empreendessem um mutirão junto à comunidade para que as crianças fossem matriculadas”, colaborando com aumento da quantidade de alunos no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (RODELINI, 2022, p. 83).

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas emergiu no contexto católico, buscando suprir as necessidades de educação, saúde, assistência social. Assim, as religiosas assumiram como missão viver no meio do povo, tendo a identidade professoral centrada em crenças da religião católica. Os imigrantes italianos foram os criadores da Congregação, porém, essa companhia emergiu junto aos princípios franciscanos alemães. A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas foi oficializada em 14 de janeiro de 1915, na cidade de Rodeio-SC, e teve como fundador o frei Polycarpo Schuhen e três jovens: Amábile Avosani, Maria Avosani e Liduína Venturi (KANTOVITZ; OTTO, 2016).

O entrevistado relembra que saiu da localidade, pois as Irmãs chegariam com a missão de ministrar as aulas e dirigir a escola. A partir de 1964, as Irmãs Catequistas Franciscanas se responsabilizariam pela instituição, conforme explica o ex-professor: “É. O frei Liberato me avisou: “Seu Reinaldo, você vai sair porque as Irmãs vão chegar. [...] Chegaram pra ser professoras. Umas foram pro Bairro São Francisco, que é o Lote dos Padres, e as outras ficaram no Antônio João” (DORETO, 2022). O Sr. Reinaldo Doreto ainda rememora que, quando saiu da localidade, voltou para a sede de Itaporã e trabalhou por seis meses na prefeitura como auxiliar do tesoureiro, mas, após esse período, se mudou para o Estado de São Paulo.

Assim deram-se os primeiros anos (1955-1963) da Escola de São Francisco: de uma escolinha improvisada na capela a uma escola construída com o intuito de atender um crescente número de alunos, filhos de trabalhadores rurais do entorno, resultando na vinda das Irmãs Franciscanas para auxiliar na educação local.

3.2 A chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas no Bairro São Francisco

A Imagem 8 ilustra a chegada das primeiras três Irmãs Catequistas Franciscanas a Campo Grande, capital do atual Estado de Mato Grosso do Sul. O ano era 1956, e as religiosas chegaram ao então Estado de Mato Grosso com a missão de ajudar na evangelização, realizar

trabalhos pastorais e obras assistencialistas e colaborar com a educação. As duas primeiras Irmãs da congregação catequistas franciscanas a chegarem ao município de Itaporã foram as Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer, tendo isso ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1964 (KNOB, 1988).

Imagem 8 – Irmã Feliciano Bento situada à esquerda (1956)



Fonte: Knob (1988, p. 351)

Essas missionárias, ainda no ano de 1964, iniciaram sua contribuição na Escola de São Francisco, no Lote dos Padres. Além disso, também estavam presentes na catequese, na liturgia da Igreja e em visitas pela localidade e região, como registrado no documento: Histórico-Itaporã – Obras e serviços anexos-escola primária e pastoral paroquial (1964):

Casa Madre Avosani foi estabelecida a pedido dos padres franciscanos, na pessoa de frei Liberato, os quais doaram às Irmãs a casa mobilada e escola. As pioneiras Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer, assumiram a direção da escola e a Pastoral da Comunidade (ARQUIVO PARTICULAR DA PROVÍNCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, MT).

Irmã Feliciano, em seus escritos, rememora a época em que chegou ao Bairro São Francisco e o tempo durante o qual viveu lá. Nascida em 11 de novembro de 1933, hoje com 88 anos de idade, ela vive, atualmente, na Província Santa Tereza do Menino Jesus, em Rondonópolis-MT. Segundo a Irmã, os freis, quando se viram diante do aumento de moradores da comunidade e, conseqüentemente, das crianças, além de saberem sobre a falta de formação

profissional dos professores, decidiram requerer a vinda das Irmãs Catequistas Franciscanas para lecionar na escola:

Frei Liberato, residente no bairro São Francisco, que era conhecido como Lote dos Padres, escreveu para a Madre superiora das Irmãs C. Franciscanas, residentes em Rondonópolis MT, pedindo Irmãs para abrirem uma casa religiosa no Bairro para cuidar da escola primária que havia no Bairro. Seu pedido foi atendido [...] (BENTO, 2022).

Assim, as Irmãs Catequistas Franciscanas foram para o Bairro São Francisco para desenvolver sua missão. Irmã Feliciano relembra quando chegou à localidade:

Não lembro a data da chegada, mas creio que foi no ano de 1963 ou 64. O lugar era chamado de “Lote dos Padres”, que depois passou a ser chamado “Bairro São Francisco”. Os frades já moravam lá e cultivavam a terra com grandes plantações de soja, feijão, milho, arroz e outros. Naquele tempo já tinha alguns maquinários que eram usados para o plantio e colheita. Toda produção destinava-se à manutenção do seminário em Rio Brilhante. Os frades moravam numa casa de madeira e tinham um grande barracão para recolher e armazenar o produto. Tinham vários trabalhadores para o serviço da lavoura. (BENTO, 2018).

Segundo a Irmã Anita David, em todos os arquivos por ela pesquisados, correspondente à Casa da Irmandade em Itaporã, na Chácara São Francisco, constam que a Casa foi aberta em 1º de março de 1964. Assim, entende-se que, a partir de março de 1964, as Irmãs começaram a desenvolver sua missão no Bairro São Francisco. Irmã Feliciano, nestes termos, descreve sobre os moradores da redondeza:

Os moradores dos arredores eram todos lavradores. Todos cultivavam suas terras, uns na própria, outros eram arrendatários. A terra era boa e muito produtiva. Tudo o que plantavam colhiam em abundância. O povo todo era de fé profunda e frequentavam a igreja aos domingos, participavam com entusiasmo, rezando e cantando, pois tinham uma voz maravilhosa. Muitos eram mineiros [de Minas Gerais] e de fé profunda em suas rezas de tradição familiar. (BENTO, 2018).

Sobre a escola e a casa onde residiram, a Irmã recorda:

Quando cheguei lá já havia a escola com duas salas de madeira, duas janelas cada uma, era bem arejada, não tinha piso, só de cimento. Frei construiu uma casa de madeira para as Irmãs, anexa às salas de aula. Era tudo muito precário, mas o suficiente para viver. (BENTO, 2022).

A missionária rememora sobre a residência onde foram morar e conta que os móveis para a residência foram comprados pelos frades. Ela resume seus escritos dizendo que a casa era composta por:

[...] uma sala de visita, um quarto com três camas, uma cozinha espaçosa que servia também de refeitório [...]. Os móveis necessários foram comprados também pelos frades. O fogão era grande, à lenha e funcionava muito bem. O banheiro era fora, mas junto a casa. Não havia energia elétrica. Os freis sempre preocupados com nosso bem-estar instalaram uma bateria que nos fornecia luz a noite. (BENTO, 2018).

Segundo Bento (2022): “Na época, a escola, era a mais reconhecida pelo fato de ter Irmãs como professoras”. A afirmação da religiosa vai ao encontro da fala da participante Rosa Andrade (2022):

[...] E quando foi em 64 chegaram as Irmãs. A escola já tinha, que o professor Ismar, ele já foi professor lá, o professor Reinaldo. Aí chegou as Irmãs, a Irmã Feliciano, a Irmã Renildes e a Irmã Laura. Aí o meu pai foi, [me] matriculou lá, e vários pais, ali tudo, colocou na escola das Irmãs [...]. (ANDRADE, 2022).

Com a notícia da chegada das religiosas se espalhando, o número de alunos cresceu, como ainda comenta Rosa: “Todo mundo botou lá, porque as Irmãs, aí todo mundo tinha mais... confiança [...] de ensinar as crianças [...]” (ANDRADE, 2022). Por meio de sua fala, denota-se que a religião, além de representar confiança, era sinônimo de educação moral para os indivíduos. Ademais, muitos viam na escola um modelo de rigor no processo de ensino e aprendizagem e apreciavam ritos disciplinares, relacionando-os a uma educação de qualidade, isso porque, talvez, socialmente esses indivíduos foram influenciados por discursos políticos ligados à Igreja Católica e a correntes conservadoras da época (MONTALVÃO, 2021).

Aos redores da Chácara do Bairro São Francisco, havia três comunidades: Vila União (hoje distrito de Piraporã), Santa Terezinha e Montese. Todas são distritos de Itaporã atualmente. Na época, segundo a Irmã Feliciano Bento, sempre que possível, o frei ia a tais comunidades celebrar missas e uma Irmã sempre o acompanhava. O religioso também atendia nas confissões, e a Irmã trabalhava com a catequese, além de ensaiar cantos e preparar a liturgia.

Os missionários sempre falavam com a comunidade em relação às vocações e convidavam os moradores para seguirem a Jesus Cristo. A Irmã Feliciano relembra que, no início, a missão naquele lugar não foi fácil, mas a fé em Deus e o amor ao povo a fortaleceu para superar todas as dificuldades (BENTO, 2022).

A Irmã Feliciano também recorda a situação dificultosa que a população enfrentava na época em que residiam na Chácara São Francisco:

Os alunos não tinham uniforme, pois todos eram pobres, vinham com as roupas que possuíam, maioria vinham descalços. [...] Então, foi criado um uniforme padrão. Um tecido verde com listrinhas brancas. As meninas eram vestidos e os meninos, camisa; era até bonito ver! (BENTO, 2022).

A religiosa relembra o relacionamento ótimo com as pessoas da região e conta que as Irmãs eram agraciadas com ovos, verduras, leite, carne de porco. Elas faziam visitas nas casas, mas havia dificuldade quando chovia, devido ao barro vermelho e grudento (BENTO, 2018).

Quando escrevemos a história trazida por sujeitos que vivenciaram os acontecimentos de uma época, buscamos, em suas memórias, as lembranças do tempo passado. Mesmo que tais sujeitos tenham sido integrantes anônimos de uma comunidade, suas memórias atreladas às outras fontes tornam-se um documento. Como afirma Le Goff (1990, p. 468), “[...] a memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural”; ela é construção elaborada a partir das experiências vivenciadas que se processam em articulação entre o passado e o presente.

3.4 A Escola Rural Mista do Bairro São Francisco: os primeiros anos sob a direção das Irmãs Catequistas Franciscanas

Compreender a complexidade que envolve uma escola explorando as fontes, colhendo informações que expliquem suas relações com o contexto sociocultural onde está inserida, sua organização, o seu fazer pedagógico, suas representações e práticas, assimilando-as aos planos macro, micro e meso, é o modo de se construir o processo histórico. “É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar” (MAGALHÃES, 2005, p. 98). Com esse pensamento seguimos com a pesquisa histórica a fim de explicar a expansão da Escola de São Francisco quando esta passou a ser dirigida pelas Irmãs catequistas franciscanas.

Faz-se importante destacar que as relações da escola do Bairro São Francisco nem sempre aconteciam de forma linear; por vezes eram permeadas por conflitos. Mesmo que os religiosos fossem responsáveis pela escola, segundo registros no Livro Tombo, o Governo, no ano de 1964, tentou interferir na contratação dos professores. Magalhães (2004, p. 124) destaca que “A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço”.

Apesar das interferências, os freis franciscanos resistiram à contratação de professores não indicados por eles. Conforme registrado no Livro Tombo da Paróquia de São José da cidade de Itaporã-MS, houve uma interferência política em relação a esse aspecto:

Este ano começa mal quanto ao ensino nas escolas. Logo no início do ano lectivo as dificuldades com os políticos que tanto se intrometem no ensino criando dificuldades sem fim para as Irmãs que dirigem e leccionam nos dois grupos.

O vigário sempre é envolvido nestas querelas, porque não pode admitir que nas escolas e sobretudo na nossa Escola de São Francisco haja intromissão malévola contra o bom andamento do ensino.

Dificuldades tivemos quando chegaram as primeiras Irmãs de Rodeio²⁰ – Catequistas para tomar conta da nossa escola. Verificamos que os senhores políticos nomearam, sem que nos soubéssemos 7 professores para nossa escola, lotando as em outras escolas somente para satisfazer aos amigos, que lhes davam uns votos na eleição!

Que dificuldades para as nomeações das Irmãs!

O cumulo da desordem foi a nomeação de uma professora crente para nossa escola. Não podíamos aceitar tal ataque direto contra nossa escola e fizemos então um movimento contra tais abusos”. (LIVRO TOMBO, 1964, p. 11-12 [grifo no original]).

Pode-se perceber que os religiosos pretendiam exercer uma autonomia no campo da educação na localidade, intervindo na política. Segundo Cunha e Oliva (2014):

O campo religioso é o espaço em que agentes e instituições disputam o monopólio nas relações com o sagrado. É, portanto, um campo de luta, de conflitos, no qual cada religião se apresenta como verdadeira, autêntica, até mesmo como tendo sido criada por alguma divindade. As demais, em consequência, são consideradas frutos da ignorância ou do desvio do caminho julgado verdadeiro ou até mesmo traçado por interesses não propriamente religiosos. (CUNHA; OLIVA, 2014, p. 208).

Os religiosos pretendiam manter o ensino escolar primário local sob seu controle. Essas ações remetem à busca de domínio da Igreja Católica e da disseminação da fé no Sul de Mato Grosso, permeadas por disputas de interesses religiosos. A Igreja Católica pretendia (de)marcar seu papel na região em favor do catolicismo (CUNHA; OLIVA, 2014).

Os franciscanos almejavam que essa fé se expandisse e alcançasse o maior número de pessoas, sendo a educação um campo privilegiado para isso. Dessa maneira, a intenção era que, na escola Francisco de Assis, somente professores de religião católica ministrassem as aulas. Em meio a tais conflitos, os padres conseguiram que as Irmãs Catequistas Franciscanas

²⁰ Irmãs de Rodeio são as Irmãs Catequistas que vieram da cidade de Rodeio em Santa Catarina.

continuassem sob o comando da escola e que prosseguissem com as aulas. A religiosa Irmã Feliciano se recorda como foram os primeiros anos na localidade:

Como o número de alunos aumentava e as salas [eram] poucas, ficou necessário ter aulas o dia todo, o que não foi difícil, pois quem lecionava eram as Irmãs, a casa delas era anexa às salas de aula. Era tudo muito precário, mas não deixava a desejar, pois os alunos que podiam, iam para o ginásio na cidade. Havia muita necessidade de material, principalmente didáticos. (BENTO, 2022).

Em relação à rotina da escola, a Irmã conta que era realizada oração e doutrina, porém, não explica como essa doutrina era passada aos estudantes, mas pode-se depreender que a escola desenvolvia práticas de uma educação católica. Rosa Andrade, em seu discurso, evoca os sentidos e apelos simbólicos que a escola trouxe à comunidade a partir do momento em que foi administrada pelas Irmãs catequistas, lembrando a preferência das pessoas da localidade e das comunidades vizinhas em matricular seus filhos na Escola de São Francisco:

Porque era das Irmãs e o ensino era melhor, porque, no meu tempo, a professora que me ensinava, ela tinha a quarta série. Quando chegou as Irmãs e todo mundo... “as Irmãs têm estudo, as Irmãs sabem educar”, e davam ensino religioso, né? Era bem disciplinado assim em termos. Não começavam a aula sem orar. A Irmã todo dia fazia oração, não começava sem [orar]. (ANDRADE, 2022).

A Irmã Feliciano lembra que, na época, “[...] não havia outros funcionários a limpeza das salas de aulas as Irmãs faziam com os alunos [...], que se sentiam orgulhosos por poderem prestar alguma ajuda” (BENTO, 2022). Rosa também evoca que estudavam de segunda a sexta-feira e no sábado havia duas horas de aula; depois, os alunos ajudavam na limpeza da escola:

Cada aluno fazia uma coisa, a Irmã escalava. Outros limpavam, varriam o quintal com vassoura de alecrim. Não era vassoura assim... [...]. Então a gente limpava tudo e depois a última coisa, a gente ia ensaiar os cantos do domingo. (ANDRADE, 2022).

Segundo a missionária franciscana, no início, as aulas aconteciam de 1ª a 4ª série: “Os alunos eram preparados para assumir admissão²¹ ou 5ª série para frequentarem o então ginásio. Para isso teriam que mudarem para um centro maior” (BENTO, 2022). As Irmãs cobravam disciplina, organização e compromisso com os estudos. O fazer pedagógico era rígido e tradicional, segundo a fala da Sra. Marlene (2022):

²¹ “O exame de admissão ao ginásio foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei nº 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos” (ABREU; MINHOTO, 2012, p. 108).

As Irmãs eram muito exigentes, era muito exigência, assim, o conteúdo tinha que ser estudado, decorado, estudado, pra no outro dia ela chegar e fazer um ditado e até hoje que o povo não fala muito de ditado, mas é que, aquilo que salvava (SAMPAIO, 2022).

A participante Rosa também precisa acerca do método utilizado para o ensino e para o comportamento dos alunos:

Era meio rígido. Só que o ensino era diferente, a gente estudava bastante pra... memorizar tudo aquilo lá pra fazer a prova. [...] entrava uma pessoa na sala de aula, a gente levantava, né? E assim... [...] As Irmãs diziam que era respeito com aquela pessoa. Aí, a pessoa entrava, aí [...] falava “Pode sentar”. Enquanto ela não falasse “pode sentar”, a gente não sentava. E também não ficava fazendo barulho. Quietinho. (ANDRADE, 2022).

Rosa Andrade (2022) ainda complementa sobre o modo de organização das práticas:

[...] chamava pra fazer fila, na hora do recreio, batia o sino, aí a gente [...], a gente ia pro recreio. Na hora que era pra vir, ela batia o sino (a Irmã) e a gente já fazia as filinhas, certinhas, não entrava aquele mundo de moleque, era tudo certinho. E aí, sempre, não era todo dia, mas sempre, ela pedia pra cantar o hino nacional. A gente sabia o hino nacional, era cantado mesmo, e pra sete de setembro, eles ensinaram da independência, da bandeira, da liberdade, a gente cantou todos esses hinos, até hoje eu sei os pedaços dos hinos que a gente cantava. (ANDRADE, 2022).

Por meio desses relatos, percebemos algumas práticas e representações que se desenvolviam na Escola de São Francisco. O sino, a postura dos alunos, a fila, o silêncio, o hino decorado, a moderação dos movimentos corporais, tudo isso são práticas efetivadas para controle, organização e disciplina dos alunos, impostas nas entrelinhas da cultura escolar. Essa organização contempla

[...] um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização), (JULIA, 2001, p. 10).

Para enriquecer a reconstrução da história da instituição escolar na Chácara dos Padres, buscou-se informações na fonte existente no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD), onde foi possível o acesso ao documento relacionado ao trabalho da Irmã Clélia Maria Cattoni, que, no passado, ministrou aulas no Bairro São Francisco, conforme entrevistados relataram.

Imagem 9 – Requerimento de adicional (1969)

Exmo Sr.
Secretário de Educação e Cultura
Cuiabá (MT)

Irmã Clélia Maria Cattoni, abaixo assinada, professora primária, Padrão PP2, da Escola Rural Mista do Bairro São Francisco, Município de Itaporã, Estado de Mato Grosso, nomeada no dia 3 de maio de 1964, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia. se conseder-lhe o adicional de 50% sobre seus vencimentos de acôrdo com o artigo 130 do decreto nº 759 de 22 de abril de 1927, combinado com o artigo 1º da Lei nº 729 de 27 de novembro de 1954 o artigo 149, item II da Lei 1630 de outubro de 1961, sendo estabelecido conforme artigo 177, §2º das disposições gerais e transitórias da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 124 da Constituição do Estado.

Nestes Termos
P. Deferimento.

Itaporã, 18 de abril de 1969.

Irmã Clélia Maria Cattoni
Irmã Clélia Maria Cattoni

D. R. E. Dourados
(MT)
Protocolo n.º 375/69
Entrada 24/4/69
Saída 26/4/69
Costa
Funcionário

D. R. E. Dourados
(MT)
Assunto: Adicional
Movimentação: SEC

D. R. E. Dourados
Assunto: _____
M. _____

De posse do documento escrito constatou-se que a Irmã Clélia Cattoni foi nomeada professora primária na Escola Rural Mista do Bairro São Francisco no dia 03 de maio de 1964. Ainda nesse documento é possível ler que a professora, no ano de 1969, protocolou o requerimento de adicional de 50% sobre seus vencimentos ao Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Em diálogo com a ex-professora Marlene no decorrer da pesquisa, a entrevistada relembra muito bem sobre o trabalho da Irmã Clélia: “[...] essa Irmã Clélia, nossa! A Irmã Clélia é assim, foi marcada, assim, com os trabalhos dela. Ela gostava de cantar, ela botava as crianças pra marchar, sete de setembro, sete disso, sete daquilo” (SAMPAIO, 2022).

A entrevistada Marlene ainda evoca que em 1968 ela de fato conheceu a escola, pois foi morar com as Irmãs franciscanas e, nesse mesmo ano, começou a auxiliar as religiosas nas aulas de primeira série:

De manhã eu trabalhava com elas [...] na casa; à tarde, eu assumi como se hoje fosse a pré-escola [...]. Eu ia auxiliar aquela escola, porque as salas de aula, daquela época, era quarenta, trinta, quarenta e três, que era uma única sala da primeira série. Então, eu estava auxiliando, em 68 eu comecei auxiliar. Aí, depois disso, eu passei a ser professora. (SAMPAIO, 2022).

A ex-diretora ainda explica que na época havia turmas de primeiro ano classificadas como A, B e C. Os alunos precisavam passar por esse processo para assim chegar ao segundo ano do primário, pois, segundo ela: “A primeira série era composta de três anos. Quando meus alunos, ou os alunos, saíam desse processo, eles sabiam dividir, [efetuavam] as quatro operações, eles conheciam toda a história do Brasil” (SAMPAIO, 2022).

As religiosas representavam confiança para as famílias, pois, naquela época, a maioria das pessoas que residia na região se declarava católica e, para elas, tendo pessoas da mesma religiosidade no comando dos estudos, era considerado privilégio, porquanto a religiosidade representava uma proximidade com Deus, com o divino. A sociedade era marcada por uma moralidade religiosa e conservadora e tinha na religião um apoio para remediar situações de adversidades, acalmar os conflitos, sendo vista como um auxílio espiritual (FERREIRA, 2021).

A educação e a religião são assuntos antigos e praticamente inerentes à sociedade humana, a educação como necessidade de transmissão de conhecimento, sejam eles culturais, familiares ou científicos, e a religião, como necessidade de explicar o inexplicável, como fonte de esperança e crença em seres superiores e da perspectiva de recompensa no final da vida. (FERREIRA, 2021, p. 92).

Assim, o comando da escola, tendo as religiosas à sua frente, representava para os habitantes benevolência. As missionárias colaboraram com a formação educacional, cultural e religiosa da população local e arredores e buscaram formar uma nova geração de cristãos.

Os padres que haviam ficado responsáveis pela religiosidade e plantações nas terras da Chácara do Bairro São Francisco, por sua vez, estavam insatisfeitos com os resultados das lavouras e, no ano de 1963, Frei Liberato planejou fazer do local um centro modelo de agricultura modernizada, na forma de uma cooperativa. Para isso, pediu ajuda ao Comissariado, mas esse não via possibilidades nas intenções do franciscano. Então, recorreu à Cúria Diocesana de Dourados e apresentou sua intenção, a qual, porém, também não demonstrou interesse por seu projeto. O Frei Andréas Muller interveio a favor a tal projeto, porém, mais uma vez, o Conselho Comissariado Franciscano, em 1966, se manifestou contra a criação de um patrimônio na localidade do Lote dos Padres (KNOB, 1988).

Diante dos fatos e tentativas ocorridas, o procurador das missões, frei Andréas, decidiu mudar o administrador da Chácara. Nomeou como representante do Comissariado, em relação à administração do dinheiro e cuidador da cura de almas, o frei Mateus Rothmann, que permaneceu na localidade até fevereiro de 1968. A administração técnica ficou por conta do agrônomo Sr. José Hotzmannsider, cujo contrato teve validade até o dia 19 de novembro de 1967. Com o passar dos anos, outros padres e também agrônomos administraram a Chácara São Francisco, entre eles frei Paulino, que trabalhou e morou lá até o final de 1977 (KNOB, 1988).

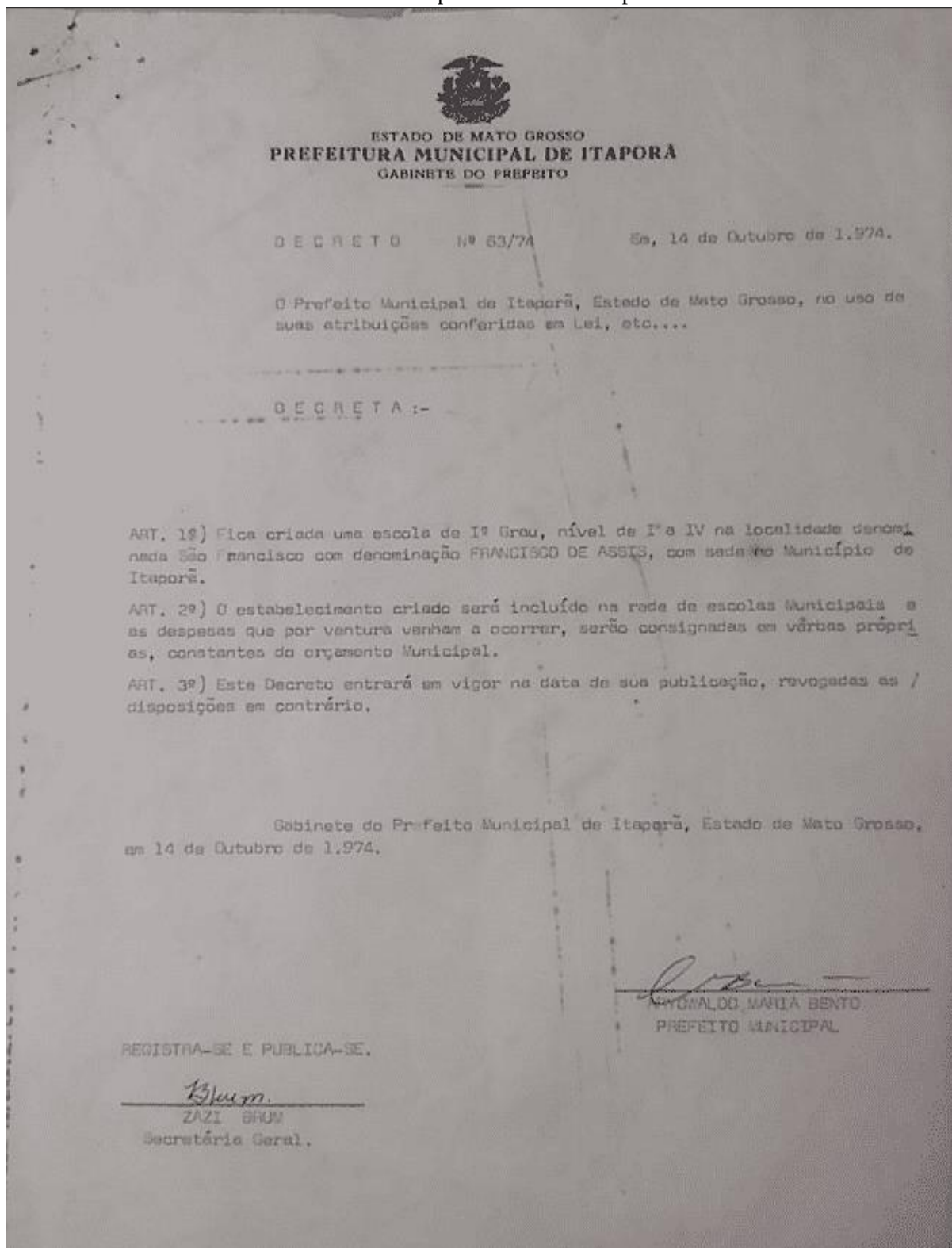
Apesar de todo esforço e trabalho, a Chácara São Francisco não estava rendendo lucros e, em 1974, foi decidido, em Assembleia Custodial, dar o prazo de um ano para que o local produzisse e recuperasse os prejuízos, mas os problemas continuaram. Nessas circunstâncias, o Conselho Comissariado decidiu que a propriedade deveria ser vendida.

Então, os franciscanos tentaram vender o lote, mas não houve comprador interessado para negociar a terra. Diante dessas dificuldades, resolveram arrendar a Chácara, e, assim, os padres foram se mudando do local. Alguns voltaram para a Alemanha; outros permaneceram no Estado, como frei Paulino Gelissen, que foi para a sede paroquial do município de Itaporã e, mais tarde, em 1986, foi para Campo Grande (FREIRE *et al.*, 2006).

No dia 14 de outubro de 1974, o Prefeito Municipal de Itaporã, Aryowaldo Maria Bento, por meio do Decreto nº 63/1974, incluiu a escola na rede de escolas municipais. As despesas da instituição ficaram sobre a responsabilidade do município de Itaporã, e, assim, a escola passou a ser denominada Escola Francisco de Assis, de 1º grau, com nível de I a IV, já em conformidade com a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia a Reforma do ensino:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização [sic], qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971).

Imagem 10 – Decreto nº 63/74, de 14 de outubro de 1974, que incorporou a Escola Francisco de Assis à Rede Municipal de Ensino de Itaporã



No dia 26 de dezembro de 1974, a Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, por meio da Portaria nº 6821, de 26 de outubro de 1973, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, autorizou a escola a funcionar até a 4ª série do 1º Grau, registrada sob o nº 239 das folhas do livro nº 02, de Autorização das Escolas (Autorização nº 239/74).

Imagem 11 – Autorização nº 239/74, de 26 de dezembro de 1974, que autorizou a Escola Francisco de Assis até a 4ª série do 1º grau

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

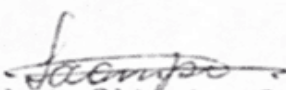
A_U_T_O_R_I_Z_A_Ç_Ã_O Nº 239/74

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 6821 de 26 de Outubro de 1.973 da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso e em consonância com os princípios que regem a matéria;

R_E_S_O_L_V_E

AUTORIZAR a Escola de 1º Grau Francisco de Assis sediada na cidade de Itaporã à Bairro São Francisco nº 2.621/74, neste Estado, a funcionar até a IVª série do 1º Grau, sob o nº 239 anexado às fls de nº 239 do livro nº 02 de Autorização de Escolas.

Cuiabá, 26 de dezembro de 1.974


 Izabel de Oliveira Campos
 CHEFE DA SPAE


 Profª Giselaene Moreira
 CHEFE DA DISTE

jcj.

Finaliza-se este capítulo destacando a mudança no decorrer da história da instituição, que, desde então, foi denominada Escola de 1º grau Francisco de Assis. Os freis franciscanos deixaram a localidade, pois a chácara já não estava suprimindo suas necessidades conforme esperavam. As Irmãs Catequistas Franciscanas, por sua vez, mesmo a escola tendo sido municipalizada, continuaram na direção, administrando-a e nela ministrando aulas.

A Igreja Católica teve participação ativa nos movimentos sobre o ensino primário na região. Esteve envolvida nos projetos educacionais no meio rural, procurando sempre incentivar a escolarização e estar presente com seus ensinamentos nos currículos escolares. Segundo Amaral (2005), a Igreja Católica buscava frear o crescimento do protestantismo na região de Dourados e seus arredores, e uma forma de obter êxito nesse objetivo foi fazer aliança com o Estado/Município para que, dessa forma, possuísse domínio em relação às escolas e pastorais.

4 A ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo, apresentou-se a análise e a compreensão do desenvolvimento histórico e identitário da Escola Francisco de Assis. Trata-se de uma escrita das transformações e permanências ocorridas no decorrer do período de 1955 a 1983, tendo-se em vista as práticas e as representações mobilizadas e desenvolvidas pela instituição escolar e a sociedade envolvente, resultando nos nexos que ficaram imbricados no cotidiano da comunidade local.

A escola do Bairro São Francisco, fundada com a denominação Escola de São Francisco, após ser municipalizada, passou para a denominação Escola Francisco de Assis. Em 1974, a instituição escolar contava com a administração das Irmãs Catequistas Franciscanas, que também ministravam aulas para os alunos da comunidade e vizinhança que escolhiam estudar na localidade. Nesse ano, a instituição contabilizava 254 alunos matriculados, um público que, junto a funcionários e professores, formava um ambiente com uma pluraridade de culturas, como as representações trazidas pelos freis e Irmãs Franciscanas, os costumes dos imigrantes e migrantes que chegaram à localidade, além das pessoas já residentes na região. Tal junção de saberes foi responsável por desenvolver a identidade escolar da instituição escolar.

O ambiente escolar é repleto de fatores internos e externos e esses formam a estrutura de uma escola. Nele acontece relações de convivência, trocas de conhecimentos, incorporações de comportamentos, conflitos e resistências (JULIA, 2001). Segundo Julia (2001), a escola é envolvida por normas a serem seguidas, por disciplinas e métodos de ensino, um modelo educacional, porém, as práticas cotidianas são determinantes da singularidade da cultura escolar de uma instituição, a qual está em constante transformações por meio dos sujeitos pertencentes a esse ambiente; essas pessoas são os atores históricos sociais.

Explicitou-se, neste capítulo, o misto de questões pessoais, sociais, políticas, religiosas, atinentes à instituição escolar Francisco de Assis; as relações estabelecidas entre a escola e a sociedade; o cruzamento de culturas, de práticas e de representações. Para isso, a escrita girou em torno do processo de transformação da escola de instituição pública municipal à instituição da pública estadual, e contemplou uma reflexão sobre a importância da Escola Francisco de Assis para a sociedade itaporanense, os nexos estabelecidos com a comunidade e o legado deixado por essa instituição escolar.

4.1 A Escola Francisco de Assis: de instituição pública da Rede Municipal à instituição pública da Rede Estadual

A Escola Francisco de Assis, que no ano de 1974 foi incluída à rede de escolas municipais de Itaporã-MS, ainda continuava sendo administrada pela Irmãs Catequistas Franciscanas. As religiosas seguiam cumprindo sua missão, se dedicando para a aprendizagem escolar dos educandos, contribuindo, assim, com o desenvolvimento da educação na localidade. A instituição continuava a se expandir, e, segundo as atas de resultados finais, ainda no ano de 1974, atendia a quantidade de 254 alunos que apresentavam idades variadas.

Conforme conta a entrevistada Rosa Andrade, os alunos da escola não eram somente crianças, mas também pessoas com idades mais avançadas, as quais não haviam tido a oportunidade de estudar na idade recomendada: “Não era tanto criança, tinha gente grande na escola, porque aquele tempo não era igual hoje” (ANDRADE, 2022).

A participante Marlene Barbosa Sampaio complementa: “[...] Eu lembro que a quarta série, em [19]68, era composta de homens, com seus dezessete anos, que já entravam velhos na escola [...]; quando eles chegavam na quarta série, eles já eram adultos” (SAMPAIO, 2022).

A imagem abaixo (Imagem 12) reforça as afirmações das participantes quando estas se referem à idade dos alunos. É possível entender que muitos sujeitos não tiveram oportunidade de estudar quando eram crianças, e a Escola Francisco de Assis possibilitou aos moradores da localidade participar do processo de aprendizagem e alfabetização.

Imagem 12 – Alunos da Escola de 1º Grau Francisco de Assis nas décadas de 1960 e 1970

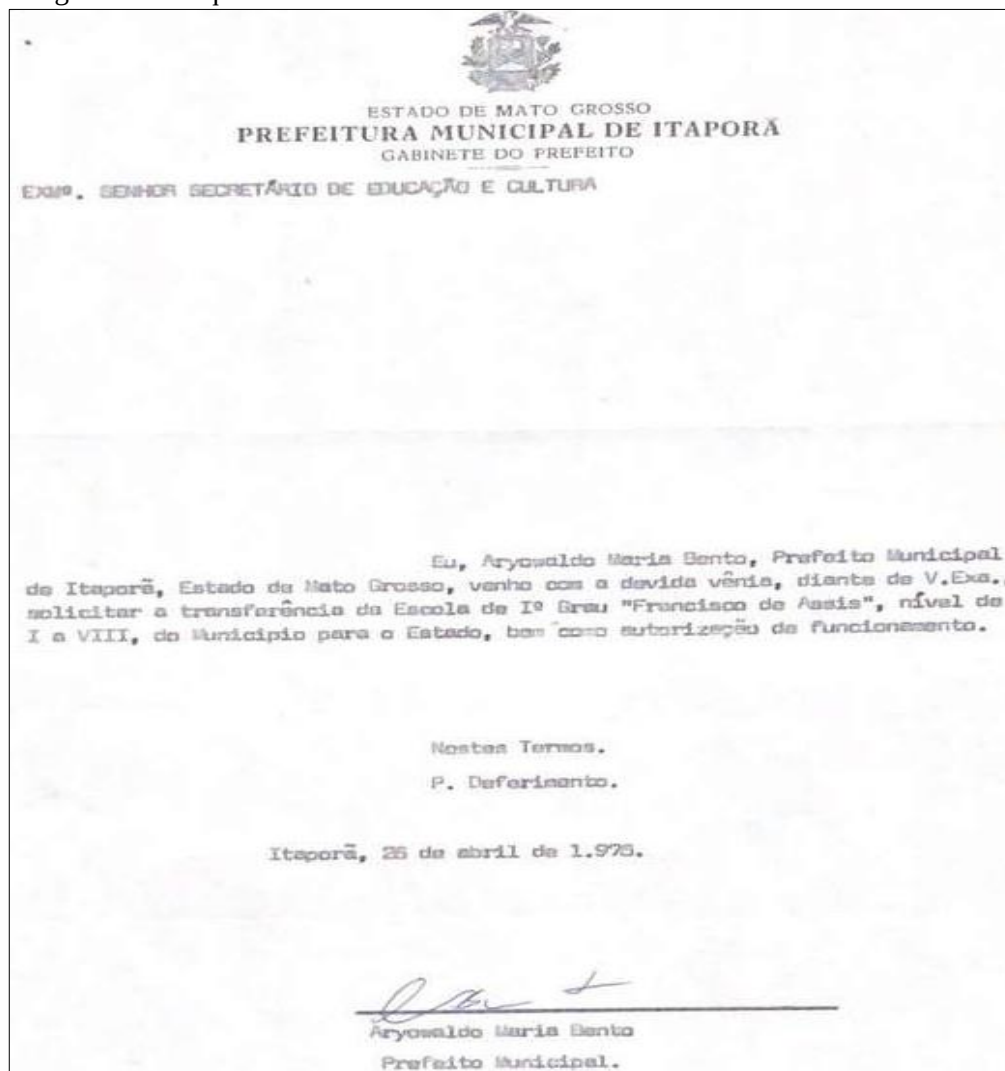


Fonte: Arquivo pessoal do Senhor Cicero José Ferreira

Com o passar dos anos, a busca por matrículas aumentava, a quantidade de alunos frequentando a escola era crescente e, por conseguinte, as despesas financeiras cresciam na mesma proporção. Isso se tornou uma preocupação para a prefeitura do município de Itaporã, porquanto, após os freis terem se mudado da localidade, ela ficou responsável pelas despesas da escola, como explicou Rebeque (2022): “Aí já os padres participaram menos de pagamento, era só a prefeitura, mas, como faltava, tentaram passar ela [a escola] pro Estado”.

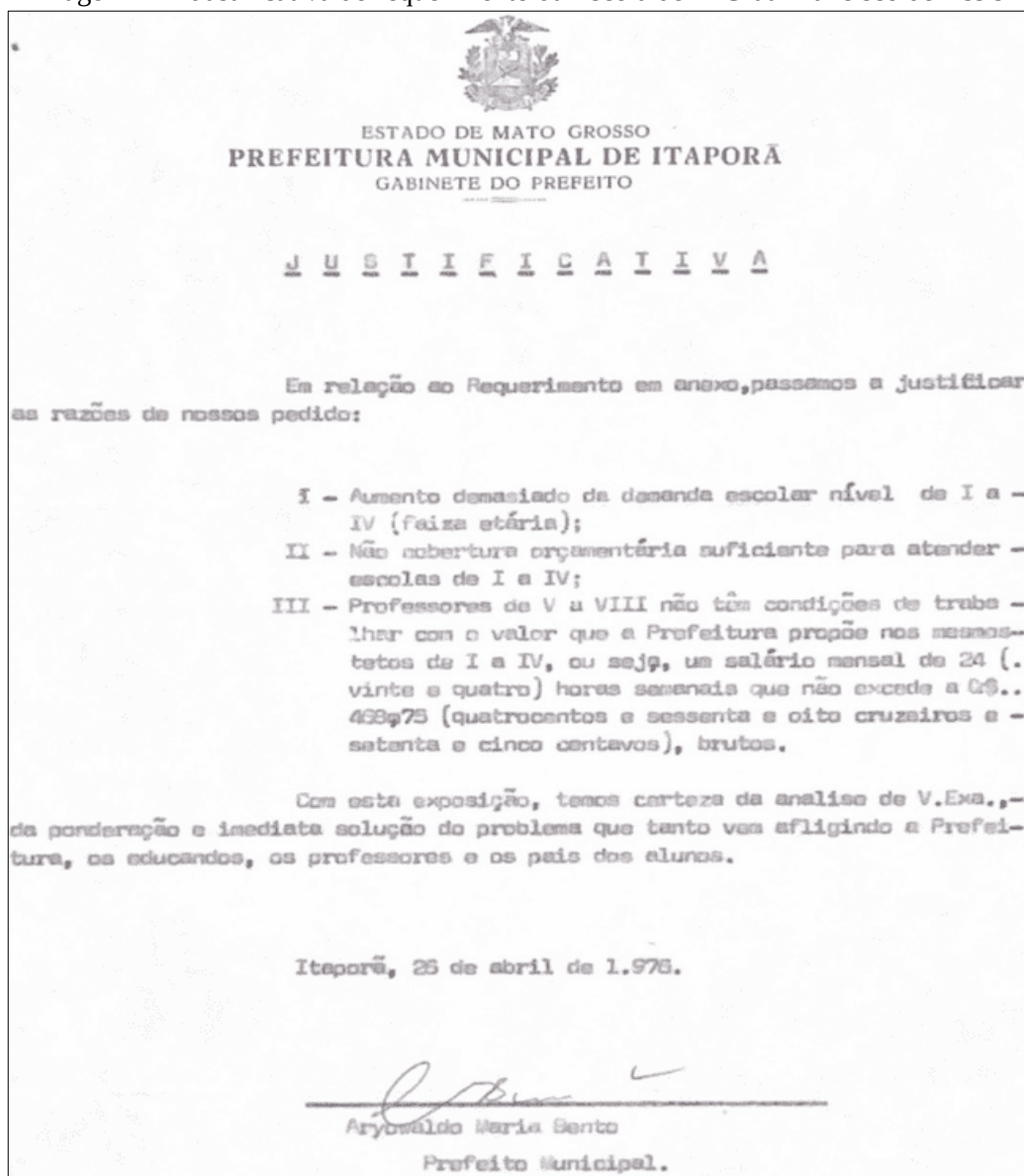
Diante dessa situação, no ano de 1976, o então prefeito do município, Aryowaldo Maria Bento, enviou ao Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, no dia 26 de abril de 1976, uma solicitação de transferência da escola de responsabilidade do município para a incumbência do Estado, requerendo também autorização de funcionamento até a 8ª série. Ao requerimento, o prefeito anexou também justificativas sobre o nível da escola ser de 1ª a 8ª série e explicou as razões do pedido transferência para a Rede Estadual.

Imagem 13 – Requerimento de transferência da Escola de 1º Grau Francisco de Assis



Fonte: Arquivos disponibilizados pela a Sra. Marlene Barbosa Sampaio

Imagem 14 – Justificativa do requerimento da Escola de 1º Grau Francisco de Assis



Fonte: Arquivos disponibilizados pela a Sra. Marlene Barbosa Sampaio

Em resposta ao pedido de autorização de funcionamento do Ensino de 1º grau, realizado pela Prefeitura Municipal de Itaporã, a Divisão de Inspeção e Administração Escolar do Departamento de Educação, apoiada no artigo 28 da Resolução nº 23, de 14 de agosto de 1974, do Conselho Estadual de Educação, decidiu autorizar a Escola Francisco de Assis a oferecer o ensino de 1ª a 8ª série, por dois anos. Essa autorização foi concedida em 30 de abril de 1976.

Em relação ao pedido de transferência da Escola Francisco de Assis para a responsabilidade do Governo do Estado, em 8 de novembro de 1976 foi publicado, em Diário Oficial, na página 17, um Termo de Convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Itaporã, que acordaram a execução de um projeto de manutenção de classes nível da 5ª a 8ª série do ensino de 1º grau em Itaporã.

Em 28 de setembro de 1976, foi firmado um convênio entre os governos estadual e municipal, e, dentre as cláusulas e condições do acordo, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), por meio da Rede Estadual de Educação, ficou responsável por auxiliar a Prefeitura Municipal de Itaporã na manutenção do ensino de 1º grau, no nível de 5ª a 8ª séries, com a finalidade de atender a clientela da faixa de obrigatoriedade escolar, e, através da entrosagem de recursos e esforços, implantar progressivamente essas séries visando a clientela na Escola de 1º grau Francisco de Assis, na zona rural, com 154 alunos beneficiados para a 5ª série.

Dessa forma, a SEC se comprometeu a repassar à Prefeitura Municipal de Itaporã, o valor de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para os encargos do convênio firmado que começou a vigorar em 1º de janeiro, com validade até 31 de dezembro de 1977, podendo esse prazo ser prorrogado por aditivo. Dentre as cláusulas acordadas, ficou a Prefeitura de Itaporã responsável por apresentar prestações de contas para o Estado; pela manutenção e conservação do prédio escolar, dos materiais permanentes e de consumo, e pela aquisição destes; supervisão e administração das atividades didáticas-pedagógicas na escola; por encaminhar os professores leigos, da época, para cursos promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura; além de enviar relatórios bimestrais das atividades para a SEC.

O Governo do Estado se comprometeu, destarte, a dar suporte ao município de Itaporã, mas a responsabilidade sobre a escola a gestão municipal ainda arcava. A escola estava num ponto elevado de seu desenvolvimento e a ideia era que seus alunos não precisassem sair da localidade para continuar os estudos. Frente a esse progresso, o número de alunos matriculados era crescente, movimento que fez diminuir o espaço da instituição, surgindo, disto, a necessidade de ampliação de sua estrutura. Tal premissa levou à reivindicação, por parte dos moradores e administradores da instituição, a ideia de pleitear a construção de uma escola nova e maior, como explica Sebastião Rebeque:

Montaram os papéis lá, não sei como. Aí, nós fomos em Campo Grande falar com o Governador direto. Ele, naquele tempo, era o Pedrossian, Pedro Pedrossian. Ele falou: “construo lá, mas tem que ter a propriedade no nome deles”. Aí, voltamos. (REBEQUE, 2022).

Quando as Irmãs Catequistas vieram para a região do Bairro São Francisco, os freis franciscanos doaram a elas um terreno de 2,0 ha e 6.834 m² (dois hectares e seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados). Esse lote foi registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Dourados-MT, sob nº 35.096, livro 03-AV, no nome das Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, entidade religiosa estabelecida na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Diante da necessidade de uma escola maior na localidade e sabendo da exigência do

Governo de Mato Grosso, as religiosas, em colaboração e incentivo à escolarização, desmembraram uma parte do seu lote para a construção e instalação de uma unidade escolar de alvenaria. Assim, no dia 1º de julho de 1978, realizaram a doação de 6.834 m² (seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados) de seu lote para a Prefeitura Municipal de Itaporã.

Nas imagens abaixo pode-se conferir o documento de escritura pública de doação registrada no cartório do município de Itaporã, onde as Irmãs Franciscanas doaram uma parte de seu lote de terra para a prefeitura em benefício da construção da Escola Francisco de Assis.

Imagem 15 – Escritura pública de doação de terras (1978)



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE ITAPORÃ
COMARCA DE DOURADOS

Adalberto Cordeiro e Silva
 TABELIÃO

Raimundo Cordeiro Sobrinho
 SUBSTITUTO

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO
 QUE FAZEM, DE UM LADO, COMO
 OUTORGANTE:- CONGREGAÇÃO -/
 DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRAN-
 CISCANAS; E, DE OUTRO LADO,
 COMO OUTORGADA DONATÁRIA:-/
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA-
 PORÃ, COMO ABAIXO SE DECLA-
 RA E CONTEM:-

A I B A M quantos a presente
 escritura pública de doação virom, que aos primeiro (01) dias do
 mês de julho do ano de um mil novecentos e setenta e oito (1978)
 nesta cidade de Itaporã comarca de Dourados, Estado de Mato - /
 Grosso, em Cartório, perante mim Tabelião Substituto, comparece-
 ram partes entre si justas e contratadas, a saber:- De um lado,/
 como outorgante doadora:- CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRAN
CISCANAS, entidade religiosa, inscrita no CGC. sob nº 32.602.533
 0001-08, estabelecida à Rua Ministro Calógeras nº 867, na cidade
 de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representada -/
 por sua bastante procuradora MYSTICA ROZA MARANGONI, brasileira,
 solteira, religiosa, residente à Av. Frei Servácio nº 1.465, na/
 cidade de Rondonópolis, deste Estado, titular do CIC. nº 023.036
 201-04, habilitada nos termos do instrumento público de procura-
 ção lavrado às fla. 205, livro nº 68, em 23-12-77, nas notas do/
 Segundo Tabelionato da comarca de Joinville, Estado de Santa Cata-
 rina, cujo traslado fica arquivada neste Cartório; e, de outro /
 lado, como outorgada donatária:- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ
 inscrita no CGC. sob nº 03.156.999/0001-49, representada pelo -/
 prefeito municipal ANTONIO CORDEIRO NETO, brasileiro, casado, -/
 funcionário público, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais,
 nesta cidade; todos conhecidos de mim Tabelião Substituto e das/
 testemunhas no final nomeadas e assinadas, do que dou fé. E pe-
 rante essas mesmas testemunhas, pela outorgante doadora, me foi /

1361818
18/08/80 Fls 11
R

Processo N.º 725/81
Data 13/01/81 Fls 11
R

.....

dito que a justo titulo e absolutamente livre e desembaraçado de quaisquer dúvidas e ônus real, inclusive hipotecas mesmo legais/ de uma área de terras determinada pelo lote nº 351 (TREZENTOS e CINCOENTA E UM), situado na zona rural deste município, medindo/ 6.834 m². (SEIS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO METROS QUADRA DOS) e dentro das seguintes confrontações e limites:- "Tomando / como ponto de partida o marco 4, segue-se em linha reta numa dis- / tância de 134,00 m., ao rumo de S-77°50'-E, confrontando com pro- / priidade da Missão Franciscana até o marco 5. Deste, segue-se em / linha reta de 51,00 m. ao rumo de S-12°10'-O, até o marco 6, mar- / co este que está cravado no limite do corredor público; do marco / 5 ao 6 tem como confrontante propriedade da Missão Franciscana. / Do marco 6, segue pelo corredor público, numa distância de 134,00 / m. ao rumo de N-77°50'-O, até o marco 7. Deste segue-se na dis- / tância de 51,00 m. ao rumo de N-12°10'-E, confrontando com pro- / priidade da Congregação, até atingir o marco 4, ponto de origem / da presente discriminatória." CONFRONTAÇÕES:- Norte, com proprie- / dade da Missão Franciscana; Sul, com o corredor público; Leste, - / com propriedade da Missão Franciscana; Oeste, com propriedade da / Congregação; imóvel este que a outorgante adquiriu por força da / transcrição nº 35.096, fls. 232, livro nº 3-AV-, em 23 de maio / de 1967, do Registro Geral de Imóveis da comarca de Dourados, - / deste Estado; que a área remanescente de 20.000 m². (VINTE MIL / METROS QUADRADOS) acha-se dentro das seguintes confrontações e / limites:- "Partindo do marco 1 cravado no corredor público, se- / gue-se numa distância de 100,00 m. ao rumo 12°10'NE até o marco / 2, linha esta que tem como confrontante, terras de propriedade / da mesma Missão. Do marco 2, segue-se ao rumo de 77°50'SE, no - / distância de 200,00 m. até o marco 3, confrontando com proprie- / dade da mesma missão. Do marco 3, segue-se ao rumo de 12°10'LO / na distância de 49,00 m. até o marco 4, fazendo divisa com ter- / ras da mesma Missão. Do marco 4 ao marco 5, do marco 5 ao marco / 6 e do marco 6 ao marco 7, encontra-se cravados na área donde pa- / ra a Prefeitura. Do marco 4 segue-se em linha reta de 51,00 m. ao / rumo de 12°10'SO até o marco 7, confrontando com a área donde pa- / ra a Prefeitura de Itaporã. Do marco 7 cravado no corredor públi- / co, segue-se em apreço numa distância de 200,00 m. ao rumo de - / 77°50'NO até alcançar o marco 1 ponto de origem da presente poli- / gonal". CONFRONTAÇÕES:- Nordeste, com propriedade da Missão Fran- / ciscana; Sudeste, com terras da mesma Missão; Sudoeste, com pro- / priidade da Missão; Noroeste, com corredor público; conforme sa- / moriais descritivos que me foram apresentados devidamente assina- / dos pelo engenheiro Marilo Zauith-CHEA.47.870/D, Visto nº 1.120-

.....

17618180 18.08.80 12 R	CARTÓRIO DE PAZ ADALBERTO CORDEIRO E SILVA <i>Tabelião Escrivão e Oficial do Registro Civil</i> RAIMUNDO CORDEIRO SOBRINHO <i>Substituto</i> ITAPORÃ — Estado de Mato Grosso	Processo N.º 725/78.13 Data 13/08/80 Rubrica: <i>[assinatura]</i>
------------------------------	---	---

.....

14ª Região, que ficam arquivados neste Cartório; que assim, de já e por bem desta escritura cede e transfere a outorgada donatária toda a posse, domínio, direitos e ações que sobre o imóvel ora doado exercia, para que possa a mesma outorgada usar, gozar e dispor livremente como seu que fica sendo de hoje em diante, prometendo fazer a presente doação sempre boa, firme e válida; que para efeitos fiscais o imóvel, objeto desta doação, é estimado pelo valor de CR\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros). Pela outorgada donatária, ante as testemunhas, me foi dito que aceitava esta escritura em todos os seus expressos termos e me apresentou as seguintes certidões e documentos:- Certidão de Isenção de Contribuição Direta do Ministério da Previdência e Assistência Social-Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural "Funrural" sob nº 281396, expedida em Dourados-MS; Certidão Negativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal "IBDF" sob nº 755/78, expedida em Dourados-MS., que ficam arquivadas neste Cartório. - /

Certifico que o imóvel ora doado acha-se devidamente cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária "INCRA" / sob nº 913.103.011.045-área total 2,6-área explorada 0,5-área explorável 2,6-módulo 16,3-nº de módulos 8,16-fração mínima de parcelamento 2,6-classificação minifúndio e quites com o exercício de 1977. Que a presente escritura é feita conforme Autorização / nº 14/78, como abaixo se transcreve:- Serviço Público Federal. / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Coordenadoria Regional de Mato Grosso-CR 13. Autorização nº 14/78. / Nos termos do Decreto 62.504, de 08/04.1968 e tendo em vista a delegação de poderes recebida do Exmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (portaria nº / 973 de 25/06/73, publicada no Diário Oficial da União em 06/07/73, Autorizo o Sr. Congregaçao das Irmãos Catequistas Franciscanas, proprietário do imóvel rural cadastrado sob nº 913.103.011.045, sito no município de Itaporã-MT, com área total original de 2,0 ha. e 6.834, ms2 (dois hectares e seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dourados-MT. sob nº 35.096, livro 01-AV, a desmembrar do referido imóvel para fins de transcrição e qualquer título para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ-MT., uma parcela de 6.834 ms2. (seis mil oitocentos e trinta e quatro metros quadrados), dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações:- ao Norte, com Missão Franciscana; ao Sul, com corredor público; ao Leste, com Missão Franciscana; e a Oeste, com o vendedor. Referida parcela a ser desmembrada e alienada, destina-se a

.....

13/01/80

Processo N.º 17698/80
06.08.80-20
R

.....

construção e instalação de uma unidade escolar, conforme determi-
na o Decreto 62.504, de 08.04.1968, a destinação da mesma para /
fins não agrícolas. Após o desmembramento ora autorizado, o imó-
vel original ficará com uma área total remanescente de 2,0 ha. /
(dois hectares). O instrumento público de alienação relativo ao/
desmembramento nesta autorizado, de acordo com o art. 5º do De-
creto 62.504 de 08.04.1968, deverá consignar, expressamente o in-
teiro teor da presente autorizado, devendo também a mesma ser -/
averbada à margem da transcrição imobiliária do imóvel original.
Cuiabá-MT., 27 de junho de 1978. (a) Altamir Wollmann-Coordena-
dor Regional Substituto INCRA-CR (3)-Portaria 580/77.. E de como
assim disseram e outorgaram ante as testemunhas, dou fé, me pedi-
ram e eu lhes lavrei esta escritura hoje a mim distribuída, a -/
qual feita e lhes sendo lida, acharam-na em tudo conforme, outor-
garam, aceitaram e assinam com as testemunhas a tudo presentes e
que são:- José Urias Filho e Mario Urias Ribeiro, brasileiros, -/
casados, residentes nesta cidade, meus conhecidos. Enolumentos -/
CR\$1.500,00. Dou fé. Eu, Raimundo Cordeiro Sobrinho, Tabelião -/
Substituto, e mandei escrever, subscrevi e assino. O Tabelião -/
Substituto. (a) Raimundo Cordeiro Sobrinho. Itaporã, 01 de julho
de 1978. (aa) PP. Mystica Roza Marangoni. Antonio Cordeiro Neto.
José Urias Filho. Mario Urias Ribeiro. Nada mais. Eu, Raimundo
Escrevente Autorizado, a datilografei, conferi, subscrevi e assa-
no em público e raso.

Em testº. "da verdade."

RAIMUNDO CORDEIRO SOBRINHO
TABELIÃO SUBSTITUTO

RAIMUNDO CORDEIRO SOBRINHO
ESCR. AUTORIZADO

CARTÓRIO DE PAZ
ADALBERTO CORDEIRO E SILVA
Tabelião Escrivão e Oficial do Registro Civil
RAIMUNDO CORDEIRO SOBRINHO
- Substituto -

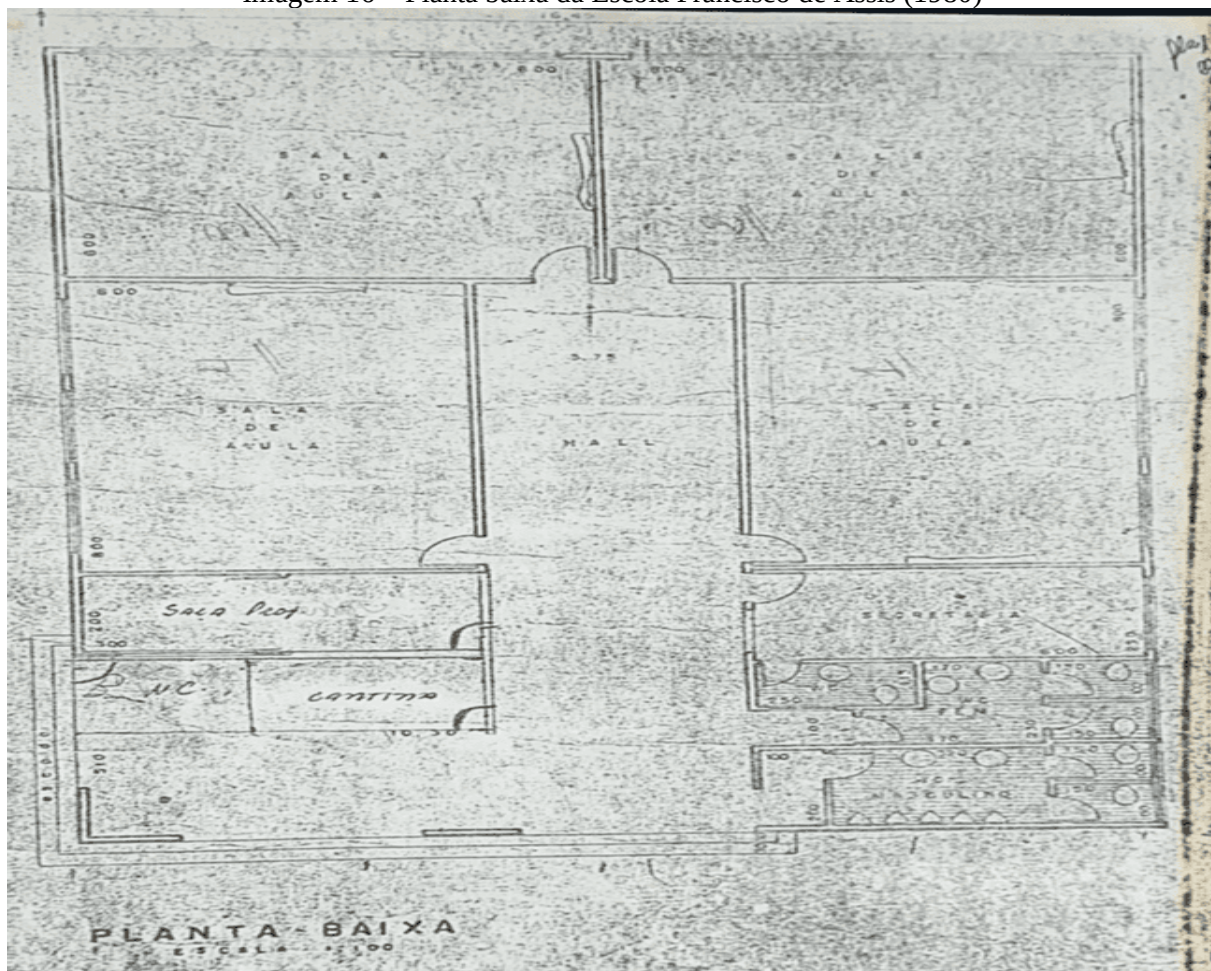
ITAPORÃ - Estado do Mato Grosso

REGISTRO DE IMOVEIS - DOURADOS - MT.
No 22124 Protocolo 13 Página 21
Apresentado às 14 Horas do dia 21/07/78
Registrado no livro no 2 do Registro Geral, sob o no
a margem da matrícula
no 17002 e nova mat 17002
Dourados, 21 de Julho de 1978
Oficial do Registro

As religiosas mais uma vez demonstraram sua colaboração com o desenvolvimento da educação na localidade. Assim, com o espaço de terra doado por elas, a prefeitura municipal possuía lugar para construir a escola. O próximo passo foi buscar apoio do Governo Estadual para conseguir aquele feito. O governador do Estado, Pedro Pedrossian, que havia recebido os moradores reivindicantes, atendeu às suas solicitações e autorizou a construção de uma escola de alvenaria, no Bairro São Francisco, cujo processo ocorreu em 1980. Como ressalta o Sr. Sebastião Rebeque (2022), “[...] só depois de doado, o Estado não fazia em terreno alheio”

De uma escolinha antes improvisada na Igreja para uma escola de madeira, construída com a ajuda dos franciscanos e comunidade local, e, posteriormente, uma escola maior e de alvenaria. Crescia, assim, a Escola Francisco de Assis em número de alunos e em estrutura. O prédio escolar construído possuía capacidade para abrigar 350 alunos e apresentava quatro salas de aula, banheiros para os alunos, sala para os professores, secretaria, uma biblioteca, um banheiro para o administrativo, uma cozinha/cantina, uma quadra de esportes, totalizando 424 metros² de área construída, conforme apresenta-se na imagem abaixo.

Imagem 16 – Planta baixa da Escola Francisco de Assis (1980)



Fonte: Arquivo disponibilizado pela Senhora Marlene Barbosa Sampaio

Aquela escola era uma conquista, motivo de orgulho para a comunidade que muito reivindicou a escolarização na região. A instituição seguiu sob o poder do município até o ano de 1981, quando o então governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian, decidiu, após pedidos do governo municipal, incorporá-la à Rede Estadual de Ensino por meio do Decreto nº 966, de 03 de abril de 1981, publicado em Diário Oficial no dia 6 de abril de 1981. O município reclamava dos gastos com a escola e, então, o Governo do Estado atendeu ao pedido do prefeito e passou a se responsabilizar por ela. Após tal decisão, a Escola Francisco de Assis passou a ser denominada Escola Estadual de 1º grau “Francisco de Assis”.

Transcrição 1 – Decreto de incorporação da Escola Francisco de Assis à Rede Estadual de Ensino

DECRETO Nº 966 DE 03 DE ABRIL DE 1981

Incorpora à Rede Estadual de Ensino a Escola de 1º Grau “Olívia Paula” e Escola de 1º Grau “Francisco de Assis” e dá outras providências.

Pedro Pedrossian, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do artigo 58 da Constituição Estadual e tendo em vista a Lei Municipal de Itaporã Nº836/81, de 11 de março de 1981 e o Decreto do Poder Executivo de Itaporã nº 012/81, de 23 de março de 1981.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incorporadas à Rede Estadual de Ensino a Escola de 1º Grau “Olívia Paula”, criada pelo Decreto Municipal nº 049/74, de 14 de outubro de 1974, com sede no distrito de Piraporã e a Escola de 1º Grau “Francisco de Assis”, criada pelo Decreto Municipal nº 063/74 de 14 de outubro de 1976, com sede na zona rural do distrito de Montesi, município de Itaporã, neste Estado.

Parágrafo Único – As Escolas de que tratam este artigo passam a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau “Olívia Paula” e Escola Estadual de 1º Grau “Francisco de Assis”.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul a colocação do pessoal docente e dos recursos necessários ao funcionamento das Escolas, nos moldes do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 03 de abril de 1981

PEDRO PEDROSSIAN

Governador

MARISA SERRANO FERZELI

Secretária de Estado de Educação

Outra preocupação da comunidade escolar e das famílias dos estudantes era em relação ao ensino de 1º grau. Essa população requeria que os estudos exercidos de 5ª a 8ª série nos anos de 1978 a 1981, fossem validados. Diante de tais preocupações, a Irmã Maria Caetana Fachini não mediu esforços para buscar essa validação. No dia 24 de maio de 1982, a religiosa solicitou, por meio de um requerimento, essa legalização do ensino.

A resposta veio após sete meses, no dia 26 de dezembro de 1982, em Diário Oficial. O secretário de educação, por meio da Deliberação CEE nº 431, de 10 de dezembro de 1982, reconheceu o ensino de 1º grau completo e validou os estudos realizados nesse nível no período de 1978 a 1981, na Escola Estadual de 1º grau “Francisco de Assis”.

Imagem 17 – Reconhecimento de ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série

 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MATO GROSSO DO SUL		
INTERESSADO/MANTENEDORA Escola Estadual de 1º Grau "Francisco de Assis"-Itaporã/MS.		
ASSUNTO: - Reconhecimento do Ensino de 1º grau - 1ª a 8ª série. - Validação de estudos referente ao período de 1978 a 1981.		
RELATOR(A): Cons. Vera Alba Congro Bastos		
PARECER N.º 388/82	CÂMARA/OU COMISSÃO CEPP	APROVADO EM: 10.12.82
		PROCESSO N.º 2066/82 e 2067/82
I - RELATÓRIO A Escola Estadual de 1º Grau "Francisco de Assis" foi criada pelo Decreto nº 63/74, ato do Prefeito Municipal de Itaporã, como Escola Municipal de 1º Grau "Francisco de Assis". Foi o estabelecimento escolar liberado a funcionar pela autorização nº 239/74/DISTE/SEC/MT de 26/12/74, nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pela autorização nº 172/76/DIAE/SEC/MT a escola passou a funcionar com o 1º grau-1ª a 8ª série. Através do Decreto nº 966 de 03/04/81 o Governo do Estado/MS incorpora a escola à Rede Estadual, passando a mesma a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau "Francisco de Assis". Em 24/05/82 a diretora da escola requer a este Conselho de Educação o Reconhecimento do ensino de 1º grau-1ª a 8ª série e Revalidação de estudos realizados no período de 1978 a 1981. Os processos estão instruídos de acordo com a Deliberação CEE/MS nº 40/80 e Parecer CEE/MS nº 53/80.		
II - ANÁLISE DA MATÉRIA A Escola Estadual de 1º Grau "Francisco de Assis" funciona em prédio próprio que, de conformidade com a planta baixa e fotografias, possui 5 salas de aula, sala de professor, secretaria, diretoria, biblioteca, cozinha, sanitários e quadra de esportes. Funciona em dois turnos, com capacidade para 350 alunos. Os Corpos Administrativo e Docente, em sua maioria,		

CEE/MS

PARECER N.º 388/82

PROCESSO N.º 2066/2067/82

PL. 02

são autorizados pela CGVERF/SE.

As Grades Curriculares são aprovadas, conforme informações de nº 116/81 e 521/81 da CGE/SE.

A Deliberação CEE/MS nº 126/81 aprovou o Regimento Escolar padrão para as escolas jurisdicionadas à ARE/Dourados.

Foi realizada a inspeção, encontrando-se falhas na escrituração escolar, que foram sanadas através da ordem de serviço nº 117/82, expedida pelo Núcleo de Inspeção/DVE/CGVERF/SE e controlada pela ARE de Dourados.

III-

VOTO DA RELATORA

Somos de parecer que seja Reconhecido o ensino de 1º grau-la a 8ª série, da Escola Estadual de 1º Grau "Francisco de Assis", assim como Validados os Estudos realizados no período de 1978 a 1981.

(a) Cons.Vera Alba Congro Bastos

Relatora

IV-

CONCLUSÃO DA CÂMARA

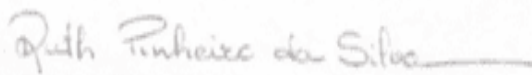
A CÂMARA DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DE 1º GRAU, reunida em 09.12.82, acompanha o voto da Relatora.

Cons.Maria Monteiro Padial - Presidente;

Conselheiros: José Pereira Lins, Inis Aparecida Zogbi Pereira Ferraz, Carolina Maria Freire de Barros, Therezinha de Alencar Selen e Lori Alice Gressler.

V-

APROVADO pelo Plenário, em reunião de 10 de dezembro de 1982.



CONS. RUTH PINHEIRO DA SILVA

Presidente

Transcrição 2 – Documento de reconhecimento de ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série

DELIBERAÇÃO CEE Nº 431, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982

Reconhece o ensino de 1º grau e Valida estudos da Escola Estadual de 1º Grau “Francisco de Assis”, com sede em Itaporã/MS.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer CEE nº 388/82 aprovado em sessão Plenária de 10.12.82, e tendo em vista o que consta dos Processos CEE/MS nº 2066/82 e 2067/82.

Delibera:

Artigo 1º - Fica reconhecido o ensino de 1º grau completo da Escola Estadual de 1º Grau “Francisco de Assis”, com sede em Itaporã/MS, nos termos do Parecer CEE nº 388/82-CEPP.

Artigo 2º - Ficam validados os estudos de 1º grau oferecidos pela mesma Escola, no período de 1978 a 1981.

Artigo 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/MS, 10 de dezembro de 1982

Cons. RUTH PINHEIRO DA SILVA

Presidente

HOMOLOGO

EM 21/12/82

FAUZE SCAPP GATTASS FILHO

Secretário do Estado de Educação

Fonte: Transcrito do documento original (anexo)

Como o Estado havia incorporado a Escola Francisco de Assis à Rede Estadual, no dia 27 de março de 1981, constou em publicação do jornal “O Progresso”, na página 9, o Decreto nº 012/81, outorgado pela Câmara Municipal, que autorizou o poder municipal de Itaporã a realizar a doação da área de terra de 6.834 m² ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a qual havia antes sido doada pelas Irmãs Franciscanas para o município. No dia 14 de outubro de 1981, a área de terra passou a ser de propriedade daquele Governo Estadual. A doação foi escriturada no cartório de registro de imóveis e, a partir disto, a Escola Francisco de Assis ficou incorporada à Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, tornando o Governo do Estado o responsável pela instituição escolar.

Imagem 18 – Decreto de doação de terras (1981)

PROCESSO N.º 17.618/81
Data 02/03/81
RUBRICA *gja*

PUBLICAÇÃO DO JORNAL "O PROGRESSO"

DIA : 27/03/81.

Página: 09

PREFEITURA MUNICIPAL

DE ITAPORÃ

LEI N.º 836/81

ANTONIO CORDEIRO NETO, Prefeito Municipal de Itaporã-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

Faço saber que a Câmara Decreta e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. I – O Artigo da Lei Municipal n.º 811 de 13 de junho de 1.980 passa a vigorar com o seguinte teor:

"Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a Doação, ao Estado de Mato Grosso do Sul do seguinte imóvel: uma área de terras com 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) parte do lote n.º 02 Zona urbana do Distrito de Itaporã, neste Município, onde encontra-se construído o prédio de alvenaria da Escola Olívia Paula, de acordo com a escritura Pública do Registro Imobiliário".

Art. II – O Artigo II da Lei 811 de 13.06.80 passa a ter o teor:

"O terreno a que se refere o Artigo I da presente Lei, possui um prédio de alvenaria contendo 04 (quatro) salas de aula, dependências administrativas e uma quadra de esportes, que será escriturado ao Estado de Mato Grosso do Sul".

Art. III – O Artigo III da Lei Municipal de n.º 811 de 13 de junho de 1.980 passará a vigorar com o seguinte teor:

"Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Mato Grosso do Sul o seguinte imóvel: Uma área de terras determinada por parte do lote n.º 351, com área de 6.834 m² (seis mil, oitocentos e trinta e quatro metros quadrados) localizada na Zona Rural do Distrito de Montesi, neste Município de Itaporã, onde encontra-se construída uma Escola de alvenaria contendo 04 (quatro) salas de aula, com cantina e dependências administrativas, uma quadra de esportes".

Art. IV – As doações a que se refere os Artigos I e III da presente Lei, serão efetuadas mediante Escritura Pública.

Art. 5.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul, aos onze dias do mês de Março do ano de mil novecentos e oitenta e um.

ANTONIO CORDEIRO NETO
Prefeito Municipal

GERALDO DOMINGUES CARVALHO
Sec. Administração

NELSON LOPES DORETO
Sec. Educ. Saúde e Prom. Social

JOÃO SERAFINO CORDEIRO
Sec. Viação e Obras Públicas

DECRETO N.º 012/81

ANTONIO CORDEIRO NETO, Prefeito Municipal de Itaporã-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei n.º 836 de 11 de março de 1.981.

DECRETA:

Art. 1.º – Fica Doado ao Estado de Mato Grosso do Sul uma área de terras com 5.000 (cinco mil) metros quadrados, parte do lote n.º 02 (dois), zona urbana do Distrito de Itaporã, neste Município, bem como um prédio em alvenaria, divididos em 02 (dois) blocos, tendo o primeiro bloco 03 (três) salas de aula, com 42m² cada, totalizando 126m², sanitários masculino e feminino. O segundo bloco contendo 02 (duas) salas de aula com 36m² cada. Hall de circulação coberto com 36 m², uma cantina e uma Secretaria, totalizando 234 m², de área construída.

§ ÚNICO – Contém ainda, dentro dos limites da referida área uma quadra de esportes com piso em concreto liso e murta nas laterais e fundos.

Art. 2.º – Fica doado ao Estado de Mato Grosso do Sul uma área de terras com 6.834 m², na zona Rural do Distrito de Montesi, neste Município de Itaporã, bem como o prédio em alvenaria contendo 358 m² de construção, contendo 04 (quatro) salas de aula com 42m² cada, uma cantina, uma secretaria, um sala de Professores, quatro sanitários e um prédio em madeira com 30m², destinado à Biblioteca.

§ ÚNICO – Contém ainda dentro dos limites da referida área uma quadra de esportes com piso em concreto liso.

Art. 3.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul, aos vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e um.

ANTONIO CORDEIRO NETO
Prefeito Municipal

GERALDO DOMINGUES CARVALHO
Sec. Administração

NELSON LOPES DORETO
Sec. Educ. Saúde e Prom. Social

JOÃO SERAFINO CORDEIRO
Sec. Viação e Obras Públicas.

Adalberto *gja* Autentico esta fotocópia reprodução fiel do Original.

Substituto *gja* Dou fé,

Itaporã - MS, 27/03/81

CARTEIRO DE PAZ

ITAPORÃ - MS, *gja*

Reconhecer no V.º 10.º
 Tab.º 10.º
 RUA HILDO BIDER, 10.º
 LOJA G - SÃO PAULO

Reconhecer no 13º C.º
 ISAÍ B. LA. ANGELO
 101 DESET. 23-8-200 DE 14.º

Imagem 19 – Escritura pública de doação de terras (1981)

MATRÍCULA N.º 17002	DATA 20 de junho de 1.981
FICHA N.º 01	OFICIAL: <i>[Assinatura]</i>

IMÓVEL: Uma área de terras determinado pelo nº 151 (trezentos e cinquenta e um), situado na zona rural deste município, medindo 6.834 m². (seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados), e dentro das seguintes confrontações e limites: Tomando como ponto de partida o marco nº 04, segue-se em linha reta numa distância de 134,00 m., ao rumo de S-77º50'-E, confrontando com propriedade de Missão Franciscana até o marco nº 05. Deste, segue-se em linha reta de 51,00 m., ao rumo de S-12º10'-E, até o marco nº 06, marco este que esta cravado no limite do corredor público; do marco 5 ao 6 tem como confrontante propriedade de Missão Franciscana. Do marco nº 06, segue pelo corredor público, numa distância de 134,00 m., ao rumo de N-77º50'-O, até o marco nº 07. Deste segue-se na distância de 51,00 m., ao rumo de N-12º10'-E, confrontando com propriedade de Congregaçao, até atingir o marco 04, ponto de origem da presente discriminatória.

CONFRONTAÇÕES: - NORTE: com propriedade de Missão Franciscana; Ao SUL: com o corredor público; Ao LESTE: com propriedade da Missão Franciscana; Ao OESTE: com propriedade da Congregaçao.- Transcrição Anterior sob o nº 35.096 das fls. 232 do livro nº 3-AV, deste Registro.- digo, reg. nº 01 a margem da Matrícula sob nº **17001** deste Registro.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ, inscrita no CGC.- nº 03.156.999/0001-49, representada pelo Prefeito Municipal Antonio Cordel Neto, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a Rua Minas Gerais, em Itaporã mt.-GMS.-

[Assinatura]

REGISTRO Nº 01- Mat.17.002-
TÍTULO: Doação-
TRANSMITENTE: Prefeitura Municipal de Itaporã- Ms. CGC. 03.156.999/00-01-49.-
ADQUIRENTE: O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito publico, CGC. 15.412.257/0001/28.-
FORMA DO TÍTULO: Escritura de doação lavrada as fls.21, digo 291/293- do livro nº E-53, das notas do Tabelião do 6º Ofício da Comarca de Campo Grande- Ms. em 05 de agosto de 1.981.-
VALOR: Cr\$ Não há.-
CONDIÇÕES: Doação feita com a finalidade de manutenção, pelo adquirente da Escola de 1º Grau "FRANCISCO DE ASSIS", cabendo a doadora preservar por tempo indefinido o isolamento perimetral da edificação a ser construída, impedindo que se localize nas proximidades do terreno depósitos, industrial ou qualquer atividade vizinha que possa causar prejuízo a saúde, desviar a atenção, atender a moral ou causar intranquilidade aos usuários da referida edificação.-

Dourados, 14 de Outubro de 1.981

[Assinatura]

TABELIONATO AGUIAR
CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Dourados - Mato Grosso

AUTENTICAÇÃO

Atesta que a presente fotocópia confere com a matrícula do livro nº 2 do Registro de Imóveis, arquivada no Cartório, e que tem a devida certidão.

O referido é verdadeiro e dou fé

Dourados, **16 DEZ 1983** de 19__

[Assinatura]
Oliveira do Registro

 Dr. Aguiar Soares Aguiar
 OFICIAL

 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 REGISTRO GERAL

 COMARCA DE DOURADOS
 ESTADO DE MATO GROSSO

 MATRÍCULA N.º
17002

Assim, entre reivindicações, doações de terras para o espaço escolar, estratégias políticas e religiosas, a escola do Bairro São Francisco evoluiu, passando por transformações, e a educação local igualmente se desenvolveu. Uma escola de início tão complicado por falta de espaço para as primeiras aulas e carência de professores, mas, ainda assim, pelas realizações e atuação dos religiosos e da comunidade, o ensino aconteceu na localidade, deixando as pessoas orgulhosas de suas lutas; pessoas que cada vez mais se sentiam pertencentes ao meio escolar, pois a cada conquista uma parte da história da Escola Francisco de Assis tinha aquela população como protagonistas dos acontecimentos.

4.2 A Escola Francisco de Assis e os nexos estabelecidos com a comunidade

Tratar de vida escolar nos remete à cultura escolar, pois é no cotidiano da escola que a cultura se desenvolve e se instala, por meio das convivências, das trocas de relações carregadas de subjetividades, tanto na formação cultural, quanto nas representações e identidades dos grupos (CHARTIER, 1991).

Magalhães (2004) orienta para o exercício da compreensão das relações existentes no âmbito escolar. Conforme o autor, é necessário uma “mesoabordagem”, um olhar do pesquisador atento sobre as relações formadas no decorrer da história da instituição educativa (MAGALHÃES, 2004). Cada unidade escolar apresenta uma diversidade de informações, cada uma com suas particularidades nos modos de ensinar, suas regras, suas comemorações e festividades, os modos de agir e de se comportar em suas relações com o meio interno e externo.

Com o passar dos anos, as práticas escolares na Escola Francisco de Assis se estabeleciam, os costumes da comunidade escolar se enraizavam permeados de representações. A educação e a religião estavam aliadas: missas todos os domingos, orações antes das aulas, leituras feitas pelos alunos durante as missas. Os princípios determinados pela escola eram carregados de cunho religioso, a disciplina exigida se justificava a favor da formação de um indivíduo civilizado na sociedade. A educação era vista como oportunidade de conhecimento, melhorias de vida, desenvolvimento da moral e bons costumes, associada à religião como fonte de esperança e um elo com o divino. Assim, os religiosos estabeleciam relações de respeito com a população por meio de suas ações catequéticas na região. A sala de aula era vista como um processo civilizatório dotados de valores cristãos em busca de uma sociedade exemplar.

A imagem 20 explicita a junção entre educação e religião. Trata-se de um boletim escolar do ano de 1979, com a frase: “Amar é viver em Cristo”. Consta também o símbolo

TAU, utilizado pelos franciscanos, representando os religiosos. Chartier (1991) explica que a sociedade determina os modos de representações sociais por meio dos interesses dos grupos.

Imagem 20 – Boletim escolar da Escola Estadual de 1º Grau Francisco de Assis (1979)



Fonte: Arquivo particular da Sra. Maria Mercê de Farias

Percebe-se que as marcas da religião católica na educação local estavam condicionadas nas práticas dos sujeitos. Em diálogo com as informações adquiridas, percebe-se que a comunidade do Bairro São Francisco teve grande aceitação e aderiu ao catolicismo. Apesar de não ser uma comunidade predominantemente católica, havia famílias que se declaravam de religião evangélica, porém, não criavam resistência em relação à escola, os filhos participavam das atividades escolares, somente exerciam seus direitos de não frequentarem as missas e encontros direcionados à religião católica. Segundo Carvalho (1991),

[...] as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e nomear e a aceitação, a emulação ou a resistência de grupos que não detêm. É nesta “luta de representações” que se dá o processo de construção cultural da sociedade. (CARVALHO, 1991, p. 43).

Conforme relatos da entrevistada Marlene, moradores da região e vizinhança gostavam da presença dos religiosos na educação, sentiam confiança e segurança nos missionários, as Irmãs franciscanas representavam apoio, esperança, caridade, amor e respeito. A referida ex-professora da Escola Francisco de Assis relembra que residiu com as religiosas franciscanas a fim de se tornar também uma religiosa dedicada à fé católica. Sua intenção não se concretizou,

pois na escola conheceu aquele que viria a se tornar, um pouco mais tarde, o seu atual esposo.

A entrevistada rememora que, no ano de 1968, começou a auxiliar as Irmãs Catequistas durante as aulas. No período matutino, realizava os deveres de sua casa e, no período vespertino, auxiliava as Irmãs com as aulas na escola. Durante muitos anos, Marlene esteve envolvida com a instituição escolar, começou cedo e ficou por muito tempo prestando ajuda às Irmãs. Ela conta sobre seu envolvimento com a Escola Francisco de Assis, na qual exerceu algumas funções:

Eu fui agente administrativo, que eles falam né. Eu fui professora primeiro, trabalhei dez anos na sala de aula, depois eu fui para secretária. Eu tinha um sonho ser secretária, parecia que era o cargo mais bonito. Aí, eu fui agente administrativo que é abaixo da secretária, e depois eu fui secretária e cheguei à direção da escola. (SAMPAIO, 2022).

Segundo Marlene, na época em que auxiliava as Irmãs Catequistas, as salas eram lotadas de alunos, eram multisseriadas. Não demorou muito para ela também se “tornar professora”, mesmo sem formação adequada: “Então, depois disso, passei a ser professora. Não era formada ainda, mas, naquela época, ainda tudo se podia, né?” (SAMPAIO, 2022).

Ela ainda explicita que “[...] as Irmãs eram muito exigentes [...], o conteúdo tinha que ser estudado, decorado [...]” (SAMPAIO, 2022). A entrevistada Rosa, que foi aluna na escola na época das Irmãs Catequistas, reforça a informação tratando do método tradicional a partir do qual as Irmãs trabalhavam os conteúdos, à base de decorar as atividades. Segundo esta participante, “[...] estudava[-se] bastante pra memorizar [...]” (ANDRADE, 2022).

Marlene complementa afirmando que cantar hinos fazia parte da rotina escolar; era comum toda semana cantar o hino nacional, o hino da bandeira, o hino da liberdade. Lembra, ainda, da escola com muito orgulho: “[...] A nossa escola sempre foi organizada, sempre era pontual, era uma escola sempre ativa. [...] Ela era muito... famosa, como diz o outro. Nós recebíamos alunos de Montese, de Santa Terezinha, da Malária, de Piraporã (SAMPAIO, 2022).

A participação dos pais era ativa, segundo a Senhora Marlene, e a escola sempre realizava comemorações, nas quais os alunos eram participativos e tinham o apoio da família:

[...] se era um teatro do dia das mães, estava todo mundo lá; se era 7 de setembro, estava todo mundo lá [...]. Qualquer homenagem a comunidade estava lá. Se fosse religiosa e tinha uma missa, a comunidade estava, porque lá nós tínhamos só uma família evangélica: os Lázaro. (SAMPAIO, 2022).

Ainda de acordo com as lembranças da participante Marlene, as comemorações e festividades aconteciam assiduamente, os alunos do Bairro São Francisco realizavam apresentações na localidade e também na sede do município, muitas eram as datas e razões para

comemorar. A entrevistada lembra: “Às vezes, as escolas daqui (Itaporã) ninguém queria; o bairro vinha, você podia ir lá na semana da pátria, a semana inteira era de atividade” (SAMPAIO, 2022). E continua:

Nós fazíamos festa para a escola, a festa dava mais que para a Igreja [...]. Olha, comemoração, eu falo assim, que a escola não tinha uma data cívica que não fosse comemorada. [...] Era dia da árvore, era dia... [...] era dia da bandeira, era dia da Proclamação da República, 7 de setembro, dia das mães. Nossa! Tinha tanto teatro, tanta coisa, sabe? E a gente vivia. (SAMPAIO, 2022).

A participação dos entrevistados no decorrer da pesquisa muito colaborou para que pudéssemos entender melhor as representações do passado sobre a Escola Francisco de Assis, principalmente os indivíduos mais velhos que vivenciaram a trajetória da instituição escolar, pessoas carregadas de experiências. Conforme explica Bosi (1979), pessoas com mais vivências são as que melhor contribuem com a pesquisa, pois:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1979, p. 22).

Em relação aos professores, a Senhora Marlene recorda que eram muito dedicados e trabalhavam com prazer. Ela se lembra do professor de Educação Física, Adilvo Mazzini, o qual, segundo a participante, trabalhava muito bem com os alunos e, dentre várias atividades que ele aplicava, uma delas era a pirâmide humana. O professor ensaiava os alunos para as apresentações e a da Pirâmide Humana foi uma apresentação que ficou na memória de muitas pessoas. Os alunos apresentaram-na tanto na localidade como também na sede do município. Como conta a entrevistada: “Uma época, o professor Adilvo Mazzini fez uma pirâmide lá [na sede], ficou linda, linda” (SAMPAIO, 2022).

Imagem 21 – Pirâmide Humana (1977)



Fonte: Arquivo pessoal da Senhora Clarice Remedes Rodrigues

A imagem acima apresenta, ao fundo, uma parte da escola de madeira, construída pelos freis franciscanos. Na frente do prédio, há o palco onde aconteciam as apresentações. Já no pátio estão as alunas ensaiando para a apresentação da Pirâmide Humana citada por Marlene.

Abaixo, consta uma imagem dos alunos da Escola Francisco de Assis realizando apresentação na sede de Itaporã, na comemoração de 7 de setembro. Na apresentação realizada na frente da Igreja Católica São Jose de Itaporã, a aluna situada no topo da pirâmide humana segura uma faixa na qual consta o nome do município, ITAPORÃ, homenageando-o.

Imagem 22 – Apresentação do dia 7 de setembro na sede do município (1978)



Fonte: Arquivo pessoal da Senhora Clarice Remedes Rodrigues

Imagem 23 – À direita, o professor de Educação Física Adilvo Mazzini e suas alunas (1978)



Fonte: Arquivo pessoal da Senhora Clarice Remedés Rodrigues

A imagem acima permite visualizar alunas uniformizadas junto ao professor de Educação Física, Adilvo Mazzini, situado à direita. A localidade do registro é o Bairro São Francisco, onde as alunas faziam apresentações. Ao fundo, denota-se a escola de madeira, além de alguns jovens e crianças como parte do público. Conforme as narrativas dos participantes da pesquisa, a Escola Francisco de Assis sempre se envolvia e participava das comemorações com suas apresentações. Percebe-se que o professor Adilvo Manzini fez um diferencial em sua disciplina, Educação Física, treinando os estudantes para a apresentação da Pirâmide Humana.

Com o passar do tempo, a instituição escolar foi constituindo sua própria cultura, por meio da diversidade de suas práticas e seus modos de atuar, exercidos pelos seus integrantes. A partir das considerações de Frago (1998, p. 11), entende-se que as experiências, as rotinas, os modos de trabalho, as aulas, as organizações, os comportamentos, as relações com o interno e o externo e até mesmo os conflitos de uma escola, fazem parte da construção da sua identidade, da sua cultura escolar: “[...] a história da escola como organização e instituição, é uma história de ideias e fatos, de objetos e práticas, de modos de dizer, fazer e pensar [...]”.

No Bairro São Francisco, por ser esta uma região rural, na época povoada por colonos agricultores, pessoas que plantavam, cuidavam e colhiam da terra, a lavoura era um meio de sobrevivência. Tal motivo levava os professores a organizarem homenagens em datas comemorativas para esses trabalhadores do campo, conforme se entrevê na imagem abaixo, a partir da roupa da aluna de azul.

Imagem 24 – Alunas da Escola Francisco de Assis e Irmã Clélia, à direita (1972)



Fonte: Arquivo pessoal da Senhora Conceição

A imagem 25 registra a Irmã Catequista Clélia Cattoni, à direita, e duas alunas, à sua esquerda. Ao fundo, há algumas árvores, apresentando um lugar possivelmente rural. A roupa e os adereços da aluna à esquerda, com vestido azul, bordado com vagem de amendoim, retrata uma homenagem aos agricultores. Além disso, ela usa uma pulseira também de vagem, uma homenagem à cultura da época, o amendoim, muito plantado na região na década de 1970.

Imagem 25 – Desfile de 7 de setembro (197-)



Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Rosa Andrade

A imagem 26 registra mais uma cena do desfile de 7 de setembro, onde os alunos da escola homenageiam os agricultores da região. As cestas e roupas das alunas estão decoradas com legumes e verduras. A menina situada no primeiro plano, da esquerda para a direita, possui em seu chapéu um cacho de uva. A região, por ser agrícola, recebia homenagens, assim também como os produtores. Ainda na mesma imagem, há meninos com camisas de times de futebol.

Logo abaixo, a imagem 27 tem em seu primeiro plano as alunas com outra religiosa, que era professora na época, a Irmã Iaci Silva Ramos. O registro foi realizado em uma área com folhagens e árvores. As alunas vestidas de vermelho eram as balizas do desfile de 7 de setembro, cuja função era realizar coreografias de ginástica.

Imagem 26 – Irmã Iaci Silva Ramos e alunas (1976)



Fonte: Arquivo pessoal da Senhora Clarice Remedes Rodrigues

Analisar as práticas e representações dos sujeitos envolvidos com a instituição escolar é tentar compreender a subjetividade do que foi vivenciado por meio de suas relações. As representações são resultados de suas experiências. Os sujeitos no cotidiano são os responsáveis pelo desenvolvimento da cultura escolar em seus afazeres, em suas práticas. Dessa forma, a escola é produtora e irradia de uma cultura particular e coletiva. Os sujeitos e seus grupos é que vão formar, por meio de seus interesses, a identidade cultural da escola (CHARTIER, 1991).

As circunstâncias geográficas e históricas interferem minimamente na identidade de uma instituição escolar. Isso está presente nas relações com a realidade que a envolve, nas apropriações do seu público com base nos vínculos estabelecidos. Segundo Magalhães (2004, p. 67), “A instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação”. O autor ainda complementa afirmando que

[...] a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de carácter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos. (MAGALHÃES, 2004, p. 116).

Nesse sentido, o desenvolvimento da cultura social, no Bairro São Francisco, ocorreu pela convivência entre os religiosos franciscanos, se entrelaçando com o pluralismo populacional na região. A partir dessa vivência em comunidade surgia os desafios dos objetivos a serem alcançados, as relações e discussões em benefício da melhoria da educação na região, que se dava por meio de buscas e reivindicações.

Os indivíduos integrantes da localidade planejavam suas táticas para vencer as dificuldades, ora concordando com ideias, ora questionando ou até mesmo resistindo e gerando conflitos em defesa dos seus interesses. “[...] As configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social [...]”, estão em permanente relações de força dos grupos que compõem uma sociedade (CHARTIER, 1988, p. 23).

O Senhor Sebastião relembra algumas de suas ações para colaborar com o desenvolvimento da escola: “[...] Lá, quando eu não era presidente, eu era vice, trocava, porque o que tinha de fazer na escola manutenção, água, energia, eu que fazia tudinho” (REBEQUE, 2022). O participante ainda complementa dizendo:

E tinha muita coisa que faltava na escola e demorava o Estado dar. Aí, a Marlene, já a Irmã Maria Fackine, ela era a diretora. Aí eu falava “compra, que eu pago”. Comprei mesa, comprei armário, comprei o arquivo para os professores, tudo com dinheiro meu. O que tem ali de material na secretaria, eu que dava. (REBEQUE, 2022).

O participante Rebeque ativa uma lembrança de um conflito vivido na época em relação ao consumo de energia elétrica para a escola. Segundo Seu Sebastião, os padres haviam colocado energia elétrica na localidade, porém, quando arrendaram as terras, os arrendatários passaram a reclamar que a escola usava a energia, um gasto que deveria, segundo os reclamantes, ficar por conta do Governo. Ele ainda relembra: “Aí, eu, como já tinha muita amizade e tudo, e mexia, vim direto aqui na CERGRAND²² e falei com o presidente” (REBEQUE, 2022).

22 Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados.

Porém, segundo o antigo morador, o presidente da concessionária de energia se ofereceu para transferir a titularidade da energia elétrica para o seu nome, então, o Sr. Sebastião, que na época era presidente da Associação de Pais e Mestres (APM), respondeu: “[...] no meu nome eu não quero, porque hoje eu sou presidente, amanhã eu posso não ser nada” (REBEQUE, 2022). A sugestão foi passar para o nome do Estado e ainda assim ele respondeu: “Eu também não concordo”, tendo sugerido transferir para o nome da Igreja e usar para a escola. Sebastião ainda complementa: “O diretor daqui, o presidente, falou: ‘Então eu vou doar a energia, eu vou fazer uma doação aí no nome da igreja’” (REBEQUE, 2022). Sua resposta foi esta: “A Igreja, se Deus quiser, vai permanecer [...]. A escola, pode ser que o dia de amanhã ela feche e aí está no nome do Estado, então vamos pôr no nome da Igreja. Que está até hoje” (REBEQUE, 2022). Porém, a doação não foi integral e o Estado participou com uma porcentagem na contribuição do pagamento referente à energia elétrica fornecida para a escola.

Em documentações, consta que a Irmã Maria Caetana Fachini, diretora, solicitou para o agente regional de educação, por meio do Ofício nº 21/81, providência junto ao Estado para ligação e manutenção da rede de energia elétrica na escola. Oito dias após essa solicitação foi respondida afirmando que CERGRAND procederia a ligação de energia elétrica na instituição e que as despesas decorrentes do consumo mensal de energias poderiam serem enviadas ao Núcleo de Serviços Gerais da Secretaria de Educação. Assim, no dia 01 de dezembro de 1981, foi encaminhado à Escola Estadual de 1º grau “Francisco de Assis”, em nome da Irmã Maria Caetana Fachini, a autorização para que a CERGRAND realizasse a ligação da energia elétrica.

A religiosa se responsabilizou por assinar, como diretora, os documentos referentes à Escola Francisco de Assis desde o ano de 1964 até 1982, conforme as atas de resultados finais da instituição. Deles é possível entrever que esse foi o tempo durante o qual as Irmãs Catequistas administraram a escola localizada na Chácara do Bairro São Francisco.

Em meio às entrevistas, alguns dos participantes lembraram que a Irmã Feliciane e a Irmã Clélia também dirigiram a escola, a exemplo da Sra. Marlene: “[...] a primeira diretora foi a Irmã Feliciane. Quando as Irmãs vieram pra Itaporã, ela veio e foi a primeira diretora da escola [...], depois foi a Irmã Clélia, é Clélia Maria Cattoni. Depois da Irmã Clélia veio a Irmã Maria” (SAMPAIO, 2022). A imagem do certificado também oportuniza visualizar o nome da Irmã Clélia Maria Cattoni como diretora e professora em dois documentos referentes à escola, possibilitando, pois, o entendimento de que as Irmãs dirigiam a escola e ministravam aulas em conjunto ou que a Irmã Maria Caetana Fachini chegou à localidade um pouco mais tarde, porém, ficou responsável pelas assinaturas dos documentos oficiais relacionados à instituição.

Imagem 27 – Certificado de Habilitação (1972)

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO

ESCOLA Rural Mista Estadual

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO

Eu Irmã Clélia Maria Cattoni, Diretor da Escola Rural Mista Estadual, faço saber que a vista da aprovação obtida no último ano letivo Grupo pela aluna Maria Mercê de Farias nascida em Itaporã-M.T. a 14 de Março de mil novecentos e cinqüenta e nove filha de Alexandre da Costa e Raimunda da Costa. lhe confiro no ato da faculdade que me é dada pelas leis do Estado o presente Certificado de Habilitação, visto ter concluído os Estudos no curso preliminar em 30 de Novembro de 1972, conforme se verifica na fls. do livro de atos de promoção.

B. São Francisco-Itaporã, 30 de Novembro de 1972

O PROFESSOR
Irmã Clélia Maria Cattoni

O DIRETOR
Irmã Clélia Maria Cattoni

Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Maria Mercê de Farias

Imagem 28 – Boletim do aluno no ano de 1972

BOLETIM DO ALUNO

Município Itapora D. Ensino Elementar Domados
 Grupo Escolar do Bairro São Francisco

IDENTIDADE DO ALUNO

Nome Clarice Remedes Rodrigues
 Nascid a 12 de abril de 1960 em Itapora
mato Grosso
 Estado Mato Grosso País Brasil
 Filha de Dionizio J. Rodrig. Nacionalidade S. Paulo
 Profissão lavrador e de d. Aparecida R. Rodrigues
 Nacionalidade São Paulo Profissão Doméstica
 Residência do Aluno: Rua Bairro S. Francisco
U provado com a média 70 tem o
 direito de Matricular-se no 1º grau primário.
S. Francisco, 20 de novembro de 1972
Sr. Clelia Maria Pattoni Sr. Clelia M. Pattoni
 PROFESSOR DIRETOR

Fonte: Arquivo particular da Sra. Clarice Remede Rodrigues

Durante a pesquisa foi possível verificar a grade curricular da escola na década de 1970, por meio dos boletins da Sra. Clarice Remedes Rodrigues e do Sr. Cícero José Ferreira. Nas imagens 30 e 31 consta a grade curricular fixada nos boletins dos referidos ex-alunos:

Imagem 29 – Boletim do aluno (1972)

BOLETIM — NOTAS BIMESTRAIS													
ÁREA DE ESTUDO	1º Bim			2º Bim			3º Bim			4º Bim			Total de Pontos
	Marc	Abil		Marc	Abil		Marc	Abil		Marc	Abil		
Língua Portuguesa	85	-	-	85	-	-	90	-	-	80	-	-	340
Matemática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geografia	80	-	-	80	-	-	100	-	-	95	-	-	355
História	85	-	-	100	-	-	100	-	-	90	-	-	385
Geografia	100	-	-	95	-	-	95	-	-	90	-	-	380
O.S.P.B.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matemática	80	-	-	95	-	-	90	-	-	90	-	-	355
Ciências e Prop. Saúde	90	-	-	90	-	-	90	-	-	90	-	-	360
Educ. Artística	80	-	-	80	-	-	100	-	-	95	-	-	355
Educ. Moral C. e Religiosa	85	-	-	100	-	-	100	-	-	90	-	-	375
Língua Física	80	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	380
Língua Comunal	100	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	400
Comportamento	100	-	-	100	-	-	100	-	-	100	-	-	-
Média Geral = 91													
Legenda: NB = Nota Bimestral. R = Recuperação. F = Faltas.													
Observações: Aprovada para a 6ª Série. / 1º lugar.													
Diretora: Sr. Clelia Maria Pattoni													

Fonte: Arquivo particular da Sra. Clarice Remede Rodrigues

Imagem 30 – Boletim de notas bimestrais (1977)

BOLETIM - NOTAS BIMESTRAIS												
ÁREA DE ESTUDO	DISCIPLINA	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		MÉDIA	Faltas	TOTAL
		N	F	N	F	N	F	N	F			
Comunicação e Expressão	Português	8,5		9,0		9,0		9,0		9,0		9,0
	Ed. Artística	10,0		10,0		9,0		10,0		10,0		10,0
	Trabalho	9,0		9,0		9,0		10,0		9,0		9,0
CIÊNCIAS	Matemática	9,0		9,0		9,5		9,5		9,0		9,0
	Quím. e F. Social	9,5		10,0		10,0		10,0		10,0		10,0
ESTUDOS SOCIAIS	História	9,5		9,0		10,0		10,0		10,0		10,0
	Geografia	10,0		9,5		10,0		10,0		9,0		9,0
	Ed. Moral e Cívica	10,0		9,0		10,0		10,0		10,0		10,0
	O. S. F. R.											
Formação Especial	Religião	9,0		8,5		9,5		9,0		8,5		8,5
	Prat. Lar	10,0		9,5		10,0		10,0		10,0		10,0
	Téc. Com.	8,0		10,0		9,0		9,5		9,0		9,0
TOTAL FALTAS												

Legenda: NB – Nota Bimestral, R – Recuperação, F – Faltas.

Observação: *Aprovada com direito de matricular-se na 8ª série*

19/10/77 Ir. Maria Costana Fedini
DIRETORA

Fonte: Arquivo particular da Sra. Clarice Remede Rodrigues

Quando observados os boletins, denota-se que a disciplina Técnicas Comerciais foi substituída por Práticas do Lar e que o Comportamento era avaliado como se fosse uma disciplina, pois consta nota no boletim. A disciplina Organização Social e Política Brasileira²³ não foi avaliada. Outra alteração observável é em relação à disciplina Técnicas Comerciais, no boletim do Sr. Cícero José Ferreira, alterada para Técnicas Agrícolas. Além disso, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira está avaliada e a de Educação Moral e Cívica²⁴, não, ao contrário do boletim, do mesmo ano de 1977, da Sra. Clarice, conforme a Imagem 31.

²³ O Conselho Federal de Educação (CFE), criou a disciplina escolar: Organização Social e Política Brasileira – OSPB, no ano de 1962, a ser ministrada no ensino secundário, como parte complementar do currículo. Essa disciplina estudaria a realidade social e política brasileira (FILGUEIRAS, p. 1-2, 2007).

²⁴ A disciplina de Educação Moral e Cívica – EMC, como prática educativa, se tornou obrigatória nas escolas brasileiras de todos os níveis de ensino, por meio do Decreto-lei nº. 869/69. A disciplina visava preparar os alunos para o exercício da cidadania. O Artigo 7º (...) estabelece que a disciplina Educação Moral e Cívica deverá integrar o currículo de ao menos, uma das séries de cada ciclo do ensino de grau médio e de uma série do curso primário (Decreto nº 68.065/71), (FILGUEIRAS, p.6-7, 2007). A disciplina escolar, Educação Moral e Cívica, incorporou o conteúdo de formação política proposto para a disciplina de Organização Social Política Brasileira e ainda acrescentou conteúdos morais relacionados a religião católica (FILGUEIRAS, p.8, 2007).

Imagem 31 – Boletim de notas bimestrais no ano de 1977

BOLETIM - NOTAS BIMESTRAIS													
ÁREAS DE ESTUDO	DISCIPLINA	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		SO-MA	Rec. Final	TO-TAL	Nota Final
		N	F	N	F	N	F	N	F				
Comunicação e Expressão	Português	6.0	1	6.0		5.0	1	6.5		6.0			6.0
	Ed. Artística	9.0		8.5	2	5.0	6	5.0	4	7.0			7.0
	Inglês	7.0	2	6.0	1	7.0	3	4.0	4	6.0			6.0
CIÊNCIAS	Matemática	9.0		8.5		6.5		7.0		8.0			8.0
	Cienc. e P. Saúde	7.5		8.0	1	9.0		10.0		9.0			9.0
ESTUDOS SOCIAIS	História	7.5		7.0		9.0		10.0		7.0			7.0
	Geografia	6.5		7.5		7.5		7.5		7.0			7.0
	Ed. Moral e Cívica									8.5			8.5
Formação Especial	O. S. P. B.	10.0		7.0		8.0		9.0		8.0			8.0
	Religião	8.0		7.0		7.5		7.0		7.0			7.0
	Prat. Lar	10.0		7.0		7.5		5.0		7.0			7.0
	Téc. Agric.	7.0		5.0		7.0		7.0		7.0			7.0
TOTAL FALTAS		2		4		10							

Legenda: NB = Nota Bimestral, R = Recuperação, F = Faltas.

Observações: *Aprovado. Tendo direito de matricular-se no 2º grau.*

Ir. Maria Caetana Fachini
DIRETORA

Fonte: Arquivo particular da Sr. Cícero José Ferreira

Em relação aos professores, além das Irmãs Catequistas que trabalharam na Escola Francisco de Assis lecionando e administrando desde o ano de 1964, outros educadores contribuíram com a escolarização ofertada durante os anos em que as Irmãs estiveram por ali.

Abaixo, no Quadro 5, consta uma representação dos professores dessa época baseada nos documentos pesquisados e analisados e nas informações obtidas com os participantes da pesquisa que colaboraram por meio de suas memórias. Ainda assim é possível que algum nome não conste devido à dificuldade de se obter todas as informações da época. Também não foi possível precisar o período durante o qual cada professor trabalhou na escola. Dessa maneira, os nomes foram escritos em ordem alfabética da esquerda para a direita.

Quadro 5 – Professores que ministraram aulas durante as décadas de 1960 a 1980

Adilvo Mazzini	Airton Badanham	Anivaldo Evangelista Santana	Inês Cornélio Angélico
Irmã Adelina Campigotto	Irmã Clélia Maria Cattoni	Irmã Feliciano Bento	Irmã Francisca Lucimar de Oliveira
Irmã Iaci Silva Ramos	Irmã Maria Caetana Fachini	Irmã Regina Lich	Maria Celeste Angélica
Maria da Conceição Angélica	Marlene Barbosa Sampaio	Pascoalino Cornélio Angélico	

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nos documentos pesquisados e relatos de entrevistados no decorrer da pesquisa

4.3 As Irmãs Catequistas Franciscanas deixam o Bairro São Francisco

A missão exercida pelas Irmãs Catequistas no Bairro São Francisco foi acompanhada de dedicação e esforços em favor de uma comunidade carente que enfrentava os desafios da colonização. O início de uma vida no interior do Sul de Mato Grosso, com carência de recursos, não era fácil, mas os moradores foram amparados pelos missionários que tentavam se organizar da melhor forma para atender as necessidades educativas, religiosas e de saúde da comunidade.

Segundo o documento enviado pela Irmã Anita David, no ano de 1969, uma das Irmãs ficou responsável pela Pastoral da Catequese em mais de vinte escolas da Paróquia de Itaporã, e, para ajudar no deslocamento, as religiosas receberam “[...] da Missão Franciscana um carro ‘Jeep’ com o custeio do combustível” (HISTÓRICO-ITAPORÃ, 1964). Ainda conforme seu relato, naquele referido ano, as Irmãs não tiveram salário, mas no ano de 1970 passaram a receber pagamento da prefeitura. No ano de 1971, com ajuda da Alemanha, trocaram de carro e compraram uma Rural, para que o seu deslocamento fosse melhorado e o seu trabalho, facilitado. As Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer foram as pioneiras em assumir a direção da Escola Francisco de Assis, além da Pastoral da Comunidade.

Conforme relatos em entrevistas, a Irmã Feliciano Bento foi uma das primeiras Irmãs a trabalhar na escola. Nascida no ano de 1933, em Pedras Grandes, no município de Tubarão-SC, cursou o primário em sua cidade natal e, mais tarde, cursou o magistério em Rondonópolis, Mato Grosso, Licenciatura curta em Administração Escolar em Corumbá-MS e Licenciatura Plena em Barretos-SP. Além disso, a religiosa fez cursos na área da catequese.

A Irmã Clélia Maria Cattoni, também missionária integrante do grupo de professoras/diretoras da escola, nasceu em 1932, no atual município de Rio dos Cedros-SC. A Irmã escreveu sobre seus estudos e contou que cursou o primeiro grau em seu Estado, depois, fez o Normal Regional e o magistério em Rondonópolis-MT e iniciou a faculdade de Ciências em Glória de Dourados-MS. Sobre a vida religiosa, a Irmã Clélia conta que sempre prezou pela vida fraterna e relembra que:

Quando o diretor da Congregação fez o apelo convidando irmãs que se candidatassem à missão em Mato Grosso, me tocou profundamente, no terceiro convite eu criei coragem e disse SIM. Vim então para o Mato Grosso em companhia de Irmã Rosa Vavassori, no início de fevereiro do ano 1954. (CATTONI, 1999).

A religiosa rememora que saía nas comunidades para evangelizar o povo, e trabalhou com catequese, liturgia, cantos, e que gostava muito de trabalhar em escola. Sobre o período

durante o qual ficou no Bairro São Francisco, a Irmã escreve: “A Chácara São Francisco, em Itaporã-MS, foi um lugar que me marcou muito. Lá fui professora e diretora da Escola durante oito anos, gostava do jeito do povo e da forma de desenvolver a missão” (CATTONI, 1999). Ela comenta as dificuldades que as religiosas passaram nos “[...] primeiros anos da missão no Mato Grosso: povo isolado nas fazendas, estradas de difícil acesso, medo das onças e cobras, povo sedento de evangelização” (CATTONI, 1999).

A Irmã Maria Caetana Fachini, que também contribuiu com a educação na localidade do Bairro São Francisco, assim como a Irmã Clélia, nasceu em Santa Catarina. Ambas receberam educação religiosa por parte das Irmãs Catequistas Franciscanas. A Irmã Maria chegou ao Mato Grosso no ano de 1970 como missionária, assumiu a direção de escolas e atuou nas pastorais das comunidades. Segundo escritos da Irmã David, a Irmã Maria Caetana Fachini:

Zelou pela sua formação na área profissional, cursando Administração Escolar, bem como no campo pastoral e da vida religiosa, através de cursos de longa duração, como: Curso de Ciências religiosas, Curso de Atualização Religiosa e Teológica, CERNE (Curso de Renovação Espiritual) Metodologia Catequética, Universidade da Terceira Idade e outros. (DAVID, A., 2019).

Por quase duas décadas a Escola Francisco de Assis foi dirigida pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, que se dedicaram ao cumprimento de sua missão. No mês de março do ano de 1983, a Irmã Maria Fachini se aposentou e decidiu sair da localidade. Dessa forma, a Casa ‘Madre Avosani’ foi fechada, evento ocorrido em 7 de junho de 1983.

O motivo da saída das Irmãs da Chácara São Francisco e o fechamento da Casa é justificado nos escritos das Irmãs da seguinte forma: “A comunidade caminha bem com próprias lideranças. Necessidade de abrir novas frentes em áreas mais carentes” (HISTÓRICO-ITAPORÃ, 1964)²⁵. A Irmã Maria Caetana Fachini viu em sua aposentadoria uma oportunidade para continuar exercendo sua missão em outras comunidades carentes, conforme Irmã Anita David relata:

Durante quatro anos assumiu serviços internos no IRPAMAT - Instituto Regional de Pastoral do Mato Grosso Sul e ajudava na formação das aspirantes e noviças. A partir de 1988, Irmã Maria assumiu a pastoral nas comunidades de Comodoro, Dourados e Barcelos no – AM; trabalhou nos serviços internos da sede geral em Joinville – SC; trabalhou como auxiliar do economato na sede provincial e grupos de oração na paróquia Santa Cruz; residiu também em Fátima de São Lourenço, ajudando nos serviços gerais na irmandade e da chácara (DAVID, A., 2019).

²⁵ Arquivo particular da Província Santa Tereza do Menino Jesus-MT.

Diante da saída das Irmãs da localidade do Bairro São Francisco, a casa e o terreno que os freis franciscanos haviam doado para as religiosas foram devolvidos por elas para a Missão Franciscana: “A casa foi devolvida à Missão Franciscana, bem como terreno” (HISTÓRICO-ITAPORÃ, 1964).

Com a partida das religiosas, a escola passou a ser dirigida pela ex-professora, a senhora Marlene Barbosa Sampaio, que, de acordo com as atas de resultados finais, desde o ano de 1982 já assinava como diretora da instituição escolar, por meio da Portaria nº 173/83/ARE. A senhora Marlene por um tempo auxiliou as religiosas com a casa e a escola e, depois, passou a trabalhar na escola como professora. Mais tarde, atuou na secretaria da instituição e, por fim, chegou ao cargo de diretora. Ela era uma pessoa com experiência de trabalho junto às Irmãs Catequistas, motivo que a levou a assumir a função de diretora da Escola Francisco de Assis.

Com o passar dos anos, o número de alunos se estabilizou e, depois, passou a diminuir, como pode-se observar no Quadro 6, que explicita o quantitativo de alunos da escola entre os anos de 1974 a 1978. Percebe-se que o total do corpo discente variava de 200 a quase 300 estudantes, mas, a partir do ano de 1979, esse número diminuiu progressivamente. De acordo com as atas dos resultados finais, em 1983 a escola recebia apenas 88 alunos.

Quadro 6 – Quantidade de alunos dos anos de 1974 a 1983

ANO LETIVO	PERÍODO	SÉRIE	QUANTIDADE DE ALUNOS
1974	Matutino, vespertino e noturno	1ª a 6ª série e supletivo 1º a 4ª série	254
1975	Matutino, vespertino e noturno	1ª a 7ª série	272
1976	Não consta	1ª a 8ª série	212 (os alunos da 5ª série não estão somados) ²⁶
1977	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	226 (os alunos da 7ª série não estão somados) ²⁷
1978	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	207
1979	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	191
1980	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	143
1981	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	108
1982	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	90
1983	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	88

Fonte: Quadro elaborado pela autora, baseado nos documentos das atas dos resultados finais

Com a redução do número das matrículas, a preocupação da comunidade com o possível fechamento da escola passou a afligir a população da localidade, como afirma a Sra. Marlene: “A dificuldade maior que surgiu na época, foi a falta de alunos, aí entraram com o processo de

²⁶ Não foi possível identificar a quantidade de alunos da 5ª série do ano de 1976.

²⁷ Não foi possível identificar a quantidade de alunos da 7ª série do ano de 1977.

fechamento, grande questionamento pelos números de alunos [...]” (SAMPAIO, 2022). O morador Sebastião também relembra tal fato: “Abaixou muito o número de aluno e o quadro de professor era grande, que era completo, e eles (o Governo) começaram a alegar que não compensava” (REBEQUE, 2022).

Assim, as pessoas se viram obrigadas a buscar meios para a permanência do ensino escolar na localidade para que a escola não findasse, mesmo com a redução do número de alunos, como explica a ex-diretora Marlene:

Sempre lutei, porque eles faziam aqueles projetos bonitos: Aonde tem dois ou três crianças sem estudar, vamos levar a escola, e eu falei pro secretário: “Vocês montam um projeto e agora vocês querem fechar uma escola com cento e poucos alunos?” Ah! mas não fechou, não fechou. Aí, o Agente de Educação de Dourados, estava lá e já saiu certo de que ia fechar e eu certa de que não ia fechar. Era uma briga, sabe? (MARLENE, 2022).

Uma instituição escolar apresenta expectativas e projeta o futuro, assim, passa por tensões, tomam decisões e sofre consequências. É uma constante busca em benefício do seu desenvolvimento e das suas necessidades particulares “[...] numa complexa malha de relações intra e extramuros” (MAGALHAES, 2004, p. 124). As mobilizações e resistências fazem parte da história das instituições escolares. O Senhor Sebastião relembra as táticas usadas para que a escola permanecesse em funcionamento:

Mandavam uma ordem na matrícula que vai fechar a escola. Aí, a Marlene vinha: “Tião, a boca entortou. Não vai matricular nada”. Eu falava: “Deixa comigo”. Aí eu fazia, da moda do outro, eu pegava o mais pequeno e jogava em cima do maior. Aí, eu vinha num vereador da minha confiança; aí, ele ia no prefeito. Teve uma vez que eu peitei sozinho, acertei com o Aniz Faker (deputado estadual). (REBEQUE, 2022).

A Senhora Marlene comenta que, em sua perspectiva, a prefeitura de Itaporã era a favor do fechamento da escola para evitar que o poder municipal arcasse com as despesas da instituição, caso o Estado a transferisse para o município, pois estava situada na zona rural.

A entrevistada ainda alega que o êxodo rural foi um dos responsáveis pela diminuição das matrículas na Escola Francisco de Assis. Explica que as máquinas começaram a substituir o homem no campo. Como a maioria dos moradores da localidade precisavam do trabalho na terra para manter sua família, e o homem foi sendo substituído pelo trator, então “[...] o êxodo rural foi o que levou todo mundo para a cidade, [...] enquanto muitos se alegravam, mas o trator substituiu o homem, a mão de obra” (SAMPAIO, 2022).

Os indivíduos que ainda residiam no lugar dependiam dos estudos na Escola Francisco de Assis, por esse motivo, moradores e comunidade escolar protestavam contra o seu fechamento e reivindicavam sua permanência. Assim a Escola Francisco de Assis prosseguiu por mais alguns anos, até 2003, atendendo a população da localidade, porém, enfrentando ameaças de fechamento, tornando, nesse sentido, um espaço de lutas táticas e resistências em prol da educação para as pessoas da comunidade do Bairro São Francisco e vizinhança.

Com a incorporação da Escola Francisco de Assis ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, é provável que tenha ocorrido o seu processo de laicização, pois, de acordo com o Decreto nº 966²⁸, de 03 de abril de 1981, em seu artigo 2º, a colocação do pessoal docente seria de competência da Secretaria de Educação do Estado. Possivelmente, a influência religiosa começou a dar espaço à Rede Estadual de Ensino para a construção de sua identidade educacional.

As Irmãs Catequistas Franciscanas, no ano de 1983, deixaram a localidade e foram para outras cidades, segundo elas mesmas afirmavam, para continuar cumprindo sua missão de evangelizar e participar de obras sociais em comunidades carentes. A Escola Francisco de Assis seguiu acolhendo seus alunos, mas enfrentando os desafios causados pelo êxodo rural, que era uma preocupação dos moradores da localidade, pois as máquinas passaram a substituir a mão de obra e as atividades econômicas foram se modificando, e diante dessa situação, muitas famílias foram obrigadas a se mudar do Bairro São Francisco em busca de trabalho.

Outro fator a se pensar também é que os jovens se mudavam da localidade visando a continuidade dos estudos e de trabalho e acabavam formando famílias em outras cidades, o que colaborou com a redução da população na localidade e, por consequência, causou a diminuição da procura por matrículas na Escola Francisco de Assis.

²⁸ O decreto nº 966, se apresenta transcrito na página 103 desse trabalho e também pode ser consultado em anexos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anseio pela compreensão da trajetória da Escola Francisco de Assis provocou-nos a entender e caracterizar o processo de criação e funcionamento dessa instituição escolar, relacionando-a à educação formal do Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. Assim, foi possível perceber as motivações para o desenvolvimento da escola desde sua criação, como instituição gerida por religiosos franciscanos, localizada no interior do país, em área rural ocupada pelos colonos migrantes e imigrantes em busca de melhorias de vida.

Pôde-se entender que a chegada dos freis franciscanos na região impulsionou o desenvolvimento da educação, pois a comunidade local estava sedenta por escolarização. Nesse sentido, a junção entre comunidade e religiosos permitiu que ocorressem as primeiras aulas, mesmo frente a muitas dificuldades, como falta de espaço físico para acontecer as aulas, necessidade de materiais pedagógicos, a carência de professores. Ainda diante dos percalços, a persistência favoreceu a escolaridade na região do Bairro São Francisco.

Mais tarde, com a chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, aumentou-se o fôlego em busca do desenvolvimento educacional. Além disso, as religiosas fizeram um trabalho de evangelização por meio da catequese que desempenhavam na localidade e também em comunidades vizinhas, cooperaram para a construção de uma ordem social por meio de suas práticas diárias com a comunidade, dedicando-se à missão de trabalhar questões de construção de valores cívicos e moral. Elas ocuparam um lugar de acolhimento e, ao mesmo tempo, trabalhavam a disciplina, além de missionar o catolicismo.

A disciplina era exigida em todas as esferas do trabalho. Enquanto ensinavam, conviviam de forma carismática, com seu jeito franciscano, entre o disciplinar, o educar e o amar. Diante do trabalho realizado entre escola, alunos e comunidade, as Irmãs Catequistas Franciscanas se tornaram colaboradoras fundamentais para o avanço da escolarização na região e o desenvolvimento da Escola Francisco de Assis.

Uma observação a se fazer é sobre os professores atuantes na instituição. Enquanto na década de 1950 era comum haver professoras trabalhando com crianças do ensino primário, no Bairro São Francisco, professores de sexo masculino lecionaram exercendo a função docente.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o magistério era marcado como lugar de mulher, pois desde o final do século XIX aconteceu a “feminização do magistério”, levando a profissão a ser vista como uma função feminina. O fato de a mulher ser objetivada como um ser maternal repleto de afetividade justificava o seu exercício no magistério, que deveria ser uma atividade de amor e doação, por isso perspectivada como uma atividade de paciência e carinho, com aulas

ministradas por mulheres dóceis e amorosas e associadas à prática da religiosidade (LOURO, 1997).

No Bairro São Francisco, o fato de haver vários professores do sexo masculino chamava a atenção. Desde o início das aulas na localidade, a escola, além de professoras, também foi composta por professores do sexo masculino. Isso nos levou a compreender que dar preferência às mulheres professoras não era um critério de contratação por parte dos religiosos e também dos governantes locais. Porém, é importante pensar sobre as dificuldades de encontrar pessoas disponíveis para o magistério em razão das dificuldades da época como formação de professores, locomoção até a localidade, remuneração salarial, entre outros empecilhos.

A Escola Francisco de Assis se construiu culturalmente por meio de suas práticas do cotidiano. A disciplina inscrita na rigidez de horários, comportamentos, conteúdos estudados e os métodos de ensino dos professores, formou sua identidade. Depois de toda documentação mobilizada, as fontes permitem afirmar que a Escola Francisco de Assis ficou conhecida como uma das melhores da região, o que tornou essa instituição escolar singular e recorrente na memória das pessoas que ainda relembram saudosas o tempo durante o qual ela esteve ativa.

O desenvolvimento da instituição pesquisada foi permeado por relações de poder que a acompanharam desde o início de sua trajetória. No espaço educacional, a presença religiosa sempre teve força marcante e as relações de hierarquia foram estabelecidas, os alunos disciplinados aos moldes religiosos da Igreja Católica e a maioria da comunidade apoiando e aprovando o catolicismo. Pôde-se perceber que os participantes possuem muita estima por essa instituição escolar e falam de lembranças boas, além de referenciar o legado que a mesma deixou na região como forma de uma educação disciplinar exemplar. Relembram com orgulho de terem feito parte da história e afirmam, com convicção, ter sido, para eles, a melhor escola.

Os poderes estadual e municipal e a Igreja foram aliados no desenvolvimento da Escola Francisco de Assis. Os governos possuíam a obrigação de ofertar a escolarização, e a Igreja Católica, com a missão de evangelizar, viu na educação um caminho para isso, pois os religiosos estariam presentes no dia a dia da comunidade. Destarte, assumiram a responsabilidade de contribuir com a escolarização da localidade, contando com a colaboração dos governantes que apoiavam a Igreja e ofertavam custeios para o desenvolvimento das suas obrigações.

É notório que o projeto de desenvolvimento da educação na localidade do Bairro São Francisco se apresentou permeado de interesses religiosos vinculados aos interesses políticos e econômicos, desde o povoamento nas regiões interioranas do sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, almejando o desenvolvimento econômico do país, a expansão do catolicismo e a formação do cidadão brasileiro com bons comportamentos e atitudes cívicas.

Apesar das limitações de tempo que uma pesquisa a nível de mestrado dispõe, explorarmos informações que contribuíram para o desenrolar da investigação, o que viabilizou avançar na produção historiográfica sobre a História da Educação no Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Itaporã, e possibilitou verificar que a Escola Francisco de Assis foi relevante para o processo de escolarização dos indivíduos que a frequentaram e, por conseguinte, influente na vida das pessoas que moraram na localidade e vizinhança.

É válido afirmar que ainda há muito para se aprofundar sobre a Escola Francisco de Assis. Dessa forma, finalizar este trabalho não significa que se esgotaram as possibilidades de novos questionamentos e problematizações em relação ao objeto pesquisado; este ainda pode e deve ser problematizado em novas pesquisas e dimensões de estudo. Ademais, quando se sabe que a Escola Francisco de Assis permaneceu ativa por mais vinte anos após a saída das Irmãs Catequistas Franciscanas da localidade, no ano de 1983, prolongando-se até 2003, conclui-se que há muita história para se contar. A partir de novos olhares é possível abrir novas perspectivas de investigações, e este trabalho pode ser um suporte para tais pesquisas, novos caminhos e maneiras de questionamentos no campo temático das Instituições Escolares.

6 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo-SP: Ed. Contexto, 2008. p. 155-202.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 46, p. 107-118, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i46.8640074. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 211-243, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo**: entre arquivos e experiências na pesquisa em história da educação. 1. ed. Porto Alegre-RS: Editora Letra1, 2021.

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de; PINTO, Neuza Bertoni. Percursos Históricos da Escola Primária em Mato Grosso. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 19, n.4, p. 422-432, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2018v19n4p422-432>. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com.br/index.php/ensino/article/view/6463>. Acesso em: 26 fev. 2023.

AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição**: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). 2018. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre rupturas e permanências**: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943-1971). 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS, 2005.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da Nova História Cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, Pelotas, v. 21, n. 22, p. 11-26, dez. 2015/dez. 2016. DOI: Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/15954/10009>. Acesso: 19 fev. 2023.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n.16, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38>.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História A Escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, vol. V, 2012.

BELEI, Renata Aparecida *et al.* O Uso de Entrevista, Observação e Videogravação em Pesquisa Qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770/1645#> Acesso: 26 fev. 2023.

BELUSSO, Gisele; SOUZA, José Edimar de. História das Instituições Escolares: experiências de pesquisa, possibilidades de acervos. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 12-35, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/44/0> Acesso em: 26 fev. 2023.

BORBA, Marcel dos Santos. **Entre leigos e franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)**. 2019. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. Série Estudos Brasileiros, v. 1. São Paulo-SP: Ed. T.A. Queiroz, 1979.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943**. Cria a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial: Grande Dourados-MS**. MDA: 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_047_Grande%20Dourados%20-%20MS.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em: 26 fev. 2023.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ. **História de Itaporã**. Disponível em: <https://www.camaraitapora.ms.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 06 mai. 2022.

CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz. **História, Fatos e Coisas Douradenses**. Dourados-MS: 1995.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a Democratização da Terra**: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Saber Teórico – Saber Escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural. In: CATANI, Denice Barbara. **A pesquisa em educação e o intercâmbio cultural**. São Paulo: USP, 1991. p. 37-44.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-15>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50310>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CAVALCANTI, Maria Clara. **Primeira República - República Velha**. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/primeira-republica-republica-velha>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 3. ed., 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio; OLIVA, Carlos Eduardo. Sete teses sobre o Estado Laico. In: MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público em Defesa do Estado Laico**. Brasília: CNMP, 2014. Disponível Em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2019/07/SETE-TESES-EQUIVOCADAS-DESTACADO-DO-LIVRO.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DAVID, Anita. **Páscoa de Irmã Maria Caetana Fachini**. In: Irmãs Catequistas Franciscanas. 2019. Disponível em: <https://www.cicaf.org.br/portal/index.php/noticias/item/2431-pascoa-irma-maria-caetana-fachini>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

DAVID, Priscila. História Oral: metodologia do diálogo. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 9, n. 1, p. 157-170, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/313/601>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRAGO, Antonio Viñao. **Por uma história da cultura escolar**: enfoques, questões, fontes. 1998, p. 167-183. Tradução de Yvelise Freitas de Souza. Disponível em: <https://doceru.com/doc/xv181ev> Acesso em: 13 fev. 2023.

FREIRE, Azarias *et al.* **Paróquia São José de Itaporã**: seu povo, sua história. Dourados-ms: Editora Dinâmica, 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a Pesquisa Histórico-Educacional no Campo das Instituições Escolares. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 29-31, jan./dez. 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/302>. Acesso em: 26 fev. 2023.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele. (org.) **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul-RS: Educs, 2018. p. 23-53.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

GRUPO ESCOLAR. In: DICIONÁRIO HISTEDBR. 2023. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/grupo-escolar>. Acesso em: 27 fev. 2023.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 6, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.v2i6.254>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/254>. Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados Dourados-MS**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados Itaporã-MS**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/itapora.html>. Acesso em: 06 mai. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre a cidade de Dourados-MS**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2022.

IRALA, Clovis. **Educação rural em Dourados**: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982). 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2014.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 15 set. 2021.

KANTOVITZ, Geane; OTTO, Carícia. Memórias das Irmãs Catequistas acerca de suas práticas docentes (Santa Catarina, Brasil, 1930-1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 980-1005, set-dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38544>. Acesso em: 27 fev. 2023.

KERN, Nathália Lunardi. **Sistema trágico coercitivo de Aristóteles e Nazismo**: a construção da tragédia nazista. 2012. 65 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande-MS: Ed. Loyola, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. Revista. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, Bruna Alice Taveira de; ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de; SILVA, Rômulo Alexandre; WANDERLEY, Vera Regina Silva. A educação brasileira na década de 1940. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 36391-36413, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-254>. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/11485>. Acesso em: 04 set. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**, v. 2. São Paulo-SP: Ed. Contexto, 1997. p. 443-481.

LUCHESI, Terciane Ângela. GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930-1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 341-358, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015041795>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/100435/99040>. Acesso: 22 fev. 2023.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 18, p. 1-6, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e047>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/44355/pdf/> Acesso: 21 fev. de 2023.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: GATTI Júnior, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (org.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia-MG: EdUFU, 2005. p. 91-103.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-2>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9, p. 28-33, set. 1982. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.1i9.%25p>. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1787/1526>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. UNESP, Marília-SP, 2014. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

MARIN, Jérri Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, Jérri Roberto. (org.). **Religiões e identidades**. Dourados-MS: EdUFGD, 2012. p. 103-130.

MARIN, Jérri Roberto. Os Franciscanos Alemães em Mato Grosso: Vivências e Identidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011. **Anais [...]**. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011. p. 334-344. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/115.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Palácio da Presidência do Estado: Cuiabá, 1927. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 maio 2022.

MATO GROSSO. **Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951**. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa: Cuiabá, 1951. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-452-1951.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

MENEZES, Ana Paula. Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. **Anais [...]**. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301009871_ARQUIVO_TextoANPUH\[1\]AP.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301009871_ARQUIVO_TextoANPUH[1]AP.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Vitrine de guardados: exposições de escritas ordinárias como estratégia de preservação da memória escolar. **Resgate**, Campinas, v. 14, p. 35-46, 2005. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v13i14.8645628>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645628>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o Ensino Secundário no Brasil: a invenção de um legado. **Revista História da Educação**, Porto Alegre; Santa Maria, v. 25, p. 1-31, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/108349>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Y9mMQd66DF8Gdr8NpwRbBhB/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura escolar**: a institucionalização do ensino primário no Sul do antigo Mato Grosso: o Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974). 2011. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2011.

MOREIRA, Danilo Leite. Dos Espaços ‘vazios’ ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras**, Nova Andradina, v. 3, p. 1-12, 2012. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/novaandradina/exibe_edicao.php?id_edicao=152#. Acesso em: 27 fev. 2023.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados –CAND (1943-1960). 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2014.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: EdUFGD, 2014.

OLIVEIRA, Dionnes Soares de. **Diagnóstico Ambiental da Sub-Bacia Hidrográfica do Córrego Sardinha no Município de Itaporã/MS**. 2017. 71 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2017.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro": construção do guia do acervo. In: Semana de História, 10., 2007. **Anais [...]**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007. Disponível em: https://ndhcptl.ufms.br/wpcontent/uploads/2014/12/ANAIS_2007.pdf. Acesso em: 28 de out. 2022.

PAES, Fernando Luís Oliveira Athayde. **Educar Mentes e Salvar Almas**: ação missionária protestante na escolarização de indígenas no Sul de Mato Grosso (1928-1950). 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2015.

PEREIRA, Aline Cerutti. Representações Franciscanas: **O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2006.

PEREIRA, Lilian Alves; FELIPE, Delton Apdo; FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 12, n. 45e, p. 239-252, mai. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640120/7679> Acesso em: 18 fev. 2023.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da formação para professores leigos rurais**: o curso de magistério rural de Dourados, na década de 1970. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo-SP: Ed. Letra e Voz, 2016.

PROVÍNCIA. In: Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/provincia/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RODELINI, Claudiani; FURTADO, Alessandra Cristina. Missão Franciscana em Itaporã-MT (1958-1972): Educação Primária e Religiosidade. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 29., 2021. Cuiabá. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 2141-2154. ISSN-2447-8776. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20319> Acesso em: 18 jul. 2022.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. **Grupo Escolar Antônio João Ribeiro**: Cultura Escolar Primária em Itaporã – MT. Uma Contribuição para a História das Instituições Educativas (1953-1974). 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2015.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. **A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã-MT (1958-1972)**. 2022. 131f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2022.

SANTANA JUNIOR, J. R., 2008. Área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados [mapa]. In: **Blog Professor Gilberto A. Cantú**. Disponível em: <https://profgilbertocantu.blogspot.com/2015/09/dourados-80-anos-monumento-ao-colono.html> Acesso em: 27 fev. 2023.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa, In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.) **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da Roça para a Escola: institucionalização e expansão das escolas primária rurais no Paraná (1930-1960). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n.

43, p. 71-91. maio/ago.. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/heduc/v18n43/2236-3459-heduc-18-43-00071.pdf>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

SILVA, Eliana Nunes da. Escola Mista na República: um lugar na sombra da história educacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 1 [44], p. 266-288, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40714>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SILVA, Marineide de Oliveira. **Escola Rural em Mato Grosso: de professor leigo a sábio (1945-1965)**. 2018. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.

SILVA, Walter Guedes. A Estratégia de Integração do Sul do Estado de Mato Grosso ao Território Nacional Durante o Governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 31. p. 26-42, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/rdg.v31i0.102834>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/102834>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1992.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre. A marcha para oeste e a fronteira sul de Mato Grosso (1937-1945). **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 55-74, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45393>. Acesso em: 14 jul. 2022.

VALDEZ, Fanny Silva. **Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)**. 2017. 254f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

Entrevistas e Relatos

ANDRADE, Rosa dos Santos. Entrevista [25 mai. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Zanquini Janczeski. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [59 min.].

BENTO, Feliciano. [Correspondência]. Destinatário: Vanessa Zanquini Janczeski. Dourados, MS, 28 jun. 2022. Carta.

BENTO, Feliciano. Irmandade em Itaporã-Chácara. 15 abr. 2018. Destinatário: Vanessa Zanquini Janczeski. 05 jul. 2022. 1 mensagem eletrônica.

DAVID, Anita. Histórico Itaporã. Destinatário: Vanessa Zanquini Janczeski. 28 jun. 2022. Carta.

DORETO, Reinaldo. Entrevista [08 jun. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Zanquini Janczeski. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 (23min.).

MOREIRA, Ismar; MOREIRA, Iraildes Moura. [Escola do Bairro São Francisco]. WhatsApp. 22 jul. 18h10min. Mensagem de verbal de WhatsApp.

MOREIRA, Ismar; MOREIRA, Iraildes Moura. [Escola do Bairro São Francisco]. WhatsApp. 31 jul. 2022, 13h57min. Mensagem verbal de WhatsApp.

REBEQUE, Sebastião. Entrevista [11 mai. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Zanquini Janczeski. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [40min.].

SAMPAIO, Marlene Barbosa. Entrevista [18 mai. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Zanquini Janczeski. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [1h].

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por meio deste termo, pretendemos convidá-lo (a) para ser entrevistado (a) e participar na pesquisa histórica referente ao projeto/pesquisa Escola “Francisco de Assis”: criação, transformações e nexos estabelecidos com a escolarização em Itaporã – MT/MS (1955-2004). Informamos-lhe, ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo Professor Doutor Giovani Ferreira Bezerra e desenvolvida por Vanessa Zanquini Janczeski e a quem poderá contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (67) 9 9925-6361 ou e-mail vanessazanq@hotmail.com.

O convite é para uma participação voluntária, ou seja, por sua própria vontade, sem que o(a) senhor(a) receba qualquer incentivo financeiro ou tenha qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaboração para o sucesso da pesquisa, com a garantia de que terá acesso aos resultados desta. Informamos-lhe que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos, que, em linhas gerais é compreender como se deu o processo de criação e as transformações ocorridas durante o ciclo de vida da Escola Francisco de Assis nos anos de 1955 a 2004, localizada no Bairro São Francisco no município de Itaporã, no estado de Mato Grosso do Sul.

Esclarecemos que os usos das informações oferecidas pelos participantes estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Sua colaboração se fará por meio de entrevistas presenciais e ou virtuais, a partir de plataformas de interação on-line, a serem gravadas, em quaisquer dos casos, apenas em áudio, a partir da assinatura deste termo/convite. Caso concorde, também será de grande valia a colaboração, segundo suas possibilidades, mediante envio, empréstimo e ou apresentação de documentos antigos e ou de arquivo pessoal, relacionados aos propósitos da pesquisa, para serem fotografados e analisados historicamente.

Durante cada entrevista existe a possibilidade de serem evocados sentimentos e sensações do passado que podem, eventualmente, serem dolorosos ou não prazerosos, causando-lhe algum desconforto emocional. Nesse caso, o(a) senhor(a) é livre para não responder à questão que julgar invasiva e, como procedimento, a entrevista poderá ser imediatamente interrompida para que se extinga a situação dolorosa. Além disso, caso o(a) senhor(a) desenvolva qualquer dano emocional psicológico, relacionado às lembranças que vier a ter em decorrência da pesquisa, a pesquisadora será responsável em orientá-lo(a) para a realização de acompanhamento psicológico especializado, ficando sob a responsabilidade desta em buscar pelo serviço público de saúde da cidade respectiva. Ainda, cabe ressaltar os riscos provenientes da utilização de ambientes on-line e ou de mídias digitais que podem ocorrer devido às características desses meios, com possíveis violações de confidencialidade. Nesse sentido, caso recorra aos meios on-line e a equipamentos/mídias digitais, a pesquisadora se responsabiliza por conhecer as políticas de privacidade das plataformas on-line utilizadas e a seguir medidas de segurança que visem à proteção dos dados do(a) senhor(a) enquanto participante, tomando as seguintes medidas: armazenamento virtual de gravações com acesso restrito apenas aos pesquisadores citados e em arquivos digitais protegidos por senhas e codinomes, a fim de se evitar que entrevistas ou parte destas venham, de algum modo, a público ou que seja violada sua privacidade.

Assinatura do(a) participante:

Assinatura da pesquisadora:

Quanto à sua identidade/identificação, o(a) senhor(a) poderá optar por:

- a) (☐) Concordo em ter meu nome e dados funcionais/pessoais ligados à escola “Francisco de Assis” identificados na pesquisa histórica.
- b) (☐) Não concordo em ter o meu nome e dados funcionais/pessoais ligados à escola “Francisco de Assis” identificados na pesquisa histórica.

Informamos que o tratamento e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora responsável, sob supervisão do docente Giovani Ferreira Bezerra. Caso tenha optado pela opção *b*, fica garantido o sigilo acerca de quaisquer informações pessoais e ou dados que possam identificá-lo(a) na pesquisa, garantindo-se a privacidade, sigilo e confidencialidade. No caso da opção *a*, serão tomados todos os cuidados éticos na análise e tratamento dos dados, inclusive viabilizando a todos os participantes, em ambas as situações, acesso à transcrição das entrevistas para apreciação.

O(A) senhor(a) poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos infligidos e sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos por sua decisão, sendo os dados fornecidos até o momento de sua participação automaticamente excluídos. Igualmente, conforme a legislação brasileira, esclarecemos que é seu direito de pleitear indenização, em caso de danos, decorrentes da participação nesta pesquisa, como explicitado na Resolução CNS/MS nº466/2012 – Item IV.3, alínea h. No caso de interrupção do estudo, o(a) senhor(a) será igualmente informado e todos os dados coletados com o(a) senhor(a) serão deletados e inutilizados para garantir sua privacidade. Como não há despesas envolvidas ao(a) senhor(a), não são previstas formas de ressarcimento e ou cobertura de despesas decorrentes de sua participação na pesquisa, pois, para a realização das entrevistas, será de responsabilidade da pesquisadora ir até o local onde se encontra o(a) senhor(a), não sendo necessária sua locomoção, de modo que se prezarão pelo seu conforto e o bem-estar enquanto participante e conforme sua disponibilidade de horário.

Quanto à assistência durante a pesquisa, a pesquisadora responsável estará à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas do(a) senhor(a). Sobre o seu registro de aceite/consentimento, também poderá solicitar acesso sempre que necessário, além de poder reportar-se ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) para tratar de questões éticas relacionadas ao andamento desta pesquisa. Para tanto, esclarecemos que o CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Conforme vinculação institucional da pesquisa seu endereço para contato é na Rua João Rosa Góes, nº 1761, Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501 – Vila Progresso, CEP: 79.825-070 - Dourados (MS), Fone/Fax: (67) 3410-2002– e-mail: cep@ufgd.edu.br

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Há quanto tempo você reside nessa localidade?
2. Como veio morar aqui nesse município ou você já nasceu aqui?
3. Porque você ou sua família decidiram morar nessa região?
4. O que você sabe sobre a criação da Escola Francisco de Assis?
5. Você sabe quem foi que decidiu criar a escola?
6. Quais foram os motivos para a criação da escola?
7. Você ou algum familiar teve algum tipo de participação direta com a criação da escola?
8. Você sabe se o estado, o município, ou até mesmo outras pessoas da região tiveram participação na criação da Escola Francisco de Assis?
9. Sabe informar quem eram os mantenedores da escola?
10. Você sabe sobre as dificuldades enfrentadas na época para criação da escola?
11. Quais acontecimentos dessa época foram mais marcantes relacionados a escola?
12. Você trabalhava na escola? Qual função desempenhava? Como ocorria a rotina de trabalho?
13. Quem eram os professores, diretor (a), funcionários?
14. Como eram contratados esses professores, e o diretor e funcionários?
15. Como era a rotina da escola?
16. Havia muitos alunos frequentando a escola?
17. Como foi o desenvolvimento da escola com o passar do tempo?
18. Como era a educação na época na Escola Francisco de Assis?
19. Quais foram as mudanças ocorridas ao longo do tempo nessa escola?
Do que você se lembra?
20. Porque hoje a Escola Francisco de Assis não existe mais nessa localidade?
21. Você guarda algum material ou registros documentais relacionados a escola? Poderia me apresentar esse arquivo pessoal?
22. Gostaria de destacar mais algum acontecimento ou dado que julgue importante sobre a Escola Francisco de Assis, algo que esteja na sua lembrança?

Obrigada pela participação voluntária.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Entrevista com o Senhor Sebastião Rebeque

Data: 11 de maio de 2022 - Horário: 13h10m – Dourados-MS

Vanessa: Então, seu Sebastião, é, quanto tempo que o senhor mora lá?

Sebastião: Desde cinquenta e um.

Vanessa: Desde cinquenta e um.

Sebastião: Cinco de agosto de cinquenta e um.

Vanessa: E como que o senhor foi morar lá? O senhor já nasceu lá?

Sebastião: Não.

Vanessa: Não?

Sebastião: Vim de São Paulo.

Vanessa: Ah, o senhor veio de São Paulo.

Sebastião: Aí meu pai comprou uma posse e trouxe nós pra lá, tempo do Getúlio Vargas.

Vanessa: E o senhor era criança?

Sebastião: E eu era criança.

Vanessa: Uhum.

Sebastião: Tinha de quatro pra cinco ano. Estou com setenta e seis, de quatro pra cinco anos.

Vanessa: Uhum. E por que que o, o pai do senhor e a sua família resolveu ir morar lá?

Sebastião: Ele resolveu por quê, em São Paulo falava meieiro de café e a nossa família era muito grande, nos era em quatorze.

Vanessa: Hum.

Sebastião: Aí ele falava, eu quero um pedaço de terra pra mim. Aí ele zarpou de São Paulo pra cá em quarenta, em quarenta e nove. Ele ficou um ano aqui sem dar notícia. Aí em cinquenta ele voltou, tava voltando, sem dar notícia, aí ele encontrou com meu irmão no Ithaum, meu irmão estava indo em procura dele. Aí ele tinha comprado a posse.

Vanessa: Ele deixou a família e veio sozinho conseguir?

Sebastião: Sozinho, aí ele comprou uma posse em Fátima do Sul, aí surgiu essa daqui ele soube que a terra era cultura, aí ele abandonou a de Fátima do Sul e veio aqui e comprou a posse. Aí nós tem título definitivo de posse. Que é até hoje, hoje eu sou dono do sítio, eu comprei as parte. Então é título definitivo, doação de Getúlio Vargas.

Vanessa: Seu Sebastião, então, é, e aí quando surgiu a escola? O senhor lembra? Por que, que teve a escola? Como que foi isso?

Sebastião: É porque tinha muita gente? E pouco... não tinha professor, não tinha nada.

Aí o Frei Antonino cedeu lá uma, vou falar uma casinha velha de tábua e pagava uma professora que era de Piraporã, Iracema do, é, professora Iracema do Joel Saburá lá.

Aí ela começou a lecionar lá. Só que aí era pago pelo padre.

Vanessa: Ah, o padre pagava a professora?

Sebastião: É, o padre pegava verba de, da Alemanha pra eles que, que o sítio era deles né? A fazendinha era deles, aí ele pagava.

Vanessa: Então, primeiro os padres foram pra lá?

Sebastião: Foi pra lá.

Vanessa: Aí não tinha escola?

Sebastião: Não tinha.

Vanessa: E as crianças não estudava?

Sebastião: Não, naquele tempo não.

Vanessa: Ah, aí o padre fez a escolinha

Sebastião: Aí o padre cedeu lá, um cômodo lá e começou a dar aula e ele pagando o professor, do bolso dele. E aí como a coisa foi aumentando, aí tinham a igrejinha de tábua. Aí passou a ser a casinha velha e a igrejinha de tábua a escola e ele pagando professor do bolso deles. Aí que começou esse negócio de é, entrar pra pra pra prefeitura, aí ele conseguiu já também verba da prefeitura pra ir ajudando.

Vanessa: Pra ir aumentando a escola?

Sebastião: É, isso que eu tô falando, aí continuou, aí ele conseguiu um pedaço de verba da Alemanha e uma, eu não me lembro do deputado aquela vez quem era.

O meu irmão era pedreiro, carpinteiro, até hoje, eu era criança e ajudava de servente. Aí com aquela verba que ele construiu aquele colégio que era o tipo dum L. Aí aumentou o professor.

Vanessa: Aquele de material?

Sebastião: Não, não, de material é mais pra frente ainda.

Vanessa: Ah! De madeira, construiu um de madeira.

Sebastião: De madeira. Aí funcionava a escola de manhã, à tarde e à noite.

Vanessa: Até a noite?

Sebastião: Até a noite, porque aí ele já conseguiu colocar mais professor, aí funcionava os três períodos.

Vanessa: Aí o padre que conseguiu mais professores?

Sebastião: É aí ele arrumou professores.

Vanessa: E aí quem ajudava ele pagar? Era ele e o município?

Sebastião: Depois de uma certa época aí o município começou a ajudar a pagar. Mas não pagava cem por cento, uma parte era do padre.

Vanessa: Da Alemanha vinha o dinheiro?

Sebastião: Da Alemanha, daí ele conseguiu trazer as Irmã, aí ele doou um pedaço do sítio pras Irmã. Elas construíram com o dinheiro de verba delas construiu a casa. Aí já passou ter as Irmãs catequista que fala.

Vanessa: Ah e aí as Irmãs que ficaram tomando conta da escola?

Sebastião: Aí elas ficaram tomando conta da escola. Aí formou o grupo de professor, diretor e a coiseira toda.

Vanessa: Então depois que as Irmãs vieram que aí aumentou mais ainda.

Sebastião: Aí aumentou mais ainda.

Vanessa: Mas, na época do padre já tinha o ensino à noite.

Sebastião: Já tinha, já tinha, eu estudava de noite.

Vanessa: Ah, e esse, esse ensino à noite era pra pessoas mais adulta? Ou não, criança também?

Sebastião: Tinha gente até de vinte ano.

Vanessa: Ah é?

Sebastião: Tinha vontade de aprender.

Vanessa: Aham, mas se fosse criança também podia estudar?

Sebastião: Não, na parte da manhã. Aí era dividido, os mais velhã era pra noite. As criança mais pequetita parte da amanhã, maiorzinho, selecionavam, parte da tarde. E funcionava só da primeira a sexta série, não tinha nem oitava.

Vanessa: Não?

Sebastião: Não, era da primeira a sexta. Depois que veio as Irmã que começou a passar pra oitava série.

Vanessa: Ah, entendi. Entendi. E então quem decidiu criar a escola foi o padre?

Sebastião: Foi o padre. Começou com o frei Antonino e aí depois o frei Antonino foi transferido e aí ficou o freio Liberato. E lá em casa parava os padre.

Vanessa? Na casa do senhor?

Sebastião: Lá em casa, pararam seis ano lá em casa.

Vanessa: Eles não tinham lugar pra ficar?

Sebastião: Não tinha, porque eles era só, aí a gente era muito, a mãe tinha o coração muito bom, aí lavava, cozinhava, eles almoçava, jantava e a minha mãe e minhas Irmã que lavava roupa deles, até eles construir a sede deles.

Vanessa: Uhum. E aí teve a casa dos padres depois as Irmãs construíram as dela também.

Sebastião: É construiu a dela também.

Vanessa: Ah entendi.

Sebastião: Aí a coisa ficou grossa, aí aquele tempo meus guri já estudava.

Vanessa: Uhum.

Aí começaram a querer passar, que aí já tinha passado ela, como é que falava? Municipal né? Aí já os padre participou menos de pagamento, aí era só a prefeitura, mas como faltava aí tentaram passar ela pro estado. Aí eu já era, já tinha aluno que estudava e eu já era presidente da escola. Aí montaram os papel lá, não sei como. Aí nós fomos em Campo Grande falar com o governador direto. Aí ele, aquele tempo era o Pedrossian, Pedro Pedrossian, aí ele falou: construo lá, mas tinha que ter a propriedade no nome deles, aí voltemos, trocamos ideia com os

padre, aí os padre doou um pedaço de terra, aí escrituraram no nome do estado, aí que veio construir a de material.

Vanessa: Ah, então construiu a de material, depois que o padre doou... a terra pro estado.

Sebastião: É só depois de doado, o estado não fazia em terreno alheio que fala, né? Junto de outro, aí tinha que doar.

Vanessa: E aí depois disso os padres ainda continuaram ou não?

Sebastião: Não, aí já ficou pro estado, fez um quadro de professor completo, né? E aí passou direto pro estado.

Vanessa: Mas, então ainda quando foi um pouco municipal, os padre ainda ficaram.

Sebastião: Não, é, até que era do município eles sempre participou.

Vanessa: Depois que não?

Sebastião: Mais as Irmãs.

Vanessa: Entendi. Então, é assim, é o senhor ou a família do senhor teve uma participação na escola, o senhor foi presidente?

Sebastião: Fui. Eu lá quando eu não era presidente eu era vice, trocava, porque o que tinha de fazer na escola manutenção, água, energia, eu que fazia tudinho.

Vanessa: O senhor cuidava, ajudava cuidar

Sebastião: Até a energia deu um problema, porque a energia era dos padre. Os padre arrendou a terra. Aí os cara da terra começou a alegar que estava gastando energia com a escola que é coisa do estado. Aí eu como já tinha muita amizade e tudo e mexia, eu vim direto aqui na Cergrand e falei com o presidente. Ele falou: eu ponho a a energia no nome é lá lá da da da no nome seu. Falei no meu nome eu não quero, porque hoje eu sou presidente, amanhã eu posso não ser nada. Aí ele falou vamos ponhar no nome do da coisa do estado. Eu falei eu também não concordo.

Eu falei, vamos ponhar pra igreja? Da igreja, até eu falei um...citei, falei: da igreja nós rouba energia e usa pro estado. Aí põe a é, na escola e na igreja. Aí o diretor daqui,o presidente falou: então e eu vou doar a energia, eu vou fazer uma doação aí no nome da igreja. Eu falei que a igreja se Deus quiser ela vai permanecer, aí parece que eu tava vendo, falei a escola pode ser que o dia de amanhã ela fecha e aí está no nome do estado, então vamos ponhar no nome da igreja. Que está até hoje.

Vanessa: E até hoje é?

Sebastião: E até hoje está no nome da energisa.

Vanessa: Essa energia não paga, então era uma doação.

Sebastião: Depois mais pra frente o estado participou pagando uma parcela. Fizeram lá, num me lembro, uma porcentagem lá.

Vanessa: Aham, mas, aí então, não pagava integral não.

Sebastião: Não, não.

Vanessa: Ah sim, entendi. O senhor que resolveu esse problema.

Sebastião: Foi eu que resolvi.

Vanessa: Então, o senhor é sempre estava envolvido ali na escola. E e quando o senhor era criança, os pais do senhor também estavam envolvidos, ajudava ali na escola ou não?

Sebastião: Não, não, o pai era meio sistemático, ele não gostava de misturar.

Vanessa: É.

Sebastião: Só que nós, eu e meus irmão nós não incomodava. Nos cuidava do que ele falava. Participava, ajudava, colaborava. Doava as coisa.

Vanessa: E a comunidade ajudava ali a escola?

Sebastião: Ajudava.

Vanessa: É? E tinha assim, é, festinha, essas coisas?

Sebastião: Fazia. E tinha muita coisa que faltava na escola e demorava o estado dar. Aí a Marlene, já a Irmã Maria. Fachine, ela era a diretora. Aí eu falava compra essa pega que eu pago, comprei mesa, comprei armário, comprei o arquivo pros tudo pros professor, tudo com dinheiro meu. O que tem ali de material na na secretaria, eu que dava.

Vanessa: E outros pais também ajudaram?

Sebastião: Não, não, eu tava solito, eu ia pedir começa um nhe, nhe,nhe, eu falava pra Marlene, compra essa pega, compra que eu pago. Aí depois chegou uma vez, ela falou assim: agora vai ter que ponhar tudo o carimbo do estado. Eu falei: o que eu dei eu não quero de volta. Pode meter carimbo nessa bexiga.

Vanessa: Porque aí passou pro estado.

Sebastião: Passou, é pro estado? Aí eu falei: pode ponhar os carimbo. Aí quiseram inventario quando fechou a escola, Montese pegou uma parte, Santa Terezinha pegou outra, Piraporã outra. Coisa que eu doe, só que eu não exigia documento. Eu dava de coração. Sai pra lá. Aí nesse período ela fechou três vez.

Vanessa: Período do estado, que ela era do estado?

Sebastião: Abaixou muito o número de aluno e o quadro de professor era grande que era completo e eles começou a alegar que não compensava.

Vanessa: Mas essa época é a época que já era de material escola?

Sebastião: Já era de material.

Vanessa: Era dona Marlene a diretora?

Sebastião: A Marlene que era diretora.

Vanessa: E aí, mas por quê, eles falavam que não tinha aluno?

Sebastião: Mandavam uma ordem na matrícula que vai fechar a escola. Aí a Marlene vinha: Tião a boca entortou não vai matricular nada. Eu falava: deixa comigo. Aí eu fazia da moda do outro, eu pegava o mais pequeno e jogava enriba do maior, aí eu vinha num vereador da minha confiança aí ele ia no prefeito, aí teve uma vez que eu peitei solito acertei com o Anis Faker.

Vanessa: Pra não fechar.

Sebastião: Pra não fechar, aí veio um vendaval, arrancou o telhado dela todinha por azar.

Aí a turma falou agora tá, aí repartiu os aluno de novo na igreja, na casa das Irmã e ficou destelhado. Aí eu peguei e falei pra Marlene monta um processo e eu vou em Campo Grande. Aí a turma falou você vai tomar um chá de cadeira lá. Falei eu sou acostumado. Aí peguei o Anis Faker, aí o Anis Faker pegou foi direto com o governador, aquele tempo era já o Wilson Barbosa, parece que era. Aí falaram pra mim faz três orçamento. Nós vai encostar o material lá. Aí eu fiz os orçamento, mandei pra eles com quinze dias estava encostando o material.

Vanessa: Aí reformou?

Sebastião: Fez tudo. A reforma, a cobertura e tudo.

Vanessa: E sempre que precisava então, o senhor conseguia ajuda. É pelos políticos, governador.

Sebastião: Eu pegava vereador, eu cheguei vim direto, falar direto com o governador. Uma vez eu peguei aqui o vice-governador, Jorge Takimoto. Ele esperou nós lá e fomos direto com o governador.

Vanessa: Olha só que bom. Nossa então o senhor participou muito na escola, no desenvolvimento dela. O senhor então foi bem participativo.

Sebastião: Oh, eu tinha os filho que estudava, tinha tudo, eu sou dali, enterrei meu umbigo ali, aí depois que ela fechou pela quarta vez, aí eles vieram em procura de mim. Só que meus meninos já não estavam, estavam estudando aqui em Dourados. Aí eu falei pra Marlene: ô Marlene, eu vou ser injusto, porque agora eu não tenho filho, não tenho nada. Ah mas, é lá você já é conhecido, você tem carta branca. Eu falei: mas eu vou usar mentira e, eu não gosto disso. Vocês vão me perdoar.

Vanessa: Aí o senhor não foi?

Sebastião: Não fui.

Vanessa: Mas as três vezes, ela fechou por três vezes.

Sebastião: Três vezes. Duas vezes eu fui pessoalmente. Na terceira vez eu fui com o Antônio Cordeiro. Aí eu vi que a boca era torta, aí o prefeito pegou e foi comigo. Aí lá tomemos assim um, um, uma gozação e tudo, aí a Marlene tava em reunião de diretor. Aí lá tava o chefe de todas as escolas de Mato Grosso. Quando aí eu citei o caso, o cara tava escutando. Porque o como que era o nome daquele deputado...putz fugiu da cabeça. Ele mandou eu comprar uma carroça pra puxar os aluno. Que eu falei, e eu tenho dó, eu tenho pena, ele falou, você está com dó, você está com pena? Compre uma carroça e puxa os alunos.

Vanessa: Nossa, não acredito nisso

Sebastião: Falou, como está esse sol lumiando.

Vanessa: Esse era um deputado, que falou pro senhor.

Sebastião: É. Era deputado. Aí eu fui lá onde estava essa reunião de diretor de todo Mato Grosso e o cara escutou. Aí o cara falou, eu vou participar da sua conversa, aí falou o nome do homem, eu me esqueci, ele era muito carrancudo. Aí ele falou, mas ele falou isso? Só que o cara não sabia que o Antonio Cordeiro era prefeito, aí o Antônio Cordeiro falou, perfeitamente eu sou prefeito de Itaporã, eu só estou acompanhando ele, e falou de ar livre assim na nossa cara dentro do gabinete. Ele falou: vocês volta pra casa que o problema de vocês amanhã e eu

mando resposta. No outro dia oito hora, eu já tinha telefone celular rural, e ele falou pode matricular os alunos que vai permanecer.

Vanessa: E assim, sempre eles alegavam o quê? Por que que eles queriam fechar a escola?

Sebastião: Pra, porque o quadro de professores era grande. E estava com cinquenta e oito aluno e quando fechou estava com trinta e dois.

Vanessa: Ah! Diminuiu demais.

Sebastião: Demais, até o prefeito falou pra mim: Tião se não tiver jeito e fechar a escola você coopera comigo? Faz uma reunião com os pais, eu mando o ônibus, mas pra pegar tudo de uma vez, que era trinta e dois alunos só, no final, e aí eu puxo pra Itaporã.

Vanessa: E aí, foi quando fechou essa quarta vez, daí fechou.

Sebastião: Não aí ela continuou, mas só continuou aquele ano.

Vanessa: Ah daí no outro ano...

Sebastião: Aí já no outro ano meus filho não estavam estudando. Aí fechou e fechou e aí mandaram eu ir, daí eu falei eu não vou não, vocês vão me perdoar, mas não vou não. **Vanessa:** Não se envolveu.

Sebastião: Aí nesse meio ali, aí fizeram a pesquisa ela era um polo central. Eles queria formar ela em uma escola agrícola. Que aí pegava e puxava Piraporã, Santa Terezinha, Montese. E aí e tinha um quadro de bastante aluno. A gente queria fazer uma escola agrícola. Aí mandaram, caíram em cima de mim, porque eu era presidente. Aí eu falei eu vou correr atrás da coisa, aí fomos em Campo Grande de novo, aí fomos em Campo Grande aí o cara falou assim é: pra ser escola agrícola tem que passar a terra pra escola agrícola. Aí eu falei, mas os padre não arrenda.

Vanessa: Ah, tinha que passar terra também.

Sebastião: É, porque ela tinha que ter cinquenta alqueire de terra pra fazer escola agrícola.

Aí nós voltamos, aí o cara que estava (incompreensível), ele falou: eu achei uma brechinha, vamos voltar lá. Cheguei lá pra voltar lá, aí quem atendeu nós lá eu não lembro qual foi o setor, aí o cara falou assim: amonta os papel e me traz, se os padre não arrendar nós vamos desapropriar eles.

Vanessa: Ah, então teve, aí quiseram questionar os padres.

Sebastião: Quiseram. Aí eu peguei e respondi: eu não vou fazer isso, porque praticamente eu sou nascido e criado lá, os padres hospedaram na minha casa, eu não vou fazer esse papel.

Vanessa: Isso era o governo do estado?

Sebastião: É, então não monta a escola agrícola. Aí a turma caiu em cima de mim. Mas, Tião você estava com a faca e o queijo na mão. Eu falei o que eu não quero pra mim não quero pros outros.

Vanessa: Mas, ia ter que desapropriar os padres.

Sebastião: Eles iam fazer uma proposta pra eles, numa terra em outro lugar, se eles não pegassem, eles iam desapropriar e montar a escola agrícola.

Vanessa: E aí o senhor não aceitou.

Sebastião: Eu falei eu não, eu não ponho meu nome nesses documentos. Eu vou ficar mal visto.

Vanessa: É, assim, a consciência né a gente fica...

Sebastião: Aí, ela rodou, fechou e tá no pé que tá até hoje.

Vanessa: E nessa época que ela, que ela, que eles queriam transformar ela em escola agrícola. Foi na época que a dona Marlene era diretora?

Sebastião: Era. Só que a Marlene falava: Tião o que você fazer eu concordo. Eu sei que você não gosta de coisa errada.

Sebastião: Eu só falava deixa comigo, eu sou meio doido. Deixa comigo.

Vanessa: Ela confiava no senhor, né? Que bom. Então assim, é quem mantinha a escola no início era os padre, depois o município e depois o estado. Então foram os três, né?

Sebastião: Aí a terra estava com... o pedaço de terra que foi dos padres, foi passado pro estado.

Vanessa: Hum, mas só onde é a escola?

Sebastião: Só onde é a escola.

Vanessa: Aí a terra mesmo é deles.

Sebastião: Não, agora você sabe que a coisa, a notícia anda, perceberam que ali tinha uma área de terra boa porque o colégio é grande. Tem casa, tem energia, tem tudo. Aí os evangélicos queria fazer um centro de é negócio de drogado.

Vanessa: De recuperação.

Sebastião: E já estava encaminhando os papel. Aí caímos em cima o estado devolveu.

Vanessa: Ah, então continua dos padres.

Sebastião: Agora foi devolvida pros padre. Só que ela passou dos padre pro estado. Do estado voltou pros padres. Aí por aí morreu a escola.

Vanessa: A escola por aí acabou.

Sebastião: A escola e as briga e as encrenca e eu estou lá.

Vanessa: E aí então o senhor foi aluno, depois o senhor foi... participou como presidente...

Sebastião: Eu da escola, aquele tempo tinha um negócio de Polo, sabe que essa, eu era presidente da Polo também. A gente saía, ia pra Campo Grande, sempre tinha reunião de professor, diretor e eu tinha que sempre estar participando.

Vanessa: Sempre com eles ali. Entendi.

Sebastião: E eu não incomodava com a carga, porque se eles me procuravam era porque eu servia.

Vanessa: Lógico, claro. E seu Sebastião e tinha muito político querendo se envolver ali na escola ou não?

Sebastião: Como?

Vanessa: Assim, tinha político que queria mandar alguma coisa, queria ele...

Sebastião: Não

Vanessa: Era mais pra ajudar. Aí só quando o senhor procurava que eles ajudavam.

Sebastião: Eles ajudavam. Até uma vez caiu a caixa d'água, aquele tempo o prefeito era o Rivalmir, aí eu falei Rivalmir lá caiu a caixa d'água, tá uma calamidade, eu vim aqui pra você dar uma colaborada, pra colocar a caixa lá. Porque eu vou pedir uma caixa d'água pro estado. Aí eu falei, vou caçar o mais perto. Aí ele falou que não tinha condição e na hora que eu estava pedindo pra ele entrou o Célio Poveda, ele era vereador. Aí ele falou desculpa, aí o Rivalmir falou assim, não, pode entrar. Não tem problema não, pode entrar. Aqui é eu e o Tião, a gente é tudo de casa. Aí ele falou, qual que é o problema? Aí eu falei, aí ele pegou e falou pro Rivalmir: o Rivalmir, vamos fazer o seguinte, manda o Tião fazer o orçamento. Eu pago a metade e você a metade. Aí o Rivalmir falou assim, eu não tenho condição, aí o Célio Poveda pegou e falou: Tião, você tem condição de ajudar? Aí eu falei assim eu tenho. Eu tenho porque eu não vou deixar os aluno lá sem água, banheiro não funcionando, aí você faz o orçamento, eu pago a metade. Aí ele falou: a parte de encanamento? Eu falei eu dou. E a mão de obra? Eu faço? Aí eu tinha um F 4000, falou, pode encostar lá na loja, pode pegar madeira, pode pegar

as caixa. Aí eu vi lá que o trem ficava muito feio, eu peguei e só instalei uma caixa de mil litro, e instalei uma boia automática, uma bomba boa, tirei do meu bolso, instalei.

Vanessa: Nossa, o senhor ajudou então bastante ali na escola.

Sebastião: E, vou te falar, eu não media esforço. Aí eu peguei sobrou uma caixa d'água, aí eu fui no Rivalmir, no Celio Poveda, falei: o Célio coloquei só uma caixa lá, tá nota dez. Coloquei a boia automática, uma bomba boa, ainda ele falou você: Tião você é fuçado né? Eu falei: não, comigo não tem enrosco não. Aí eu falei: a caixa sobrou lá. Ele falou mas mexer com gente boa é coisa boa. É outra coisa, posso buscar ela? Pra doar pra Montese? Falei, você dá pra quem você quiser, tá resolvido o problema. Até hoje a caixa está aí.

Vanessa: Olha só. E aí seu Sebastião e os professor? Porque no começo os padre que contratava, né? E depois quando foi o município, era o município que chamava ou era mais pessoas dali mesmo?

Sebastião: Não, não, os diretores que se encarregava né?

Vanessa: Ah, era os diretores.

Sebastião: É eles se encarregavam.

Vanessa: E na época do estado também?

Sebastião: É, até eu, tinha muito professor de Itaporã, quando chovia, não ia o ônibus buscar eles, eu tinha que trazer eles de noite. De cedo eles não ia, aí a Marlene ligava pra mim, Tião, pelo amor de Deus, vem buscar. Vinha na carroceria da caminhonete os professor.

Vanessa: E o senhor buscava e levava.

Sebastião: Buscava e levava, ó, menina, eu não media esforço. Naquela época ia o Paulinho da loja, vinha um tal de Antônio, vinha o Dogmar, a Mazinha, a Marlene já morava em Itaporã, ela ia também.

Vanessa: E na época dos padres os professor morava ali ou não?

Sebastião: Não.

Vanessa: Também ia.

Sebastião: Tudo. Era tudo de fora. Tudo de fora.

Vanessa: Ai de fora.

Sebastião: Só a Marlene que morou um tempo, mas antes dela ser diretora.

Vanessa: E assim, a escola e aí tinha desfile, tinha apresentação, tinha formatura.

Sebastião: Tinha, tudo.

Vanessa: É, e aí a comunidade participava?

Sebastião: Participava, ih eles fazia lá o desfile.

Vanessa: Toda comunidade.

Sebastião: Toda, era uma coisa de louco.

Vanessa: Os pais ajudavam participavam?

Sebastião: Tudo, não, lá é, nessas parte aí, os pai era bom. E só não era em coisa grossa que nem eu participava, mas, de festa era.

Vanessa: Mas, de tá presente nas reuniões?

Sebastião: Tava

Vanessa: Não tinha ninguém que era contra não.

Sebastião: Não, não, não.

Vanessa: E assim, como que o senhor pode me falar? A escola então, ela começou pequenininha e foi desenvolvendo e foi... Que visão o senhor tem dela? Uma escola que foi boa, uma escola que ajudou muita gente, como que o senhor vê essa escola?

Sebastião: É, ela ajudou muita gente e todo mundo admirava. Os aluno lá do... da, da, da escola lá do Bairro era os aluno mais educado e mais inteligente.

Vanessa: E era uma forma de ensino diferente?

Sebastião: Era, era que eles era bruto, né? Eles não dava moleza igual agora.

Vanessa: Hum, isso na época dos padre ou não, sempre.

Sebastião: É, sempre.

Vanessa: Sempre foi rígido?

Sebastião: Foi. Eles era rígido, e pegava doído. E eu com idade de de dezessete ano eu estudava, o professor quebrou uma régua na minha cabeça. E tem que ficar atento.

Vanessa: Tinha, né? Tinha que aceitar, né? Pois é. E ela (a escola) então, ela teve essas mudanças. Mudança que o senhor sabe dela foi de passar dos padres pro município, do município pro estado. Foram essas mudanças que aconteceu na escola?

Sebastião: Sim

Vanessa: E assim, o senhor fala, por que que então a escola fechou? Foi só por falta de alunos?

Sebastião: Falta de aluno. E eu concordava. Uai porque pouco aluno Cristo.

Vanessa: E por que que não tinha mais alunos seu Sebastião?

Sebastião: Maioria ficou só os velhos no sítio.

Vanessa: Foram embora.

Sebastião: Foram formando e se mudando pra cidade. Criou a família na cidade, permaneceu na cidade.

Vanessa: Ah e aí faltou aluno.

Sebastião: É, e aí não tinha porque nem eu mesmo. Eu arrumei quatro filhos, formou um pouco lá e um pouco aqui e pronto. Igual os Betoni, os filhos foi tudo desse jeito, porque trabalhar na na na mão era difícil, espierrava pra cidade atrás de emprego. Ali eles criava a família e os filho ficava na cidade, Itaporã Dourados.

Vanessa: E quando vocês mudaram pra lá seu Sebastião que aí, vocês plantavam café?

Sebastião: Foi plantado café.

Vanessa: É a lavoura era de café.

Sebastião: Tudo de café.

Vanessa: E aí o pai do senhor veio pra pra conseguir a terra trabalhando de ameia com o outro?

Sebastião: Não. Ele tocava de ameia em São Paulo. Aí como a nossa família era muito grande, nós era em nove irmão homem. Aí formemo o sítio tudinho, vinte e oito mil pé de café. E o finado pai dividiu, tanto mil pé pra um, tanto mil pé pra outro, tanto mil pra outro e dava uma rendinha pra ele. E aí tudo adquiriu sítio. Aí vocês cada um conseguiu um. Tudo tinha um pedaço de terra.

Vanessa: Então o pai do senhor veio de São Paulo né?

Sebastião: É porque ele era já mexia com o café.

Vanessa: E lá ele já plantava café.

Sebastião: Já plantava.

Vanessa: Aí ele conseguiu assim.

Sebastião: É, aí ele veio plantar aqui no que é dele.

Vanessa: Aham, ele queria o pedacinho de terra dele.

Sebastião: E ele falava, o meu sonho é ter um pedaço de terra pra mim.

Vanessa: E aí ele conseguiu e foi comprando mais e aí ele...

Sebastião: Não, comprou aquele lá, o sítio nosso de quarenta e sete hectare.

Vanessa: ah, o sítio com a posse.

Sebastião: Comprou a posse, quarenta e sete hectares e criou e terminou de criar família ali e a família tudo fez o pé de meia dali. Dali foi comprando cada um o seu, aí como eu sou o caçula eu permaneci na família, aí morreu a mãe, morreu o pai e eu comprei as partes dos irmão, hoje eu estou no sítio sozinho.

Vanessa: Ah, é o sítio que o senhor mora.

Sebastião: É, aí eu fui comprando. Os irmão vou vender, porque dezoito alqueires dividir, aí já só tinha doze vivo, dividir pra doze dá uma merrequinha. E eu fiquei quieto no ninho, Tião quero vender o sítio, meu pedacinho de terra, quer que, quanto você quer? Era duas palavras: está feito, nunca pechinchei um cruzeiro e também nunca insisti pra vender. Eu esperava eles oferecer. Tô lá até hoje.

Vanessa: E quando eles construíram a escola, a primeira não é no mesmo lugar que está a de hoje?

Sebastião: Mesmo lugar.

Vanessa: É naquele lugar?

Sebastião: Naquele lugar.

Vanessa: Então aquela salinha pequeninha, depois foi outra maiorzinha e depois foi a de material?

Sebastião: Tem a piquitita que era de madeira pertinho da igreja. Aí construiu de lado aquela casinha velha, que até uma vez parou um professor lá que era solteiro.

Aí construiu a dos padre, construiu a de madeira que era do tipo de um L.

Vanessa: Que foi a escola.

Sebastião: É, aí quando foi construída a de material aí já fez mais de lado e desmanchou a outra.

Vanessa: Ah, mas sempre foi ali mesmo.

Sebastião: É, primeiro construía, depois destruía.

Vanessa: E assim, o senhor quer me falar alguma coisa, que o senhor lembra, que o senhor acha importante lá da época da escola ou o senhor acha que o senhor já me contou tudo? Tem alguma coisa que o senhor falar? Alguma coisa que o senhor fala: ah você não perguntou isso, eu vou te contar. Tem alguma coisa assim ou não? O que o senhor sabe é isso mesmo? Porque de repente eu não pergunto, né? E aí acaba passando.

Sebastião: O que eu achei importante ali é que sempre me procuraram.

Vanessa: O senhor sempre participou.

Sebastião: É e ele já vinha com a conversa: pedi pra fulano, fulano não deu, chamei pra fulano, fulano não veio, eu nunca tinha... falava vamos embora.

Vanessa: E toda vez que vieram pra fechar a escola que o senhor foi atrás conseguiu que ela permanecesse.

Sebastião: Consegui, ela fechou depois que eu não tinha mais aluno,

Vanessa: E aí tinha os funcionários na escola e trabalhava assim, é igual hoje, recebia o salário, era convocado, contratado, esses funcionários, merendeira?

Sebastião: Essa parte aí eu não sei como é que era os pagamento.

Vanessa: Mas, quem que arrumava? O senhor não sabe também?

Sebastião: Também não.

Vanessa: Quem chamava pra trabalhar.

Sebastião: Eu não perguntava da vida deles. Quem está pagando, se está pagando direito, só que durante o tempo que eu participei da escola eu nunca vi reclamar que estava com o pagamento atrasado e que o salário estava pouco. Porque agora tudo reclama do salário, lá você só via eles trabalhar animado.

Vanessa: Então o pessoal da escola era participativo?

Sebastião: Era, nós era.

Vanessa: Era um pessoal assim que gostava de trabalhar ali?

Sebastião: Pegava a responsabilidade e fazia com gosto.

Vanessa: E os alunos seu Sebastião, era alunos bom que não faltava na aula também?

Sebastião: Isso aí também, porque os véio era muito exigente né, (incompreensível).

Vanessa: E as crianças participavam.

Sebastião: É, não nunquinha, não tinha boca não.

Sebastião: E teve dois, dois professor que eles contrataram, aí não tinha onde ficar. Moraram lá em casa também dois anos. Também era a mesma coisa, comia, bebia, minha mãe e minhas irmã lavava roupa, não cobrava nada.

Vanessa: Ficava na casa

Sebastião: Porque aí arrumava o professor, mas é de longe.

Vanessa: Não tinha como ele está indo e voltando.

Sebastião: É, aí lá nós falava vem aqui pra casa. Aqui tem lugar pra acomodar.

Vanessa: Isso é na época que o senhor era solteiro.

Sebastião: Era na época era solteiro.

Vanessa: E aí eles ficavam na casa do senhor.

Sebastião: Ficava lá em casa. Teve dois professor que se alojou lá em casa e os padres.

Vanessa: E teve assim seu Sebastião, algum conflito lá na época da escola, alguma coisa assim, algum questionamento que que o senhor... marcou a história pro senhor ou não? **Sebastião:** Não, não, não. Da escola não?

Vanessa: É. Não teve assim nenhum pai, nem nada de político, nem ninguém. Ninguém que veio de fora querendo mandar ou fazer alguma coisa ali nessa escola?

Sebastião: Não, isso aí não né. Não tem o que reclamar.

Vanessa: É, foi tudo bem a história dela?

Sebastião: Eles via que a gente estava trabalhando com, de coração, então não se envolvia.

Vanessa: Então, o desenvolvimento da escola não teve nenhum problema, foi tudo bem.

Sebastião: Eu, em si, na minha pessoa, eu olhava de de de, eu assim, que tinha muito que se acomodava porque sabia que eu não dava a moleza.

Vanessa: Hum entendi.

Sebastião: Então talvez até ficar quieto, não falava nada.

Vanessa: Deixava acontecer.

Sebastião: É

Vanessa: Certo. Entendi.

Sebastião: Aí eu não queria deixar a coisa atrasada eu tocava pra frente.

Vanessa: Aí o senhor ia lá e brigava pra conseguir que permanecesse a escola.

Sebastião: Para as Irmãs fazer ali, elas tinha que ter a terra delas também, que aí elas conseguia verba diferente dos padre. Aí construiu lá. Aí foi que a escola começou perrengar e aí as Irmã tem lá um um preparo delas que elas tem que ficar em lugar um lugar novo, lugar aberto e ali então já considerava que nem na cidade, elas não podia ficar ali. Aí foi onde que elas pararam de dar aula, passou só pra professor do do estado e ela saiu. Aí elas ponharam a a a terra em venda. A terra e a casa, aí a primeira preferenciada era a Marlene, o segundo era eu. E tinha um irmão que era um sonho dele comprar aquilo, aí elas punharam a terra em venda.

Aí a Marlene falou Tião eu não aguento, aí eu falei: Marlene eu vou comprar essa pega? Porque aí se tiver professor tudo a casa aqui o cômodo é grande e eles aloja aqui. Aí a Marlene falou, você tem coragem de fazer isso Tião? Eu falei: eu tenho e tenho dinheiro. Eu vou comprar essa pega, aí o meu irmão Eduardo foi pra comprar, ele era meio atrapalhador, aí as Irmã falou, não, quem está de preferência é o Tião Rebeque. Ele baixou em Campo Grande pra falar com o chefão dos padre.

Aí o chefão falou: mas como que as Irmã vai vender uma coisa que nós demo pra ela? Se não serve mais pra elas, elas tem que devolver pros padre e não vender. Aí vieram aí, quebraram o pau, elas não gosta de rolo.

Vanessa: Aí não vendeu.

Sebastião: Aí devolveu pros padre.

Vanessa: Ah e daí elas doaram pros padre.

Sebastião: Doou de volta.

Vanessa: Porque elas iam embora.

Sebastião: E aí ia embora. Já tinha ido.

Vanessa: Ah, que dó.

Sebastião: Aí, eu minha ideia era comprar pra dar agasalho pros pros professor. Eu achei que eu fosse comprar essa terra aí. Aí o Eduardo que estava interessado pra ele morar, aí ele estragou o negócio. Aí os padre falou como? Na realidade elas estava errada, porque se ela ganhou dos padre, elas tem que comunicar: ó nós estamos indo embora.

Vanessa: É, não vender, né? Assim sem falar, né?

Sebastião: Mas se elas falavam de vender? Aí o padre fala não, nós demos porque agora vocês vão vender? Aí foi o que fizeram. Aí devolveu a terra.

Vanessa: Ah, então é dos padre mesmo.

Sebastião: É, eu falei, aí a Marlene comentou: mas Tião que barbaridade. Eu falei: eu não estou nem aí, e o que é pra mim é pra mim, se não é pra mim, não é pra mim.

Vanessa: Não vai ser. É verdade.

Sebastião: E eu acho até bom, porque podia ser que eu estava arrumando um problema pra mim. Que aí podia ficar político pros padre, serve pro mal, serve pra bem.

Vanessa: É, é verdade.

Sebastião: Tudo era comigo, precisava de viagem, precisava duma coisa, precisava duma outra, tudo era o Tião, Tião, Tião faz isso, Tião busca isso pra nós. O Tião vai no se o que, que elas não tinham carro.

Vanessa: E também sabia que o senhor ajudava, que não se negava né?

Sebastião: É elas sabiam. Aí já vinha o recadinho dos guri: as Irmã pai disse que é para o senhor fazer isso e isso lá, pai as Irmã falou que é pro senhor ir lá que quebrou uma telha e tá caindo água lá. Eu vou lá.

Vanessa: O senhor estudou com as Irmãs?

Sebastião: E eu não cheguei a estudar com ela.

Vanessa: Não, chegou a estudar com elas? Foi antes?

Sebastião: Não, foi antes, lá pra trás

Vanessa: Ah, depois que foi as Irmãs

Sebastião: Mas, beleza.

Em relação a construção da escola

Sebastião: É, porque o Severino pegou a empreita pra levantar, pelo estado.

Vanessa: Essa de material?

Sebastião: É. Aí ele precisava de gente, aí eu estava parado, eu ia lá ganhar meus troco.

Vanessa: Aí o senhor ajudou a construir a escola

Sebastião: É, servente de pedreiro, servente de carpinteiro, eu cortava tábua eu assentava tijolo também.

Vanessa: Está vendo? Então o senhor participou de tudo lá da escola.

Sebastião: Ah, eu era xereta.

Vanessa: Não, mas não é não. É participativo né?

Sebastião: Ele sabia que eu estava parado e já vinha, (incompreensível), Tião tem um serviço lá. Mas, amanhã eu estou no toco.

Vanessa: Olha aí. Está certo.

Sebastião: Então participei.

Vanessa: Então o senhor participou desde a criação até na hora que fechou.

Sebastião: Até a construção da igreja, quanto que eu trabalhei naquela igreja. Só que a igreja eu trabalhava de graça. A igreja eu não cobrava.

Vanessa: Aham! Entendi.

Sebastião: Aí naquela época eu já tinha trator, eu puxava a pedra, puxava cascalho, eu buscava em Itaporã. Não cobrava nada.

Sebastião: Sempre ativo seu Sebastião.

Vanessa: Ah, mas que bom!

Sobre os professores:

Vanessa: Tá então o primeiro...

Sebastião: Primeiro tudo foi Iracema, depois a Rita, a Rita e minha irmã Lourdes davam uma ajudada também. Aí depois foi um tal de Natanael. Aí depois que passou pro Ismar, aí depois que foi o Reinaldo. Depois do Ismar foi o Reinaldo.

Vanessa: Ah entendi. aí o seu Ismar, é... me fala. Acho que... que não quem foi que me falou que ele meio que ajudava a cuidar, a organizar a escola ou não? Ele era só professor? **Sebastião:** Só professor.

Vanessa: Ah ele era só professor.

Sebastião: Aí um ano que ele foi professor ele era solteiro ele morava lá em casa também.

Vanessa: Ah, ele morava lá com o senhor.

Sebastião: Lá, ele alojava, ele alojou lá na nossa casa, minhas irmãs lavava roupa e tudo.

Entrevista realizada com a Sra. Marlene Barbosa Sampaio

Data: 18 de maio de 2022 - Horário: 08h30min. Itaporã-MS

Marlene: A escola começou com o nome São Francisco, escola São Francisco do baixo sardinha. Ela era mantida no início com verbas federal, ela foi criada, incentivada ou motivada, não sei como falar, pelo frei Antonino (tem que ver o sobrenome dele), ele foi o criador e fundador dessa escola.

Vanessa: Mas na época dona Marlene, a senhora já morava por aqui?

Marlene: Não eu não morava lá, é a história que eu tenho conhecimento, era uma sala só multisseriada.

Vanessa: Os padres que foram pra lá?

Marlene: Os padres que moraram lá e viram a necessidade de ter uma escola lá.

Vanessa: Eram poucas pessoas que tinham por ali?

Marlene: Era só mais a comunidade mesmo, que participava.

Vanessa: Eles não tinham condições de estudar em outro lugar?

Marlene: É tá, aí depois desse período, segundo relato né, a escola passou a ser estadual, que de primeiro era fácil, os deputados né, era mantida pelo estado, aí já tinha professores diferentes né. Em 1967, as Irmãs Catequistas Franciscanas foram morar no bairro São Francisco, lote dos padres.

Vanessa: Esse frei, ele que fez uma escolinha pro povo?

Marlene: É, era uma sala lá que eles improvisavam.

Vanessa: E ali dava aula? E as Irmãs foram pra ajudar?

Marlene: As Irmãs foram convocadas, porque o número de alunos estava crescendo né e precisava e elas foram e já começou o ensino da primeira à quarta série. Depois disto a escola foi crescendo e as séries chegaram até o ensino fundamental.

Vanessa: Até a oitava série?

Marlene: Até a oitava série, ou melhor até..., de primeiro tinha-se o quinto ano lá né, era preparação para o ir para o ginásio, aí depois, é até a oitava série.

Em 68 mesmo foi que eu conheci de fato a escola, eu fui morar interna com as Irmãs, lá no bairro São Francisco.

Vanessa: Então a senhora conheceu através das Irmãs?

Marlene: Eu fui através das Irmãs, é, na verdade eu ia ser freira, mas não deu certo. Aí eu morava com elas e em 68 mesmo eu comecei a dar aula para a primeira série.

Vanessa: A senhora foi morar com elas e já começou...

Marlene: Aí, de manhã eu trabalhava com elas né, na casa, a tarde eu assumi como se hoje fosse a pré-escola, não tem as...

Vanessa: O prezinho?

Marlene: Não, não tem aquelas pessoas que ajuda lá.

Vanessa: A auxiliar?

Marlene: A auxiliar, eu ia auxiliar aquela escola, porque as salas de aula daquela época era quarenta, trinta, quarenta e três que era uma única sala, da primeira série né. Então eu tava auxiliando, em 68 eu comecei auxiliar. Então, aí depois disso, eu passei a ser professora. Não era formada ainda, mas naquela época ainda tudo se podia, né. Nossa e, e também naquela época Vanessa tinha o primeiro ano A, B e C, tinha que passar por essa... por esse processo.

Vanessa: Ah, era etapas então?

Marlene: Etapas. A primeira série era composta de três anos. Quando meus alunos, ou os alunos saiam desse processo eles sabia, dividir, as quatro operações, ele conhecia toda a história do Brasil.

Vanessa: Mas, então ia aumentando, aprofundando aquele estudo?

Marlene: Aprofundando, não, na primeira série mesmo, primeiro ano A era um estilo que a gente ia ensinando né, um processo. Aí passava pro B ia aumentando o conhecimento, é como

fosse oxítona, paroxítona e aí vai separar sílabas tudo essas coisas tinha que ensinar na época. Então quando ele ia para o segundo ano, segunda série que era naquela época né, ele conhecia tudo isso, por isso que quando chegava a quarta série, eu lembro que a quarta série em 68 era composta de homens, com seus dezessete anos, que ele já entrava velhos na escola e depois passava por todo esse processo, era homens de dezessete anos que tava na quarta série. Já entrava com seus nove anos na primeira série, tinha todo esse processo, quando eles chegavam na quarta série, eles já eram adultos. Eu lembro que a sala mesmo que o José estudava (esposo), tinha uns cinco rapazes. Era bem assim, não tinha moleque lá não, era tudo homem mesmo.

Vanessa: A senhora dava aula pra essa turma toda?

Marlene: Não, aí eu trabalhei dez anos no Bairro São Francisco com a primeira série inicial, no início era esse processo, depois passou, porque vem os estudos, as grades curriculares, vai mudando tudo. No final já era um ano mesmo.

Marlene: Em 1976, não sei se vai ser verídico isso daí né, mas eu vou mostrar pra você através da lei, do papel, a escola é novamente do estado, porque tinha voltado pro município e era assim muitas mudanças e voltou a ser escola estadual, aí fizeram um erro lá nessa época e colocaram Francisco de Assis, que era, nessa época passou a ser Francisco de Assis, porque era São Francisco.

Vanessa: Na época das Irmãs era São Francisco?

Marlene: São Francisco antes dela passar, quando ela passou definitivamente para o estado, o estado lá tirou o São acho que de propósito e ficou Francisco de Assis que parece o nome de uma pessoa né, mas é o nome de São Francisco e nessa época ela já tinha o ensino fundamental completo.

Vanessa: Aí então, a senhora trabalhou lá com as Irmãs e depois já pro estado?

Marlene: É, no próprio município, como professora municipal eu já comecei sendo auxiliar da sala e já comecei como professora municipal.

Vanessa: Depois das Irmãs passou pro município e depois pro estado?

Marlene: Pro estado! Era assim ficava dependendo do prefeito, dependendo e ficava... Agora nesse último ano foi definitivamente, para o estado.

Nessa escola também Vanessa, no início quando... ela era muito...famosa, como diz o outro, nós recebíamos alunos de Montese, Santa Terezinha, da Malária, de Piraporã.

Vanessa: E tinha escolas nesses outros lugares?

Marlene: Na malária tinha uma escolinha, mas o povo vinha a cavalo de lá pra cá gente. O João Belmiro mesmo, nós tínhamos alunos da Caramba aqui (Se referindo a uma fazenda muito distante). Mas aí, as outras escolas foi melhorando e aí foi diminuindo o número de alunos.

Vanessa: E porque que ela fechou?

Marlene: Foi por falta de alunos mesmo, nós chegamos a quatrocentos e poucos alunos no início. Era muita criança, muita criança né.

Vanessa: Quando a senhora foi pra lá, ainda não tinha sido construída aquela escola?

Marlene: Não, era só duas salas.

Vanessa: E era na igreja?

Marlene: Não, quando eu fui pra lá, já tinha, em 68.

Em 68 que eu fui pra lá, tinha uma sala de aula, duas salas de aula, já construída com verbas...era os deputados que davam essas verbas né, já tinha isso aí. Aí construíram a casa das Irmãs da direção da escola, aí vinha a casa delas ali de madeira, não sei se você conheceu ainda, ali tinha uma casarona de madeira né, aí era a casa das Irmãs né, depois tinha uma sala, tinha a secretaria no meio e mais outra sala. Tinha isso.

Quando construiu aquela de alvenaria, já foi bem agora, bem depois.

Era de madeira e as atividades religiosas, qualquer coisa que tinha naquela época, era tudo na igreja, que a igreja também ficava assim ao lado, onde é a igreja até hoje.

Vanessa: Então eram duas salas e esses alunos estudavam juntos? Era multisseriada?

Marlene: Tudo era multisseriada, aí só nos primeiros anos sim, depois já passou a ser por série. Quem tava com a primeira série, igual no meu caso, eu fiquei, acho que uns três, quatro anos dando aula, porque as vezes tinha um aluno do segundo ano, três da terceira série, então pra não dizer que não ia aceitar, colocava, aí a gente tinha que dar, todo o conteúdo, dessas três séries, menos a quarta série, nunca entrou em série multisseriada, sempre foi a sozinha, mas a primeira, segunda e terceira, ela entrava ali. A gente tinha as vezes, alunos da terceira série e tinha aluno da segunda série e primeira série. Aí depois tiveram o cuidado de separar a primeira série, aí ficou segundo e terceira as vezes sendo multisseriada. Então sempre teve aquele remanejamento né, a Irmã ia vendo o que ela podia fazer, o que era melhor de acordo com a reclamação dos professores né.

Vanessa: Os alunos dali eram filhos dos agricultores?

Marlene: Tudo dali, da região, porque tinha muito, naquele tempo falava “meieiros”, que trabalhavam de ameia, tinha quatro olarias.

Vanessa: Então tinha o dono e tinha as pessoas que trabalhavam para esse dono que dividiam o lucro, era isso?

Marlene: É. No bairro mesmo, ele tinha 20 famílias que trabalhavam, eram meieiros, trabalhavam de ameia, que não eram empregados, mas eram meieiros e nem eram os donos da terra. E os alunos eram ali daquela região e a gente recebia de fora também, era uma quantidade... vamos supor uns 30 por cento era de fora, e o resto ali da região, mas tinha muita família ali. No domingo, na missa, nossa, a igreja ficava lotada, tinha uma época que veio muito mineiro de Minas e aí a gente perguntava tinha muita gente na missa?

- Tava cheia de mineiros.

Vanessa: Então quem decidiu criar a escola foi...

Marlene: Quem decidiu criar a escola foi os padres franciscanos.

Vanessa: A senhora teve algum familiar que participou da criação da escola?

Marlene: Não, da criação não, mas que trabalhou na escola, eu tive a minha mãe, trabalhou como merendeira, ela era merendeira na época, trabalhou muitos anos lá.

Vanessa: A senhora foi auxiliar, professora e...

Marlene: Eu fui agente administrativo, que eles falam né, eu fui professora primeiro, eu trabalhei dez anos na sala de aula, depois eu fui pra secretaria, que eu tinha um sonho ser secretária, parecia que era o cargo mais bonito, aí, eu fui agente administrativo que é abaixo da secretária, e depois eu fui secretária e cheguei à direção da escola.

Vanessa: A senhora ficou como secretaria quantos anos?

Marlene: Olha, exatamente eu não sei, mas eu acredito que uns dez anos, aí eu passei a ser diretora e fiquei mais uns dez anos.

Vanessa: E para ser diretora na época, como que funcionava?

Marlene: Pra ser diretora era uma indicação, porque diretor, sempre foi indicado, na época tinha que ter o aval do agente da educação lá, que foi o professor Idenor Machado na época.

Eu fui agente da... eu fui chefe de núcleo, ele era Chefe da Agência Regional da Educação, mas parece que ele chamava agente, mas é isso aí. Mas era indicado pelo secretário estadual, não regional de Dourados. O professor Idenor Machado na época baixou uma portaria me designando a ser diretora, eu, na época não tinha administração, depois que fui fazendo. Durante meu trabalho eu fiz administração, porque aí eu era diretora e entendia que eu tinha que ter administração, mas a administração não tem concurso é indicação, aí eu fiz orientação, na verdade eu me aposentei como orientadora educacional.

Vanessa: Era uma faculdade orientação?

Marlene: Não, você faz pedagogia com especialização em orientação, eu fiz com habilitação em administração e orientação, tive que fazer, é um semestre.

Vanessa: Ah entendi!

Marlene: Aí, quando terminei, já aposentei. Ah! Deus foi tão bom pra mim, eu fiz tudo isso, fiz pedagogia, depois eu fiz dois semestres me especializando, depois veio o concurso e eu passei e depois veio a aposentadoria.

Vanessa: Que maravilha, que ótimo!

Marlene: No final da... é que a gente no início... a gente não pensava muito em estudar né?

Na verdade, eu estudei porque eu sabia que era necessário para o meu trabalho, porque me dava mais conhecimento né, e aí a gente vai participando das reuniões e você vai sentindo que você tem que ser alguém.

Vanessa: É Verdade

Marlene: E eu nunca sofri, assim... porque... Deixa eu contar uma história pra você, que acho que não vai fazer parte disso aí não.

Vanessa: Mas, pode falar (risos)

Marlene: Eu fui... Entrei de férias, a direção entrou de férias e não tinha ninguém que substituísse a direção. Aí ela falou: Marlene, você não fica? E eu falei: fico. Porque eu nunca fui de falar: ah! eu não sei, eu nunca falei que eu não sabia. Eu não sabia datilografia, eu era agente nessa época. Mas, eu fui numa reunião de lotação e eu peguei os mapas...

Vanessa: Se virou...

Marlene: O Milton Menani, que era secretário, é meu amigo e eu vim aqui e ele bateu pra mim. E eu fiquei assim ó, catando milho naquela máquina, e comecei a minha vida assim, sabe eu...

Mas, nunca tive assim, medo de enfrentar né.

Não, não tive, mesmo que eu tinha dúvida, que eu não tinha conhecimento, mas eu falei: eu vou estudar e vou aprender. Ia lá e tentava

Vanessa: E consegui né dona Marlene, porque eu lembro da senhora como diretora, eu tinha uma admiração pela senhora!

Marlene: Então Vanessa, eu lembro quando eu comecei a fazer pedagogia eu tinha 35 anos.

Então, naquela época, porque depois que eu tava lá eu fiz o secretariado, eu fiz o magistério para professores leigos, eles chamam o curso Projeto Logo II, o povo não valorizava o ensino, mas gente, pensa o que eu aprendi naquele projeto.

Vanessa: Só foi estudando e se aperfeiçoando...

Marlene: Todo sábado, eu ia fazer uma prova, eu tinha que tirar 8,0, então, o livro era composto de 80...é...

É... era composto de 240 provas.

Vanessa: Nossa...

Marlene: Eu tinha de fazer todas e tirar 8,0. Olha eu estudei, eu sofri viu, assim no estudo.

Vanessa: E a senhora ficou como diretora lá quanto tempo? Até que ano?

Marlene: É mais ou menos uns 10 anos. É, até o ano... Aí... 78... Ai menina, eu, essas datinhas mais recentes, eu acabo esquecendo. Aí de lá o que que aconteceu comigo? Aí houve uma eleição pra agente do núcleo.

(Chegou o neto)

Marlene: Aí eu saí do bairro São Francisco e vim assumir a Agência de Educação de Itaporã.

Vanessa: Olha só, não parou mesmo ein!

Marlene: Foi um pulo muito grande!

Vanessa: Então a senhora deixou de ser diretora lá pra vir assumir aqui?

Marlene: Pra vim aqui na cidade assumir a Agência.

Vanessa: Hum, entendi!

Marlene: Aí eu... faltava... Eu fiquei 5 anos na Agência, eu aposentei. Então eu saí lá do bairro... eu fiquei 25 anos no Bairro.

Vanessa: Nossa, e a senhora veio pra cá pra assumir esse trabalho?

Marlene: Aí eu assumi a agência, trabalhei mais 5 anos, completou os 30 anos pra aposentar.

Vanessa: E a Agência, como era o nome?

Marlene: Agência Regional de Educação de Itaporã, chamava Aren. E aí era chefe do núcleo que falava né

Vanessa: E aí, antes da senhora ser diretora, quem que era dona Marlene?

Marlene: Han?

Vanessa: A senhora lembra quem que era diretora antes da senhora?

Marlene: Aí eu não entendi!

Vanessa: A diretora antes da senhora

Marlene: As Irmãs

Vanessa: Era as Irmãs? Então, depois das Irmãs foi a senhora, não teve ninguém?

Marlene: Aí depois de mim lá, assumiu a Margarida Cornélio Angélico. Quando eu estava lá, gente, mas nós fizemos tanta coisa pra aquela escola não fechar, eu fui em Campo Grande, acho que umas três ou quatro vezes, conversar com o secretário para não fechar.

Vanessa: Sempre lutou então para manter a escola.

Marlene: Sempre lutei, porque eles faziam aqueles projetos bonitos: Aonde tem dois ou três crianças sem estudar, vamos levar a escola e eu falei pro secretário: Hein vocês montam um projeto e agora vocês querem fechar uma escola com cento e poucos alunos? Ah! mais não fechou, não fechou, aí o Agente de Educação de Dourados, ele tava lá e já saiu certo de que ia fechar e eu certa de que não ia fechar, era uma briga sabe?

Aí quando, depois que aconteceu, aí eu vi que a prefeitura também tava a favor que fechasse, porque tava assim: aí o estado queria jogar para o município. Fechou por causa disso, ela de estadual ia voltar a ser municipal, porque era zona rural.

Vanessa: O estado não queria manter?

Marlene: Não queria manter, aí, a prefeitura tinha que manter, ahhh! a prefeitura fez tudo para não manter.

Vanessa: Ah, então no caso o estado, por ser poucos alunos, não queria mais a responsabilidade?

Marlene: Não queria mais manter, é, a manutenção ficava caro mesmo.

Vanessa: E a prefeitura também não assumiu?

Marlene: E a prefeitura não. Secretário, todo mundo: - Ah! Marlene, você tem que entender. Ainda bem, que eu não tava lá, que eu não sofri demais.

Vanessa: É, não participou diretamente?

Marlene: Não, diretamente não. O que a associação de pais e mestres trabalhou naquela escola, não só nesse momento, em todo momento, era uma associação, é APM que eles falam, era uma associação ativa, nossa...

Vanessa: Os pais eram participativos ali?

Marlene: Todos, todos, você fazia uma reunião, os pais tavam presentes, os pais davam a vida por aquela escola.

Vanessa: E tinha colaboração deles? ajuda, alguma coisa?

Marlene: Tinha, nós fazíamos festa para a escola, festa dava mais que para a igreja.

Vanessa: Nossa! Todo mundo, a comunidade, ajudava?

Marlene: Nos tinha uma taxinha que pagava mensalmente para ter um dinheirinho né. É, não sabia o que era dificuldade né, não sabia. Nunca na minha gestão, eu cheguei um dia lá e falei: - Gente, oh! Não tem merenda, não tem isso, não tem aquilo né.

Vanessa: Sempre tinha?

Marlene: Em todo lugar que você trabalha Vanessa, sempre tem alguém que tem maldade no coração né. Uma vez aconteceu um episódio. Uma mãe, é, uma família, mas, é a mãe. A mãe que conduziu, mas deu tudo certo. As Irmãs ficaram muito chateadas né, porque onde já se viu, uma falta de respeito né.

Vanessa: Mas, porque essa mãe...

Marlene: Essa aí, foi assim... Um menino, estava com diarreia, mas nem a direção sabia, ninguém sabia. Nessa época era a Irmã Maria Fackin, que era a diretora, então, ela foi a última diretora lá, das religiosas. Ele foi lá no banheiro (o menino), fez as necessidades dele, mas acho que fez sujeira na roupa, pegou na mão e o banheiro, não tinha papel higiênico, ninguém usava, nem na casa da gente tinha.

Vanessa: Não usava antigamente

Marlene: Aí, ele pegou, acho que não tinha onde limpar, ele passou a mão na parede tal né, e ele não tinha mãe, a mãe dele tinha morrido, aí a mãe lá se doeu, essa mãe, porque o menino não tinha mãe, ai menina, fez uma campanha de papel higiênico entre todos os pais. Ela não falou que estava fazendo desaforo né, aí chegou o trator, acho que uns 5 fardos de papel higiênico. Aí a Irmã recebeu, agradeceu, muito obrigado, mas não sabia a intenção, a maldade, o tamanho do pecado né.

Aí depois, veio um pai, lá da associação, o presidente, e perguntou pra Irmã o que aconteceu, aí ela falou que não tinha acontecido nada. Como, mas a senhora não está pedindo papel higiênico? E ela falou: - Eu não. Aí, ela foi tomar conhecimento né, ficou bem chato. Ficou chato pra ela que estava na direção né, mas gente, isso é um processo normal, ninguém... Aí foi tão bom, que daquele dia pra cá, não faltou mais papel higiênico. Quando acabava a escola já comprava, tem mal que vem para o bem.

Vanessa: É verdade!

Marlene: Foi um episódio chato, mas fez bem.

Vanessa: Então, deixa eu ver, é, o estado e o município e até mesmo outras pessoas tiveram participação na criação?

Vanessa: Então, quem criou foram os franciscanos, não foi o estado?

Marlene: É, não foi o estado, ela nasceu como uma escola particular.

Vanessa: Dos franciscanos?

Marlene: É os padres foi lá, os pais ajudavam pagar a professora da época, que se eu não me engano, foi a dona Iracema do Ivo Saborá, ela foi uma das primeiras professora lá. Hoje ela é falecida, mas se você for atrás ela foi uma das primeiras professoras.

Vanessa: Então a diretora foi a Irmã, a senhora e a Margarida. Foram três diretoras na época da escola?

Marlene: É, tinha na época, na escola, que o povo falava muito, era o professor, era professor e o responsável pela escola o Sr. Ismar, o povo falava que ele era bravo, bravo, bravo, mais bravo de que eu. O seu Ismar era muito famoso ali.

Vanessa: Então, o sr. Ismar, o Milton, a Feliciano me passou o número dele, eu vou tentar falar com ele.

Marlene: É, ele foi professor ali, e é que ele é tio dela, tio da Feliciano, a Mirene minha Irmã estudou com ele ainda. Aquele aluno que não fazia a tarefa tava ferrado com ele.

Vanessa: Ele era bravo então?

Marlene: Bravo, ele cobrava essa tarefa.

Vanessa: Ele era professor?

Marlene: Era professor e o responsável ali e a escola nessa época era estadual, porque era uma confusão de estado e município sabe.

Vanessa: Porque? O estado ajudava as Irmãs ou não?

Marlene: Elas já eram pagas pelo estado, porque a nossa diretora mesmo, na época, assim que a escola era estadual, era a dona Daguimar, que era a diretora de Montese.

Teve uma época que, a direção da escola do Bairro e de todas as escolinhas da região, elas pertenciam a Montese. Porque Montese era escola de primeiro grau, Escola Reunida de Primeiro Grau, eu não sei, devia ser Saldanha Derzi já, e a diretora era a Dona Daguimar.

Vanessa: E aí a escola do Lote...

Marlene: Só a papelzada, como diz o outro, que ela era responsável. Aí, nesse tempo era o sr. Ismar, o Severino Doreto aqui de Itaporã.

Vanessa: Então, quem respondia, era a diretora de Montese, pela escola do Bairro?

Marlene: É do bairro, todas as escolinhas ela mandava.

Vanessa: Então, por isso que tinha, a senhora falou no início antes da gente gravar, do baixo sardinha...

Marlene: Baixo Sardinha, é que lá no baixo sardinha também tinha a escola lá, do Miguel Moura, tinha escola, não sei da onde, tinha muitas escolas.

Vanessa: Aí começou a Escola Francisco de Assis do baixo Sardinha?

Marlene: Baixo Sardinha, porque ali ,era considerado Baixo Sardinha.

Vanessa: Que é o nome do lugar então?

Marlene: Do lugar.

Vanessa: Ah entendi!

Marlene: Sardinha, porque tem um corgo lá embaixo. Que passava ali, é o corgo sardinha né.

Vanessa: Ah entendi.

Marlene: Então, era isso, e a gente pertenceu uma época a Escola Reunidas de Montese. Pertenceu também outra época a escola Reunida de Itaporã, mas era tudo assim, de acordo com o ano vinha assim, mas quando as Irmãs vieram mesmo em 1968 elas assumiram a direção, isso tudo aconteceu antes de 68.

Vanessa: Ah entendi.

Marlene: Que a gente dependia de Montese, a papelada, no dia da lotação ia todo mundo pra Montese. Dia da lotação também ia todo mundo pra Itaporã, era o professor responsável na época.

Vanessa: E a senhora, quando a senhora trabalhava lá como diretora, já era o estado, a senhora já recebia pelo estado?

Marlene: Era o município, na época era o município.

Vanessa: Aí depois que foi o estado?

Marlene: Depois que passou para o estado.

Vanessa: A, eu lembro quando eu estudei lá era estado.

Marlene: Era o estado. As dificuldades, lá no Bairro, foi mais no final.

Vanessa: É? Durante o processo não teve muita dificuldade?

Marlene: Não, não teve né. É... no início nós, porque aqui a maioria, a maioria dos professores que hoje estão aqui na cidade, começaram no Bairro, tinha concursado de Dourados, tinha de Itaporã, eles iam pra lá.

Vanessa: E como que era a contratação lá Dona Marlene? Como que contratavam os professores lá?

Marlene: Eles... Quando esse povo ia pra lá era uma convocação, aí tinha um processo chamado 661.

Vanessa: Como que era esse processo?

Marlene: Era, só um convocado, não tinha vínculo com o estado.

Vanessa: Era só, alguém indicava?

Marlene: A lei protegia eles, dava direito pro próximo ano eles assumir uma sala de aula né. Até no final quando essa lei foi abolida eles podiam... eles contaram com o tempo de serviço né. Então ela foi reaproveitada. E muitos professores venderam esse tempo, só pra prejuízo.

E a dificuldade maior que surgiu na época, foi né, a falta de alunos, aí entraram com o processo de fechamento, grande questionamento pelos números de alunos e isso se deu com o êxodo rural, enquanto muitos se alegravam, mas o trator substituiu o homem, a mão de obra.

Vanessa: E eles começaram ir pra cidade?

Marlene: O êxodo rural foi uma das maiores dificuldades que eu sei, mas é, é isso aí, acabou tudo, porque não tinha mais trabalhador né, o trator veio e tá vindo agora pior ainda né. Agora que uma colhedeira faz um plantio em um... é uma coisa boa, mas na época foi o êxodo rural.

Vanessa: Porque isso substitui a pessoa e eles precisaram ir embora para procurar um meio de sobrevivência?

Marlene: É, então eu lembro que completava a oitava série ali e as vezes nem terminava e já tinha que sair.

Vanessa: Para trabalhar?

Marlene: Porque não tinha onde trabalhar.

Vanessa: Aí uma professora que fosse trabalhar lá. Alguém que chamava pra trabalhar ou ela tinha que fazer alguma prova?

Marlene: Não, elas iam pra lá, era carona pra ir, carona pra voltar, tinha dia que 5h da tarde elas tavam tudo de pé, naquele bolichinho da esquina lá, esperando uma carona e não tinha da escola.

Vanessa: Mas, elas levavam currículo e chamavam pra trabalhar?

Marlene: Elas chegavam lá e pegavam uma carona né e na época nós batalhamos para elas ter uma ajuda financeira né, mas era muito pouquinho, escola de difícil acesso, porque né. Olha Vanessa, foi tão... assim, e, a maior dificuldade era a localização nesse período e a falta de alunos, porque o êxodo rural foi o que levou todo mundo para a cidade.

Vanessa: É, assim, a verba o estado ajudava? Os pais ajudavam? Então a escola se mantinha muito bem?

Marlene: É, não, ela se mantinha, na época a prefeitura e o estado fornecia já a merenda escolar, teve uns processos financeiros também que vinham pra ajudar a escola que tinha uns nomes, é

hoje eu não me lembro muito, só me lembro... uns três assim, vinha um dinheiro e você tinha que gastar certinho né. Então, mas nós nunca tivemos dificuldades naquela escola, foi a falta de aluno e o êxodo rural levou.

Vanessa: E assim, a senhora percebeu ou viveu alguma coisa assim que a política influenciava muito ali ou não?

Marlene: No finalzinho...(pausa para falar com o esposo) o povo falava assim: quando o PMDB mandou (risos), porque ele mandou uma época né, aí houve uma pequena assim, mas é mais como supletivo e como mobral sabe porque aquilo eles podiam colocar.

Vanessa: Ah tá.

Marlene: E teve uma influência política é... Valdizar, eu lembro como hoje, sabe, nas últimas lotação, nós tinha elementos lá no Bairro, primeira vez que teve uma infiltração política. Anis Facker, que já morreu também. O Valdizar não morreu não, mas aí a gente tinha o funcionário, nos estava acostumado a fazer isso né, e ele chegou lá e falou assim: - Não, eu vim falar que nessas vagas aqui, fulano, fulano, fulano, vai entrar.

Vanessa: Prometeu a vaga pra outros.

Marlene: É, aí eu falei assim: mas a gente tem o elemento e ele falou: -Não Marlene, mas é que você não entendeu.

Aí eu fiquei...

Ele: mas nós temos gente pra por aí.

Aí os da casa ficaram e colocou gente de fora.

Vanessa: Entendi, isso já foi mais lá no final...

Marlene: Já, já no finalzinho já, eu tava na direção, isso foi mais no final já.

Nossa, aí os pais, nossa, e a gente não estava acostumada. E a gente acabava inflamando também isso aí, porque tava certo que umas entravam, que eram da comunidade e, não podia entrar mais, e aí falavam: quem tá fazendo isso?

E a gente já dizia o nome que não era pra dizer né. Teve gente que escapou de ganhar surra por ali sabe.

É e aí a gente ficava vendo e falava assim... (risos)

Na época a sinhazinha né, que era viva ainda, e eu gostava muito dela, mas eu fiquei com uma raiva desse Valdizar aí, e o deputado dele era o Anis Facker, outro mentiroso.

Vanessa: Que apoiava ele? (Anis apoiava o Valdizar?)

Marlene: Que apoiava e apoiava também, se a gente chegasse falar com ele:

- Não Marlene, eu sei, tudo bem, aí vinha com aquele papinho de político né, pra enrolar.

Eu na minha vida eu aprendi de tudo, uma vez... isso aí é até uma piada... Uma vez eu tava lá, porque, deputado, você vai conversar com todo respeito, é uma autoridade né.

Aí ele falou: - Marlene eu vou ligar pra Campo Grande pra resolver esse problema.

Aí eu lembro que ele tava falando, mas o dedo dele tava aqui na tecla do telefone, ele não tava falando com ninguém, ele tava falando só pra mim.

Vanessa: Tentando enganar, porque não enganou não.

Marlene: Não, não enganou, porque eu vi o dedo dele. Aí na hora eu num... e eu fiquei imaginando: mas, gente, aquela tecla tava abaixada, ele não tava falando com ninguém, ele tava me enganando, fazendo eu de boba.

Vanessa: Que nervoso!

Marlene: É, mas só que eu não podia falar isso pra ninguém, eu tinha que ter falado na hora né, só fiquei remoendo, aí eu falei: - Ah! Gente! Não vou mexer com isso mais não.

Não adianta, mexer oh, é, vereador, é, político, é, assim digamos... e tinha, é que aqui na época era o Zezim Caldeiram, que ele era do PMDB também, foi a única vez que o PMDB mandou.

Vanessa: E também fez coisas que não deviam?

Marlene: Se lascou também.

Mas essa influência, eu nem posso dizer que tinha influência, isso aí foi uma coisa passageira, as meninas aí veio tudo de Piraporã pra cá, veio três de Piraporã pra cá e eu conhecia também né, mas tá tudo bem graças a Deus.

Vanessa: E aí, a escola tinha várias comemorações, eu lembro do desfile de 7 de setembro.

Marlene: Olha, comemoração, eu falo assim, que a escola não tinha uma data cívica que não fosse comemorada. A Irmã Clelia era mais ativa, assim, do que a Irmã Maria, era dia da árvore, era dia... menina, era dia da bandeira, era dia da proclamação da república, sete de setembro, dia das mães, nossa tinha tanto teatro, tanta coisa sabe, e a gente vivia. Gente quando eu ouvi

pela primeira vez uma professora falando mal do Brasil me doeu o coração, porque a gente amava aquela bandeira e ela falando de liberdade, porque quando você estuda, assim, que muita coisa é mentirosa também né. Nós aprendemos que Caxias é um herói e se você for lá na história Caxias não foi um herói, foi um tirano né, mas tá na missão, ele tinha que fazer isso.

O povo: - Ah! Marlene.

Mas, se ele não matar o povo ia matar ele também, ia matar o povo brasileiro e assim vai indo né. Então muita comemoração, muita participação.

Vanessa: E os alunos participavam?

Marlene: Nossa, as vezes as escolas daqui (Itaporã), ninguém queriam, o Bairro vinha, você podia ir lá a semana da pátria, a semana inteira era de atividade. Dois, três, cinco, oito, que as vezes resumia em 60 alunos né, mas sempre teve.

Vanessa: E o hino, era cantado sempre também na escola?

Marlene: Sempre, sempre cantado. Depois veio aquela lei que tinha que cantar todo dia, nós não cantava todo dia não, mas uma vez na semana a gente cantava, sempre tivemos uma participação cívica perfeita.

Vanessa: Então tinha teatro?

Marlene: Tinha, tinha muito teatro, muito assim, sabe, o professor de educação física trabalhava.

Uma época o professor Adilvo Mazine fez uma pirâmide lá, ficou linda, linda, é tanta coisa sabe. Toda a comunidade se fazia presente dia sete de setembro.

Vanessa: A comunidade era bem participativa na escola, bem influente?

Marlene: Bem participativa em tudo, se era um teatro dia das mães, estava todo mundo lá., se era sete de setembro, tava todo mundo lá, se fizesse e outra, qualquer homenagem lá a comunidade tava lá, se fosse religiosa e tinha uma missa a comunidade tava, porque lá nós tinha só uma família evangélica: os Lázaro

Vanessa: A maioria era tudo católico?

Marlene: Tudo católico, tinha a família da dona Maria Porto também, mas os meninos participavam de tudo.

Vanessa: E essa família evangélica não participava ou participava também?

Marlene: Da parte cívica participava, não tinha participação dos pais

Vanessa: Dos pais não?

Marlene: Não, eles eram assim muito ignorante.

Vanessa: Pela a escola ser iniciada com os franciscanos?

Marlene: Eu lembro que um dia era formatura, aí a gente fez uma celebração e eles fizeram um culto, eu fui no culto da assembleia de Deus lá, porque a gente... e diz que no outro dia eles choravam, choravam pedindo perdão pra Deus. Eu fico vendo, eu fico olhando assim: a Miriam, a menina era boazinha, tudo né, ela entrou no face ali pedindo participação, desde o dia que ela entrou ela tem três amigos. Acho que elas continuam com a mesma dificuldade. É, a mãe dela era de uma família muito... ela levava a religião a sangue e fogo parecia que os católicos eram os demônios pra eles e não é, porque, eu nunca vi católico falando que odeia, odeia. E elas nossa, como eles usam essa palavra.

Vanessa: É, mas tem muito isso, ainda hoje né D. Marlene, a gente vê muito disso.

Marlene: Mas tivemos sempre a participação de todos né.

Vanessa: É, mas então essa família é uma exceção. Teve algum acontecimento assim que marcou a escola nesse decorrer desse tempo, que a senhora presenciou?

Marlene: Acontecimento?

Vanessa: Assim, alguma coisa que mudou a história da escola, alguma coisa que impactou?

Marlene: Olha Vanessa, eu não lembro não, porque a nossa escola sempre foi organizada, sempre era pontual né, era uma escola sempre ativa. Eu não lembro assim de um fato extraordinário não.

Vanessa: Então foi tudo tranquilo, a história dela?

Marlene: Sempre muito tranquilo, nem negativo, nem positivo. Positivo eu vejo assim, é a parte assim, a criatividade, principalmente dos professores, eles não tinham preguiça, essa era uma coisa que chamava atenção da gente. Até que um dia, uma professora falou assim:

- Não tem como a gente falar não, porque ela faz, ela faz né.

Então, eu se eu falar: gente vamos fazer isso, é vamos fazer, não é porque eu tava na direção que eu ia ficar lá só vendo elas trabalhar

Vanessa: Era todo mundo junto?

Marlene: Eu rebanhava todo mundo. Então, eu lembro que na sala de aula, acho que eles não tava querendo fazer né?

Aí de vez em quando eu encontro uma e...: Ah! Marlene, pelo amor de Deus, eu lembro de você, vai ser ruim assim lá adiante, mas, é que naquela época a gente trabalhava minha filha. Eu, eu sempre falo que o meu salário foi justo por aquilo que eu fazia.

Vanessa: Porque fazia bem feito.

Marlene: Fazia, e tem professor que ganha muito por aquilo que faz.

Vanessa: É verdade!

Marlene: E muitos ganhando pouco por aquilo que faz

Vanessa: É verdade!

Marlene: Então quem tem preguiça em nenhum lugar ele se sai né. Nos tinha bons professores.

Vanessa: E o método de ensino d. Marlene? Tinha um planejamento? Os professores tinham o planejamento?

Marlene: Olha, nós procurava acompanhar aquilo que a secretaria de educação mandava. Eu sempre fui como diretora, como secretária, como agente de educação que eu fui, ta falando que é pra fazer, vamos fazer né.

Vanessa: Sempre rígida?

Marlene: Sempre rígida.

Vanessa: Isso eu sei.

Marlene: Os professores não gostavam muito de mim não, porque era assim ó, tinha 25 alunos e 18 tirava nota vermelha, aí eu perguntava: porque que eles estão tirando nota vermelha?

Ah! Porque ppppppp.....aí falei: não, tudo bem. Então, você escreve aí, escreve: eles faltam, os pais não tem responsabilidade, eles não prestam atenção, mas tem que escrever. Eles não queriam escrever. Aí eles falavam que eu queria que eles dessem nota.

Eu falei nota aí? Eu não falei! Porque se você tem 25 alunos, 18 tira nota baixa tem alguma coisa de errado na sala de aula.

Vanessa: Tem, é muito né.

Marlene: Então, mas porque que não queria colocar ali no papel? Então eles não queriam escrever. Tem muita gente que lembra de mim e fala: Ah! aquela... Eles falam assim: Aquela bicha ruim, ah! mulher ruim, mulher chata.

Vanessa: Ruim não, cumpria e exercia a função.

Então eu sempre falei Vanessa, e continuo falando: eu, nesse ponto eu colocava a minha cabeça no travesseiro e dormia, porque eu nunca fui injusta, não, sempre fiz meu papel.

Vanessa: Fez o papel da senhora. Não ocupou um espaço ali, só por ocupar, né Dona Marlene?

Marlene: Agora é igual... di-á-rio. Que, que é diário? É pra ser feito diariamente né? Aí tem gente que chega o final do mês e eu ia ver o diário tava em branco.

- Mas você não deu aula? Hoje ainda bem que eles tem que fazer o diário todo dia, é no sistema né?

Vanessa: É todo dia, é no sistema agora.

Marlene: Não tem ah, mas eu gostei disso.

Vanessa: Não tem saída, né d. Marlene

Marlene: Agora eles voltaram no meu tempo.

Vanessa: A contratação dos funcionários, chamavam para uma entrevista?

Marlene: Geralmente quando era da comunidade, era convidado, né.

Vanessa: Ah entendi!

Marlene: É! Geralmente a associação de pais e mestres estavam presentes nestes convites, todo mundo concordava, nunca entrou um funcionário que a gente não gostasse, não queria.

Vanessa: E a prioridade era ali pra comunidade?

Marlene: A prioridade era pra comunidade, só esses que vieram de fora que no início teve uma rejeição, mas a gente trabalhava sempre com uma paz ali né. Porque ia conviver todo dia, então não adiantava criar briga né, mas sempre foi assim.

Vanessa: E a rotina da escola era normal? Merenda, aulas, entrada e saída?

Marlene: Era normal, mas graças a Deus... Tinha uma época que era assim: no início matrícula tudo, ah o processo educacional corria normalmente.

Vanessa: Normalmente, nada de diferente do que a gente vê?

Marlene: Normalmente, nunca teve evasão, não tinha evasão, se você começava com 20, você terminava com 20 (alunos), não aumentava, mas também não diminuía, nunca saiu assim, aluno pra ficar em casa, nunca, no meu, nos meus 25 anos de serviço lá, era, era uma clientela fixa né.

Aí entra um maior, um menor e se você montasse uma sala de mobral, mais foi o mobral que funcionou.

Vanessa: Chegou a ter o mobral então?

Marlene: Mobral e supletivo.

Vanessa: Ah é? E era no período a noite?

Marlene: A noite, e essas velhinhas mulher ia lá, eu queria que você visse, tremendo, mas ia, era pontual.

Vanessa: Isso foi na época que a senhora era diretora?

Marlene: Não, no tempo das Irmãs

Vanessa: Ah! das Irmãs e aí tinha aula durante o dia para as crianças...

Marlene: Durante o dia, e a gente começava 6h a aula do mobral. Aí, era um leigo que as vezes era indicado, e depois era indicado por político, que era a única forma dessa pessoa tá ali dando aula né, e as vezes era a própria Irmã. A própria Irmã dava aula.

E esses eram os pais (dos alunos). A minha mãe mesmo foi aluna e quem deu aula pra ela foi a Irmã. Nossa, ela desenhava, eu conheci muita gente que foi alfabetizada lá. A alfabetização ela é boa, mas a pessoa tem que tá na ativa, tem que tá fazendo né. Mas, teve o mobral, umas três ou quatro turmas e depois né.

Vanessa: Aí parou?

Marlene: Aí ninguém, os que tavam que era analfabeto todos entraram, e o supletivo teve duas sala só.

Vanessa: Mas isso foi na época das Irmãs, na época da senhora (diretora) não teve?

Marlene: Na época das Irmãs, na minha época não teve mais. Na minha época sim, teve o mobral.

Vanessa: Qual a diferença do supletivo e mobral?

Marlene: O mobral é analfabeto, o supletivo é o ensino fundamental, não o ensino fundamental, é o primário incompleto

Vanessa: Ah entendi. Então na época da senhora teve qual? O mobral?

Marlene: Só o mobral, o supletivo já tinha passado.

Eu lembro que tinha uma professora que era concursada que dava o supletivo. Então assim, o pessoal fez até a quarta série, mas no meio do ano ele parou, tava na quarta série, aí ele entrava no supletivo. Aí no final tinha uma prova avaliativa pra ele, pra ver se ele eliminava aquele conteúdo, se não ele continuava mais um ano.

Vanessa: Ah sim, entendi.

Marlene: Aí depois o estado com vontade de fazer outro tipo, já veio o supletivo pra eliminar a matéria, já não era mais nós, aí chegava no final do ano tinha o supletivo ali, o povo ia fazer, já eliminava pra entrar no ensino fundamental ou eliminava e entrava no segundo grau.

Vanessa: Mas, aí já não era mais lá (bairro)?

Marlene: Não, era um processo seletivo pelo estado, é igual hoje tem o ENEM.

Vanessa: Os alunos que frequentava a escola eram bastante né dona Marlene, a senhora fala que no final que começou a abaixar a quantidade ...

Marlene: É, no início né, no início ali, eu vou falar assim de 68, nós tinha quatrocentos e poucos alunos, esse pouco eu não sei, mas era isso aí, era tanta criança, tanta criança.

Vanessa: Na época que a senhora era diretora permaneceu bastante alunos e depois que foi caindo?

Marlene: É, quando eu assumi mesmo a direção que foi em 77 é... 76 que a Irmã Maria Fackini foi embora acho, nós tínhamos uns 200 alunos.

Vanessa: E eles permaneceu até a senhora sair?

Marlene: Aí, não, quando eu saí já tinha menos, já tinha menos, uns 160.

Vanessa: As famílias estavam mudando?

Marlene: Já não tinha mais trabalho pro povo né, aí o povo ia pra Dourados. Eu lembro que até a minha mãe mudou, porque a mãe morava lá também, até minha mãe foi embora, porque as meninas precisavam trabalhar.

Vanessa: E a senhora, na época de diretora, a senhora morava lá?

Marlene: É, morava. Eu morei ali no fundo da escola, morei porque meu marido era funcionário dos padres. Eu morei na casa do frei Paulinho, como diziam, aquela casa grande. Tinha outra casa na lateral eu morei, morei no fundo da casa das Irmãs, eu morei muito tempo ali. De lá eu vim pra Itaporã, mas aí eu continuei indo todo dia trabalhar.

Vanessa: Ah! Trabalhar lá.

Marlene: Trabalhar. Aquele foi uns dos anos mais difíceis.

Vanessa: Porque tinha que estar indo pra lá?

Marlene: Pegava um ônibus pra Santa Terezinha cinco horas e voltava chegando em casa na hora que Deus queria.

Vanessa: Era estrada de chão né dona Marlene?

Marlene: Não tinha como voltar

Vanessa: E aí, como a senhora voltava?

Marlene: Ah! Nós voltava sempre de carona. Tinha dia que a gente não aguentava.

Vanessa: Misericórdia!

Marlene: Gente, dormi muitas vezes ali no bairro mesmo, na escola que tinha uma salinha assim, que os professores moravam ali também.

Vanessa: Pra ficar mais fácil né?

Marlene: É pra ficar lá.

Vanessa: E a educação na época. Como era a educação na época na escola?

Marlene: Na época, no início era bem rígida.

Vanessa: É

Marlene: As Irmãs eram muito exigente, era muito exigência, assim o conteúdo tinha que ser estudado, decorado, estudado, pra no outro dia ela chegar e fazer um ditado e até hoje que o povo não fala muito de ditado, mas é que, aquilo que salvava.

Vanessa: Não, mas eu trabalho com ditado sempre dona Marlene e vejo que é o rendimento.

Marlene: É, a gente conhecia os alunos através do ditado né, mas é assim ó, eu falo não rígida, mas uma educação... como a gente podia usar o nome assim? Bem...

Vanessa: Exigente?

Marlene: É exigente, trabalhada, o conteúdo muito bem explicado e trabalhado, porque a gente não via doutores dando aula não, era pessoas do normal, que aquele tempo era normal que falava né, porque o normal tem diferença do magistério.

Vanessa: A é?

Marlene: Tem porque naquela época você estudava pra ser professor.

Vanessa: Verdade!

Marlene: Hoje em dia qualquer menininha de dezoito anos tira o mobral, o, o magistério. E elas sabem alguma coisa? Difícil.

Vanessa: Difícil dona Marlene, difícil mesmo.

Marlene: É... Então eu acho que era uma educação boa, em resumo boa, conteúdo bem trabalhado. Se, o aluno que tirava o ensino fundamental ele era um doutor, era um doutor. É igual nossos tempos, nossos pais e de outras pessoas, você pode ver sua mãe, sua mãe tem a quarta-série?

Vanessa: Minha mãe tem até a quarta-série

Marlene: Ela sabe mais de que quem fez o ensino fundamental.

Vanessa: É verdade. Quem fez o ensino fundamental há uns anos atrás, sabe muito mais do que quem fez o segundo grau.

Vanessa: É porque era bem exigente.

Marlene: É porque o conteúdo era trabalhado, gente, era... o professor fazia é... cubicar terra, tudo isso eles aprendiam no ensino fundamental. Hoje ninguém sabe mais, eu realmente eu nunca aprendi isso, esta história de terra, mas você vê, eles sabiam tabuada né, e o professor tinha que saber também pra ensinar.

Vanessa: E assim a educação lá, era/tinha alguma coisa voltada para a área rural? Por ser rural ali ou não, ela era...

Marlene: Não, não tinha. Foi uma luta muito grande nossa pra fazer uma escola agrícola lá, mas tudo assim quer dizer não tinha aquela... na época tinha práticas agrícola né, mas não era só lá, era a nível de estado. Prática do lar, prática agrícola, então, te ensinava bordar, ensinava é...

Vanessa: Culinária?

Marlene: É, negócio lá de horta né, geralmente tinha o conteúdo ou tinha curso de horta escolar, botava as crianças pra trabalhar. Hoje, nem pode. Mas tinha alguma coisa voltada sim, pra região agricultura. É, uma horta escolar, nada é mais... a criança aprendia fazer um canteiro, a semear, a cultivar.

Vanessa: E aí, aprendia na prática ali já?

Marlene: Na prática ali né, cada dia era uma sala que ia, uma era responsável pra molhar, nós tinha uma horta grande ali no bairro, lá, pra ajudar na merenda escolar, tudo voltado para a merenda escolar.

Vanessa: Ah, e aí já usava ali na escola?

Marlene: Já, botava na sopa, é. É que aquela época também gente, nos recebia a merenda escolar dos Estados Unidos.

Vanessa: A merenda?

Marlene: Não sei, é, é através dos padres né.

Vanessa: Ah! Os padres

Marlene: É, os alemães tinham muito ali, os italianos, sei lá da onde. Eu lembro duma sopa preta, a minha mãe fez muito. De vez em quando as crianças diziam: Ah! Dona Marlene que saudade daquela sopa! Era um feijão preto que vinha numa lata né, ali tinha manteiga naquelaslata, desse tamanho (grande), é, manteiga, e vinha tudo conté conteúdo, tudo essas coisas bem... tudo lá dos Estados Unidos.

Vanessa: Ah! Então era uma comida diferente!

Marlene: Diferente.

Vanessa: Isso na época das Irmãs?

Marlene: Das Irmãs, depois... E na época que os alemães vinham fazer estágio ali no bairro. Que ali, olha gente, tanta coisa boa que já aconteceu naquele bairro São Francisco.

Vanessa: Verdade, e aí eles faziam estágio...

Marlene: Eles estudavam na Alemanha ou naquele lugar pra lá e vinha estagiar aqui, eles plantavam, eles... É, quem cultivou soja primeiro aqui no Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, foi a missão franciscana.

Vanessa: É, porque na época era café né, no início era café?

Marlene: Era, primeiro era aquela lavoura branca, feijão e café também, aí depois tinha o frei Liberato e ele, é ele não parecia nem padre, ele trabalhava na roça, tinha uma colhedeira, sabe aquelas máquinas que é puxada pelo trator?

Vanessa: Ah! eu sei de gradear a terra?

Marlene: É, e ele puxava com o jipão dele.

Vanessa: Meu Deus com jipe?

Marlene: Tomava uma cachaça. É igual o padre lá de Douradina que morreu, aquele engraçado. Tinha um padre lá em Douradina, que andava sujo, eu esqueci o nome dele agora sabe.

Vanessa: Então assim, os padres eles que foram os mais responsáveis pra por aquilo pra andar.

Marlene: É, e aí essas coisas a gente trazia e eles ajudavam muito a escola, a missão franciscana, muito, muito, muito.

Então, nessa época surgiu uma cooperativa, é, nossa eu fico vendo assim né, chegava no domingo aquelas famílias tudo sentada assim, a igreja cheia.

Vanessa: Um lugar gostoso, né dona Marlene?

Marlene: A gente chegava ali na casa dos padres mesmo, os alemães tava ali que eles moravam ali, eles vinham fazer estágio de um ano, dois anos, tem uns que vinham não davam certo, mandavam embora né, é como todo mundo.

Vanessa: É, como todo mundo, sempre acontece.

Marlene: Mas eles traziam, muita, muita novidade.

E aí ali eles faziam esse estágio já trabalhando, ajudando ali?

É, porque eles vinham mostravam os serviços deles aqui, aí depois vieram direto pra lavoura e já aí, o plantio de soja enlouqueceu todo mundo né, porque dava muito dinheiro né.

Vanessa: A primeira diretora foi a Imã Maria?

Marlene: É, não, a primeira diretora foi a Irmã Feliciano da escola, quando as Irmãs vieram pra Itaporã ela veio e foi a primeira diretora da escola.

Vanessa: E depois foi a Irmã Maria?

Marlene: É, depois foi a Irmã Clélia, é Clélia Maria Catoni, depois da Irmã Clelia veio a Irmã Maria e depois a irmã Marlene (risos)

Vanessa: E essas Irmãs eram rígidas, mas eram boas pra as pessoas?

Marlene: É, sim, essa Irmã Clélia, nossa! A Irmã Clélia é assim, foi marcada assim com os trabalhos dela. Ela gostava de cantar, ela botava as crianças pra marchar, sete de setembro, sete disso, sete daquilo. Aí no fim o sr Ávido Carneiro...

Vanessa: Sr. Ávido?

Marlene: É, ele morreu esses dias atrás, é o pai da....

Vanessa: É o pai do Noel?

Marlene: Não, o Noel era o sobrinho dele.

Marlene: Ele era um pai crítico, as vezes eu escrevia um recado pra ele que era pai né. Eu falava assim: Reunião dos pais amanhã 7h30m e ele me encontrava:

- Obrigada pelo convite, mas não precisava escrever 7h30m você não falou que era da manhã? São palavras desperdiçadas.

Mas, eu nunca levei a mal sabe, mas ele sempre vinha falar alguma coisa. Quando eu dava uma poesia pra as crianças, ele falava...

Tinha poesia assim: Que céu, que mar...

Ele falava: Marlene tem mar aqui? Muda essa poesia (risos)

Ele vinha assim, sabe, dizia assim: tem que ensinar aquilo que tem.

Mas eu falei, mas as crianças tinham que saber que tinha um mar, mas só que quando elas falavam, elas falavam: que céu! (pra lá, apontando para o céu), o mar... cadê o mar? A não ser que nós tinha que fazer um lago lá né?

Tinha o Sr. Ávido e tinha o Vitorio Rebechi, que é Rebeque, mas fala Rebechi, ele também, não adiantava você escrever alguma coisa sem pensar, tinha que escrever pensando.

Entrevista realizada com a Sra. Rosa dos Santos Andrade

Data: 25 de maio de 2022 - Horário: 14:56 – Itaporã-MS

Vanessa: Então me fala, assim que, é sobre a sua vida lá, desde o início o que você lembrar.

Rosa: Ah tá.

Vanessa: Em relação a escola.

Rosa: Então aí eu nasci em 54. Quando eu completei sete ano eu fui estudar numa escolinha pertinho da minha casa, que era ali do outro sítio, a escola era ali berando o Sardinha que antigamente não tinha aquela estrada que tem hoje a estrada era assim berando o corgo. Então ali teve uma escolinha lá. A professora era a Elza Matoso. Era solteira.

Vanessa: Mas essa escolinha é a, é a que virou do bairro?

Rosa: Não. Era uma outra escola. Escola rural do Baixa Sardinha, o nome da escola.

Vanessa: Ah

Rosa: então eu entrei lá, já tinha sete anos.

Vanessa: Mas, quando você entrou nessa escola, a, a do bairro já tinha ou não?

Rosa: Já tinha, só que como eu era pequeninha e ali era mata, só tinha uma estradinha assim picada, aí o pai ficou com medo deu ir a pé dali até na escola, dá três quilômetros, ali da mata não tinha como, né? Ali eu estudei nessa escolinha.

Vanessa: Ah! tá, entendi. Então é uma outra escola.

Rosa: É uma outra escola, aí eu estudei, quando eu fiz o segundo ano que antigamente fazia primeiro ano A, primeiro ano B, primeiro ano C e depois segundo. Era diferente.

Vanessa: Três anos no primeiro?

Rosa: É. Aí eu fiz o A e o B em um ano. Porque quando eu entrei, o meu pai já tinha me ensinado o alfabeto, já conhecia tudo. Já escrevia o algarismo romano de um a dez e, e número escrevi de um a cem. E já sabia a tabuada do dois e a do três. Aí eu entrei na escola, aí no primeiro dia tirei nota dez porque a professora passou lá bastante bolinha, rapidão eu fiz.

Vanessa: Fez tudo

Rosa: Aí eu falei pra ela: eu sei fazer isso daí, aí ela passou as vogais eu fiz tudo aí ela falou faz o alfabeto e eu fiz tudo. Aí cheguei em casa e falei, mãe, aquele tempo falava cem, né? Porque... mãe, eu tirei cem.

Vanessa: Aham.

Rosa: Aí depois, quando chegou no meio do ano, aí ela me passou pro primeiro ano B, que seria um um nível mais alto, aí já comecei a fazer continha, mas meu pai ensinava muito em casa e o meu pai não foi na escola, mas em matemática precisava estudar muito pra fazer igual ele, então ele me ensinou muita matemática.

Vanessa: Entendi

Rosa: Então quando eu ia pra escola eu chegava lá e tirava dez porque eu sabia resolver os problema.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: O pai me ensinou regra de três, proporção, juro, medição de madeira, eu fazia tudo mais o pai, então a gente era assim e aí quando... (o telefone tocou).

Vanessa: E aí você estudou nessa outra escolinha...

Rosa: É, e quando foi em 64 chegou as Irmã.

Vanessa: Ah, elas chegaram em 64, mas já tinha a escolinha do Bairro?

Rosa: A escola já tinha que o professor Ismar ele já foi professor lá, o professor Reinaldo, aí chegou as Irmã, a Irmã Feliciano, a Irmã Renilde e a Irmã Laura.

Vanessa: Uhum.

Rosa: Aí o meu pai foi matriculou eu lá, e vários pais ali tudo colocou na, na escola das Irmãs e aí a escolinha fechou.

Vanessa: Fechou. Ó Rosa, mas então assim, você nasceu ali, seu pai já morava lá?

Rosa: Já.

Vanessa: E seu pai veio de onde?

Rosa: Meu pai ele é baiano, mas aí os pais dele é de São Paulo e lá em São Paulo ele trabalhou muito e daí quando a mãe veio, os, o pai dele foi buscar o pai da minha mãe na Bahia pra trabalhar no sítio dele. Aí veio, a mãe veio com quinze ano, aí ele gostou da mãe, aí com seis meses casaram na igreja, que a mãe não podia casar no civil porque ela tinha dezesseis anos, naquele tempo era com dezesseis. E ele queria vim pra cá. E lá em São Paulo, nesse lugar, no interior, aqui perto de Prudente que eles tinha sítio e ele conheceu umas pessoa uns pernambucano que falava que o parente deles morava aqui no patrimônio e que tinha uma

fazenda. Aí ele falou pro pai, o pai falou: eu vou pra lá trabalhar nessa fazenda. E aí pegou a mãe, veio, passou em Venceslau, casou no civil porque aí tinha que pra pegar o trem tinha que está certinho né? Aí passou em Venceslau casou, aí pegaram o trem, vieram pra cá, eles gastaram seis dia.

Vanessa: Nossa.

Rosa: De Prudente pra Dourados.

Vanessa: Hum, meu Deus.

Rosa: E aí quando chegou em Ithaum, deixou o trem, que o trem ia pra Ponta Porã. E aí pegou a aquele tempo chamava jardineira, ele tinha a carroceria, tinha uma partezinha fechada

Vanessa: Eu sei como é.

Rosa: E já era do seu Queiroz e foi o dono dessa Queiroz aí. E era ele mesmo que dirigia essa jardineira.

Vanessa: Olha só.

Rosa: O o dono mesmo que é, é pai desses outros que hoje já estão, já estão tudo velho né? Muitos anos atrás. E aí eles vieram pra Dourados, os homem quase que só empurrava a jardineira e as mulher que ficava dentro, porque só vivia atolando, aí chegou em Dourados. Aí chegou em Dourado e foi na pensão, né? Uma pensão. Não era hotel, era uma pensão, umas pousadas.

Vanessa: Uhum.

Rosa: Aí ele perguntou pro dono da pensão, ele falou: ah eu conheço sim, ele mora no patrimônio novo. Aí o pai falou, como faz pra chegar? Ele falou: ó, duas vezes por semana, vai um jipe lá e ele falou qual o nome do homem, é que eu não lembro. Meu pai falava. E, e ele vai, só que vai duas vezes por semana.

Aí o pai foi lá, procurou esse homem aí ele falou: ah daqui três dias aí, ajeitou tudo pra ir. E, e a mudança deles era uma malinha pequena assim, outra malinha maior e um saco, era o que eles tinham.

Vanessa: E esse lugar patrimônio novo era o era o Bairro? Aqui, Itaporã?

Rosa: É, Itaporã, não era município.

Vanessa: Ah

Rosa: Era patrimônio novo, aí o pai chegou aqui.

Vanessa: Que era fazenda.

Rosa: Era, aqui é campo, que eu ainda lembro de guavira aqui dentro de Itaporã.

Vanessa: Nossa

Rosa: Num era a cidade não.

Vanessa: Era muito diferente.

Rosa: Aí quando o pai chegou aqui, ele disse que tinha quatro casa de tábuas. O resto tudo era rancho coberto de sapé, tinha uma aqui, a outra lá longe e assim ia, bem esparramado. Aí o pai perguntou pra uma pessoa quem que era Antônio Ferreira aí disse que a pessoa falou: ah mora naquela casa lá e aí o pai foi chegou recebeu o pai muito bem. Aí o pai falou que tinha vindo com informação dos parentes dele lá. Aí ele falou, não, cê fica comigo. Vamos trabalhar. Eu tenho um sítio pra derrubar mato. Você derruba e o pai falou eu quero derrubar.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Aí no outro dia ele desceu com o pai lá no sítio, lá onde que tem o sítio hoje.

Vanessa: Lá no bairro.

Rosa: É.

Vanessa: Era tudo, então assim, o bairro era tudo junto aqui, então num...

Rosa: É, não tinha essa divisão.

Vanessa: Uh-huh.

Rosa: Não tinha. Aí depois foi feito a escola e cada um ficou no seu cantinho. Aí o pai foi pela picada aqui beirando o sardinha, a estrada não era limpa, e foi e ele chegou lá e ele falou é aqui. Aí ele tinha três sítio junto. Aí ele falou pro pai esses três sítio você derruba, planta café com dois anos você me entregue o café formado e eu te dou um sítio. Mas trabalhou dois anos sem salário.

Vanessa: Nossa.

Rosa: Não tinha salário, aí o pai ficou com a mãe trabalhou esses dois anos. Aí pra vim aqui em Itaporã era a pé, aí no domingo ele vinha pra comprar assim, eles não tinham colheita né? Tinham que comprar arroz, comprar feijão, comprar açúcar, sal, café, eles não tinha nada, era

mata, que o pai derrubou um pedacinho bem pequenininho, fez um ranchinho de dois cômodo e, e buscou a mãe aqui em Itaporã.

Vanessa: Nossa.

Rosa: E não tinha nada.

Vanessa: E como que ele comprava as coisas? Aonde que ele tinha assim...

Rosa: Ele trouxe dinheiro que ele juntou quando ele trabalhava de empregado lá no São Paulo.

Vanessa: Meu Deus que dificuldade.

Rosa: Aí chegou aqui e foram pra lá. Aí não sei como foi. Sei que a mãe conseguiu um colchão de palha de milho. Pegou palha de milho dos outros que eles não tinha ainda colhido, fez e amarrou o dinheiro num num pano e botou dentro das palhas do colchão. Medo de entrar? Por quê? Lote aberto, né? E todo mundo chegando de fora, ninguém conhecia ninguém, era... e aí eles ficaram lá.

Vanessa: E aí ele trabalhou, nesse trabalho...

Rosa: Trabalhou quando enterou os dois anos ele entregou o sítio tudo formato de café, derrubou, plantou o café, aí quando o fazendeiro deu aquele sítio pra ele. Que é o até hoje, que ficou pra mim.

Vanessa: Uh-huh.

Rosa: E daí o fazendeiro passou a escritura e entregou pra ele.

Vanessa: E aí a partir dali ele construiu...

Rosa: E daí ele foi trabalhando, trabalhando...

Vanessa: E nessa época não tinha escola nada lá.

Rosa: Não, não tinha, a escola fundou em 55, o pai chegou em 52.

Vanessa: Hum.

Rosa: O pai chegou bem antes da escola

Vanessa: e aí como que você, o que que ele contava ou você sabe assim sobre, então, o surgimento, por que que construíram essa escola?

Rosa: Porque, é foi aumentando os morador porque as terra era barata, quem tinha dinheiro vinha e comprava um sítio e outro comprava e ali era cheio de gente.

Vanessa: Uhum.

Rosa: Era bem cheio. Então aí teve a escola.

Vanessa: Foi tendo crianças

Rosa: Os padre é começou ir lá a a cavalo, era frei, João, foi o que me batizou e o pai disse que ele ia era a cada dois meses a cavalo e rezavam a missa lá, fizeram um ranchinho lá e ele rezava. Então foi assim que começou.

Vanessa: E aí, mas é, quem teve a ideia de fazer a escola, foi os padre ou foi a comunidade?

Rosa: Eu não tenho certeza, mas acho que foi os padre que daí ele viu que era muita gente e aí eles fizeram lá

Vanessa: Hum

Rosa: Mas aí, eu lembro um pouco do professor Ismar, que era uma escolinha de madeira assim e depois foi o professor é Renato... Seu Reinaldo.

Vanessa: Então quando você foi estudar lá foi em 64.

Rosa: Foi.

Vanessa: E foi quando as Irmãs vieram.

Rosa: Foi. Quando as Irmãs vieram.

Vanessa: E aí você começou a estudar.

Rosa: Comecei. Aí era duas salas de aula de madeira.

Vanessa: Uh-huh.

Rosa: De piso só contrapiso de cimento e o lugar da gente sentar é daquelas cadeira grande que a gente vê nos filmes antigos, sentados de dois e aí era duas série na mesma sala de uma vez.

Vanessa: É o local da escola, é onde é a escola que ficou hoje ou não?

Rosa: Não, é ali mesmo, só que fizeram a, tipo aqui, esse quadro aqui é a casa, é a escola de tijolo, né?

Vanessa: Uh-huh.

Rosa: E a escola nossa de madeira ela é de compridinha assim.

Vanessa: Ah tá. E era duas salinhas.

Rosa: Era duas salinhas.

Vanessa: E aí era as Irmãs que dava aula? Só elas? E o e o professor Ismar, né?

Rosa: Já tinha ido embora.

Vanessa: Ah ele ficou só na época dos padres?

Rosa: Ele foi embora, aí depois ficou o seu Reinaldo, aí seu Reinaldo foi embora e veio as Irmã.

Vanessa: Hum, então você estudou com as Irmãs.

Rosa: Com as Irmãs. Eu estudei com a Elza Matoso lá beirando a nossa casa, na escolinha, na Escola Municipal do Baixo Sardinha.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E depois, aí as Irmã chegou, todo mundo botou as criança lá.

Vanessa: Ah, preferiu porque quem fez essa outra escola foi a comunidade ali.

Rosa: Foi.

Vanessa: E aí as Irmãs quando foram dar aula, todo mundo...

Rosa: Todo mundo botou lá porque as Irmãs, aí todo mundo tinha mais é... confiança né? De, de ensinar as crianças e não era tanto criança tinha gente grande na escola, porque aquele tempo não era igual hoje.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Ne? Estudavam um pouco e aí saía, as vezes mudava de sítio, ia pra outro canto. Então, tinha rapaz grandes que estudavam junto comigo.

Vanessa: Olha só, então era muito seriada.

Rosa: É, o meus tios mesmo estudou depois de moço, minhas tias estudaram um pouquinho aprendeu escrever o nome e já foram pra roça, né?

Vanessa: Uhum.

Rosa: Não era igual hoje. Era diferente. Bem diferente.

Vanessa: É.

Rosa: Então ali, ali quando as Irmãs chegou eu fui pra escola lá. Aí meu irmão já tinha sete ano, eu tinha nove, ele tinha sete. Aí o pai matriculou ele na primeira série. Aí a Irmã Feliciano pegou aquela turma de primeira série e deu aula até a quinta.

Vanessa: Nossa

Rosa: A mesma turminha ela pegou do primeiro

Vanessa: Acompanhou até o quinto

Rosa: Acompanhou, ela era diretora da escola.

Vanessa: A Irmã Feliciano.

Rosa: A Irmã Feliciano

Vanessa: Ela era diretora da escola, a Irmã Feliciano?

Rosa: Diretora, aí tinha a Irmã Feliciano, a Irmã Laura e a Irmã Renilde. A Renilde era, minha professora.

Vanessa: Hum, a Irmã Feliciano era professora e diretora ou só diretora? Também professora e diretora?

Rosa: Ela dirigia e dava aula

Vanessa: E os padre?

Rosa: Os padre ficou com a igreja e as roça, né? Eles mexia com a roça.

Vanessa: Aí as Irmãs então ficaram mais com a escola.

Rosa: É, ficou com a escola.

Vanessa: E aí você estudou lá até que ano Rosa?

Rosa: Ó, e aquele tempo tinha o quinto ano.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Era, eu estudei a terceira, a quarta, aí tinha o quinto ano, o quinto ano era assim, era uma preparação pra você entrar no ginásio que chamava aquele tempo.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Então, aí eu fiz o quinto ano, aí fiz o quinto ano e passei bem, eu era, eu, a coisa que eu mais gosto é de estudar, então eu gosto demais, eu queria ser médica, aí eu falei pro pai, falei: eu quero ser médica, quero estudar. Aí o pai foi e falou assim, então vamos estudar, aí o pai foi lá conversar com as Irmãs pra eu ficar lá com elas e fazer o ginásio e o colegial.

Vanessa: Lá na escola não tinha, era só até o quinto.

Rosa: Era, só até o quinto.

Vanessa: Ah, entendi.

Rosa: E não chamava colegial aquele tempo. Chamava científico, você fazia o ginásio, depois já entrava no científico.

Vanessa: Mas, lá não tinha.

Rosa: Tinha, lá no colégio das Irmãs tinha.

Vanessa: Não, mas eu falo lá no Bairro São Francisco.

Rosa: Não, lá no Bairro é só até o quinto ano, não tinha ginásio, o ginásio tinha aqui no Rodrigues Alves.

Vanessa: Ah, não tinha lá, mas o ginásio era depois do quinto ano?

Rosa: É.

Vanessa: Ah tá

Rosa: Aí fazia uma provinha pra poder entrar no ginásio.

Vanessa: No ginásio. É aquela prova de admissão que eles falavam?

Rosa: É

Vanessa: Ah, tá, então ali no bairro São Francisco você terminava

Rosa: É

Vanessa: E aí se você quisesse continuar estudando tinha que sair de lá.

Rosa: É, sair fora

Vanessa: Entendi

Rosa: E aí, meu pai foi lá combinou com as Irmãs.

Vanessa: E o seu irmão estudou o tempo todo lá no Bairro também?

Rosa: Estudou, aí depois do quinto ano que ele veio pra cá, aí fez a provinha de admissão, passou, e veio estudar aqui no Rodrigues Alves. Aí já tinha estrada, aí ele vinha de bicicleta, o pai comprou uma bicicleta nova pra ele, ele vinha todo dia de bicicleta. Estudou quatro anos aqui e aí foi fazer, que aquele tempo era científico, foi fazer lá em Dourados, aí morou na casa da, da irmã do marceneiro que era amigo da gente e morou na casa de outros que era vizinho da casa e foi pra lá, ele morou um ano lá e sei que ele ficou assim sempre fora.

Vanessa: Hm-hu

Rosa: Aí depois foi pra Cuiabá, num aguentou ficar lá pra fazer faculdade aí voltou.

Vanessa: Hm-huh

Rosa: E fez faculdade em em Bandeirantes no Paraná. Ele fez agronomia.

Vanessa: E você, e você sabe, assim ou ouvia o seu pai, sua mãe, sua família falar da criação da escola, eles participaram de alguma coisa ou ficou assim por conta dos padres mesmo, pra criar aquela escola, pra...

Rosa: Ó, o pai falava que sempre ele ajudou, mas a gente num num perguntava especificar como, né? Ele falou, é porque é escola que o pai, ele tinha uma visão muito grande no futuro.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E ele disse que a escola era a principal coisa que tinha que ter era a escola, né? Ele sempre ajudou, quando eu fui pra escola, ele era um dos que mais ajudava assim, sabe? Aquele pai mais presente, mas ele foi.

Vanessa: Hm-huh

Rosa: Ele ajudava bastante. Até depois que a gente ficou, eu casei, tive uns meninos, tinha festa na escola, ele ia lá ajudar trabalhar.

Vanessa: Olha só

Rosa: Ele ajudava assim com prenda, com coisa e ia lá ajudar.

Vanessa: E também ajudava assim pra fazer no trabalho mesmo ali da escola, então ele participou.

Rosa: E ele sempre falava pra mim, tem que ir na escola, tem que tá junto pra poder desenvolver.

Vanessa: Aham. Então ele deu assim, ele deu apoio pra criação da escola e depois disso ele continuou, era participativo.

Rosa: É, as Irmãs iam muito lá em casa e ele ajudava, era muito assim, o pai nunca abandonou assim, a escola né.

Vanessa: Uh-huh, entendi.

Rosa: E e depois disso, eu casei. Com dezessete ano eu tive o meu menino. Esse que faleceu, o Claércio, você estudou com ele. Aí o Claércio completou os seis anos no mês de outubro e aí

quando foi em março que antigamente começava as aulas em março, eu botei ele na escola, no primeiro aninho. Aí ele já foi pra escola. Ele não tinha sete ainda naquele tempo podia.

Vanessa: Aham

Rosa: Aí ele não tinha sete ano e ia pra escola. A partir disso né? Aí eu comecei participar como mãe, né?

Vanessa: Aham

Rosa: Não era mais aluna.

Vanessa: É, aí virou mãe da escola.

Rosa: É, virei mãe, aí ficava indo lá e, e, em reunião tudo, aí foi indo, aí depois já nasceu o Luiz Carlos, né? Já botei o Luiz Carlos na escola com seis ano também.

Vanessa: Hm-huh

Rosa: Aí já era os dois, eles ia pra escola, daí dois anos a Fernanda entrou e aí eu fiquei com três na escola e e foi indo assim, foi indo, foi indo, foi indo, pois entrou Antônio João fiquei com quatro menino na escola.

Vanessa: E aí, e todos estudaram lá, todos os anos.

Rosa: Todos eles, todos eles.

Vanessa: Nossa e você...

Rosa: Saíram de lá com a oitava série.

Vanessa: E aí tinha, o Rosa, reuniões dos pais?

Rosa: Eu fui secretária, segunda secretária da APM e o Laércio foi conselheiro. Toda vida ele foi conselheiro.

Vanessa: Então vocês tinham participação ativa.

Rosa: É, a gente ia direto na escola.

Vanessa: Ah, entendi. E, e quem assim, na época que você estudava, era das Irmãs. E quem que mantinha essa escola? Você sabe?

Rosa: Não sei, de certeza quem é que mantinha.

Vanessa: Mas você sabe se a comunidade ali ajudava?

Rosa: Não sei se era as Irmãs ou era a prefeitura, porque aquele tempo era a prefeitura, eu não sei se a prefeitura ajudava ou pagava um salário pra elas, isso aí eu, sabe quando a gente lá, a gente era assim muito, não é igual hoje que tem a mente mais diferente.

Vanessa: E você lembra até quando ficou as Irmãs Rosa?

Rosa: O ano que ela foi, que ela saíram. Nossa, agora é que eu não lembro. O Antonio João...

Vanessa: Não, mas se você não lembra não tem problema não, a gente vai falar só o que lembra.

Rosa: Trinta e quatro, setenta e nove, então sessenta e quatro, cinco, seis, seis, sete. Ó, a escola tinha dezessete e dezessete anos de fundada, não vinte e sete.

Vanessa: o que que é?

Rosa: Porque a escola começou em cinquenta e cinco

Vanessa: Ahm

Rosa: E o Antônio João, nasceu em setenta e nove, oitenta, oitenta e um, oitenta e dois, oitenta e três, oitenta e quatro, oitenta e cinco, seis, o Antonio João entrou em oitenta e seis

Vanessa: Ele entrou em oitenta e seis na escola? E oitenta e seis ainda tinha as Irmãs ou não?

Rosa: Tinha.

Vanessa: Tinha as Irmãs?

Rosa: Tinha, quando ele entrou tinha, aí eu não lembro quando foi que as Irmã foi embora, não lembro o ano.

Vanessa: Não, mas não tem problema não

Rosa: Eu não lembro.

Vanessa: Uh-huh. Mas aí então elas ficaram, aí depois... e por que que elas pararam de ficar?

Rosa: Eu não sei se foi a irmandade delas que porque daí a escola passou a estadual, né?

Vanessa: Ela passou de ela passou direto pro estado ou ela foi pro município e depois pro estado?

Rosa: Eu acho que ela era do município.

Vanessa: E depois que foi pro estado?

Rosa: Porque quando eu estudava, sempre o prefeito ia lá, mandava vacina. Então por isso que eu falo que era, do município.

Vanessa: Então, ela recebia ajuda da do município.

Rosa: É, e depois passou a estadual.

Vanessa: Hum. No final ela ficou estadual.

Rosa: É, estadual. Aí quando ficou estadual, aí logo foi construída, foi no governo do Pedro Pedrossian que construiu a de tijolo.

Vanessa: Ah, essa escola de tijolo, ela só foi construída quando foi do Governo Estadual.

Rosa: É

Vanessa: Até, até enquanto, até foi do município ela era...

Rosa: Porque foi em oitenta e dois que foi inaugurada a energia e a escola era novinha, o Pedrossian foi lá ligar a energia, o padrão.

Vanessa: Hum. Então não tinha energia antes.

Rosa: Não, não. Não tinha, foi oitenta e dois.

Vanessa: Nossa Rosa demorou né.

Rosa: É, demorou

Vanessa: E aí então, nessa época ainda era as duas salinhas?

Rosa: Não, aí o, o, quando eu estudei era duas, aí depois aumentaram mais duas.

Vanessa: As Irmãs, aumentou.

Rosa: É, é, fez festa, né?

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E aí o povo, todo mundo ajudava. Igual a festa da igreja, leilão, aquelas coisas tudo, fazia as festa ia guardando dinheiro, aí construiu, mais duas salas de madeira. Aí depois que foi, Pedrossian fez a escola.

Vanessa: Que foi de tijolo, foi de tijolo

Rosa: Foi de tijolo, aí a energia chegou em oitenta e dois, até eu fui lá, foi numa reunião grande, eu lembro o Pedrossian me dando a chave da da energia.

Vanessa: Ah, que gostoso.

Rosa: Aí nós toda ficou feliz da vida, né?

Vanessa: Eu Imagino. E, o Rosa, então assim, a Irmã Feliciano era diretora, quando elas não estavam mais, quem que foi a diretora? Depois delas, você lembra? Se foi direto...

Rosa: Quem foi o diretor foi o Nivaldo.

Vanessa: Ah, eu sei o professor Nivaldo. E aí, e a dona Marlene?

Rosa: Depois foi a Marlene

Vanessa: E aí depois a Margarida?

Rosa: Depois a Margarida.

Vanessa: Ah entendi, entendi. Então assim, foram poucos diretores lá né?

Rosa: Foi, foi pouco tempo, mas eu esqueci o ano que as Irmãs saiu.

Vanessa: Não, mas não tem problema não, porque eu vou lá no na igreja, semana que vem eu vou lá.

Vanessa: Você estudava de segunda a sexta?

Rosa: É, aí no sábado era duas horas de aula, minha aula era das sete às nove. Depois das nove até as onze a gente trabalhava na escola.

Vanessa: Hum.

Rosa: E quem limpava era nós, quem lavava, aquele tempo era chamava a casinha que a gente ia lá.

Vanessa: Ah eu sei, o banheiro era a casinha, né?

Rosa: E, e ia varrer as paredes, tirar as teia de aranha.

Vanessa: Todos os alunos?

Rosa: Todos. Cada aluno fazia uma coisa, a Irmã escalava. Outros limpavam, varria o quintal com vassoura de alecrim. Não era vassoura assim...

Vanessa: Uh-huh

Rosa: Então era diferente. Depois é que veio zelador, é que veio cozinheira, não tinha merenda na escola e cada um levava seu...

Vanessa: De casa?

Rosa: De casa. A gente levava o caldeirãozinho, a mãe fazia farofa, outro dia tinha bolo, era assim, e tinha as criança que não tinha nada, até a a Maria Xisto lá de Piraporã, um dia ela falou,

eu era agente saúde e ela também era e ela falou assim: eu gosto da Rosa porque a Rosa era rica e levava a merenda e ela me dava um pouquinho, ela ficava com dó de mim.

Vanessa: O meu Deus.

Rosa: E eu tinha dó, mas eu se eu fosse dar tudo a minha merenda...

Vanessa: Você ia ficar sem. (risos). O Rosa, então dia de sábado tinha aula também.

Rosa: Tinha, tinha aula.

Vanessa: E aí no domingo era missa?

Rosa: No domingo tinha missa e a gente tinha que ir. A gente no sábado ensaiava os canto. Eu era boa pra cantar. E aí a gente ensaiava que canto que ia cantar.

Vanessa: As Irmãs que faziam tudo isso?

Rosa: Fazia tudo, então a gente limpava tudo lá e depois a última coisa, a gente ia ensaiar os canto do domingo.

Vanessa: E assim quem mais se envolvia então com a escola era as Irmãs? Os padre era mais com a produção.

Rosa: É, os padre ficava com a agricultura, né?

Vanessa: E eles moravam todos ali?

Rosa: É, as Irmãs moravam do lado de cá na escola na, na casa delas emendada assim com a escola.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Fizeram uma casa de madeira tudo e e os padre até hoje tem a casa lá. Eles reformaram, os Crivelaro morou lá, reformou, ficou bonitinha a casa, mas era aquela casa. Mudou assim alguma coisa, mas é a casa dos padre.

Vanessa: E será que essas Irmãs, elas eram professora ou só ensinavam o que sabia mesmo?

Rosa: Elas falavam que era professora, mas num, a gente num sabe da formação. Se era mesmo formada né?

Vanessa: E assim, e na época delas vinha outros professores de fora ou não? Era só elas?

Rosa: Era só elas. Aí depois que começou é falava o ginásio, né? Começou lá, foi que veio, professor de fora pra dar aula.

Vanessa: Que foi quando as Irmãs foram embora?

Rosa: Não, elas até ficou lá um tempo, depois saíram. Margarida dava aula, é... Nivaldo, o professor Paulo aqui da princesinha.

Vanessa: Ah, ele deu aula pra mim.

Rosa: É, então, aí o Antônio, né? Foi esse professor.

Vanessa: Ah, eu lembro.

Rosa: Então, aí, aí já... Já encheu de professor de fora né? Aí a Irmã é... Irmã Clélia era a diretora do começo.

Vanessa: Ah ela foi a primeira diretora, depois foi a Irmã Feliciano?

Rosa: Não. Primeiro a Feliciano, quando a Feliciano foi embora, veio a Irmã Maria, a Irmã Maria foi embora e veio a Clélia. Ou foi contrário, não foi contrário. Primeiro foi a Clélia e depois a Irmã Maria.

Vanessa: Que daí ficou até o final. E aí elas, e por que será que elas decidiu ir embora.

Rosa: Eu não fiquei sabendo, eu até era da diretoria, mas elas não comentaram, só falou que a congregação tinha falado pra elas ir embora.

Vanessa: Ah, porque talvez, por ser missionárias, elas ficam mais...

Rosa: É, não para muito tempo num lugar.

Vanessa: Entendi. E assim Rosa tinha tinha alguma dificuldade que a escola precisava enfrentar, passava assim...na época que você estudava?

Rosa: De situação financeira.

Vanessa: É de situação financeira ou mesmo de envolvimento, de gente querendo assim atrapalhar, tirar a escola ou não.

Rosa: Não, esse tempo era bem tranquilo.

Vanessa: É?

Rosa: É, de tirar a escola não, mas, depois na época da Margarida. Aí acho que do Nivaldo já começou o boatozinho de fechar a escola, aí depois foi diminuindo, já vão diminuindo, diminuindo, e aí começou o governo fechar a escola, fechar a escola e a gente lutou muito. Eu fui pra Campo Grande, junto com a Margarida, foi a Linésia, o Laércio, quem mais gente que foi? Lucas Vital.

Vanessa: Pra não fechar.

Rosa: Pra não fechar, conversar com o secretário de educação lá no no naquele negócio lá do Parque dos Poderes.

Vanessa: Ah sim.

Rosa: Nós fomos lá. Marcou audiência e nós fomos lá. Conversamos com ele, mas não teve acordo.

Vanessa: E por que que decidiram fechar a escola?

Rosa: Porque eles disse que não tinha aluno e que estava dando despesa.

Vanessa: E não tinha mesmo?

Rosa: Tinha bem pouquinho. Era pouco.

Vanessa: E por que que estava pouco aluno?

Rosa: Porque houve desequilíbrio é lá do do sítio por causa dos implementos agrícolas. Quando começou a entrar o trator o pai falou: vai acabar, isso aqui vai ficar um pinga de gente. Aí o povo falou: ah seu Manoel o senhor é pessimista. O pai falou: vai entrar os trator a gente não vai poder manter os empregado no sítio né? Não vai ter o que fazer, a gente não vai ter dinheiro pra pagar as pessoas e ficar parado e foi, foi, foi o que aconteceu. Lá no sítio, nossa, morava a família e mais cinco, seis, é, empregado solteiro, assim, os peões assim. **Vanessa:** Uhum.

Rosa: E uma família direto. Aí depois entrou o trator e já começou a fazer tudo e empilhadeira e depois já ali já foi melhorando, foi melhorando, agora veio as colhedadeiras potente, trator potente, ninguém segura empregado no sítio.

Vanessa: E aí eles tiveram que ir embora?

Rosa: Eles tiveram que ir embora pra cidade

Vanessa: E aí não tinha aluno.

Rosa: Aí acabou os aluno. Quando eu estudei, tinha trezentos e trinta e oito aluno.

Vanessa: Nossa.

Rosa: Foi, e quando, foi nessa época que até eu fui pra Campo Grande falar com secretário, eu era agente comunitária, mas eu passava lá. O Laércio trabalhava lá, às vezes o Laércio tinha que sair, aí ele falava assim, trabalha até meio-dia, onze e meia e passa na escola e faz o meu serviço. Eu ia lá limpar a escola. Eu fui muitas vezes limpar a escola. Fazer o serviço dele.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Então sempre eu estava ali né? Eu não, não podia participar da direção que eu não tinha mais aluno, aluno na escola só que eu colaborava com a escola.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E dei curso lá, é pedi a salinha do fundo

Vanessa: Ah, você deu curso lá?

Rosa: Dei curso

Vanessa: Curso do que?

Rosa: Curso de bordado

Vanessa: Para os alunos Rosa?

Rosa: Pra as mães

Vanessa: Ah, para a comunidade

Rosa: Pra comunidade que eu assistia, pra ter terapia, tinha muita gente, muita mulher com depressão de tanto ficar sozinha sem... só trabalhar, só trabalhar, né? Aí eu fiz e até as outras agente riu de mim e falou: vai trabalhar mais a troco de nada. Eu falei: não, mas eu eu trabalho pras pessoa, num trabalho por efeito.

Vanessa: Tá ajudando as pessoas

Rosa: E eu, eu usava uma casinha que tinha no fundo e lá elas cozinhava, elas é guardava os produtos de limpeza e tinha uma salinha. Aí eu pedi a salinha para a Margarida e a Margarida cedeu.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E eu dava aula ali na escola.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: E quando você estudava ali na escola você tinha aula de bordado ou não? Era era matemática, português, história...

Rosa: Não, durante as aulas não. Aí depois veio os americano morar lá nos padre.

Vanessa: Hum.

Rosa: Esses americanos fundou um clube chamava clube Quatro S, aí eles dava ensinamento dia de sábado à tarde, aí esses americanos ficaram um tempo, eu ia lá na escola, aí eu pegava a bicicleta e a mãe deixava eu vim, aí eu ia na escola, aí eu aprendi assim, cozinhar bastante coisa né?

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Que eles ensinavam né, tinha a Dority era uma americana troncadona né? Ela que era da cozinha e os homem, eu não lembro mais o nome dos americanos, uns nome difícil, eles ensinava os menino plantar horta, mexer com lavoura.

Vanessa: A escola não tinha essas, num, num tinha...

Rosa: Não e na escola a Irmã Laura ensinava fazer crochê na hora do recreio. Aí quem queria aprender aí eu eu doida pra aprender. Nossa eu vi um negócio que ficava querendo. Aí falei pra mãe: mãe a Irmã falou se der vinte cruzeiro pra ela, ela comprou uma agulha pra mim.

Vanessa: Hm-huh.

Rosa: Óia vinte cruzeiro. Aí a mãe pensou, pensou, me deu os vinte cruzeiro, eu comprei. Aí tinha que comprar linha. A mãe falou: não vou gastar com isso não, que a mãe não gostava de crochê, aí eu já bordava desde pequenininha.

Vanessa: Nossa.

Rosa: E daí eu doida pra aprender. Aí as Irmãs não sei aonde que elas arrumaram as linha toda enrolada. Não sei se elas ganharam de alguma fábrica aqui né? Que mandou aquele sacão de linha, mas tudo aquela embaraçada, pensa num negócio embaraçado. Aí eu falei, ô mãe, me dá mais vinte cruzeiro pra comprar linha. Aí a mãe deu, eu levei, menino mas eu ficava um tempo ali de noite desenrolando aquela linha, mas é que eu queria aprender. Aí acabou a linha e a Irmã foi embora, ela foi transferida, né? Ela foi transferida, ela foi embora. E eu aprendi fazer o crochê, fazer correntinha. Mas eu eu gostava demais, demais, demais. Então, eu aprendi.

Vanessa: E ela dava corte e costura dia de sábado pra pros alunos?

Rosa: É pra quem quisesse, pras moças tudo, pras mocinhas dali que queria ela dava aula pra todo mundo, a gente comprava o material, ia lá e ela dava aula. Aí eu aprendi, o método que ela ensinava era o singer, aí aprendi, comecei a costurar pra fora. Aí eu queria, eu tinha sonho, eu queria ter um diploma, seja lá do que for, mas eu queria. Aí eu falei que eu queria, aí naquele tempo eu mudei pra dourados pra pros menino fazer faculdade.

Vanessa: Eles tinham terminado já

Rosa: Quando eu mudei, eu mudei dia vinte e nove de novembro e a formatura da Fernanda parece que foi dia quatorze de dezembro, e os dois menino já vinha de ônibus estudar em Dourados. Só que a Fernanda era miudinha, doente. Falei não vai aguentar. Aí eu resolvi mudar. Aí eu.

Vanessa: Pra eles estudarem

Rosa: Pra eles estudar, falei, vamos mudar pra Dourados para os meninos estudar lá porque eu não que fique igual eu. E os menino era inteligente, falei, vamos pra lá. Aí eu fui e levei só o Antonio João, deixei os três com a mãe, aí fui arrumando emprego buscando os menino.

Vanessa: Uhum, pra eles poderem estudar. Isso foi quando você mudou de lá pra cá.

Rosa: Aí mudei. Aí o Antônio João morou lá eu acho que morou uns três anos em Dourados, mão conseguiu aprender nada nenhuma escola porque cheio de aluno e os aluno não é igual os do sítio, são bem mais e ali fazem aquele barulho e aí um dia a diretora do presidente Vargas me chamou lá, ela falou: chamei a senhora para a senhora assistir uma aula. Lá no Bairro tem sala que tem quatro alunos, sala que tem cinco, então traz ele que a gente vai ensinar individual.

Vanessa: Em que ano que foi isso Rosa? Você lembra?

Rosa: O ano, eu mudei em noventa, noventa e um, noventa e dois e noventa e três.

Vanessa: Noventa e três então você voltou pra ele estudar lá no Bairro São Francisco

Rosa: Não, mandei só ele.

Vanessa: Pra ele estudar.

Rosa: É, ele ficou morando na casa da mãe, o Claércio já tinha voltado que não aguentou trabalhar por causa da distrofia. Aí o Claércio voltou e ele voltou, ficou os dois morando com a mãe. Aí ele estudou lá, ele tirou a oitava série com vinte ano, só que tem coisa que ele sabe muito bem, tem coisa que ele não lembra mais.

Vanessa: Que não desenvolveu. Entendi.

Rosa: Aí ele fez porque as professora disse que ensinava, terminava de ensinar dava a prova pra ele. Porque se não esquece. Esquece. E aí ele conseguiu.

Vanessa: Aí ele estudou até o oitavo lá.

Rosa: Até o oitavo, fez a formatura dele.

Vanessa: O Rosa, e você chegou de trabalhar lá na escola ou só Laércio?

Rosa: Não, só o Laércio.

Vanessa: Ele era o que lá na escola? Eu lembro dele, o cargo dele era zelador?

Rosa: Zelador.

Vanessa: E ele trabalhou por muito tempo lá né?

Rosa: Ele trabalhou e eu acho que ele trabalhou até morrer, eu acho que ele trabalhou trinta anos.

Vanessa: Nossa

Rosa: E aí acabou a escola ali, foram transferido pra Piraporã.

Vanessa: Pra Piraporã, porque eu lembro dele também lá em Piraporã. Eu lembro disso. E então ele era o zelador ali.

Rosa: Ele era zelador.

Vanessa: E ele gostava, que que ele contava da escola?

Rosa: Gostava

Vanessa: Da administração, era assim tudo de bom.

Rosa: Era um divertimento ir para a escola.

Vanessa: E assim, tinha alguns problemas, algum conflitos na escola ou não, assim com funcionários?

Rosa: Não, com ele, nunca teve.

Vanessa: Ele gostava?

Rosa: Ele gostava de ir

Vanessa: A escola era um lugar, assim, tranquilo?

Rosa: Tranquilo, ele, ele era conselheiro, a Lourdes aqui do Extrusiaste, que era da, do sindicato deles né? Ela gostava muito dele, quando tinha reunião em Campo Grande, chamava ele, então ele ia, ela sempre chamava ele pra ir pra Campo Grande com ela.

Vanessa: O Rosa e tinha bastante festinhas na escola, é desfile?

Rosa: Tinha, no começo tinha, dia das mães, aí dia dos pais, tinha aquelas festinhas assim que a gente apresentava teatro, apresentava bailado, chamava bailado, hoje em dia esse negócio fazia balé, é dança, né? Que a gente aprendia fazer, as Irmãs ensinavam.

Tem uma foto que eu mandei pra você, era de um bailado, que tem, tem a Marinez. É, era um bailado. E até hoje eu lembro da música. Então, aí a gente fazia vários movimentos.

Vanessa: Isso era na sua época, quando você estudava lá, as Irmãs ensaiavam com vocês?

Rosa: As Irmãs ensaiavam, eu participava muito de teatro assim de, é igual uma novela só que é pequenininho né?

Vanessa: E assim, tinha desfile de sete de setembro.

Rosa: De sete de setembro começou o desfile em sessenta e seis, o último ano que eu estudei teve desfile. Foi o último ano, a gente não nem, o que a gente sabia cantar todos os hinos.

Vanessa: Cantava todo dia ou não?

Rosa: Todo dia, era difícil um dia que falhava de cantar o hino nacional.

Vanessa: Na sua época quando você era aluna?

Rosa: É, fazia, chamava pra fazer fila, na hora do, do recreio batia o sino, aí a gente batia, assim, (com a mão), a gente ia pro recreio, na hora que era pra vim ela batia o sino e a gente já fazia as filinhas certinhas não entrava aquele mundo de moleque, era tudo certinho. E aí sempre, não era todo dia, mas sempre ela pedia pra cantar o hino nacional. A gente sabia o hino nacional era cantado mesmo, e, e pra sete de setembro eles ensinaram da independência, da bandeira, da liberdade, a gente cantou tudo esses hinos, até hoje eu sei os pedaços dos hinos que a gente cantava.

Vanessa: E na época do, dos meninos seu, tinha essas coisas?

Rosa: Já era, mas diferente. Já começou modernizando, né? Pararam de cantar o hino nacional, então já foi mudando assim devagarzinho. Levou vários anos, né? Agora hoje eu não sei como que funciona parece que não canta mais.

Vanessa: Na época que você fala que diminui assim os alunos, foi na época do, da, da Fernanda, na época ou mais pra frente?

Rosa: É, foi na época da Fernanda pra frente, aí foi diminuindo. Foi diminuindo, diminuiu.

Vanessa: E aí o governo que quis que...

Rosa: É o governo que quis fechar porque, até eu questionei que o secretário, secretário falou, aquela escola só nos dá prejuízo. Falou assim.

Eu falei, mas como dá prejuízo? É uma região de produção rural. Produz muito mantimento. O estado cobra dezessete por cento de ICMS, e como que essa escola dá prejuízo? Os produtor, o povo de lá produz, mas não tem só a sua escola pra o estado manter. Olha, aí eu sei que ele até ficou bravo, ele uma hora ele bateu assim na mesa e levantou e ficou vermelho, o homem vai bater em nós hein? Por quê? Ah a filha do seu Abdo, a Linésia, tava junto e aí sei que o assunto chegou eu falei: ah o governo fica gastando com Bolsa Família com é como é que é? Vale gás, não sei o que, não sei o que, e o povo não trabalha mais, foram pra cidade tão lá sentado debaixo das árvores, tomando tereré. E a Linésia falou: eu conheço gente, se quiser que eu fale o nome, eu falo de um por um, que fica o dia inteiro numa rede embaixo dos pé de manga, balançando, tomando tereré, porque ele ganha bolsa escola, ele ganha Bolsa Família, ele ganha vale gás, então ele não trabalha, isso pra mim chama compra de voto disfarçada. Eita, mais o homem ficou bravo, o, ele ficou assim sabe, mas bravo mesmo sabe. Aí depois o Zé Nilto falou calma, calma vamos conversar.

Vanessa: Mas aí não teve jeito?

Rosa: Não teve jeito. Ele falou não, está fechada? Está fechada.

Vanessa: E a comunidade não queria, então, que fechasse.

Rosa: Não, ninguém, aquele povo que ainda tinha filho na escola não queria. Aí foram fazer, pedir ônibus pro Prefeito, pra pegar as crianças nas, nas, no sítio, pra levar pra Piraporã.

Vanessa: Ah, depois quando fechou tiveram que ir pra Piraporã, aí os alunos tinham que ir pra lá?

Rosa: Tinha, todo mundo foi pra lá, os funcionários e os alunos.

Vanessa: Os funcionários também foi pra escola de Piraporã?

Rosa: Foi.

Vanessa: Ah, entendi.

Rosa: Aí tinha um, acho que é uma cozinheira, era duas que morava aqui que conseguiu vaga aqui mesmo. (em Itaporã, na sede)

Vanessa: Aham.

Rosa: Mas, que nem o Laércio...ele foi pra Piraporã.

Vanessa: Distribuiu no município de Itaporã, onde tinha vaga.

Rosa: É distribuiu os funcionários.

Vanessa: E aí os móveis de lá também foi para Piraporã?

Rosa: Foi pra Piraporã

Vanessa: Então foi tudo pra lá.

Rosa: Foi.

Vanessa: Ah, entendi.

Rosa: Quando eu fiz supletivo eu tive que pegar meu histórico lá.

Vanessa: Lá em Piraporã?

Rosa: É.

Vanessa: Ah, a documentação foi tudo pra lá.

Rosa: É a documentação que desde quando entra na escola tem, né? Aí eu fui pegar a minha lá em Piraporã.

Vanessa: E aí Rosa, assim, a educação, o ensino na na sua época, na época dos seus filhos, você vê a diferença, você acha que era uma coisa mais rígida, o jeito que eles ensinavam, você acha que ele ensinava melhor, que que você assim, é, como que você via o ensino, o seu, que você teve na sua época de estudante e depois dos seus filhos? Você sempre achou a escola assim, uma escola boa, uma escola rígida, uma escola assim que os alunos desenvolvia bem. Que que você acha dela?

Rosa: No meu tempo, eu acho que era bom porque é tem coisa que eu aprendi que os menino, mais da época dos meu, demorou mais pra aprender. A gente tinha que aprender mais novo.

Vanessa: Hm-huh. Mas era um ensino mais rígido?

Rosa: Era meio rígido. É. Só que o ensino era diferente, a gente estudava bastante pra é... memorizar tudo aquilo lá pra fazer a prova. Agora é, matemática, você tinha que saber, só que aquele tempo, eu falo que eu, não sei matemática. Eu sei, era aritmética, chamava aritmética. Então a gente fazia a conta, né? Conta mesmo de verdade, fração, né? É desse problema, resolver problema e tudo isso a gente fazia. Só que hoje é diferente, né? Hoje a maneira de resolver as conta é diferente.

Vanessa: Pra você, a escola foi uma escola assim importante, só pra você fazer um resumo sobre ela.

Rosa: Foi muito importante.

Vanessa: É. Você fala que ela foi assim muito importante por quê?

Rosa: Porque ensinava bem, tinha disciplina, né? Era mais assim educação, no jeito que, como que eu vou te dizer? Tipo assim, as crianças de hoje é diferente.

Vanessa: O ensino?

Rosa: A gente, é o ensino que a gente sabia, que aprendeu lá, entrava uma pessoa na sala de aula, a gente levantava, né? E assim...

Vanessa: Pra receber.

Rosa: As Irmãs dizia que era respeito, com aquela pessoa. Aí a pessoa entrava, ai, a pessoa falava, pode sentar, enquanto ela não falasse pode sentar, a gente não sentava. E também não ficava fazendo barulho. Quietinho. Aí, ia sempre ia assim o Prefeito, falar das coisas que ele tava resolvendo fazer, melhorar a escola, né? Sempre. E quando tinha vacina ia o pessoal da da SUCAM, aí eles iam lá falar que tinha vacina. Era pra gente avisar os pai, era febre amarela e tétano que vacinava naquela época. Então aí, eles explicava pra que que servia a vacina e os aluno ficava ouvindo, ficava quietinho. Hoje eu acho difícil a sala inteira ficar em silêncio. Então, é, tinha mais disciplina que hoje. Só que hoje está diferente para o jeito da educação, a maneira de aprender. Hoje já está bem diferente.

Vanessa: E assim, na sua visão, a escola, ela ajudou muito, assim, a comunidade? Ela foi boa pra comunidade?

Rosa: Foi ótima

Vanessa: É

Rosa: Desenvolveu muito ali por causa que a escola era boa, então, os alunos de longe o pessoal colocava ali.

Vanessa: Vinha de outros lugares?

Rosa: Vinha de Piraporã, lá do bairro Alegre. A escola do bairro Alegre fechou, os pais colocou tudo lá na escola.

Vanessa: Mas por que que os pais preferiam ali?

Rosa: Porque era das Irmã e o ensino era melhor, porque no meu tempo a professora que me ensinava ela tinha a quarta série, aí quando chegou as Irmã e todo mundo... as Irmã tem estudo, as Irmãs sabem educar e dava ensino religioso, né? Era bem disciplinado assim em termos. É, não começava a aula sem orar, a Irmã todo dia.

Vanessa: Fazia oração.

Rosa: Ela fazia oração, não começava sem.

Vanessa: E todo mundo era católico?

Rosa: E todo mundo. É, tinha poucos evangélicos.

Vanessa: Mas frequentavam?

Rosa: Frequentava do mesmo jeito. Frequentava tudo. Todo mundo no mesmo nível. Ninguém nem sabia quem era evangélico e quem não era. Era tudo igualzinho. Os evangélicos só não ia na missa, né? Mas, dentro da sala de aula a disciplina era igual pra todo mundo.

Rosa: Então, assim, é você fala que a escola ela era bem, tinha uma disciplina bem rígida?

Vanessa: Tinha, tinha uma disciplina. Não era de judiar de aluno, mas era assim de educar, de respeitar os mais velho, respeitar as pessoa, tinha sim. Quando uma pessoa que estava conversando, mais velha, a gente não ficava, entrando no assunto, a professora tava explicando, a gente tava assim ó, né? (olhando com atenção). Prestando atenção.

Vanessa: Na época que você morava lá ou até mesmo depois, tinha influência política na escola, os políticos, assim, interferiam em alguma coisa ou não?

Rosa: Eles visitavam.

Vanessa: É?

Rosa: É.

Vanessa: Os políticos, é, do município?

Rosa: É. E depois que eu saí, que eu já, já não tava trabalhando mais, num tava mais na direção, que aí eu peguei o serviço de saúde, aí tinha político que até colaborou pra não fechar a escola, né? E pedia, mas não teve...

Vanessa: Mas, então esse envolvimento político foi pra ajudar?

Rosa: Pra ajudar. Não, pra atrapalhar que eu saiba, não tem não.

Vanessa: Quando você fala que você estava na direção era quando você era da APM?

Rosa: É.

Vanessa: Ah, entendi.

Rosa: Aí eu era vice-secretária, então eu tava sempre participando, sempre. Das reuniões.

Vanessa: É, então você sabe desse envolvimento político e tudo.

Rosa: É que quando foi pra fechar, teve político que queria deixar aberta, mas...

Vanessa: Que lutou pra...

Rosa: É. Tinha a associação de pais e mestre né? Então, sempre ia o pessoal de Dourados lá falando, ensinar, dar palestras. Né?

Vanessa: Então, assim, você fala que as pessoas, é, colaboraram pra que a escola permanecesse.

Rosa: Permanecesse.

Vanessa: E o motivo então dela acabar...

Rosa: Só foi porque o secretário falou que a escola estava dando prejuízo.

Vanessa: É o secretário de educação do estado.

Rosa: Do estado. E aí ele que não aceitou.

Vanessa: Vocês lutaram e mesmo assim...

Rosa: Não teve jeito

Vanessa: E aí fechou. E assim, você tem alguma coisa assim de pontos negativos da escola? Coisas assim, aí, mas poderia ter sido melhor, poderia ter sido diferente.

Rosa: Olha que eu me lembro não.

Vanessa: Não?

Rosa: Não sei se é porque eu não tinha entendimento ou porque não acontecia né?

Vanessa: E você acha assim, a comunidade toda era a favor da escola.

Rosa: É

Vanessa: Ajudava.

Rosa: O pessoal era bem participativo nas festa, ajudava. Nunca eu vi assim os diretor reclamando, né? E sempre falava assim, que a escola só funciona com os professor, os aluno e os pais.

Vanessa: Todo mundo

Rosa: Sempre a diretora tava falando.

Vanessa: Essa era a Margarida.

Rosa: É, Margarida, Marlene.

Vanessa: Dona Marlene também foi uma diretora que colaborou também.

Rosa: Foi, foi, a Marlene eu não tenho nada pra fala dela né, nem a Margarida.

Vanessa: Participativas

Rosa: É. A Margarida lutou muito pra não fechar a escola.

Vanessa: É?

Rosa: É. A Margarida lutou

Vanessa: Então assim, ali as pessoas só queriam ajudar

Rosa: Queria ajudar, mas...

Vanessa: E o problema mesmo então foi do Governo Estadual.

Rosa: Foi do governo e o que eu saiba ali ninguém queria que fechasse essa escola.

Vanessa: Só que não tinha os alunos

Rosa: É não tinha. E também o desequilíbrio de aluno, falta de aluno, foi os equipamentos, porque daí todo proprietário tinha equipamento, não precisava mais ter uma família no sítio.

Vanessa: E as famílias tinham que se mudar

Rosa: E as famílias foi saindo, foi saindo

Vanessa: E assim a o ensino da escola era um um ensino assim exemplar né?

Rosa: Era. Olha porque dali tem muita gente que tá bem. Saiu dali e...

Vanessa: E continuou...

Rosa: Continuou e subiu bastante.

Vanessa: É, se formou?

Rosa: Se formou.

Vanessa: Olha aí que bom. Então é, assim, ela, você é, fala assim, então ela deu uma base boa.

Rosa: Deu, e os menino que saiu dali que foram estudar...

Vanessa: Progrediu

Rosa: Foi pra frente.

Vanessa: Aí, que bom.

Rosa: Então, ali, a base dali foi bem boa.

Vanessa: Hm-huh. E aí a escola ela foi construída então pelo a a de material, pelo governo do estado.

Rosa: Foi.

Vanessa: E o governo do estado vinha sempre ali ou era mais do município?

Rosa: Olha o único que foi lá, foi o Pedrossian.

Vanessa: É? Que inaugurou a energia.

Rosa: É, os outros não era tão particulares assim, tão... O Pedrossian era mais, eu achava ele mais participativo com as coisas. Então ele ia.

Vanessa: Uh-huh. E o Laércio como funcionário também gostava, não achava ruim lá

Rosa: Não, vixe o Laércio gostava de ir pra escola.

Vanessa: É. Ai que bom.

Rosa: Ali tudo é ele, o que a escola queria, ele fazia.

Vanessa: Hm-huh. e assim, os diretores, os professores eram uma equipe que se davam bem.

Rosa: É, se dava, porque eu nunca soube de atrito nenhum ali dentro não. Que eu saiba não.

Vanessa: É, e a contratação, você lembra como era ou não? Que você, não sei se...

Rosa: Não, eu não sei se era através da prefeitura ou se ou como que era. Sei que depois teve concurso, mas o concurso é novo, de pouco tempo. Até o Claércio participou do concurso pra pra trabalhar de auxiliar lá na secretaria.

Vanessa: Mas, isso na época que ainda tinha a escola?

Rosa: Tinha a escola. E teve um concurso, só que lá só tinha uma vaga e o Claércio ficou em quarto lugar. Aí ele não pegou.

Vanessa: Meu Deus, mas então teve professores que assumiu lá alguma o desse concurso

Rosa: Teve, teve gente que dava aula lá que era concursada. Teve uns que não, outros, uns era contratado, que a Margarida falava e outros era concursado, ela falava.

Entrevista realizada com o Senhor Reinaldo Doreto

Data: 08 de junho de 2022 - Horário: 14h 30min. Itaporã-MS

Vanessa: É, então assim, a gente inicia é... eu perguntando assim, quanto tempo que o senhor morou lá naquela localidade?

Reinaldo: Morei dois anos, ano de 61 e 62.

Vanessa: Ah tá o senhor foi pra lá, por quê?

Reinaldo: Ah o Frei Liberato, o o Ismar Moreira, voltou pra Itaporã não queria lecionar mais. Então o Frei Liberato falou comigo que eu eu era professor da da do terceiro e quarto ano aqui, mas lá tinha cento e vinte aluno naquela época. Então eu peguei duas classes pra mim e uma pra minha esposa, então nós em doze horas de trabalho dividimos essas três salas de aula.

Vanessa: Então antes o senhor morava em Itaporã.

Reinaldo: É.

Vanessa: E aí foi pra lá pra dar aula mesmo.

Reinaldo: É fui pra lá. A, a nossa casa era, a metade era a escola e a metade era residência, só tinha um espaço no meio.

Vanessa: Ah, então, o senhor morava na escola?

Reinaldo: Morava na escola. A frente da escola era a área da minha casa. A área da, da escola era a frente da minha casa.

Vanessa: Então, o senhor morava praticamente assim, no fundo da escola.

Reinaldo: Não, eu morava praticamente dentro da escola, era um prédio só.

Vanessa: Ah, era um prédio só.

Reinaldo: Era só um prédio só. Então.

Vanessa: Hum. E aí o senhor veio, o senhor veio morar aqui em Itaporã? O senhor nasceu aqui ou o senhor veio com os pais?

Reinaldo: Não, eu nasci em Américo de Campos do estado de São Paulo, pra baixo de Votuporanga, na grande Rio Preto.

Vanessa: E aí o senhor veio com os pais?

Reinaldo: É, eu vim com os pais, nós viemos pra plantar café, eu num vim pra lecionar, porque eu era leigo. Uma pessoa descobriu que eu tinha quarto ano na época. E quarto ano na época era primário completo. Naquela época era o primário completo. Então senhor Marcelino Lopes de Oliveira falou: Reinaldo cê num quer vir lecionar aqui em Itaporã, mas não seu Marcelino eu não tenho preparativo. Eu só, eu só tenho primário. Ele falou: não, você serve. Aqui nem nenhum dos professores que está aqui não, não são normalista. Todo é leigo. E você serve, e você vai pegar a quarta, a a a classe do quarto ano. Falei: como? Eu vou pegar a classe do quarto ano se eu só, lecionei, aprendi até o quarto. Mas a decepção minha foi grande. Eles não aprenderam no quarto ano o que eu sabia no terceiro. O estudo era muito fraquinho, muito fraquinho.

Vanessa: Ah, isso aqui em Itaporã?

Reinaldo: Aqui em Itaporã. Eu comecei em cinquenta e cinco, cinquenta e seis, eu lembro lecionei até sessenta aqui, depois fui dois anos lá pro pro Lote dos Padre que é o Bairro São Francisco a gente chamava de Lote dos Padres, né?

Vanessa: É.

Reinaldo: O Frei Liberato chegou e falou pra mim: ó o Ismar foi embora, cê não quer vir lecionar pra nós não? Lá tem cento e vinte aluno.

Falei: não, eu não vou não, é muita gente pra gente trabalhar.

Ele falou: rapaz, eu preciso dum professor lá.

Eu falei: ó frei, se vocês der os três salário que a prefeitura me der e mais um salário por fora, eu vou, se não, eu não vou. E o Frei Liberato pagou os dois ano pra mim um salário a mais de bonificação pra mim ficar lá.

Vanessa: Ah, que daí o senhor teve que morar lá.

Reinaldo: Exatamente. E com isso eu ganhei a meninada, a Maria Alice, Antônia Alice, você conhece elas?

Vanessa: Não, não, eu não.

Reinaldo: É a mulher do Eduardo Rebeque

Vanessa: A mulher do Eduardo Rebeque eu conheço.

Reinaldo: Então, é acho que ela é a Maria, né?

Vanessa: Hm-huh.

Reinaldo: É. Pergunta pra ela, um dia que você conversar com ela, quem foi o professor Reinaldo pra ela?

Vanessa: Ah, eu, eu vou perguntar então. E aí então assim, o pai do senhor veio pra cá pra plantar, pra...

Reinaldo: Nós viemos pra plantar café, derrubei mato no primeiro ano, nós chegamos em cinquenta e quatro aqui.

Vanessa: Hm-huh. Aí veio, comprou uma terra.

Reinaldo: Compramos um sítio, e, e plantamos café. Depois não deu certo que a geada de cinquenta e cinco acabou com tudo.

Vanessa: É? Geada muito forte?

Reinaldo: Muito forte.

Vanessa: Hum, entendi. Então assim, mas quando o senhor foi lá já, já existia a escola.

Reinaldo: A escola já existia, o Ismar Moreira já lecionava lá naquele tempo e antes do Ismar Moreira, parece que, parece que teve outro professor que morou aqui também, é, eu esqueci o nome dele.

Vanessa: Hm-huh.

Reinaldo: Eu esqueci o nome dele.

Vanessa: Mas, o o assim é assim, os padre que pagava o salário então, não era, não era a prefeitura?

Reinaldo: Era a prefeitura.

Vanessa: A prefeitura que pagava?

Reinaldo: É, a prefeitura. Era a escola municipal.

Vanessa: Ah na época que o senhor foi era escola municipal.

Reinaldo: Escola municipal do bairro São Francisco.

Vanessa: Ela já era do município, né? Já era do município já.

Vanessa: Ah, mas era os padre que cuidava.

Reinaldo: Exatamente, mas é os padres que cuidava da escola.

Vanessa: Hm, entendi.

Reinaldo: Eles cuidava da escola.

Vanessa: Mas, aquela escola ela foi criada pelos padres ou pelo município?

Reinaldo: Eu acho que foi os padres que criou, eu não tenho muita certeza não porque eu fui o terceiro professor de lá. Eu não tenho muita certeza, mas pelo que os padres falava, é eles que construíram tudo aquilo lá. Foi eles que construíram.

Vanessa: Entendi. É, e o senhor sabe porque que eles decidiram construir uma escola ali naquele lugar?

Reinaldo: Porque é muita criança e estava longe pra ir pra Piraporã, era muita criança demais e pra ir pra Piraporã cento e vinte aluno?

Vanessa: É

Reinaldo: Aí a distância ia ficar muito longe pra pra muitos alunos

Vanessa: Uhum.

Reinaldo: Então os padres resolveram construir aquela escola.

Vanessa: Entendi. E essa primeira que eles construiu foi a mesma que o senhor deu aula.

Reinaldo: É a mesma que eu dei aula.

Vanessa: Hm-huh. E o senhor assim, é o que que do da criação da escola que o senhor sabe foi os franciscano mesmo, foram os padres mesmo.

Reinaldo: Essa é, eu eu não tenho outra informação a não ser os padres.

Vanessa: E aí a prefeitura ajudava a manter a escola.

Reinaldo: A prefeitura mantinha os professores.

Vanessa: Hm-huh. Entendi. E aí pra dar aula lá precisava morar lá.

Reinaldo: É, precisava morar lá, porque de Itaporã lá é muito longe, é quase dezessete ou dezoito quilômetros, não sei daqui de Itaporã. Então, pra ir dois professor todo dia lá era muito difícil ou três professores. Então como eu era casado aproveitou o meu serviço.

Vanessa: Ah, e aí mas, aí tinha mais professores lá?

Reinaldo: Não, era só nós dois, era só eu e minha esposa. Ela assumiu uma classe do segundo ano, a, primeiro eu fiz uma classe de segundo ano no primeiro horário, no segundo horário já peguei uma classe só de primeiro ano e na outra classe eu peguei terceiro e quarto ano.

Vanessa: Era junto, era muito seriada, as... era junto o terceiro e quarto ano na mesma sala?

Reinaldo: Mesma sala.

Vanessa: Hum, entendi.

Reinaldo: Esses que davam uma quantia de aluno.

Vanessa: Hm-huh. E assim, tinha muita dificuldade nessa época da, assim, em relação a escola, pra desenvolver a escola.

Reinaldo: Não, não tinha muita dificuldade não. Que eles davam um programa pra gente e a gente trabalhava em cima daquele programa.

Vanessa: E quem quem dava era os padres?

Reinaldo: Não.

Vanessa: O município?

Reinaldo: O diretor das escolas municipais que dava o trabalho pra gente.

Vanessa: Ah, mas de outra escola?

Reinaldo: Não, da da das escolas municipais. Aquele tempo, não existia diretor em cada escola, era um diretor pro município todo.

Vanessa: Ah, entendi.

Reinaldo: E quando era tempo de exames, oh, todas as vezes o diretor requisitava eu pra pra ir fazer exame com ele em todas as escolas municipais.

Vanessa: Ah, e aí ia passando por escolas?

Reinaldo: Por todas escolas, fazia na minha primeira e depois eu, eu, acompanhava ele.

Vanessa: Ah, entendi. Então é, e o senhor trabalhou só como professor mesmo na escola?

Reinaldo: Só como professor. Trabalhei como diretor aqui em Itaporã. Mas é, mas na escola...

Vanessa: Ah, o senhor foi diretor aqui.

Reinaldo: É, eu fui assumi o cargo de professor e diretor.

Vanessa: Olha só, e mas, lá foi só como professor mesmo?

Reinaldo: Lá foi só como professor, já não dava tempo, eu já tinha duas classes pra mim funcionar. E a mulher uma, num dava tempo, aí eu deixei de ser diretor.

Vanessa: Entendi. E assim, tinha mais funcionários na escola nessa época ou era só o professor?

Reinaldo: Não, não, era só nós mesmo. Quando tinha que fazer algum serviço na escola, a gente convocava a meninada e eles fazia

Vanessa: Colocava os alunos pra ajudar?

Reinaldo: Colocava os alunos pra pra fazer, pra carpir, pra limpar, tudo, a gente colocava os aluno.

Vanessa: E merenda, tinha?

Reinaldo: Não, aquele tempo não tinha merenda.

Vanessa: Ah, entendi.

Reinaldo: Cada um com... os horário era meio apertado, tinha quinze minutos de recreio cada um, cada um trazia seu lanchinho de sua casa.

Vanessa: Ah sim, então não tinha merendeira.

Reinaldo: Não, não tinha merendeira, não tinha nada. Só tinha um livro pra chamada dos alunos só.

Vanessa: Só isso?

Reinaldo: Só. Tinha mais nada.

Vanessa: E, e a rotina da escola era: chegava de manhã, tinha as aulas normal, o recreio.

Reinaldo: Ah eu pegava uma turma das seis às dez com quinze minutos de recreio. Das dez às duas com quinze minutos de recreio. Das duas às dezoito com quinze minutos de recreio.

Vanessa: Ah, era três três turnos.

Reinaldo: Três turmas. Três turmas.

Vanessa: Uhum. Entendi. E a contratação então, o padre chamou o senhor né?

Reinaldo: Mas, quem contratou a gente foi a prefeitura municipal de Itaporã.

Vanessa: Recebia por ela né?

Reinaldo: É. O padre só administrava a escola.

Vanessa: Hm-huh. Então tinha quantos alunos na época?

Reinaldo: Na época tinha cento e vinte alunos.

Vanessa: Nossa. Hum. E aí nesses dois anos, né? Que o senhor trabalhou lá a escola desenvolveu, foi aumentando ou...

Reinaldo: Como você disse?

Vanessa: É assim, como ela aumentou, aumentou quantidade de alunos?

Reinaldo: Não.

Vanessa: Ou ela permaneceu.

Reinaldo: Aí começou, aí começou a o, o desenvolvimento agrícola. E o, o, Walter Espada da Betoni escreveu um livro. E, e ele me, ele usou o meu nome como professor Teles. Ele podia ter usado meu nome se pedido, ele podia ter usado. Ele usou como meu nome

Professor Teles. Naquele tempo a roça lá era cheia de toco e, e apareceu uma máquina pra colher soja. Então, os caras ficavam em cima dela e enchia o saco, o cara costurava, jogava ia deixando pra roça e o Walter Espada chegou: o professor, ó, que beleza, hein? O vai, vai colhendo, vai deixando pra trás, depois já vai pegando.

Eu falei, falei: Valter, isso é um começo de história. Daqui uns tempo vai vim máquina que vai tirar todo esses toco. Ela vai jogar tudo em cima dos caminhões e vai transportar daqui pra pra fora, sem nenhum problema. Aí ele pôs no no no comentário dele, ah, fazendo a história: se completou a profecia do professor Teles.

Vanessa: Ah, porque começou é... o maquinário.

Reinaldo: Do maquinário. Do maquinário, completou a filosofia do professor Teles.

Vanessa: Hum, entendi.

Reinaldo: Então, mas é isso aí, eu tenho orgulho de ter sido professor. Apesar de, de não ser normalista, eu tenho orgulho.

Vanessa: É porque na época era isso.

Reinaldo: Exatamente. e naquele tempo aluno respeitava professor e professor respeitava aluno.

Vanessa: Hm-huh.

Reinaldo: Agora, hoje em dia o professor não pode respeitar o aluno, porque ele não respeita o professor, como é que ele vai respeitar o aluno?

Vanessa: É.

Reinaldo: Não é verdade?

Vanessa: Hm-huh.

Reinaldo: Né?

Vanessa: E como que era o convívio do senhor com os alunos na sala de aula?

Reinaldo: Muito bom.

Vanessa: É?

Reinaldo: É, quando chegava o fim do mês, os pais: como é que foi meu filho? Eles estudaram bem, não te deu trabalho? Era assim, a nossa, o nosso conviver.

Vanessa: Hm-huh.

Reinaldo: É, era muito bom, era muito sadio.

Vanessa: E os alunos respeitavam?

Reinaldo: Respeitava, sem bater em aluno, num eu, o Osmar batia demais. Depois que eu saí, eu já, eu briguei com o Prefeito, fui embora, fui pra lá em São Paulo e e os alunos escreveram pra mim, seu Reinaldo, volta aqui que as professora tá batendo na gente.

Vanessa: Nossa. Ah é duro né?

Reinaldo: É.

Vanessa: E hoje a escola não tem mais, né?

Reinaldo: É, hoje nós existe mais, porque ó, a maioria vendeu o sítio. Os que não venderam o sítio mudaram pra cidade ou mudaram pra Piraporã, pra Santa Terezinha, pra Montese e pra Itaporã. Eles deixaram o sítio lá. Hoje eles não planta nem pé de mandioca lá.

Vanessa: E o motivo deles ter saído dali de não ter mais alunos...

Reinaldo: E o motivo de não ter mais alunos, a prefeitura tem que pegar aluno no município inteiro. A prefeitura se encarregou de pegar aluno, até, até, a, até na fazenda, pega tudo os aluno e e leva pra cidade ou leva pra Piraporã, leva pra Montese, pra Itaporã ou pra Carumbé.

Vanessa: E por que que fechou a do Lote dos Padres?

Reinaldo: Fechou a do Lote dos Padres, porque acabou os aluno. Os aluno foi mudando. Foi, foi mudando. E até as Irmãs teve que vir embora pra Itaporã porque não tinha mais serviço pra elas.

Vanessa: Na época que o senhor dava aula lá as Irmãs já estavam ou não?

Reinaldo: Não, não.

Vanessa: Elas chegaram depois.

Reinaldo: É. O Frei Liberato me avisou: seu Reinaldo você vai sair porque as Irmãs vão chegar.

Vanessa: Ah, quando o senhor saiu é porque elas iam vir?

Reinaldo: Exatamente. Eu fui mandado, retirado de lá.

Vanessa: Entendi. Ah é porque elas iam ir pra ajudar nas aulas.

Reinaldo: Não, as Irmã era professora.

Vanessa: Ah, elas eram professoras.

Reinaldo: Eram professoras, e no Antônio João aqui em Itaporã também até pouco tempo tinha um montão de Irmãs que eram professoras.

Vanessa: Ah, então aí quando elas chegaram era só as Irmãs que davam aula.

Reinaldo: Exatamente. As Irmãs chegaram pra Itaporã, não pra convento, eles chegaram pra dar aula.

Vanessa: Ah, sim

Reinaldo: Chegaram pra ser professoras. Umas foi pro bairro São Francisco que é o Lote dos Padres e as outras ficaram no Antônio João.

Vanessa: Ah entendi. E assim é, então, aí elas chegaram, aí o senhor veio embora e ficou...

Reinaldo: Aí eu vim pra Itaporã. Oh, eu vim pra Itaporã e o prefeito pois pra trabalhar na na prefeitura, auxiliar do tesoureiro. E eu não gostei do serviço.

Vanessa: Entendi.

Reinaldo: E eu não gostei, eu antes de... fui a burrada que eu fiz na minha vida, eu antes de falar pra eles, ó, eu quero voltar a ser professor e pronto. Eu falei, não, eu vou pra São Paulo e fui embora. Oh, sem cabeça. Se tivesse uma pessoa pra me orientar, acho que eu não teria ido.

Vanessa: Teria continuado o professor?

Reinaldo: Eu teria voltado para lecionar e continuaria professor.

Vanessa: E o senhor, e o senhor sabe quanto tempo as Irmãs ficaram ali ou não?

Reinaldo: Olha, depois que eu fui embora não, não sei quanto tempo elas ficaram não.

Vanessa: Porque depois elas, elas já não ficavam mais como professoras né?

Reinaldo: Não, as Irmãs acabou a escola elas vieram tudo pro convento pra Itaporã. **Vanessa:** Porque depois também construíram uma escola de, de alvenaria. A escola era de madeira na época que o senhor dava aula ou não?

Reinaldo: Era, era de madeira naquele tempo.

Vanessa: E aí depois construiu a de alvenaria de tijolos?

Reinaldo: Eu não sei. Eu não sei.

Vanessa: Ah, porque daí o senhor já não estava mais.

Reinaldo: É, já e eu já fui embora de lá, eu não sei. Eu não sei o que aconteceu.

Vanessa: Entendi.

Reinaldo: Até os pouco tempo que eu já tinha carro, quando saia festa no bairro São Francisco a turma lá: vai chegando o nosso professor aqui.

Vanessa: Oh meu Deus, eles gostavam muito do senhor.

Reinaldo: É. Eu fiz nome lá.

Vanessa: Ah, que bom. Mas isso é bom porque assim é sinal que o senhor fez bem pra eles.

Reinaldo: Exatamente. Eu respondi o que eles precisavam. Né? Eu respondi. Se você achar algum aluno que, que desses que, o, o Valdizar foi meu aluno.

Vanessa: Ah, ele foi aluno do senhor.

Reinaldo: O Valdizar, a finada Leontina.

Vanessa: Também, olha, então o senhor deu aula pra muita gente da região ali, né?

Reinaldo: Deu, dei muita aula pra gente. Vocês pergunta pra eles, como eu era como professor. Pra ver eu era completamente diferente dos cara que já trabalharam lá.

Vanessa: É, mas eu já ouvi isso. Eu já ouvi isso, o seu Sebastião ele, nossa, ele guarda assim muito carinho pelo senhor por causa dessa... do jeito do senhor

Reinaldo: É, e até hoje eu tenho muito carinho por eles.

Vanessa: É, ele fala muito bem do senhor, tanto que eu não sabia que o senhor tinha dado aula lá. Aí foi ele que me falou. E assim na época que o senhor dava aula, assim, vinha um planejamento pra seguir?

Reinaldo: Não, no começo do ano eles davam um livro de quarto ano, um de terceiro, de segundo e de primeiro.

Vanessa: E aí seguia o livro.

Reinaldo: Aí a gente seguia o livro.

Vanessa: Entendi

Reinaldo: Aí a gente dividia as matéria porque antigamente, era, o professor era de português, matemática, ciência, geografia e história, ele fazia tudo. Então era, era difícil pra gente.

Vanessa: E mandava tarefa pra casa?

Reinaldo: Mandava tarefa, a gente fazia muita tarefa.

Vanessa: E os alunos faziam?

Reinaldo: E fazia, como era muito aluno, eu corrigia uma tarefa bem certinha e distribuía pra a, aluno: oh você vai ajudar ele, oh vai conferir ele, conferia e eles ficava todo...

Vanessa: Ah, os alunos ajudavam.

Reinaldo: Os aluno ajudava eu conferi as matérias.

Vanessa: E os pais eram participativos?

Reinaldo: Os pais era tudo participativo, amigo da gente.

Vanessa: É e eles colaboravam?

Reinaldo: Eles colaboravam, perguntava se os filhos foi bem e tudo, né?

Vanessa: E, e pra manutenção da escola eles colaboravam alguma coisa?

Reinaldo: Ah, não, eh nós fizemos uma caixinha pra comprar bola, pra comprar coisa e nós fizemos uma caixinha entre os alunos e o o Sebastião era o tesoureiro.

Vanessa: Ah é?

Reinaldo: Ele que fazia tudo as contas, todo mês chegava um mês, ó, vamos ver quantos de dinheiro nós gastamos, na nossa, na nossa escolinha. Vamos, ah, tá, fazia, comprou tanto, gastou tanto, tanto. Sebastião vai, vai fazendo... Seu Reinaldo, sobrou tanto, sobrou tanto.

Vanessa: Então vocês ajudavam na, nesse orçamento, nos gastos...

Reinaldo: Ajudava no orçamento, ajudava tudo.

Vanessa: Ah, muito bom.

Reinaldo: Era da gente, fazia tudo.

Vanessa: E tem alguma coisa assim que, o senhor recorda que quer falar dessa época?

Reinaldo: Ó, o que eu recordo somente foi da da do Walter Betoni, do livro que ele fez. Eu não recordo mais nada de coisa. Ah, e eu que recordo também que todo domingo a gente que não tinha que fazer, o Zé Ferraz tinha um bar, ali pertinho. Eu não sei se existe esse bar até hoje. O Zé Ferraz tinha um bar e ele fez um campo de bocha, então quando tá Rebeque e Betone, aquela italianada e eu também sou da mesma raça. Né? Daí jogava a bocha o dia inteiro, mas sabe que nós apostávamos? Garrafão de vinho.

Vanessa: Que legal.

Reinaldo: Apostava um garrafão de vinho, então todo mundo que tava lá ia tomar o vinho. A outra turma apostava outro garrafão de vinho, e a gente ia tomar o vinho.

Vanessa: Aí tomava junto todo mundo.

Reinaldo: Todo mundo.

Vanessa: Todo mundo era amigo né.

Reinaldo: Era todo mundo era companheiro e amigo. Então era isso, e eu até hoje eu tenho aquele povo no coração.

Vanessa: Ai que bom.

Reinaldo: Uma gente muito boa e muito amigo demais.

Vanessa: E teve algum envolvimento político, alguma coisa assim, que colaborou pra ela (a escola) não existir mais ou não?

Reinaldo: Não, o, o que foi que acabou com, com a escola de lá é o pessoal foi indo embora. Só foi indo embora, foi indo embora, foi indo embora até que teve que fechar a escola.

Vanessa: Ah sim.

Reinaldo: Inclusive a da, aqui da Pedra Bonita, ela teve fechada porque os alunos abandonaram, vieram tudo pro centro. Tem que fechar a escola.

Vanessa: Entendi.

Reinaldo: E foi isso que aconteceu. Mas, não teve nenhuma influência política de jeito nenhum.

Vanessa: Fechou porque não tinha mais alunos.

Reinaldo: Exatamente. Fechou porque não tinha mais aluno.

Vanessa: Entendi. E não ter mais alunos era porque eles mudavam pra cidade em busca do quê? De trabalho?

Reinaldo: Exatamente. Os pais mudaram pra, pro, pros distritos, pra, pro município. E eles entraram nas escolas do distrito e do município. É aquela ficou abandonada.

Vanessa: Entendi.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DA IRMÃ FELICIANA BENTO

Escrita da Irmã Feliciano Bento – folha 1

Em 1954, Frei Liberato, que morava no Bairro pediu Irmã para a superiora residente em Rondonópolis MT e foi mandado duas Irmãs. Quando cheguei lá já havia a escola com duas salas de madeira, duas janelas cada uma, era bem arejada, não tinha piso, só de cimento. Morávamos numa casa de madeira, anexa salas de aula. Não sei quem criou a escola. Creio que o motivo que foi criada a escola, seja o aumento de famílias de agricultores. Não tive participação na criação da escola, em escola estadual. Não havia muitos alunos, pois não havia professores, com a vinda das Irmãs foi criado a 4ª série.

Os alunos não tinham uniforme, pois todos eram pobres vinham com as roupas que possuíam, maioria vinham descalços. A escola estadual obedeci as normas que vinham bem como: a festa junina com quadrilha e marcha ocorria em meio as plantações. Era bonito ver! Não havia professores leigo na época, nem outros funcionários a limpeza das aulas as Irmãs faziam com os alunos. Com o passar do tempo foi criado a 4ª série. O número de alunos sempre aumentava, vindo da redondeza. As aulas eram em dois períodos. Cada ano aumentava os alunos.

Não tenho material do tempo, pois tudo era difícil.

Andressa, minha querida gostaria de te ajudar com maiores detalhes! Mas em Itaporã mora uma Sra. chamada Marlene casa com o Sr. José Feijó, ela poderá te ajudar mais. Procure na Paróquia, ela é simpática e prestimosa. Diga que foi eu que indiquei!

Perdão querida, se ã soube fazer o melhor, pois os meus quase 90 anos, já estão as porta. Perdão por não ser melhor. Faço votos que consiga fazer um bom trabalho! Receba meu abraço.

Irmã Fely

Irmã Feliciano Bento - parte 2

No ano de 2005, Frei Liberato residente no bairro São Francisco que era como conhecido Lote dos Padres, escreveu para a Madre superiora das Irmãs C. Franciscanas, residentes em (não legível) MT, pedindo Irmãs para abrirem uma casa religiosa no Bairro para cuidar da escola primária que havia no Bairro. Seu pedido foi atendido e em 2005 chegaram 2 Irs. A escola possuía 2 salas era de madeira, já havia, tinha 2 salas, de madeira era tudo muito precário. Frei construiu uma casa de madeira para as Irmãs, anexa às salas de aula. Era tudo muito precário, mas o suficiente para viver. Havia na escola até a 3ª série poucos alunos. No

ano seguinte foi criada a 4ª série. Aos poucos as Irmãs começaram na medida do possível, a melhorar!

Os feriados nacional, como estaduais eram obedecidos e festejados. Os alunos na maioria bem pobres. Então foi criado um uniforme padrão. Um tecido, verde com listinha brancas. As meninas era vestido e os meninos, camisa, era até bonito ver! No ano seguinte já foi criado o 4º ano. Os alunos eram preparados para assumir admissão ou 5ª série para frequentarem o então ginásio, para isso teriam que mudarem para um centro maior. A escola obedecia as orientações da então DREC. – Os feriados nacionais e estaduais eram obedecidos e festejados, com o tempo, conseguimos na uma pequena fanfarra, alguns instrumentos. Lembro com saudade do dia 07 de setembro; os alunos marchando pelas estradas em meio as plantações, lembro com saudades. O 7 de setembro havia desfiles no meio das roças e o povo acompanhava com muita alegria pois para eles era uma festa. Cada ano o número de alunos aumentava vindos da então Vila União e Montesi. Como o número de alunos aumentava e as salas poucas, ficou necessário ter aulas o dia todo, o que não foi difícil pois que lecionava eram as Irmãs, a casa delas era anexa as salas de aulas. Era tudo muito precário, mas não deixava a desejar pois na medida do possível, tudo era realizado. Quando terminava a quarta série os alunos que podiam, iam para o ginásio na cidade.

Havia muita necessidade de material, principalmente didáticos. Não posso deixar de mencionar a atenção e ajuda da prefeitura de Itaporã na ajuda da pessoa do Sr. Durval Gomes, então prefeito.

Na época, a escola, era a mais reconhecida pelo fato de ter Irmãs como professoras. – Nota: não havia funcionária a limpeza era feita pelas Irmãs e os alunos que se sentiam orgulhos por poderem prestar alguma ajuda.

Andressa não há muito que escrever pois eram tudo muito pobre

Andressa não sei se o que escrevi pode te ajudar no trabalho, pois os queridos anos vividos, perto de 90, foi possível lembrar, existe em Itaporã uma sra. chamada Marlene, casada com o Sr. José Feijó, que nos acompanhou na escola, ela poderia te ajudar, pois, ficou lá mais tempo e, é mais jovem pode lembrar. Para encontra-la procure na secretaria da paróquia que saberão te informar.

Gostaria de te ajudar melhor, mas a velhice não permite, mas mesmo assim agradeço a Deus a vida que tenho.

Faço votos que consiga fazer um ótimo trabalho.

Lembranças à Marlene. A você um abraço e votos e um tudo de bom.

Perdão que ã pude te ajudar melhor, mas faço votos que consiga, realizar um bom trabalho.

Seja feliz! E um abraço da Ir. Fely

A escola era estadual

Quando as Irmãs foram, a escola já funcionava até a 3ª série com Irmãs começou a 4ª série

Não sei como foi fundada, pois qdo fui já havia a escola.

*** Observação da Irmã Anita David**

Em todos os arquivos da secretaria conta que a casa de Itaporã foi aberta em 1/3/64 – Secretaria Ir. Anita David.

**APÊNDICE E – MENSAGEM ENVIADA POR VIA WHATSAPP POR SR. ISMAR
MOREIRA E SRA. IRAILDES MOURA MOREIRA**

O casal reside atualmente no estado de São Paulo, além das mensagens, eles disponibilizaram via WhatsApp a foto do contrato de trabalho do Sr. Ismar.

Data: 22 de julho de 2022 **Horário:** 18h10m

Sr. Ismar: Vanessa, quando iniciou lá no São Francisco, era um turno só, mas do terceiro mês em diante aumentaram muitos alunos, passou pra dois e aí era de manhã e a tarde e depois lá do curso adulto também, então teve primeiro ano só de manhã e a tarde e a noite, a noite sempre, porque o Frei Antonino, queria muito que os adultos aprendessem a ler e escrever, então começou: primeiro ano, os primeiros três meses um turno, depois dois turnos cedo e a tarde e depois cedo, a tarde e a noite. A noite era o curso adulto.

Iraildes: E eu você não conta? E a alfabetização quem deu?

Ismar: Calma, mãe. Deu pra entender?

Iraildes: Ela não vai responder, é você que vai falar. Eu to apertando aqui pra você falar, depois ela vai falar.

Ismar: E veja bem, nessa época quando começou era um turno e depois dois turnos e sempre o curso adulto a noite também e aí criou-se três turnos e a Iraildes dava aula em um turno...

Iraildes: Alfabetização

Ismar: primeiro ano, e eu dava aula para segundo, o resto né, segundo, terceiro e quarto ano e a noite que era o curso adulto. Qualquer dúvida estou a suas ordens.

Iraildes: Vanessa, você, você, perguntou se podia usar o meu nome aí, pode sim, tá. Obrigada, fica com Deus.

Data: 31 de julho de 2022 **Horário:** 13h57m

Sr. Ismar: Eu fiz o primeiro ano na Escola Técnica de Comércio em São Paulo.

Sra. Iraildes: E eu fiz o primário.

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO DE INCORPORAÇÃO DA ESCOLA FRANCISCO DE ASSIS
À REDE ESTADUAL DE ENSINO

Fonte: Arquivo disponibilizado pela Senhora Marlene Barbosa Sampaio

ANEXO B – RECONHECIMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU DE 5ª A 8ª SÉRIE

DELIBERAÇÃO CEE Nº 431, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982 ✓

*Reconhece o ensino do 1º grau e valida estudos
da Escola Estadual do 1º Grau "Francisco de Assis",
com sede em Itaporã/MS,*

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer CEE nº 388/82 aprovado em sessão Plenária de 10.12.82, e tendo em vista o que consta dos Processos CEL/MS nºs 2066/82 e 2067/82,

DELIBERA:

Artigo 1º - Fica reconhecido o ensino do 1º grau completo, da Escola Estadual do 1º Grau "Francisco de Assis", com sede em Itaporã/MS, nos termos do Parecer CEE nº 388/82-CEPP.

Artigo 2º - Ficam validados os estudos de 1º grau oferecidos pela mesma Escola, no período de 1978 a 1981.

Artigo 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/MS, 10 de dezembro de 1982

CONS. RUTH PINHEIRO DA SILVA
Presidente

HOMOLOGO

Em, 21 / 12 / 82

FAUZE SCAFF GATTASS FILHO

Secretário de Estado de Educação

Fonte: Arquivo disponibilizado pela Senhora Marlene Barbosa Sampaio

ANEXO C – PARECER FINAL CONSUBSTANCIADO DO CEP



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCOLA „FRANCISCO DE ASSIS”: CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E NEXOS ESTABELECIDOS COM A ESCOLARIZAÇÃO EM ITAPORÃ- MT/MS (1955-2004)

Pesquisador: VANESSA ZANQUINI JANCZESKI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55695121.2.0000.5160

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.388.695

Apresentação do Projeto:

1.Introdução

Este projeto objetiva contribuir para a escrita da História da Educação do sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul , a fim de proporcionar a ampliação do conhecimento sobre a temática, buscando elucidar em torno da criação e funcionamento de instituições escolares no sul de Mato Grosso/MS, mais precisamente na atual microrregião de Dourados . Por meio da análise da historiografia das instituições escolares se faz possível analisar as mudanças e as permanências de produções e organizações adotadas em um dado espaço e tempo. As instituições escolares são palcos de histórias de vidas, os sujeitos da sociedade são os protagonistas da história de uma região, e a historiografia das instituições escolares oportuniza a reconstrução dessas histórias. De acordo com Magalhães (2004), uma instituição não é somente um espaço físico ou um sistema, ela é um conjunto de ideias, relações sociais, normas, representações e apropriações, de modo que historiar uma instituição educativa é compreender seus processos de desenvolvimento dentro das relações sociais com os sujeitos envolvidos. A educação é construção e reconstrução, formação e mudanças e a historiografia das instituições é a base para o entendimento desse processo histórico. A ideia do desenvolvimento desse projeto surgiu pelo meu interesse pessoal no decorrer da minha trajetória estudantil. A história das instituições escolares sempre despertou minha atenção. Outro fator muito apreciado por mim era ouvir histórias e observar fotos das instituições escolares frequentadas por meus familiares, estes sempre contaram sobre suas dificuldades

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.388.695

2.4. Falta a explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver; Eventuais gastos com locomoção, por exemplo, precisam ser ressarcidos. Não há clareza, neste caso, se o participante irá se locomover, onde ocorrerão as entrevistas. (ATENDIDO)

2.5. Falta o campo para assinatura do participante em todas as páginas bem como a numeração das página (ex.: 1 de 2 e 2 de 2);
(ATENDIDO)

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP/UFGD, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer n. 5.283.036.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1875358.pdf	16/04/2022 20:31:33		Aceito
Outros	Consideracoes_ao_parecer_do_CEP.pdf	16/04/2022 20:30:31	VANESSA ZANQUINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/04/2022 20:27:14	VANESSA ZANQUINI JANCZESKI	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso.pdf	07/02/2022 21:24:02	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Outros	Declaracao_de_Compromisso.pdf	07/02/2022 21:23:21	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura.pdf	16/12/2021 10:25:29	VANESSA ZANQUINI JANCZESKI	Aceito
Outros	Resolucao.pdf	16/12/2021 09:43:08	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	15/12/2021 21:30:30	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	15/12/2021 21:22:37	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Declaração de	Infraestrutura.pdf	15/12/2021	VANESSA	Aceito

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.388.695

Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	21:20:12	JANCZESKI	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/12/2021 21:18:54	VANESSA ZANQUINI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	15/12/2021 21:14:39	VANESSA ZANQUINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 04 de Maio de 2022

Assinado por:
Leonardo Ribeiro Martins
(Coordenador(a))

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br

ANEXO D – MEMORIAL DA IRMÃ FELICIANA BENTO ENVIADO PELA IRMÃ CRISTINA

FELICIANA BENTO

Sou Irmã Feliciano Bento, nascida aos 11 de novembro de 1933, em Pedras Grandes, Santa Catarina, município de Tubarão.

Na época, a comunidade era rural, a maioria do povo trabalhava na roça ou na estrada de ferro onde o trem passava. Tinha três trens que transportavam de carvão e três passageiros. Nessa corrutela morei até os 16 anos, e com essa idade entrei na Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Meus pais: José Francisco Bento e Nelbina Goudinho. Eram agricultores e plantavam arroz, trigo feijão etc. Moravam nessa corrutela e tínhamos uma vida boa na época. Eram praticantes da religião católica. Sempre fizeram questão que eu estudasse, mas só havia o quarto ano primário. Éramos seis irmãos, quatro homens e duas mulheres. Eu ocupo o 4º lugar entre os irmãos. Meus avós, tios e primos não tiveram influência em minha vida vocacional.

Meus estudos: Fiz o curso primário em Pedras Grandes. Lembro-me com saudade das minhas professoras. No primário sempre obtive boas notas.

Cursei o Magistério na Escola Sagrado Coração de Jesus em Rondonópolis, e Licenciatura curta em Administração Escolar em Corumbá – MS e Licenciatura Plena em Barretos - SP.

O que mais me marcou foram alguns professores. Foi difícil e muito sacrificado, pois trabalhava na escola durante todo o ano letivo e nas férias estudava o tempo todo. Foi difícil, mas valeu.

Fiz outros cursos na área da educação, mas não lembro. Na área da catequese: CART, Bíblia por correspondência, um com especialistas na área. Curso de Franciscanismo em Agudos - SP. Centro de Renovação Espiritual (CERNE) em Salvador - BA.

Doenças: Graças a Deus, não tenho doença grave. Só pressão alta, mas cuidando dá para viver. No decorrer da minha vida tratei das seguintes doenças: Em 2010 fui submetida a um procedimento de cateterismo e uma angioplastia. Há anos passados, fiz redução das

mamas, Apendicite, amígdalas, histerectomia. Em 2016 tive inflamação nos trigêmeos da face direita. No momento continuo em tratamento com medicação continua. Em 2015 fiz cirurgia de Catarata em Joinville - SC.

Sinto-me feliz e agradecida, por ter tido bons exemplos na família e na vivência religiosa. O trabalho na comunidade e a vivência com Deus e com o povo simples tem me ajudado muito. Hoje devido minhas limitações de idade, não participo mais, mas sinto muita falta. Para mim Deus é o centro de tudo. A trindade Santa faz parte do meu dia a dia. Maria Santíssima está do meu lado e caminha comigo.

Vocação: Ninguém me convidou, foi Deus que me inspirou. Minha caminhada vocacional não foi nada fácil, mas encontrei muitas pessoas que me ajudaram e que me ajudam até hoje. Com as qualidades que tenho, procuro fazer o que posso para o bem da irmandade. Apesar das limitações da idade, consigo fazer algo, e faço com amor.

Área profissional: Fui professora em Campo Grande no início da carreira e dando início ao Patronato São Francisco, como professora primária. Fui professora de ensino religioso na Escola Dom Bosco em Campo Grande - MS. Em Vila Bela da SS. Trindade - MT exerci a função de coordenadora pedagógica e professora. Em Pedra Preta trabalhei como coordenadora pedagógica do Ginásio. Em Cáceres - MT fui professora somente um ano. Fui professora no curso ginásial em Caarapó – MS e no Magistério em Rondonópolis - MT. Exerci a função de Diretora no Ginásio Narciso Menezes em Caarapó. E foi em Vila Bela da SS. Trindade, onde me aposentei com 30 anos de magistério.

Área Pastoral: Na pastoral fui catequista, coordenadora dos ministros, visitas às comunidades, famílias, missões populares. Grupos de novenas, de famílias. Cursos em preparação do Batismo. Animadora do Apostolado da Oração. Na Vila Bela da SS. Trindade, assumi a animação da Paróquia, pois o padre só dava assistência esporadicamente.

Agradeço a Deus por tudo o que fiz e conquistei, sou feliz e faria tudo novamente.

Irmã Feliciano Bento, biografia atualizada aos 02 de novembro de 2016

Fonte: Arquivo particular das Irmãs Catequistas Franciscanas (enviado por mensagem via WhatsApp)

ANEXO E – ESCRITOS DA IRMÃ FELICIANA BENTO

IRMANDADE EM ITAPORÃ – CHÁCARA

Ir. Feliciano Bento, hoje nos seus 84 anos regata da sua memória um pouco da realidade durante período que lá permaneceu.

“Não lembro a data da chegada, mas creio que foi no ano de 1963 ou 64. O lugar era chamado de “Lote dos Padres”, que depois passou a ser chamado “Bairro São Francisco”. Os frades já moravam lá e cultivavam a terra com grandes plantações de soja, feijão, milho, arroz e outros. Naquele tempo já tinha alguns maquinários que eram usados para o plantio e colheita. Toda produção destinava-se à manutenção do seminário em Rio Brilhante. Os frades moravam numa casa de madeira e tinham um grande barracão para recolher e armazenar o produto. Tinha vários trabalhadores para o serviço da lavoura.

Os moradores dos arredores eram todos lavradores. Todos cultivavam suas terras, uns na própria, outros eram arrendatários. A terra era boa e muito produtiva. Tudo o que plantavam colhiam em abundância. O povo todo era de fé profunda e frequentavam a Igreja aos domingos, participavam com entusiasmo, rezando e cantando, pois tinham uma voz maravilhosa. Muitos eram mineiros e de fé profunda em suas rezas de tradição familiar.

Com o aumento de moradores e de filhos, o frei Liberato Kietterer auxiliado por dois irmãos freis, percebeu que o número de alunos existente na pequena escola e os professores que na época tinham pouca formação profissional, resolveu solicitar a vinda das Irmãs Catequistas Franciscanas para lecionar. Diante desta solicitação e que foi atendida, foram enviadas duas Irmãs. Frei Liberato mandou construir a casa para as Irmãs morarem. Era uma casa de madeira, de piso rústico, com uma capelinha bem acolhedora, uma sala de visita, um quarto com três camas, uma cozinha espaçosa que servia também de refeitório e mais duas salas de aulas anexa a nossa casa. Os móveis necessários foram comprados também pelos frades. O fogão era grande, a lenha e funcionava muito bem. O banheiro era fora, mas junto a casa. Não havia energia elétrica. Os freis sempre preocupados com nosso bem-estar instalaram uma bateria que nos fornecia luz à noite.

Com a boa notícia da chegada das Irmãs Catequistas o número de alunos aumentou muito e vinham também alunos da redondeza. No início as aulas eram só na parte da manhã, nos anos seguintes nos dois períodos. Todo início de aula, era feita a oração e doutrina, assim se compreendia naquela época.

As festividades escolares e religiosas eram realizadas no pátio da escola. Todos os anos havia a quadrilha de São João e quase todos participavam com trajes típicos conforme a

possibilidade de cada um. O povo era muito alegre e festivo. A festa religiosa era só a festa de S. Francisco e o povo participava em peso e contribuía conforme suas realidades econômicas. Realizava-se reuniões para a programação e para a santa missa. Sempre havia bastante gente vinda das diversas colônia e contribuía também com o que podiam.

Nós Irmãs tínhamos um bom relacionamento com o povo e eles queriam muito bem às Irmãs e sempre traziam do que possuíam, às vezes até a metade de um porco, leite, nunca nos faltou ovos e verduras...

Na medida do possível eram feitas visitas. Era difícil pois qualquer chuva, não se podia sair de casa pois era um barro vermelho e grudento. Muitas crianças vinhas descalças, pois de sapatos era impossível, pior, muitos nem sapatos tinham.

Na época havia três comunidades: Vila União, Santa Terezinha e Montese. O frei celebrava nas comunidades quando lhe era possível. Sempre uma Irmã o acompanhava. Enquanto o frei atendia as confissões a Irmã dava catequese, ensaiava os cantos e preparava a liturgia. Não havia um trabalho vocacional específico, mas sempre falávamos sobre vocação e convites para o seguimento a Jesus Cristo. Entre as Irmãs e os Freis mantínhamos um relacionamento bom e agradável. Eles tinham verdadeiro amor e cuidado para com as Irmãs, sempre atenciosos e se preocupavam conosco, temiam que passássemos necessidades.

Como todo começo de vida é difícil para todos, o início da nossa missão nesse lugar também foi, mas a fé em Deus e o amor ao povo nos animava a continuar e superar as dificuldades. Com o decorrer dos anos a situação do povo financeiramente foi melhorando e muitos venderam suas terras e mudaram-se para outras cidades onde havia melhor estudo para seus filhos. Devido ao grande êxodo a escola deixou de existir e hoje, no local, há um grande centro de espiritualidade e encontros pertencente a paróquia de Itaporã.

Ass. Ir. Feliciano Bento – CF. Campo grande 15 de abril de 2018.

Fonte: Arquivo particular das Irmãs Catequistas Franciscanas

ANEXO F – MEMORIAL DA IRMÃ CLÉLIA MARIA CATTONI

CLÉLIA MARIA CATTONI

Sou CLÉLIA MARIA CATTONI, nasci aos 07 de abril de 1932, em Alto Pomeranos, naquela época, um povoado, distrito de Arrozeira, município de Timbó e hoje, município de Rio dos Cedros, estado de Santa Catarina. Minha família fazia parte da comunidade rural de Nossa Senhora da Glória (Assunta).

Meu pai: Hilário Cattoni, falecido aos 03/01/1976; minha mãe: Pierina Zanghelini Cattoni, falecida aos 14/12/1975. Ambos falecidos em acidente. Tanto os avós maternos quanto paternos vieram da Itália, de Cavêdine-Trento, à procura de uma vida melhor no Brasil. Sou a mais velha entre 12 irmãos na família. Desses, três são falecidos, eu religiosa e os demais são casados.

Da minha infância, guardo como grande marca a REVOLUÇÃO de 1930, no tempo em Getúlio Vargas era presidente. Nasci na ausência do pai que estava na Revolução como soldado. A mãe trabalhava junto com os avós, garantindo o sustento da família. O povo da comunidade onde cresci era muito religioso, cultivava devoção especial a Nossa Senhora, São José, São Roque e Santo Antônio. Frequentava a Eucaristia e os sacramentos. Faziam suas capelas à beira das estradas e ali rezavam o terço. Nas famílias faziam novenas e aprendiam as primeiras lições de catecismo e orações. Eu, particularmente, aprendi as lições de catequese e a reza do terço com meus pais. Meu avô paterno tocava acordeão na Igreja e cantava muito bem, aprendi a cantar com ele. A escola era dirigida pelas Irmãs Catequistas que ensinavam e eram exigentes.

Cursei o primeiro grau em Alto Pomeranos - SC. Estudava bastante, decorava tudo (esta era a ordem), o que me ajuda ainda hoje. A Irmã Ida Meneghelli era diretora e professora muito severa. O que me marcou foi o jeito dela de ensinar, de rezar, de cantar... Fiz o Normal Regional no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Rondonópolis-MT; cursei o magistério em Rondonópolis-MT; iniciei a faculdade de Ciências em Glória de Dourados - MS, no mesmo ano fiz outro vestibular e iniciei Pedagogia em Corumbá - MS, interrompi devido à morte dos pais, depois não retomei mais; fiz curso de auxiliar de enfermagem na Escola Técnica das Filhas da Caridade em Curitiba no ano de 1985; fiz o CART em Campo Grande - MS e o CEBI.

Trago comigo marcas profundas da morte da minha irmã que falecera aos seis anos de idade, com tétano não detectado em tempo. Era o meu primeiro ano de Vida Religiosa, morava perto, porém, não fui avisada do acontecido. Outra marca é a morte dos meus pais - nem gosto de falar.

Minha Vocação: Desde que vi as Irmãs Catequistas Franciscanas, aos seis anos de idade senti dentro de mim um gosto de seguir e fazer como elas fazem: seu jeito de dar aula, catecismo, as rezas e o canto na Igreja, os enfeites e toda a ordem na igreja e na escola... Quando olhava para os homens, com 09 - 10 anos de idade, e via-os bebendo, fumando e dando gargalhadas, achava que não servia para mim. Quando terminei o terceiro ano, com 12 anos, no dia 05/02/1945, entrei no juvenato em Rio dos Cedros - SC. No começo meus pais não concordaram muito, pois eu era a mais velha e ajudava no engenho de açúcar, mas aceitaram e posteriormente, ficaram contentes. Choraram muito quando vim para Mato Grosso, pois só voltei pela primeira vez depois de seis anos.

Algumas pessoas marcaram a minha caminhada de formação à Vida Religiosa: Padre João Batista de Salle, Padre Dario - me fez estudar muito, (ele fazia perguntas na igreja e eu tinha que saber. Foi difícil. Irmãs: Clélia Ânesi, Mafalda Cattoni, Elza Giovanella e Emma Vicenzi. Essas irmãs faziam visitas à nossa família e eu gostava do jeito de falar, de vestir-se... A mestra que mais me marcou foi a Irmã Rosa Vavassori.

Durante o período de formação, já no segundo ano de juvenato, em 1946, tive uma experiência bonita. A Madre pediu-me para ir com Irmã Carolina Corbani em Barra da Forção, hoje, Dr. Pedrinho - SC, para ajudar na catequese, nos trabalhos da casa e para cantar na Escola e na Igreja; ensaiar com o povo cantos e teatros com os alunos. Lá era muito pobre. Aprendi bastante com a Irmã Carolina e vi de perto qual é o jeito da Irmã Catequista Franciscana. Admirava muito as irmãs. No dia da entrada no noviciado, foi marcante para mim, com a vela acesa dizer: "***estamos dispostas a tudo***". O dia da Profissão foi muito esperado por mim.

Na missão, sempre primei pela vida fraterna. A irmãs, primeiras companheiras, Sofia Oleski e Cristina de La Pietá me incentivaram e ajudaram a dar os primeiros passos como Religiosa. Quando o diretor da Congregação fez o apelo convidando irmãs que se candidatassem à missão em Mato Grosso, me tocou profundamente, no terceiro convite eu criei coragem e disse SIM. Vim então para o Mato Grosso em companhia de Irmã Rosa Vavassori, no início de fevereiro do ano 1954. Constituí a fraternidade do Sagrado com Irmã Rosa Vavassori, Amália Cristofolini e Maria Ossemer.

Durante as férias, duas irmãs ficavam em casa e duas saíam nas comunidades do interior, Vila Operária, Capo Limpo, Mata Grande e outras para evangelizar o povo.

Fui professora durante 31 anos e sempre gostei do trabalho na escola. Trabalhei nas comunidades com catequese, liturgia, canto, etc. A Chácara São Francisco, em Itaporã - MS,

foi um lugar que me marcou muito. Lá fui professora e diretora da Escola durante oito anos, gostava do jeito do povo e da forma de desenvolver a missão.

Depois que me aposentei pude assumir com mais liberdade o trabalho nas comunidades do Mato Grosso e Mato Grosso Sul. Gostando de trabalhar na Pastoral da Saúde, frequentei um curso de Técnica de Enfermagem em Curitiba e a partir daí dediquei-me mais à Pastoral da Saúde nas comunidades e mesmo entre as irmãs da província.

No ano 2000 ultrapassei as fronteiras dos estados do Mato Grosso, porque fui convidada a assumir a missão no Amazonas, no município de Urucurituba. Lá éramos em três Irmãs, Neusa Grippa, Solange Ivonete Schmitt e eu. Trabalhei durante quatro anos na animação das comunidades, Pastoral da Juventude, cuidado de idosos e doentes, liturgia, etc. O povo era simples, acolhedor, participava com assiduidade dos encontros. Lá eu me sentia bem, porque eu estava no meio dos pobres, evangelizando e cuidando da sua saúde. Todos os meios de condução eram os barcos ou motos, na garupa das quais eu visitava o povo das comunidades.

Nos anos 2004 e 2005 assumi a missão em Manaus – AM, Área Missionária São Francisco, com Irmã Elsa Zotti, Sandra Regina Duarte e eu. Trabalhava na animação das comunidades, formação dos ministros, Catequese e SAV. Lá também me senti muito bem, porque o povo é de uma periferia pobre de Manaus.

De janeiro a agosto de 2006, assumi a missão em São Gabriel da Cachoeira – AM, na animação das comunidades e formação das jovens aspirantes. Lá o povo é muito bom e foi muito ajudar na formação das jovens, pois no meio da juventude a gente rejuvenesce.

Mas em Barcelos – AM, a província necessitou de minha presença e fui então solicitada a transferir-me para lá no mês de agosto de 2006, para formar fraternidade com Irmã Ana Pereira de Macedo. Lá assumíamos também a animação das comunidades e eu, assumia também a Pastoral da Saúde.

De 2007 a 2015 vivi em Fátima de São Lourenço, onde ajudava nos trabalhos de casa e da chácara, assumia a animação da comunidade local, das comunidades do interior e visitas ao pantanal para evangelização e celebração. Lá vivi a experiência que as irmãs viviam nos primeiros anos da missão no Mato Grosso: povo isolado nas fazendas, estradas de difícil acesso, medo das onças e cobras, povo sedento de evangelização e muito acolhedor. Foram 9 anos inesquecíveis que marcaram a minha vida como Irmã Catequista Franciscana.

Como as minhas forças já não me ajudam mais, no ano 2016 fui então solicitada a compor a irmandade Santa Clara em Rondonópolis, onde a missão não é tão exigente para a minha situação de saúde. Mas não fiquei muito tempo aí, pois no mês de julho fui solicitada a compor a irmandade do Rio Verde, pois faltava uma irmã para fazer companhia à Irmã

Therezinha Franzói. Lá, assumo o que me ainda possível, em companhia da irmandade: visitas às famílias, atendimento às comunidades do bairro e atendimento à Pastoral da Saúde.

Concluindo, posso dizer: Na minha vida religiosa, sempre cultivei a oração como alimento e força para a missão, por meio de momentos comunitários, individuais e retiros mensal e anual. Hoje me sinto bem, recordando a frase do noviciado: "disposta a tudo apesar dos limites de minha idade e saúde".

Meu sonho seria de continuar no processo de evangelização nas comunidades por meio do canto e da liturgia, entre os pobres. Gosto muito de estar com os pobres.

O que me anima e sustenta no Projeto Comum é a vivência da fraternidade, os encontros de irmãs, pois me sinto bem em companhia de outras irmãs e pessoas das comunidades.

Desde que entrei na congregação, a minha decisão foi de ficar sempre. Ainda hoje penso assim. A Vida Religiosa vale a pena pela vivência da fraternidade e pelo trabalho junto ao povo. Me sinto bem como religiosa. Um princípio meu é "***em tudo dar glória a Deus***". Quando realizo os trabalhos missionários penso sempre de ser um sinal, um testemunho a fim de que eu possa edificar as pessoas. Cada dia lembro-me de renovar a opção batismal e religiosa.

Fátima de São Loureço, 18 de setembro de 1999 e atualizada na sede provincial, no dia 21 de novembro de 2016.

Fonte: Arquivo particular das Irmãs Catequistas Franciscanas (enviado por mensagem via WhatsApp)

ANEXO G – DOCUMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DA CASA “MADRE AVOSANI”

HISTORICO- ITAPORA

OBRAS E SERVIÇOS ANEXOS-ESCOLA PRIMARIA E PASTORAL PAROQUIAL-1964

Casa 'Madre Avosani' foi estabelecida a pedido dos padres Franciscano, na pessoa de frei Liberato, os quais doaram às Irmãs a casa mobiliada e escola.

As pioneiras Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer, assumiram a Direção da escola e a Pastoral da Comunidade. Em 1969, uma Irmã fica liberada para a Pastoral Catequética, atendendo assim mais 20 escolas da Paróquia. Para isso as Irmãs recebem da Missão Franciscana um carro 'Jeep' com o custeio do combustível. Irmã trabalhou gratuitamente neste ano. Recebendo em 1970 um ordenado pela prefeitura. Em 1971 com ajuda da Alemanha troca o jeep por uma Rural.

No dia 19/10/71 às Irmãs passam a morar na nova residência, construída com ajuda de todas as Irmãs e dos Padres Franciscano. Em 1976 foi normalizado a situação da Escola, passando a ter um convênio com Estado e em 1978 passa a Escola Est. de 1.grau Francisco de Assis. As Irmãs vem exercendo sua missão apostólica na escola e na comunidade do Bairro J. Francisco, conforme o objetivo da Fundação.

OBS.: Fechada em 7 de junho de 1983

Motivos: A comunidade caminha bem com próprias lideranças. Necessidade de abrir novas frentes em áreas mais carentes. A casa foi devolvida à Missão Franciscana, bem como terreno.

Obs. não encontrei mais este historico no computador no progr. Registro das casas

*Fr. Anita David
Secretaria*

Fonte: Arquivo particular da Província Santa Tereza do Menino Jesus

ANEXO H - CARTAS DA IRMÃ FELICIANA BENTO

1

(Pis. Em todos os arquivos da secretaria consta que a casa de Itaporã foi aberta em 1/3/64 - Secretaria Gr. Anita David em 1954, Lúci Liberato, que morava no Barro, pediu uma para a Superiora residente em Rondonópolis, MS e foi mandado duas irmãs. Quando cheguei lá já havia a escola com duas ^{salas} de madeira, duas janelas cada uma, era bem arejada, não tinha piso, só de cimento e morávamos numa casa de madeira, anexa salas de aula. Não sei quem criou a escola. Creio que o motivo que foi criado a escola, seja o aumento q de famílias de agricultores. Não tive participação na criação da escola, em escola estadual. Não havia muitos alunos, pois não havia professores, com a vinda das irmãs ^{em} criado a 4ª série. Os alunos não tinham uniforme, pois todos eram pobres vinham com as roupas que possuíam, lá atrás vinham descalços. A escola estadual obedecia as normas que vinham bem como: a festa feminina com a quadrilha e marcha ocorria em meio as plantações. Era muito ver! não havia professores leigo na época, nem outros funcionários a limpeza das salas as irmãs faziam com os alunos. Com o passar do tempo foi criado a 4ª série. O numero de alunos sempre aumentava, vindo da redondeza. As aulas eram em dois períodos. Cada ano aumentava os alunos não tinha material do tempo, pois tudo era difícil.

~ Aninha, minha querida gostaria de te ajudar com maiores detalhes! Mas em Itaporã mora uma tia, chamada Marlene coisa com o Sr. José Fúfô, ela pode te ajudar mais. Morei na Paróquia, ela é simpática, prestativa. Diga que foi eu que indiquei!

Perdão querida, se não soube fazer o melhor, pois os meus quax 90anos, já estão as portas. Perdão por não ser melhor. Tgo votos que Deus faça um bom trabalho! Reciba meu abraço

 Irmã Felcy

No ano de 2005, Fui eleito estudante no bairro São Francisco, que ficou como colégio Lete dos Rios, e fui para a Madre Superiora das Irmãs C. Franciscanas, residentes em Rio MT, pedindo Irmãs para abrir uma escola religiosa no bairro. Sem pedir para mudar da escola primária que havia no bairro. Sem pedir foi atendido em 2005 chegaram 2 Irs. A escola possui 2 salas era de madeira, tinha 2 salas, era tudo muito precário. Tinha uma casa de madeira para as Irmãs e outra a sala de aula. Era tudo muito precário, mas é suficiente para viver. Havia na escola até a 3ª série, poucos alunos. No ano seguinte foi criado a 4ª série. Por pouco as Irmãs começaram a medida do possível, a melhorar!

Os feriados nacionais, como festa de São João eram obrigados a fazer. Os alunos na maioria sem roupas. Então foi criado um uniforme padronizado. Um tecido, verde com listras brancas. As meninas usavam vestido e os meninos, camisa, era até bonito ver! No ano seguinte foi criado o 5º ano. Os alunos eram preparados para assumir a administração da escola para um outro maior. A escola obedecia as orientações da Igreja. Os feriados nacionais eram obedecidos e festejados. Com o tempo, conseguimos uma pequena biblioteca, alguns instrumentos, lembro com saudade do dia 07 de setembro, os alunos marcham pela estrada em meio as plantações, lembro com saudade. 07 de setembro, havia desfile no meio das roças e povo acompanhava, com muita alegria pois para eles era uma festa. Cada ano o número de alunos aumentava vindos da Entada Vila União e Jorutari. Como o número de alunos aumentava e a sala pequena, ficou necessário ter aulas e dia todo, que foi difícil pois que lecionava eram as Irmãs, pois a casa delas era anexa as salas de aula. Era tudo muito precário, mas não deixava a desejar, pois na medida do possível, tudo era realizado. Lembro com a 4ª série os alunos que podiam, iam para o ginásio na cidade.

- Havia muita necessidade de material, principalmente didático.
 não posso deixar de mencionar a atenção e ajuda da prefeitura
 na ^{de Itapora} ajuda na pessoa do Sr. Durval Gomes, então prefeito.
- Na época, a escola, era a mais reconhecida pelo fato de ter irmãs como professoras. - Nota: não havia funcionária a limpeza era feita pelas Irmãs e os alunos que se sentiam orgulhos por poderem prestar alguma ajuda.
 - Indesina a há muito que escrevi pois era tudo muito pobre
 fudessa não sei se o que escrevi pode te ajudar no trabalho,
 pois os poucos queridos anos vividos, perto de 90, foi possível
 lembrar, existe em Itapora uma Sra. Chamada Marlene, casada
 com o Sr. José Feijó, que nos acompanhou na escola, ela poderia
 te ajudar, pois, ficou lá mais tempo e, é mais jovem pode
 lembrar. Para encontrá-la procure na secretaria da paróquia
 que sabará te informar.
 - Gostaria de te ajudar melhor, mas a velhice não permite,
 mas mesmo assim agradeço a Deus a vida que tenho.
 - Faço votos que contigo faças ~~um~~ ^{um} ótimo trabalho.
 Lembraças a Marlene. - Te dá um abraço, ~~e votos e um tratado de~~
 bom.
 - Então que não pude te ajudar melhor, mas faço votos que
 consigas, realizar um bom trabalho.
- Seja feliz! com o abraço da S. Feliz
- 1- A escola era estadual.
 Como as irmãs foram, a escola foi funcionando até a 3ª série, com
 Irmãs começou a 4ª série.
- Não sei como foi fundada, pois qdo. fui já havia a escola.